

SER Social

Brasília, v. 20, n. 42, janeiro a junho de 2018

Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social
Departamento de Serviço Social
Universidade de Brasília

SER Social

Brasília, v. 20, n. 42, janeiro a junho de 2018

Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social
Departamento de Serviço Social
Universidade de Brasília

Família e Políticas Sociais

ISSN 2178-8987 (*versão eletrônica*)

SER Social	Brasília	v. 20	n. 42	p. 1-230	jan.-jun./2018
------------	----------	-------	-------	----------	----------------

© Copyright by *Ser Social* (versão eletrônica)

Todos os direitos editoriais são reservados para a revista *SER Social*. Nenhuma parte da revista pode ser reproduzida, estocada ou transmitida por quaisquer meios e formas existentes ou a serem criados sem prévia permissão por escrito da Comissão Editorial, ou sem constar os créditos de referência, de acordo com as leis de direitos autorais vigentes no Brasil.

As opiniões e os conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es), não refletindo necessariamente a posição da Comissão Editorial.

SER Social – Periódico Semestral do Programa de Pós-Graduação em Política Social,
Departamento de Serviço Social – Instituto de Ciências Humanas – Universidade de Brasília

Editor Chefe

Silvia Cristina Yannoulas

Comissão Editorial

Andreia de Oliveira

Camila Potyara Pereira

Maria Lucia Lopes da Silva

Conselho Editorial

Ana Elizabete Mota (UFPe/Recife-Brasil); Denise Bomtempo Birche de Carvalho (Professora Emérita UnB/Brasília-Brasil); Elaine Rosseti Behring (UERJ/Rio de Janeiro-Brasil); Fernanda Rodrigues (Universidade do Porto/Porto-Portugal); Graciela di Marco (Universidad Nacional San Martín/Buenos Aires-Argentina); Ivanete Boschetti (UFRJ/Rio de Janeiro-Brasil); Ivete Simionato (UFSC/Santa Catarina-Brasil); Jorge Luis Acanda (Universidad de La Habana/Habana-Cuba); José Geraldo de Sousa Júnior (UnB/Brasília-Brasil); Luis Moreno (Instituto de Políticas y Bienes Públicos/Madrid-Espanha); Maria Carmelita Yazbeck (PUC/São Paulo-Brasil); Peter Abrahamson (University of Copenhagen/Copenhagen-Dinamarca); Vicente Faleiros (Professor Emérito UnB/Brasília-Brasil; UCB/Brasília-Brasil); Yolanda Guerra (UFRJ/Rio de Janeiro-Brasil).

Equipe de Apoio

Sophia Cunha Afonso (Estagiária)

Revisão

Em português: Tereza Vitale

Produção final

Editorial Abaré

Figura da capa

Tarsila do Amaral, *A FAMILIA*, 1925, Óleo sobre tela, 79 x 101,5 cm, Coleção Museu Rainha Sofia, Madri.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

SER Social: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social /
Universidade de Brasília. Departamento de Serviço Social. SER
Social. V. 20, n. 42, 1. sem./2018.

V. 1, n. 2 – 1. sem./1998. Brasília: SER Social UnB, 1998.

Semestral. Continuação de: Debate Social, v. 1, n. 1, 1995

Interrompida de 1996 a 1997.

ISSN 2178-8987 (versão eletrônica)

1. Serviço Social. I. Universidade de Brasília, Departamento de Serviço
Social.

CDU: 3(05)

SUMÁRIO / CONTENTS

Editorial	9
------------------------	---

Artigos Temáticos / Thematic Articles

Política social e processos de judicialização: serviços sociais e famílias em foco / <i>Social policy and judicialization processes: welfare services and families in focus</i>	11
---	----

REGINA CÉLIA TAMASO MIOTO

KELI REGINA DAL PRÁ

MICHELLY LAURITA WIESE

Apontamentos sobre a controvertida centralidade da família no trabalho social / <i>Notes on the controversial centrality of the family in social work</i>	30
---	----

JOANA ANGÉLICA BARBOSA GARCIA

La intervención profesional del trabajo social con familias en contextos de pobreza urbana persistente en Argentina / <i>The professional intervention with families on the persistent urban poorness context in Argentina</i>	55
--	----

MARTIN IERULLO

MÓNICA ADRIANA GAMARDO

Agricultura familiar en Colombia. Comprensiones y favorecimiento con crédito rural / <i>Family farming in Colombia. Understanding and favoring rural credit</i>	73
---	----

MYRIAM MERCEDES CALA AMAYA

LUIZ OTÁVIO BAU MACEDO

Consumo de bens e serviços por idosos nos arranjos domiciliares unipessoal e residindo com o cônjuge / <i>Consumption of the elderly in unipersonal and living with a spouse domestic arrangements</i> . . .	112
--	-----

NATÁLIA CALAIS VAZ DE MELO

KARLA MARIA DAMIANO TEIXEIRA

MARCO AURELIO MARQUES FERREIRA

NEUZA MARIA DA SILVA

Entrevista temática / *Thematic Interviews*

- Família y Política Social / *Family and Social Policy*
Entrevistada – Graciela Di Marco 131
MARLENE TEIXEIRA RODRIGUES

Resenha / *Review*

- “Gênero informa Classe” / “*Gender indicates Class*”..... 141
PRISCILLA MAIA DE ANDRADE

Artigos de Temas Livres / *Free Thematic Articles*

- Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo / *Frantz Fanon: capitalism, racism and the sociogenesis of colonialism* 148
DEIVISON MENDES FAUSTINO

- Questão ambiental, neoextrativismo e capitalismo periférico: uma leitura política em Enrique Dussel / *Environmental issue, neoextrativism and peripheral capitalism: a political reading in Enrique Dussel* 164
CÉSAR AUGUSTO SOARES DA COSTA
CARLOS FREDERICO LOUREIRO

- O papel do catador de materiais recicláveis na cadeia da reciclagem / *The role of the recyclable material collector in the recycling chain*..... 182
PRISCILA ROSA BANDEIRA DA COSTA

Resumos de Teses e Dissertações / *Tesis and Dissertation Abstract*

- Implicações da regulação pós-burocrática para o trabalho docente no Distrito Federal no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (2013-2015) / *Implications of post-bureaucratic regulation to the teaching work in the Federal District under the National Pact for Literacy at the Right Age (2013-2015)* 200
ANA PAULA DE MATOS OLIVEIRA ROCHA

As faces social e penal do Estado para o capital / <i>The social and penal faces of the State for capital</i>	203
JULIANA MEDEIROS PAIVA	
O (não) direito ao esporte e lazer e a mercantilização do futebol: copa para quem? / <i>The (no) right to sport and leisure and the commodification of soccer: who's cup?</i> / <i>El (no) derecho al deporte y ocio y la mercantilización del fútbol: ¿copa para quién?</i>	207
PEDRO OSMAR FLORES DE NORONHA FIGUEIREDO	
A condição da mulher na Previdência Social no Brasil / <i>The condition of women in social security in Brazil</i>	211
BRUNA ANGELA RODRIGUES	
O debate sobre a EBSEERH em instâncias de controle social: um estudo exploratório / <i>The debate about EBSEERH in instances of social control: an exploratory study</i>	213
GÉSSICA OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE	
“Faca só lâmina”: um estudo dos papéis desempenhados pelas famílias nos processos de proteção social das mulheres presas no DF / <i>“Faca só lâmina: a study of the roles played by families in the processes of social protection of imprisoned women in DF</i>	215
JÚLIA FREIRE DE ALENCASTRO	
A Política Nacional de Educação Permanente para Trabalhadores do SUAS: limites, possibilidades e perspectivas / <i>The National Policy of Permanent Education for Workers of SUAS: limits, possibilities an perspectives</i>	218
RENATA MARIA DA CONCEIÇÃO DE FREITAS	
Normas editoriais	221
Consultores <i>Ad Hoc</i>	227

EDITORIAL

Com o tema “Família e Políticas Sociais”, a revista *SER Social* do Programa de Pós-Graduação em Política Social objetiva acolher o debate contemporâneo sobre as atribuições a essa instituição social, por meio da delimitação familiar como foco de atuação de políticas sociais e as implicações desse reordenamento, almejando paralelamente apontar caminhos nos quais o Estado desenvolve uma intervenção ativa para provocar a diminuição das desigualdades estruturais e estruturantes, tendo como horizonte uma sociabilidade humana emancipada e radicalmente livre.

No Brasil, historicamente, as legislações brasileiras abordaram a família – das mais antigas até as atuais: definindo-a, estabelecendo seus direitos e deveres, entre outros. A Constituição Federal de 1988 a conceitua como base da sociedade. Todavia, foi a partir da década de 1990 que a família aparece de forma intensa na configuração das normativas e políticas sociais do país, acatando diretrizes de organismos internacionais, tais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. A Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Estatuto do Idoso, são exemplos disto. A participação da família não é novidade na estruturação das políticas sociais brasileiras: “os governos brasileiros sempre se beneficiaram da participação autonomizada e voluntarista da família na provisão do bem-estar de seus membros” (PEREIRA, 2010, p. 29).¹ Entretanto, a atenção suscitada pelo tema, se coloca diante da tendência crescente da adoção da família como foco central de atuação das políticas sociais na contemporaneidade. As políticas sociais ao reconhecer o importante papel das famílias na proteção social aos seus membros podem sobrecarregá-las de atribuições, sem seu consentimento e/ou sem destinar o apoio necessário para seu desempenho, sob o risco de implementar políticas “familistas”, que paralelamente

¹ PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). *Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

responsabilizam as famílias pelos problemas vividos, desresponsabilizam o Estado, e obscurecem seus direitos.

Este número da *SER Social* reúne artigos, em seu dossiê temático, entrevista, ensaios e resenhas, escritos por especialistas na abordagem do tema em uma perspectiva crítica, suscitando reflexões e subsídios de interesse da comunidade científica, dos gestores de políticas públicas e da sociedade civil. Também apresenta artigos na seção temas livres afins à política social.

Neste momento particular da história brasileira, marcado por profundos desmontes e regressão dos direitos sociais, avanço do conservadorismo, minimização das funções do Estado no que se refere ao trato da questão social, debater, de forma crítica e aprofundada a temática sobre família e políticas sociais se faz necessária e vital.

A imagem de capa do presente número é uma reprodução obra *A Família*, de Tarsila do Amaral, de 1925, que convida e instiga a reflexão sobre a histórica desigualdade social brasileira, suas raízes no passado escravista e os problemas decorrentes do capitalismo. Tarsila do Amaral (1886-1973) foi uma pintora e desenhista brasileira, uma das figuras centrais da pintura na primeira fase do movimento modernista no Brasil. O seu quadro *Abaporu*, de 1928, inaugurou o movimento antropofágico nas artes plásticas. A obra *A Família* é da fase Pau Brasil da artista. Nesta fase ela usava cores fortes e temas bem brasileiros, sendo essas duas características perceptíveis nesta tela. Ela sempre valorizou Brasil em seus trabalhos, ainda que alguns mestres internacionais sugerissem outro caminho. (ver: <<http://tarsiladoamaral.com.br/>>).

A publicação da revista pelo PPGPS/SER/UnB resulta do trabalho de vários professores-pesquisadores de renome nacional e internacional que, como consultores *ad hoc*, nos apoiam na apreciação e sugestões sobre os artigos submetidos para publicação. A todas elas e eles, listados ao final do número, agradecemos sua contribuição para o sucesso da publicação. E especialmente gostaríamos de agradecer os valiosos aportes de Priscilla Maia de Andrade ao longo de todo o processo de elaboração deste número.

Comissão Editorial Revista Ser Social

Brasília, junho de 2018

Política social e processos de judicialização: serviços sociais e famílias em foco / *Social policy and judicialization processes: welfare services and families in focus*

REGINA CÉLIA TAMASO MIOTO¹

KELI REGINA DAL PRÁ²

MICHELLY LAURITA WIESE³

Resumo: A precarização das políticas sociais impulsiona a crescente demanda ao Judiciário de solicitações vinculadas à garantia dos direitos, caracterizando os processos de judicialização. Pouco se discute que estes processos possuem face de controle e punição, o que tem demandado dilemas aos assistentes sociais nos serviços. O objetivo é discutir os processos de judicialização nas políticas de saúde e assistência social e evidenciar, na dinâmica dos serviços sociais, como se articulam tanto a face dos direitos, como a de controle das famílias. O estudo qualitativo foi desenvolvido nos serviços públicos de Santa Catarina, demarcando-os como espaços onde se tecem as relações

- 1 Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Políticas Sociais (NISFAPS) e da Rede de Pesquisa Família e Política Social (REFAPS).
- 2 Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Políticas Sociais (NISFAPS) e da Rede de Pesquisa Família e Política Social (REFAPS).
- 3 Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Políticas Sociais (NISFAPS) e da Rede de Pesquisa Família e Política Social (REFAPS).

entre a esfera executiva e judiciária. Os resultados indicam que a judicialização afeta os assistentes sociais pela disjunção entre as postulações da profissão e as exigências postas à política social e à responsabilização das famílias na provisão de bem-estar em evidência no contexto da política social brasileira.

Palavras-chave: política social; serviços sociais; família; judicialização; assistentes sociais.

Abstract: The precariousness of social policies boosts the growing demand for the judiciary of requests linked to the guarantee of the rights, characterizing the processes of judicialization. It is little debated that these processes have face of control and punishment, which has demanded dilemmas to social workers in the services. The aim is to discuss the processes of judicialization in health and social assistance policies and to highlight, in the social work dynamics, how both the rights face and the control of families are articulated. The qualitative study was developed in the public services of Santa Catarina, plotting them as roominess where the relations between the executive and judicial spheres are woven. The results indicate that the judicialization affects the social workers by the disjunction between the profession postulations and the demand placed on the social policy and the responsibility of the families in the provision of well-being in evidence in the context of the Brazilian social policy.

Keywords: social policy; welfare services; family; judicialization; social workers.

As transformações econômicas e sociais ocorridas em escala mundial, nas últimas décadas do século XX, interferiram nos rumos da Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF/1988), que assegura os direitos sociais relativos à saúde, previdência social e assistência social, dentre outros. Na conjuntura dos anos 1990 e 2000, foi se configurando com maior intensidade o desenvolvimento da política social marcada por processos de focalização e privatização. Tais processos têm afetado diretamente a população no tocante ao acesso e ao usufruto de bens e serviços sociais e tem reclamado, cada vez mais, a participação da família na provisão de bem-estar e a responder pelas

iniquidades que se expressam nos contornos de sua convivência. Paralelo a estes processos se desenvolvem também os de judicialização que, se por um lado representam um caminho para a garantia dos direitos sociais de cidadania, que vem sendo amplamente enfatizados na política de saúde, por outro tem evidenciado a interferência da lógica judicial tanto na vida das famílias como na dinâmica dos serviços sociais, especialmente da política de assistência social.

Segundo Sierra (2011, p. 257), a judicialização das políticas públicas se acentua na democracia brasileira, no contexto do avanço da política neoliberal, e pode ser entendida “como o aumento desmesurado de ações judiciais movidas por cidadãos que cobram o direito à proteção social”. Esteves (2006) argumenta que a busca ao Judiciário pela sociedade para a resolução dos conflitos sociais é um fenômeno que ocorre no mundo das denominadas democracias sociais. Tem sido tratado como judicialização da política e implica em decisões do Poder Judiciário acerca de conflitos tanto de ordem política como social. Para o autor, a procura pelo Poder Judiciário está condicionada a dois fatores. O primeiro relaciona-se a existência de um grande conjunto de leis, que definem os direitos sociais, inscritas ou reguladas pela CF/1988 e, portanto, não justifica mais a simples luta parlamentar, pois o que se necessita é de efetividade. O segundo refere-se à defesa dos direitos das minorias, pois com a consolidação das instituições democráticas elas não podem contar apenas com o Parlamento ou outras instituições que são controladas pela maioria.

Assim, as decisões do Poder Judiciário têm repercutido cada vez mais política e socialmente. Tais decisões, se, por um lado, podem representar possibilidades de emancipação, por outro, revelam as mazelas de uma cultura jurídica dominante de inspiração liberal que busca configurar categorias político-sociológicas em esquemas normativos regulatórios no marco lógico-formal e com isso emperram a construção de trajetórias para a compreensão dos conflitos sociais, no Judiciário, dentro de novas chaves. (ESTEVES, 2006).

Em análise mais ampliada, Andrade (2006, p. 12) insere o fenômeno da judicialização no bojo da ambiguidade que constitui o próprio Poder Judiciário. Para a autora, a este poder foram atribuídas funções politicamente contraditórias. Por um lado, cabe a ele o exercício de poder enquanto justiça, que deve instrumentalizar as

“promessas cidadãs da Constituição, potencialmente emancipatórias”. Por outro, cabe a operacionalização das “promessas criminalizadoras da legislação penal”, que são abertamente reguladoras, embora contidas no projeto constitucional, ou seja, cabe ao Poder Judiciário a tarefa “de ser um dos protagonistas da construção social da criminalidade (da criminalização) e da construção social da cidadania”.

Diante desta problemática, objetiva-se discutir os processos de judicialização tendo como referência a política de saúde e de assistência social e evidenciar, na dinâmica dos serviços sociais, como a família está implicada nesses processos e as questões que têm perpassado a condução do trabalho profissional. As reflexões têm como base pesquisa de natureza qualitativa desenvolvida no campo dos serviços de saúde e assistência social, no Estado de Santa Catarina, visando demarcar os serviços sociais como espaços onde se tecem as relações entre a esfera executiva, responsável pela implementação da política social, e a esfera judiciária. Questões estas que têm permanecido à sombra do debate sobre os processos de judicialização e que as entrevistas e as observações realizadas durante a investigação impulsionam a explicitá-las. Os dilemas enfrentados pelos profissionais no âmbito dos serviços sociais não têm sido poucos, especialmente quando se trata de situações em que se aguçam o caráter punitivo e controlador do processo de judicialização.

As políticas sociais e os processos de judicialização

A garantia dos direitos sociais propostos na CF/1988 se consolida por meio de um conjunto de políticas públicas configuradas pelo Estado, que modulam a oferta e o acesso a bens e serviços da população. Nesse processo, a questão crucial diz respeito à forma como são articulados os seus mecanismos redistributivos, ou seja, as transferências de recursos monetários de qualquer natureza e a alocação dos serviços sociais (educacionais, sanitários e sociais) no território. Sobre os serviços sociais, sabe-se que eles são elementos fundamentais nos processos de produção e reprodução das desigualdades. A desigualdade na distribuição dos serviços, tanto em relação ao número quanto à qualidade, demarca de forma especular não só a distribuição da riqueza como a existência ou não de uma sinergia entre a produção do serviço e as necessidades da população (SARACENO, 1997; CAMPOS; REIS, 2009; MIOTTO; DAL PRÁ, 2015). Quando não ocorre tal

sinergia, tem-se observado o aparecimento de conflitos, que, no caso da saúde, se expressam nas necessidades individuais e coletivas que permeiam a garantia deste direito complexo e na ausência de recursos ou serviços para o seu atendimento junto à população usuária.

Justamente nessa confluência é que se estruturam os chamados processos de judicialização, ou seja, recorre-se ao Judiciário para arbitrar os conflitos gerados pelo descompasso entre o reconhecimento dos direitos constitucionais – que se materializam por meio de acesso e usufruto de serviços sociais – e a capacidade estatal de prover tais serviços. Para Sierra (2011), os processos de judicialização podem ser compreendidos a partir da contradição que expressa, por um lado, a existência de uma inflação de direitos e, por outro, uma degradação da proteção social, à medida que as decisões judiciais interferem no processamento e no equacionamento dos orçamentos relativos às políticas sociais. Neste contexto de contradições, Delduque e Castro (2015, p. 507-508) afirmam que os conflitos que se intensificam no cenário brasileiro “vêm mostrando que os sistemas político, jurídico e médico-sanitário chegaram ao esgotamento e que o Poder Judiciário não responde mais, com a eficácia esperada, à pacificação dessas controvérsias”. Para Sierra (2011) e Andrade (2006), a contraditoriedade das “funções” do Poder Judiciário se apresenta no cotidiano de acesso aos serviços sociais e, particularmente, nas relações entre os serviços de saúde e assistência social estatais e seus usuários, impondo dilemas significativos para os seus profissionais.

Gomes e Amador (2015) destacam que os processos de judicialização na política de saúde, que é de caráter universal, demonstram o crescente número de ações judiciais para viabilizar o acesso à saúde, especialmente a exames, procedimentos e medicamentos de médio e alto custo. Na maioria desses processos, as alegações dos autores das ações (advogados, defensores e juízes) para requerer o acesso se apoiam no direito fundamental à saúde, com base no art. 196, da CF/1988, e na Lei nº 8.080/1990 (GOMES; AMADOR, 2015; VENTURA et al., 2010). Os estudos das autoras indicam que a prevalência das ações judiciais foi individual e não coletiva, e que a advocacia privada foi o recurso predominante nos processos judiciais.

Os dados levantados por Victora et al. (2011, p. 100), em análise sobre as decisões judiciais em São Paulo:

[...] mostraram que a maioria das ações foi impetrada por advogados privados, que 47% das prescrições foram feitas por médicos privados e que três quartos desses pacientes viviam em bairros de alta renda. Interferências por parte do Judiciário violam o princípio básico de equidade no SUS, ao privilegiar indivíduos com maior poder aquisitivo e maior acesso a informações [...].

Os indicativos da judicialização do direito à saúde apontam para uma predominância de ações judiciais voltadas para o acesso à saúde, a partir de requisições de medicamentos e procedimentos, como exames e cirurgias de médio e alto custo. Esta realidade, expressa no elevado volume de processos judiciais, fez com que o Poder Judiciário adotasse medidas para enfrentar a judicialização. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou, em 2009, um Grupo de Trabalho para estudo e proposições de medidas concretas e normativas para as demandas judiciais envolvendo a assistência à saúde. Esse grupo aprovou a Recomendação nº 31, de 30 de março de 2010, a qual estabelece diretrizes para os juízes em relação às demandas que envolvem o direito à saúde, e a Resolução nº 107, de 6 de abril de 2010, que instituiu o Fórum Nacional do Judiciário para monitoramento e resolução das demandas de assistência à saúde – Fórum da Saúde (SCHULZE, 2015). Este Fórum tem como iniciativa viabilizar o diálogo entre os sistemas de justiça e de saúde.

Na conformação de aparatos de conciliação capazes de dirimir os conflitos em torno da judicialização da saúde, o CNJ fomentou a criação de órgãos compostos por profissionais das áreas médica, farmacêutica, de assistência social e de membros das secretarias estaduais e municipais de saúde, com a finalidade de auxiliar os magistrados na deliberação sobre processos envolvendo temas de saúde. Isto evidencia que os trabalhadores sociais encontram-se intimamente ligados aos processos de garantia (ou não) de direitos sociais, como o da saúde. (SCHULZE, 2015).

Na política de assistência social, a literatura demonstra que a busca pela efetivação de direitos via judicialização ocorre, especialmente, em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). O BPC está previsto no art. 2º da Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993), e consiste no direito à renda de um salário mínimo para idosos e pessoas com deficiência que tenham renda familiar mensal *per capita* de

até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo mensal e que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Verifica-se, também, a ausência de processos judiciais imputados pela população beneficiária e relacionados aos demais benefícios previstos pela política de assistência social (auxílio natalidade e auxílio funeral).

Os serviços sociais, as famílias e os processos de judicialização

Na revisão da literatura, observa-se que os estudos sobre a judicialização estão concentrados sobre os processos que buscam a efetivação de direitos de cidadania, sobre as ações que envolvem o próprio Judiciário, especialmente vinculadas a seus profissionais (juízes, promotores) e a seus órgãos (Ministério Público, CNJ, dentre outros) e sobre a configuração das demandas que chegam ao Judiciário e suas respostas. Trata-se de uma literatura rica na exploração do caráter emancipatório da judicialização, porém deficitária na discussão do caráter contraditório e ambíguo que permeia a inserção do Judiciário na arbitragem dos conflitos sociais, conforme apontado por Andrade (2006). Além disso, há ausência de estudos que tratem da implicação dos serviços sociais nos processos de judicialização. Tal implicação, observada através do processo de investigação empreendido, se constrói por meio das ações profissionais, especialmente dos assistentes sociais que trabalham sob a perspectiva da garantia dos direitos de cidadania e, portanto, desenvolvem ações que visam garantir tais direitos. Por exemplo, os relatos de assistentes sociais indicam uma participação importante no acionamento do Judiciário, por meio da orientação aos usuários – em larga proporção aos usuários pobres, para a busca desses direitos tanto na saúde como na assistência social. Constroem-se também à medida que são altamente demandados para intervir em situações em que os direitos, especialmente dos vulneráveis, podem estar sendo violados no âmbito da família, ou ainda, a partir das demandas do próprio Poder Judiciário na solicitação que faz aos serviços para a execução de determinados procedimentos ou acompanhamento das famílias. Esta constatação é o ponto de partida para, em primeiro lugar, reconhecer explicitamente que os serviços sociais são espaços fundamentais na tessitura dos processos de judicialização e, em segundo, examinar as relações que se desenrolam entre os serviços sociais e o Judiciário através de seus profissionais, tendo como sujeito central a família.

Diante da profusão de concepções que têm presidido o debate sobre serviços sociais, as quais incluem diferentes perspectivas analíticas e partem de diversas áreas de conhecimento, este trabalho afina-se com a corrente que os considera no contexto geral dos serviços vinculados às diversas políticas sociais, e não apenas à assistência social, como sugere Sarasa (2000, p. 350):

Los servicios sociales son, en cierto modo, parte de ese conjunto de redes y, junto a las pensiones no contributivas y las rentas mínimas de inserción, constituy en lo que ha venido a denominarse 'la última red de seguridad' del bienestar. Los servicios sociales recogen a cuantos caen, o no llegan a alcanzar, otras redes imaginariamente más altas de la Seguridad Social, los servicios sanitarios, educativos y de vivienda.

Ao conceber os serviços sociais no contexto geral dos serviços vinculados às diferentes políticas sociais, Britos (2006), considerando as relações entre Estado, mercado e organizações da sociedade civil na prestação e no financiamento dos serviços sociais, bem como a distância em relação à lógica mercantil, classifica os serviços sociais em comerciais, não governamentais, ou do terceiro setor, e estatais.

Os serviços sociais comerciais são movidos pela lógica do mercado e, portanto, somente tornam-se viáveis se os seus custos não ultrapassarem os seus benefícios. Os serviços sociais não governamentais ou do terceiro setor prestam serviços gratuitamente aos usuários finais, porém dentro de cálculos sobre o custo de sua produção. Os serviços estatais são geralmente gratuitos e determinados por decisões político-institucionais, ou seja, são ofertados a partir de determinações constitucionais e visam à satisfação dos direitos sociais dos cidadãos. No Brasil, a CF/1988 reconhece que a oferta de serviços públicos é uma incumbência do Estado, e atribui a ele diversas competências para que os serviços sejam prestados, a fim de garantir dignidade aos cidadãos (CATÃO, 2009). Desta forma, os serviços de natureza pública estatal deveriam atuar como ponto de convergência e mediação de ações vinculadas à proteção social, pois exercem papel fundamental para o desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social, bem como para o enfrentamento dos riscos circunstanciais. Conferem, ainda, materialidade às políticas sociais e, por conseguinte, garantem direitos sociais. (BRITOS, 2006; MIOTO, 2010).

No entanto, assiste-se ao avanço da lógica gerencial sobre os serviços públicos estatais que tem provocado o incremento, cada vez maior, do controle e avaliação de caráter produtivista de suas ações, em detrimento da avaliação dos serviços sob a lógica da fruição dos direitos sociais. Com isso, a mudança no caráter da condução dos serviços sociais público-estatais tem remetido a intervenções profissionais pautadas numa rotina institucional e ancoradas no quadro da legalidade formal, descoladas de uma leitura mais ampla dos processos sociais. Este contexto tem impactado fortemente as relações que se estabelecem com as famílias dos usuários dos serviços sociais.

Como apontado por Saraceno e Naldini (2003) e Saraceno (2013), a relação entre família e serviços sociais é permeada por contradições que vão desde o paradoxo da incorporação da família no contexto da cidadania moderna até o descompasso entre suas finalidades e as formas de enquadramento das famílias nos serviços. O paradoxo histórico consiste no fato de, ao ser assegurado à família o direito à privacidade e também o direito à proteção, toda a intervenção com ou nas famílias implica o ferimento de um desses direitos. Assim, apesar da afirmação e defesa da lógica dos direitos no direcionamento das ações profissionais com famílias, não se pode esquecer que estas implicam também em controle social. Este, entendido como o controle do Estado sobre a sociedade, através de mecanismos estabelecidos pela ordem social com o objetivo de disciplinar e submeter os indivíduos a determinados padrões sociais e princípios morais, garantindo conformidade de comportamentos. As contradições na relação direta entre famílias e serviços sociais estão vinculadas à forma como estes modulam níveis de adequação e de requisições para as famílias. Ao mesmo tempo em que são organizados para cumprir determinadas finalidades ou aliviar as tarefas da família, requerem trabalho e se constituem como agências de definição de normas. Mioto (2010) ressalta que, nesse contexto, ganha corpo a questão da desigualdade social à medida que as famílias não se encontram nas mesmas condições materiais e culturais, e, portanto, as suas possibilidades de usufruírem dos serviços também se tornam desiguais. Esta desigualdade se reflete tanto na forma de avaliá-los como nas negociações que estabelece sobre as condições e qualidade dos serviços ofertados, quanto para a combinação de recursos para acessar e usufruir dos serviços.

Além disso, quando se trata de relações entre serviços sociais e famílias, é fundamental destacar que os serviços, especialmente de seus profissionais, colocam em movimento os consensos e pactuações reinantes nas sociedades em torno do que se considera família e do *quantum* de responsabilidade que cabe na provisão de bem-estar. Apesar de atualmente estarem evidente as disjunções entre a delegação de responsabilidade e a capacidade efetiva das famílias em responderem às expectativas postas sobre ela, a máxima da solidariedade familiar, contraditoriamente, sobrevive permeando a máxima da solidariedade coletiva que constitui a base de sociedades pautadas na garantia de direitos de cidadania, especialmente dos direitos sociais. Na tensão entre estas duas lógicas, vão se estruturando as relações com as famílias e vão lhes impingindo alto grau de responsabilidades através da concertação entre o campo legislativo e o campo da política social. Neste processo, especialmente através de determinados códigos culturais, são realizadas as articulações necessárias para a efetivação – ou não, ou em termos – dos processos de responsabilização das famílias. A partir destas atribuições construídas em torno da família, torna-se possível desautorizá-las à medida que não correspondam às expectativas colocadas sobre o seu papel e suas responsabilidades e também culpabilizá-las pelos seus fracassos, podendo chegar à sua judicialização. (MIOTTO, 2016).

Neste processo de responsabilização – tanto no marco dos mecanismos que podem dar sustentação às famílias, como, por exemplo, no acesso a bens de saúde, a benefícios como naqueles que as desautorizam, culpabilizam e judicializam – se desenrola em grande medida, pelas dinâmicas dos serviços sociais e de seus profissionais.

Os processos de judicialização: questões postas no cotidiano dos serviços sociais

Tendo como base a observação dos serviços sociais público-estatais, através da atuação dos profissionais no âmbito das políticas de saúde e assistência social, aponta-se que as questões que têm interferido na dinâmica de tais serviços estão concentradas em dois campos principais. Um deles relacionado às situações que implicam na definição de responsabilidades entre as instâncias implicadas na provisão de bem-estar social – o Estado, a sociedade civil, a família – e definidas legal-

mente; e outro referente às relações que se estabelecem entre os serviços sociais e o setor Judiciário.

No primeiro campo, situam-se os processos que envolvem, primordialmente, a obrigatoriedade legal da família na proteção de seus membros. Com base nesta obrigatoriedade, as famílias têm sido cada vez mais requisitadas pelo Estado para assumir responsabilidades na gestão de determinados segmentos, como criança e adolescente, idosos e pessoas com deficiência, conforme versa a prerrogativa da lei segundo a qual é “dever da família, da comunidade, da sociedade civil e do Estado, assegurar o atendimento e a garantia de direitos dos mesmos”. (BRASIL, 1990; 2003).

De acordo com Gomes e Pereira (2005, p. 361), diante da ausência de políticas de proteção social à população pauperizada, em consequência do retraimento do Estado, a família é “chamada a responder por esta deficiência, sem receber condições para tanto. O Estado reduz suas intervenções na área social e deposita na família uma sobrecarga que ela não consegue suportar, tendo em vista sua situação de vulnerabilidade socioeconômica”. Nesse contexto, os profissionais têm sido chamados a intervir na emblemática questão relacionada ao direito à convivência familiar e comunitária. Para a defesa deste direito em relação aos idosos, tem-se apelado para a obrigação legal do cuidado, especialmente a ascendentes. Não tem sido rara a imposição aos filhos da obrigação legal do cuidado de um pai, quando aqueles foram, ao longo da história familiar, violentados em seus direitos por esse pai e separados dele por longos anos.

Tem sido uma constante delegar legalmente o idoso doente, que necessita de cuidados em tempo integral, a uma filha que vive sozinha com seus filhos pequenos e não pode abdicar do mercado de trabalho. Também são chamados a intervir nas situações de violações de direitos impetradas no espaço doméstico. Referem-se aos mais diversos tipos de violências, dentre as quais está a negligência. Nas situações em que a violação de direitos impetrados a crianças, adolescentes e idosos pela família se mescla com as violações de direitos como a alimentação, a saúde, a moradia e a educação, os dilemas tendem a se aprofundar.

No segundo aspecto referente às relações estabelecidas entre os serviços sociais e o Judiciário, as questões parecem convergir para o

papel que o profissional assume no processo de judicialização. Nos serviços, constata-se a forte tendência de delegar para o assistente social a tarefa de estabelecer essa relação, tanto na direção dos serviços para o âmbito da justiça, como na direção da justiça para os serviços. Neste processo, em que pesam as demandas institucionais, a autonomia do exercício profissional se restringe significativamente. Esta questão tem sido associada à trajetória de subalternidade da profissão, especialmente no contexto da política de saúde e do Judiciário, bem como ao estatuto pouco reconhecido da assistência social como um direito no campo da política social brasileira. (IAMAMOTO, 1992; SPOSATI, 1985; MONTAÑO, 2011).

A configuração destes dois campos de questões, embora presente tanto nos serviços de saúde como nos de assistência social, possui dinâmicas distintas. No campo da saúde, observa-se que o movimento da judicialização acontece prioritariamente dos serviços de saúde em direção ao sistema de garantia de direitos quando se detectam situações de violação de direitos (impetradas pelas famílias no Judiciário) nas quais a notificação é obrigatória, e também naquelas nas quais as famílias dos usuários dos serviços ou não se apresentam como suporte efetivo de cuidado a esses serviços ou – particularmente na área hospitalar – “não se dispõem” a acolher tais usuários em suas casas, após a alta. As referidas situações geralmente estão vinculadas à premência da desocupação do leito hospitalar.

Em todos estes processos, o assistente social ocupa lugar central e os dilemas se impõem. Estes estão basicamente relacionados às avaliações que realiza onde se defrontam, de um lado, a realidade social das famílias e, de outro, as exigências que estão lhe sendo reclamadas ou impostas pelos serviços. Referem-se também às formas de lidar com tais situações no contexto dos serviços, considerando que, geralmente, existe uma avaliação social de outros profissionais (médicos e enfermeiros) que pré-existe à avaliação dos assistentes sociais e que tem peso muito significativo, tanto na avaliação do assistente social como no encaminhamento da situação.⁴ Os dilemas se impõem à medida que existem avaliações discrepantes entre os trabalhadores sociais e os

4 Para uma discussão aprofundada sobre a avaliação demandada aos assistentes sociais por outros profissionais, consultar Alves (2018).

demais profissionais, e se aprofundam quando as relações entre os profissionais são movidas por lógicas hierárquicas acentuadas. Observa-se que as avaliações estão fortemente ancoradas na concepção de família reinante nos serviços, bem como no grau de responsabilidade que atribuem a ela na provisão de bem-estar.

O trabalho de Barcelos (2011) é ilustrativo, ao demonstrar o uso instrumental da concepção de família pelos profissionais. Segundo a autora, o entendimento dos profissionais sobre as famílias usuárias acontece dentro de um processo dinâmico de aproximações. Baseia-se, inicialmente, em experiências pessoais e, posteriormente, quando estas falham, articulam-se outras possibilidades de compreensão. Porém, a mudança de concepção é direcionada essencialmente pela necessidade da realização do trabalho de cuidado por parte da família. Isto não significa uma mudança na concepção dos profissionais, pautada nos valores e experiências pessoais destes.

Na mesma direção, Bianco (1995) afirma que os profissionais têm papel importante no estabelecimento da relação entre família e serviços, à medida que, além de terem uma visão naturalizada da participação da família, induzem suas práticas a partir de juízo de valor sobre as famílias. Assim, os serviços se colocam diante das boas famílias, que são aquelas que acolhem e oferecem sustentação aos seus doentes e entram nos serviços para humanizá-los. As más famílias, por sua vez, são aquelas que delegam o serviço que deveriam prestar a seus membros necessitados e se furtam de sua presença e dos cuidados. Portanto, parece que são estas as famílias que têm sido passíveis de processos de judicialização.

No campo da assistência social, o movimento dos processos de judicialização ocorre de forma diversa dos serviços de saúde. As entrevistas com os profissionais apontam no sentido de que o acesso à justiça e a garantia dos direitos socioassistenciais estariam mediados pela organização dos serviços, através da intervenção dos profissionais, e por sua estreita relação com o Poder Judiciário. É justamente o sistema de justiça que tende a demandar aos serviços da assistência social o provimento da proteção social, seja requisitando o Estado para que cumpra o seu papel de provedor de direitos ou requisitando que a família seja a responsável pela garantia da proteção social daqueles que a compõem.

Os profissionais reconhecem o aumento expressivo de solicitações do Ministério Público, para a realização de avaliações do contexto familiar, relatórios situacionais, pareceres sociais das famílias em acompanhamento ou não pela equipe do Sistema Único de Assistência Social (Suas), geralmente com prazo determinado e bastante exíguo. Esta situação, além de sobrecarregar as equipes dos serviços, compromete o estabelecimento de vínculos dos profissionais com as famílias a serem acompanhadas, uma vez que as requisições se concentram no controle das situações de (des)proteção social no seio familiar. (DAL PRÁ; WIESE; MIOTO, 2018; IPEA, 2015).

Outra característica da judicialização na assistência social é a porta de entrada das famílias para atendimento nos serviços socioassistenciais mediada pelo sistema de justiça. O Suas possui dois níveis de proteção social [básica e especial] que devem articular seus serviços com outras políticas públicas e entre si, a fim de garantir os encaminhamentos e acompanhamentos necessários para as famílias identificadas com violação de direitos. No entanto, em algumas realidades específicas, esta relação não se estabelece sem barreiras, pois os serviços somente iniciam o atendimento familiar a partir da situação verificada e do encaminhamento prioritário ou exclusivo via Ministério Público, Tribunal de Justiça, Delegacias e Conselho Tutelar, desconsiderando a relação que deveria se estabelecer entre os serviços no interior do Suas. (DAL PRÁ; WIESE; MIOTO, 2018).

A investigação demonstrou também que, em determinadas situações, a relação das famílias com a justiça se modifica, em especial, quando envolve a necessidade de mudanças de comportamento e responsabilidades para com os cuidados de alguns membros específicos da família [especialmente adolescentes e idosos] ou para a adesão das famílias aos serviços socioassistenciais. Nestes casos, não raro, são as equipes que acionam a justiça, a fim de provocar tais mudanças no comportamento familiar, seja de cuidado ou de adesão, inclusive com o “propósito” de garantir direitos. Recorrer à justiça com a finalidade de garantir direitos de segmentos específicos, desconsiderando o contexto social em que vivem as famílias atendidas indica qual a concepção de trabalho com famílias posta em movimento pelos profissionais nos serviços. (DAL PRÁ; WIESE; MIOTO, 2018).

Assim, na assistência social, observa-se que muitas das famílias provenientes de demandas do setor Judiciário já estão judicializadas, o que implica em processos interventivos, em grande parte definidos pelo próprio Poder Judiciário. Além de demonstrar a intensidade do grau de judicialização da questão social existente hoje no Brasil, isso também implica diretamente nos trabalhadores sociais em processos de regulação das famílias. Ao mesmo tempo em que, movidos pelo projeto ético-político da profissão, anseiam trabalhar numa perspectiva emancipatória, via de regra, acabam pressionados pela autoridade judicial.

Nas situações apresentadas, a judicialização explicita seu caráter contraditório, se, por um lado, recorre-se à justiça para a garantia dos direitos das famílias, por outro, mas com o mesmo discurso de garantia de direitos, a judicializa e a culpabiliza. Sierra (2014) reforça esta assertiva ao indicar que a judicialização pode ser tanto uma alternativa para a efetivação de direitos, como pode reforçar a tendência do Judiciário em aplicar seu poder de forma repressiva conduzindo ao disciplinamento e normalização de condutas.

Esta contradição é percebida pelos profissionais quando indicam que a judicialização na assistência social produz como efeito o desestímulo das famílias em comparecer aos serviços, ao entendê-los como espaços de coação, cobrança e vigilância.

Em suma, a análise dos processos de judicialização parece não poder prescindir da consideração de três aspectos. O primeiro deles diz respeito à tradição histórica da sociedade brasileira na vinculação entre pobreza, assistência social e judicialização. O segundo aspecto é dado pela arquitetura do Suas (BRASIL, 2005) que, ao dispor de seus níveis de complexidade na oferta de serviços socioassistenciais, relacionou-os à questão da violação de direitos – neste caso, ligada primordialmente à família. A proteção básica, oferta serviços para as famílias que ainda não têm direitos violados – leia-se direitos violados no âmbito doméstico; e a proteção especial, oferta serviços para aquelas famílias que violam direitos. Esta associação tem tido implicações não triviais nos processos interventivos e tem conduzido à intensificação dos processos de judicialização das famílias. O terceiro aspecto, diretamente vinculado ao segundo, corresponde à adoção de uma barreira para o acesso aos serviços socioassistenciais, especialmente quando envolvem crianças e adolescentes.

O acesso aos serviços é condicionado a encaminhamentos realizados por agentes vinculados ao Sistema de Garantia de Direitos que tem estreita vinculação com o Poder Judiciário. Esta barreira teria como finalidade preservar a capacidade de atendimento dos serviços, porém tem gerado efeitos bastante perversos para as famílias e também nas relações entre os usuários e os profissionais dos serviços.

Considerações finais

A problemática dos processos de judicialização nas políticas de saúde e assistência social, ainda que não tratada de forma suficiente na literatura brasileira, vem se constituindo uma preocupação cada vez maior dos assistentes sociais implicados nesses processos. As disjunções que ocorrem entre as postulações da profissão e as exigências postas à política social no Brasil, diante dos (des)caminhos do modelo de desenvolvimento adotado pelo país, têm tido implicações cada vez maiores no exercício profissional e os dilemas tendem não só a aumentar, como também a se agravar. Portanto, o conhecimento e a compreensão de tais dilemas, bem como do contexto no qual estão colocados, tornam-se essenciais para a construção de respostas que possam não apenas aliviar a angústia dos profissionais, mas também fazer a diferença no encaminhamento das situações presentes no cotidiano dos serviços.

Finalmente, não se pode deixar de assinalar que os processos de judicialização vinculam-se, em grande medida, à responsabilização das famílias na provisão de bem-estar e estão cada vez mais em evidência, no contexto da política social brasileira. Portanto, parecem associar-se também à estratégia de externalização presente no campo dos serviços públicos de natureza estatal, em tempos de reestruturação produtiva e de política neoliberal, conforme descrita por Britos (2006). Para a autora, implica em medidas de transferência da prestação de serviços para organizações comerciais, bem como para serviços de organizações não governamentais e unidades domésticas, ou seja, para as famílias. Esta nova estratégia repercute nas condições de prestação dos serviços e nas oportunidades de acesso dos usuários.

**Artigo submetido em 14/02/2018 e aceito
para publicação em 13/03/2018**

Referências

ALVES, F. L. **A configuração da demanda de atuação dos assistentes sociais em serviços de saúde:** questões do “social” como matéria-objeto de trabalho. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFSC-Florianópolis, 2018. 350 f.

ANDRADE, V. R. A colonização da justiça pela justiça penal: potencialidades e limites do Judiciário, na era da globalização neoliberal. **Katalysis**, v. 9, n. 1, 2006, p. 11-14.

BARCELOS, M. S. **A incorporação da família nos serviços de saúde:** um debate a partir das concepções dos profissionais num hospital de alta complexidade. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFSC-Florianópolis. 2011. 169 f.

BIANCO, L. Sotto lo stesso teto. In: ARANCIO, S. (Org.). **Politiche per le famiglie**. Torino: Gruppo Abele, 1995.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004)**. Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Brasília, 2005.

_____. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 25/10/2015.

_____. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm>. Acesso em: 25/10/2015.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 25/10/2015.

BRITOS, N. **Ambito profesional y mundo do trabajo**. Políticas sociales y trabajo social em los noventa. Buenos Aires: Espacio, 2006.

CAMPOS, M. S.; REIS, D. S. Metodologias do trabalho social no CRAS. In: CRAS: Marcos Legais, **Capacita CRAS**, v. 01, 2009, p. 41-70.

CATÁO, A. L. **O serviço público no direito brasileiro**. Breves comentários acerca de sua natureza jurídica. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2606>>. Acesso em: 05/04/2009.

DAL PRÁ, K. R.; WIESE, M. L.; MIOTO, R. C. T. **Política social e acesso à justiça**: um estudo sobre a judicialização das demandas sociais de Saúde e Assistência Social. Relatório Final de Pesquisa. 2018. UFSC-Florianópolis (digit).

DELDUQUE, M. C.; CASTRO, E. V. A mediação sanitária como alternativa viável à judicialização das políticas de saúde no Brasil. **Saúde Debate**, v. 9, n. 105, 2015, p. 506-513.

ESTEVEES, J. L. M. Cidadania e judicialização dos conflitos sociais. **Revista de Direito Público**, v. 1, n. 2, 2006, p. 41-54.

GOMES, V. S.; AMADOR, T. A. Estudos publicados em periódicos indexados sobre decisões judiciais para acesso a medicamentos no Brasil: uma revisão sistemática. **Cadernos de Saúde Pública**, n. 31, v. 3, 2015, p. 451-462.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, n. 10, v. 2, 2005, p. 357-363.

IAMAMOTO, M. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **As relações entre o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e o Sistema de Justiça**. 2015. Disponível em: <http://pensando.mj.gov.br/publicacoes/?pub_id=1008668>. Acesso em: 15/07/2016.

MIOTO, R. C. T.; DAL PRÁ, K. R. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S. C.; CARLOTO, C. M. (Org.). **Familismo, direitos e cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015, p. 147-178.

MIOTO, R. C. T. Famílias Contemporâneas? Intervenções Contemporâneas? In: DE MARTINO, M. S.; GIORGI, V. (Org.). **Miradas iberoamericanas sobre practicas familiares**. Montevideo: EPAL. 2016. Disponível em: <http://cienciasociales.edu.uy/departamentodetrabajosocial/wp-content/uploads/sites/5/2016/11/Miradas_Iberoamericanas.pdf>. Acesso em: 30/01/2018.

_____. Família, trabalho com famílias e serviço social. **Serviço Social em Revista**, v. 12, n. 2, 2010, p. 163-176.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2011.

SARACENO, C. Le compatibilità sociali nella riforma del welfare. **Animazione Sociale**, 1997, p. 12-34.

_____. **Il Welfare: modelli e dilemmi della cittadinanza sociale**. Bologna: Il Mulino, 2013.

SARACENO, C.; NALDINI, M. **Sociologia da família**. 2. ed. Lisboa: Estampa Ltda., 2003.

SARASA, S. La última red de servicios personales. In: ADELANTADO, J. (Coord.). **Cambios en el Estado del Bienestar**. Políticas sociales y desigualdades. Barcelona-España: Icaria-UAB, 2000, p. 349-378.

SCHULZE, C. J. **O papel do conselho nacional de justiça na judicialização da saúde**. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. 2015. Disponível em: <http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/colecao2015/CONASS-DIREITO_A_SAUDE-ART_10B.pdf>. Acesso em: 25/10/2015.

SIERRA, V. M. O Poder Judiciário e o Serviço Social na judicialização da política e da questão social. **Ser Social**, v. 16, n. 34, 2014, p. 30-45.

_____. A judicialização da política no Brasil e a atuação do assistente social na justiça. **Katalysis**, v. 14, n. 2, 2011, p. 256-264.

SPOSATI, A. et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão de análise**. São Paulo: Cortez, 1985.

VENTURA, M. et al. Judicialização da saúde, acesso à justiça e a efetividade do direito à saúde. **Physis**, n. 20, v. 1, 2010, p. 77-100.

VICTORA, C. G. et al. Condições de saúde e inovações nas políticas de saúde no Brasil: o caminho a percorrer. **The Lancet**. Saúde no Brasil, 2011, p. 90-102.

Apontamentos sobre a controversa centralidade da família no trabalho social

/ Notes on the controversial centrality of the family in social work

JOANA ANGÉLICA BARBOSA GARCIA¹

Resumo: Este artigo discute o trabalho social com famílias na política de assistência social, com base na análise de orientações normativas produzidas neste campo e na observação de experiências profissionais. Alguns apontamentos são apresentados na forma de contribuição ao debate, entre eles a orientação da família como unidade do atendimento, o entendimento e o uso imprecisos da chamada matricialidade sociofamiliar, a fluidez do acompanhamento familiar e sua adequação no trabalho com usuários e programas selecionados. O acompanhamento das famílias é apresentado como um expediente considerado necessário, porém frequentemente praticado com uma fundamentação precária, sem parâmetros a serem observados no tempo, em um ambiente institucional fragmentado e com frágil suporte de uma rede de proteção social. A análise das experiências em curso há mais de duas décadas indica a escassa e, por isso, necessária, adoção de indicadores que orientem o trabalho com famílias.

Palavras-chave: assistência social; família; acompanhamento sociofamiliar.

Abstract: This article discusses the work with families in the Social Assistance Policy, based on the analysis of normative guidelines produced in this field and the observation of professional experiences. Some notes are presented as a form of contribution to the debate, among them: the orientation of the family as a service unit, the imprecise understanding and use of so-called socio-family matricity, the fluidity

1 Professora Associada da Escola de Serviço Social da UFRJ; coordenadora do Núcleo de Estudos e Trabalho sobre Famílias, Infância e Juventude (NETIJ). Doutora em Serviço Social pela UFRJ e pós-doutorado pela Queen's Mary University.

of family monitoring and its use with selected users and programs. The monitoring of families is presented as an expedient considered necessary, but often practiced with a precarious foundation, without parameters to be observed throughout a certain period, in a fragmented institutional environment and with fragile support of a social protection network. The analysis of the experiences that have been going on for more than two decades indicates the scarce and, therefore, necessary, adoption of indicators that guide the work with families.

Keywords: social assistance; family; family monitoring.

O trabalho com famílias tem sido motivo de um debate contínuo e polêmico no âmbito profissional do Serviço Social. O entendimento sobre a importância das famílias como referência de socialização e suporte para seus membros representa um ponto de convergência de um amplo espectro de visões, algumas com desdobramentos controversos, entre eles o que as responsabiliza pela (des)proteção. Os argumentos de natureza familista, adotados como parte do receituário neoliberal em diferentes países, responsabiliza as famílias pelo cuidado e proteção, desconsiderando as características e as condições das famílias usuárias das políticas sociais brasileiras (CAMPOS; MIOTO, 2003). Finalmente, a dificuldade de operacionalização de um trabalho integral com as famílias e integrado com uma rede socioassistencial resulta em uma espécie de engessamento operacional e baixa capacidade propositiva.

Desde meados da década de 1990, o Brasil enfrentou mudanças expressivas em termos políticos e institucionais que seguramente impactaram o entendimento e a implementação do trabalho com famílias. Recentemente, depois do processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff, em 2016, assistiu-se a um expressivo desmonte do Ministério do Desenvolvimento Social, com forte impacto para a política de assistência social. Apesar de profundas variações políticas e econômicas, a orientação de adotar a família como referência para o atendimento socioassistencial se manteve, o que confirma que esta orientação se presta a diferentes usos e práticas políticas.

Este artigo pretende discutir as controvérsias em torno da evocação da “centralidade” da instituição familiar, reconhecendo que conteúdos contraditórios, mas, por vezes, combinados, informam esta chamada centralidade. Ideias força como idealização/estigmatização das instituições familiares (SARACENO; NALDINI, 2003), controle e disciplinamento moral (ADORNO, 1990; RAGO, 1995; MIOTO, 2004), familismo e retração do Estado (SARACENO, 1994; ESPING ANDERSEN, 1991; MIOTO; DAL PRÁ, 2012; MIOTO, 2015), participação e protagonismo feminino (GAMA, 2012; ROMERO, KERSTENETZKY, 2015), empoderamento/fixação de papéis das mulheres (CARLOTO; MARIANO, 2010,) constituem valiosas contribuições para o debate acadêmico e profissional e que foram aqui recuperadas para uma interlocução.

Os apontamentos sobre a controvertida centralidade da família no trabalho social são baseados em um trabalho de observação sistemática em diversos programas sociais voltados ao atendimento e acompanhamento de famílias com um claro perfil de classe e de gênero. Ainda que diversas, em suas configurações, sejam famílias pobres, com forte predominância das mulheres como referência familiar, sujeitas às implicações e cobranças sociais sobre sua função protetiva. Ao longo de 25 anos de capacitação de profissionais da política de assistência social e supervisão acadêmica a estagiários, em diversos equipamentos socioassistenciais no Estado do Rio de Janeiro, um extenso material de análise foi paulatinamente sendo colecionado. As ideias aqui apresentadas fazem parte de um rico repertório sobre experiências, consolidado com a contribuição de alunos e profissionais em suas reflexões cotidianas. Com base neste acervo, estes apontamentos serão apresentados como contribuição ao debate sobre o trabalho com famílias na política de assistência social, enfatizando a caracterização da família como unidade do atendimento, a fluidez do acompanhamento familiar e seu uso com segmentos e programas selecionados. O artigo finaliza com a apresentação de questões (des)norteadoras e com a indicação de uma experiência sugestiva como referência de indicadores para o trabalho com famílias.

Família, a base da sociedade (e do atendimento socioassistencial)

A Constituição Federal de 1988, pela primeira vez na história das legislações brasileiras, define genericamente “a família” a partir de

uma referência valorativa e reafirma o papel protetivo do Estado: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. A inclusão desta referência no texto constitucional foi reforçada em normativas subsequentes que modelaram programas e serviços sociais com o enfoque na proteção e no trabalho com famílias.

Ainda que tenha oficializado sua centralidade, a chamada Constituição Cidadã não inaugurou o trabalho social com famílias. Na origem da República no Brasil, um projeto de sociedade é instaurado pelo alto, tendo, não apenas como slogan simbólico, mas como orientação prática, as ideias de ordem e progresso. Já neste contexto, a família foi entendida como uma referência estratégica para intervenção, um ambiente privilegiado para a reprodução de valores considerados positivos, sobretudo em relação ao trabalho e à sexualidade. Tais valores eram transmitidos por ações geralmente orquestradas em conjunto pelo Estado, pela Igreja e pelo mundo empresarial. As famílias eram assistidas por uma “vigilância sanitária” realizada por sucessivas gestões governamentais de cunho higienista, pela doutrinação moral da religião e da fábrica, nas vilas operárias e em diversas estratégias de estender os domínios da empresa ao âmbito da vida privada. (RAGO, 1995).

Esperava-se das famílias, especialmente as da classe trabalhadora em condição de pobreza, a preparação das crianças e dos jovens, das mulheres e dos homens, para a ‘adequada vida em sociedade’. Para cada qual se buscava a incorporação de valores específicos, adaptados à perspectiva de gênero e de geração, que os tornassem dóceis e laboriosos (ADORNO, 1990), – homens produtivos e mantenedores dos lares, mulheres afetuosas e disciplinadoras, crianças e jovens ciosos do dever e da obediência. Nesta perspectiva, observa-se certa antinomia que separava as famílias da sociedade, o espaço de dentro e o de fora, o mundo da produção e da reprodução, caracterizando o domínio privado como dotado de valores próprios, modeladores do que se viveria externamente na vida pública.

Esta é uma visão idealizada que não foi inteiramente superada: o modelo típico ideal de família, preferencialmente composta por um casal heterossexual, cuja divisão sexual do trabalho indica para a mulher a função da proteção e do cuidado, figura como a caracterização de ‘família estruturada’, ou ‘família completa’, indicando

“um critério preciso, não só de imagem, mas de ‘integridade’”. (SARACENO; NALDINI, 2003, p. 17).

Em termos estritamente normativos, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Orgânica da Assistência Social representaram um contraste com esta tradição, ao apresentar a instituição familiar como copartícipe do processo de socialização da criança. Com base nestes ordenamentos jurídicos, as famílias pobres voltam a ser foco do poder público sob novos parâmetros, favorecendo um olhar mais complexo sobre a importância da relação familiar. A convivência familiar é valorizada como um direito da criança. A precariedade das condições materiais não é mais entendida (no âmbito estrito da lei) como um impedimento para a permanência da criança na família (ECA, art. 23), assim como a existência destes recursos não deve necessariamente indicar uma maior qualidade na relação afetiva entre os membros.

O Programa de Atenção Integral à Família (Paif) constituiu-se, em nível federal, a orientação normativa pioneira para considerar a instituição familiar como “unidade de atenção para a concepção e a implementação de programas, projetos e serviços” (BRASIL, 2004, p. 5), apresentando uma definição genérica: “Entende-se por família todo núcleo de pessoas que convive em determinado lugar, durante um período de tempo, e que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade” (BRASIL, 2004, p. 5). Esta concepção, com ênfase na habitação e nas formas positivas de interação, pretende indicar uma abertura para modelos distintos de composição familiar, favorecendo a identificação de inúmeras famílias existentes na sociedade contemporânea. Vale considerar, contudo, que, nesta definição, as dimensões de classe, de gênero, de geração e a questão do trabalho não são referidas.

A pluralidade dos tipos familiares se traduz em arranjos e formas de convivência distintos, em que os vínculos também se constituem por motivações distintas, expressam o lugar social e temporal, sendo as dinâmicas internas de poder reproduzidas com base nas relações sociais mais amplas. As formas de dominação mais presentes nas relações sociais também se dão nos diversos tipos de família, nas quais mulheres, crianças, idosos são submetidos a lógicas de poder frequentemente assimétricas e reprodutoras do modelo patriarcal e heteronormativo.

Com a implementação do Sistema Único da Assistência Social (Suas), em 2005, a expressão “matricialidade sociofamiliar” é apresentada como eixo estruturante (BRASIL, 2005, p. 39) do referido Sistema. Seu escopo reitera a definição positiva e ampliada de família, bem como a responsabilização do Estado para que a família exerça seu papel protetivo:

Para a proteção social de assistência social, o princípio de matricialidade sociofamiliar significa que: a família é o núcleo básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social; a defesa do direito à convivência familiar, na proteção de assistência social, supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero; a família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência; o fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social, na própria família, não restringe as responsabilidades públicas de proteção social para com os indivíduos e a sociedade. (BRASIL, 2005, p. 90).

Sposati sintetiza esta definição indicando que a “matricialidade sociofamiliar”:

[...] parte da concepção de que a família é o núcleo protetivo intergeracional, presente no cotidiano e que opera tanto o circuito de relações afetivas como o de acessos materiais e sociais. Fundamenta-se no direito à proteção social das famílias, mas respeitando seu direito à vida privada. (SPOSATI, 2009, p. 43).

A despeito da ampla incorporação no vocabulário profissional do termo matricialidade sociofamiliar, sua compreensão e uso em programas e serviços ainda se apresentam de modo um tanto impreciso (GUEIROS; SANTOS, 2011). Como se trata de um neologismo produzido no âmbito da política de assistência social, o termo foi incorporado como um sinônimo para ‘centralidade’ na/da família, em termos da concepção e implementação dos benefícios, serviços,

programas e projetos. Mesmo a ideia de centralidade se apresenta um tanto difusa, ainda que haja um conjunto de orientações e protocolos, produzidos em âmbito federal, para orientar o trabalho a ser desenvolvido. (BRASIL, 2008, 2009, 2011, 2012).²

As referências normativas posteriores ao Programa de Atenção Integral à Família (2004) confirmam a importância de caracterizar o núcleo familiar de modo bastante ampliado, preservando sua primazia como lugar de socialização e proteção.

Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. (BRASIL, 2005, p. 35).

Na prática, todavia, esta caracterização positiva e apreciável da família se presta a leituras judicativas e desqualificadoras, tal como indicam Saraceno e Naldini (2003), acerca da ambivalência da caracterização da família: ora como refúgio, ora como lugar de opressão. Esta ambivalência não é, contudo, atribuída indistintamente: há um claro viés de classe na caracterização dos tipos a serem demonizados. Quando constituídas de modo considerado não adequado, seja pela ausência de algum membro, seja pela diversidade na sua composição, seja pelos códigos, vivências e reprodução de padrões violentos, tais famílias são frequentemente denominadas desestruturadas. E este tem sido, ao longo dos anos, o principal “passaporte de entrada” para seu acompanhamento. A crença na família, como responsável pelo caráter e conduta social de seus membros, combinada com certa suspeita em relação às famílias pobres sobre sua capacidade de proteger e transmitir valores positivos, ainda são concepções associadas às formas contem-

2 Todos os documentos indicados eram disponibilizados em sítio eletrônico do MDS. A partir do governo Temer, em 2016, com a extinção do Ministério, o rico acervo do sítio eletrônico foi retirado e não se encontra mais disponível ao público a partir desta fonte governamental (até 02/2018).

porâneas de trabalho com famílias, constituindo uma referência híbrida de proteção com controle e disciplinamento moral.

A mulher, neste contexto, se vê responsável pelos cuidados com a família e afazeres domésticos, sofrendo o que Dutra et al. (2013) observam como uma forma de isolamento e sua dedicação exclusiva ao lar como um ato de violência e opressão. Saraceno (1994), ao analisar o familismo na realidade italiana, indica que a unidade familiar é baseada na disposição da mulher de reduzir seus direitos individuais em favor dos direitos do marido, o que reduz seu próprio direito à segurança previdenciária, baseada no emprego e aumenta sua dependência em relação ao provedor. Esping Andersen, ao caracterizar os modelos de *welfare state*, indica que “segundo a tradição conversadora, as mulheres são desencorajadas em relação ao trabalho, é claro; de acordo com o ideal liberal, as questões de gênero importam menos que o caráter sagrado do mercado” (ESPING ANDERSEN, 1991, p. 110). Finalmente, Gama, em estudo sobre trabalho e responsabilidades familiares no Brasil, reforça que “ao definir o papel reprodutor da mulher como primário, o Estado brasileiro reforçou o estatuto secundário da sua atividade produtiva”. (GAMA, 2012, p. 156).

Uma pesquisa sobre mulheres parlamentares e sua interferência na política brasileira, com temas que tratam das políticas família-trabalho, indica a força do modelo familista:

Não podemos descartar ainda a hipótese de que normas de gênero familistas, que reconhecem nos cuidados uma função tipicamente feminina, ainda impregnariam atitudes e opiniões de mulheres políticas, mesmo quando elas se inclinam em prol de políticas potencialmente emancipadoras como as PFT [políticas família-trabalho]. (ROMERO; KERSTENETZKY, 2015, p. 142).

Ainda acerca da centralidade da família no atendimento, observa-se que o trabalho não é necessariamente realizado com a família, mas frequentemente com um membro dela, geralmente a mulher, onde sua identidade (mãe, esposa, cuidadora) e/ou demanda específica da família (privação material, violência doméstica, uso de álcool e drogas) é considerada. Os serviços tendem a ser constituídos a partir de “‘indivíduos-problema’ e ‘situações específicas’, [...] não

contemplando a família como uma totalidade” (TEIXEIRA, 2010, p. 251). É verdade que o fato de os membros das famílias serem cadastrados e/ou atendidos individualmente não configura, necessariamente, um distanciamento da abordagem que considera a situação sociofamiliar daqueles usuários. Ainda assim, estratégias de implicação das famílias como atores coletivos devem ser consideradas, do contrário, a premissa do trabalho integral com famílias fica comprometida e, neste caso, a função da mulher mãe tende a ser mobilizada como a representação oficial e soberana, mais uma vez sobrecarregando a mulher na função de cuidadora e modeladora de comportamentos. Como indica Carlotto e Mariano, “ao tomar como sinônimos ‘centralidade na família’ e ‘matricialidade familiar’, a política de assistência social deixa transparecer no subtexto a ideia de que seu foco, a bem da verdade, é a “função materna”. (CARLOTO; MARIANO, 2010, p. 464).

A fluidez do acompanhamento familiar

No trabalho com famílias, o acompanhamento familiar é apresentado como um dispositivo essencial. No entanto, sua operacionalização é demasiado fluida. Sem apontar referências isoladas ou, mais importante, assumir como inequívoca a observação realizada ao longo de muitos anos, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, considero que a prática do acompanhamento tem sido pouco compreendida (muitas vezes é caracterizada como atendimento sequencial), pouco exercida (raros são os processos de acompanhamento com observação de indicadores e metas) e pouco sistematizada (os relatórios ou registros documentais, quando existem, são, em geral, produzidos como tarefas “burocráticas”, compulsórias, remetidas a quem as solicita).

O Paif foi o primeiro documento a adotar o acompanhamento familiar como parte do processo de trabalho das equipes dos Centros de Referência da Assistência Social:

O acompanhamento psicossocial compreenderá as seguintes atividades: cadastramento das famílias (priorizadas como público-alvo do Paif) para a inclusão no Paif; levantamento e identificação de necessidades das famílias; atendimentos psicossociais individuais e em grupos, promovendo a restauração, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e possibilitando o desenvolvimento das competências familiares

e de protagonismo social; visitas domiciliares; elaboração do Plano de Ação Promocional em conjunto com a família; coordenação do trabalho socioeducativo com as famílias; encaminhamento qualificado à rede intersetorial de serviços; acompanhamento e avaliação do atendimento na rede; controle estatístico do atendimento; registro das informações. (BRASIL, 2004, p. 7).

Observa-se que, nesta acepção, o termo *acompanhamento psicossocial* compreende uma gama de ações de natureza, complexidade e alcance variados que, na verdade, caracterizam o trabalho social com famílias. Nesta proposta, o acompanhamento se expressa como um conjunto diversificado de procedimentos e não como uma ação específica, qualificada, deste trabalho. Se, por um lado, a ausência de especificidade do termo distensiona a tarefa do acompanhamento, associando-a a múltiplas atividades, por outro, não favorece um direcionamento mais fundamentado sobre o que observar, monitorar e propor para as famílias em um processo contínuo de trabalho, subentendido na ideia de “acompanhar”.

No cotidiano da política de assistência social, as ações de acompanhamento familiar são desenvolvidas a partir de programas realizados em âmbito governamental e não governamental, por entidades e organizações inscritas nos Conselhos Municipais de Assistência Social. Atendendo à prescrição da PNAS acerca da “matricialidade sociofamiliar”, tais programas são desenhados para atender e acompanhar as famílias beneficiárias daquele serviço ou programa.

Algumas ressalvas sobre sua implementação, observadas de experiências em curso, podem ser consideradas: em primeiro lugar, como já indicado previamente, o atendimento às famílias não é necessariamente realizado com a família; o acompanhamento não é visto como um processo com etapas planejadas, mas como episódios de atuação nem sempre conectados, dificultando a avaliação e o monitoramento das ações realizadas em uma série histórica; finalmente, a ideia da incompletude institucional é mais comumente associada aos limites institucionais e à prática do encaminhamento do que aos desafios de um trabalho intersetorial integrado. Embora estes traços estejam frequentemente combinados e caracterizem as formas predominantes

de acompanhamento de famílias, cada uma destas questões merece uma problematização particular.

A imprecisão do termo acompanhamento muitas vezes o caracteriza como equivalente ao atendimento. Esta equivalência pode ser considerada decorrente das novas formas de gestão das políticas e programas sociais, que demandam certa formatação do trabalho, por meio de manuais e cartilhas, cobram relatórios de produtividade e condicionam repasse de recursos a resultados. Quando estas medidas são adotadas como uma panaceia de cunho neoliberal (sobretudo como resposta aos apelos de otimização dos gastos públicos e busca de eficiência administrativa), a despolitização e o conservadorismo no trabalho social com famílias se impõem. Com isso, cada ação realizada é computada como um evento, procurando, assim, responder exigências às quais o profissional nem sempre concorda e/ou se apropria. Um exemplo limite deste apelo produtivista ocorreu em uma unidade de assistência social governamental no Estado do Rio de Janeiro, que computava, como atendimento realizado, cada pessoa que passasse por uma cancela colocada na portaria desta unidade. Outro exemplo é a coincidência, observada em alguns relatórios enviados para órgãos de controle social, entre o número de famílias cadastradas em um programa e o número de acompanhamentos realizados.

A ideia de acompanhamento como uma única ação ou como um conjunto variado de ações nem sempre considera os critérios sobre quem acompanhar, as ações previstas, o tempo que estas serão desenvolvidas e os indicadores de avaliação e monitoramento de tais ações. Outro aspecto observado é uma tendência à fragmentação do trabalho. Os atendimentos realizados em um programa nem sempre “se comunicam”, seja por meio de registros, seja por meio de ações integradas, com outros programas que eventualmente atendam àquela mesma família, através daquele ou de outro membro. Em um mesmo território, ou mais grave, em mesmo equipamento, inúmeras ações podem ser realizadas sem que haja uma estratégia de integração do trabalho.

A ideia da incompletude institucional, ou seja, a consideração que as instituições não são capazes de responderem às demandas que constituem a realidade sociofamiliar, apresenta a rede de proteção social como um dispositivo indispensável ao trabalho. No entanto, nem sempre este trabalho em rede é exercido com base em uma convergência de valores e

projetos, em uma pactuação política e institucional, redundando em um conhecimento superficial dos integrantes da rede e na prática de um encaminhamento impreciso que, no limite, pode funcionar como uma passagem da “batata quente”. Um exemplo quase anedótico é o de uma unidade que encaminhava moradores em situação de rua para uma instituição filantrópica que já se encontrava fechada há mais de cinco anos, em decorrência do falecimento do provedor.

Considerando que o trabalho com famílias tende a valorizar certos usuários e/ou certas demandas, serão discutidas, em linhas gerais, algumas ações de acompanhamento com base nestas referências. Vale considerar que estas ações não são exclusivas da política de assistência e os desafios para sua melhor fundamentação têm sido também enfrentados por outras políticas setoriais que, por isso, demandam supervisão sistemática às equipes que trabalham com famílias (CAMPOS; GARCIA, 2007). Uma supervisão sistemática do trabalho com famílias representa uma potência crítica para coletivamente considerar a continuidade ou superação das referências adotadas, atualizar os parâmetros de participação dos usuários, discutir a condição de trabalho e de interferência dos profissionais da linha de frente no planejamento das ações.

A seguir serão apresentados, na forma de ilustração, alguns aspectos do trabalho com famílias por parte da política de assistência, especialmente em nível da proteção especial – Programa Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PaeFi) – que ressaltam as características já elencadas: inespecificidade ou fluidez do acompanhamento, rendição a lógicas produtivistas em que a mensuração das ações se sobrepõe a seu conteúdo e intencionalidade, inexistência ou incipiência de ações articuladas em rede. Para isto, serão considerados os trabalhos com família que envolvem diferentes problemáticas ou públicos preferenciais: crianças e adolescentes em situação de rua, famílias com usuários de álcool e drogas, famílias com notificação de violência doméstica e beneficiários do Programa Bolsa Família. Não se pretende aqui analisar as especificidades de cada um, mas reconhecer alguns traços que se apresentam como entraves ou desafios ao trabalho com famílias.

Ações voltadas para crianças e adolescentes em situação de rua

O contato com as famílias com crianças e adolescentes em situação de rua ou em acolhimento institucional marcou a intervenção assistencial com famílias após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. A situação de rua, a que muitas crianças e jovens experienciaram por razões diferenciadas, embora frequentemente associadas à condição de pobreza, sempre foi considerada um contraste nocivo à vida resguardada pelo ambiente familiar. No entanto, devolver a criança ou o adolescente às famílias de origem ou substitutas foi uma decisão, menos orientada para proteção destes segmentos do que para a preservação da chamada ‘ordem pública’.

Várias ações de ‘reinserção’ familiar foram mobilizadas, movidas por uma clara tradição higienista, que consistia em limpar as ruas dos elementos indesejáveis. Desta forma, a intervenção com famílias assumia uma dimensão acusatória e privatista, na medida em que se devolvia à família, sem um trabalho de acompanhamento sistemático, a responsabilidade pela contenção dos ‘indesejados’.

Com a promulgação do ECA, a estratégia de desinstitucionalização se limitou, em muitos casos, a esvaziar as instituições de acolhimento sem considerar mais detidamente a realidade sociofamiliar e a operar com uma prática de reinserção familiar, nas mesmas bases que orientaram a limpeza das ruas. No caso específico do Rio de Janeiro, uma gestão governamental se notabilizou por envolver a equipe técnica de assistentes sociais, psicólogos e pedagogos para atuarem na linha de frente de um processo de remoção de crianças e adolescentes que ocupavam as ruas em virtude de situações distintas de abandono e ausência protetiva do poder público. A publicação do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro (Cedeca-RJ) problematizou vários aspectos desta política de remoção (PEREIRA, 2013), indicando o arbítrio e a orientação voltada à preservação da ordem pública.

O acompanhamento, nos casos de esgarçamento dos vínculos familiares, é um processo que requer envolvimento dos membros da família que representem vínculos significativos para as crianças e jovens, mas, sobretudo, suporte socioassistencial para tais famílias. Este trabalho será mais favorável à consolidação do direito da criança e

do adolescente quanto melhor reconhecer e trabalhar sobre as razões de saída e as condições para o reingresso. Para que não seja uma ação unilateral exercida pelo poder público em nome do direito destes segmentos, há que haver um pacto de retomada dos vínculos familiares. Assim, o retorno da criança e do jovem poderá ser elaborado, de forma produtiva, para todos os envolvidos.

Famílias com ocorrências de uso abusivo de álcool e drogas

Situações envolvendo o uso abusivo de álcool e drogas são recorrentes no trabalho com famílias, sobretudo nos equipamentos da proteção especial. Embora o uso de drogas não seja prerrogativa de um segmento social específico, para os segmentos sociais que sofrem a vigilância e o controle da sociedade, o acesso e as implicações do uso têm consequências diferenciadas, em termos do interesse público e das modalidades de enfrentamento do problema. Famílias pobres, tidas como potencialmente desestruturadas ou desajustadas, são consideradas mais propensas a produzir um ambiente favorável ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Esta visão das drogas restrita ao consumo dos pobres e suas implicações para a sociabilidade das famílias, nem sempre incorpora a leitura sobre o lucrativo mercado das drogas nas sociedades contemporâneas e o uso discricionário e violento das comunidades de baixa renda como um dos lugares privilegiados para distribuição destas mercadorias. A associação entre pobreza e drogadição é despolitizadora e contribui para a criminalização dos pobres em geral e particularmente dos jovens moradores de favelas.

O acompanhamento de famílias com vivências de uso abusivo de álcool e drogas nem sempre pensa a família como um dos elementos de proteção ao usuário, mas requisita-a como aquela que pode controlar ou amenizar a prática “desviante”. Novamente, a família é recrutada como um escudo que deve proteger a sociedade dos indivíduos e comportamentos nocivos à ordem. Como as instituições públicas que trabalham com usuários são escassas e o tratamento é longo e intermitente, a família acaba por ser reconhecida como o ambiente da contenção e da privatização de um problema com evidente implicação social.

No trabalho com famílias, a rede de serviços sociais tem um papel relevante na prevenção e no tratamento do uso e de suas decorrências.

O trabalho de acompanhamento das famílias com ocorrências de uso abusivo de drogas não pode prescindir de um trabalho em rede, sistemático e permanente, embora a insuficiência e a qualidade depreciada dos serviços resultem no dispositivo de um encaminhamento paliativo, típico da passagem da “batata quente”.

As ações de enfrentamento à violência doméstica

As relações vividas na esfera doméstica são expressão das relações sociais mais amplas e, como tais, replicam as assimetrias de poder presentes na sociedade, de um modo geral. A violência não é criada em espaços sociais específicos, embora alguns deles sejam mais favoráveis à sua reprodução e, de certo modo, justificados socialmente. Onde as relações de poder são mais assimétricas, há maior campo para manifestações violentas. Por esta razão, mulheres, crianças e idosos são mais frequentemente vítimas de formas diversificadas de violência, no ambiente doméstico.

Acompanhar famílias implica em reconhecê-las como espaço de reprodução de valores e socialização primária. Sendo assim, a família representa proteção, mas também é um ambiente conflitivo, tensionado por lógicas violentas. Reconhecer esta dimensão contraditória é determinante para combater imagens idealizadas e considerar que os conflitos não podem ser suprimidos em função do trabalho realizado, mas podem e devem ser equacionados em formas mais democráticas e negociadas de exercício do poder intrafamiliar.

Os indicadores de violência doméstica são mais referidos aos segmentos de baixa renda, claramente mais expostos ao controle social e aos mecanismos de notificação. Qualquer tentativa de estabelecer associações entre classe e ocorrência de violência doméstica deve observar as formas de atribuição adotadas e seu enquadramento sociopolítico para que não se reproduza a ideia preconceituosa que os pobres são mais violentos que outros segmentos sociais.

Contemporaneamente, as famílias perpetradoras de diferentes tipos de violência contra crianças e adolescentes têm sido notificadas ao Conselho Tutelar. Este, por sua vez, não tendo sido desenhado para realizar acompanhamento, repassa à rede de serviços, mas nem sempre

encontra instituições que realizam um trabalho com as famílias, apenas se restringindo a atender, quando muito, os mais diretamente afetados por atos de violência.

Os programas voltados ao trabalho com famílias, no âmbito da política de assistência, são demandados a realizar o acompanhamento dos casos de violência doméstica. Novamente a ausência de uma rede de proteção, que possa oferecer abrigo e serviços especializados para crianças e mulheres vítimas de violência, torna o trabalho insuficiente e paliativo. Mais uma vez, a separação entre o público e o privado orienta, de modo equivocado, a leitura da violência como um componente produzido nos ambientes familiares.

Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF)

O PBF caracteriza-se como um programa de transferência de renda, com um razoável grau de despersonalização quanto a critérios de inclusão e repasse de recursos, o que acaba por propiciar uma forma alternativa de interação entre beneficiários e promotores da assistência. Se a mediação anterior era permeada pela relação direta entre os gestores da política e os usuários, no modelo deste programa, o sistema – entidade anterior e superior aos envolvidos – escolhe, com base em um cadastro único, a ordem de quem entra e destina diretamente o recurso à família.

Uma herança dos primórdios do Brasil republicano, que as formas contemporâneas de proteção social, especialmente o PBF, buscaram combater, é o que se denominou “política de clientela” ou “clientelismo”. O clientelismo sempre se caracterizou como um dos fatores que mais comprometeram a consolidação de uma cultura de cidadania nas relações entre os agentes envolvidos na intervenção social. Mas não se trata de uma prerrogativa do mundo da assistência: a política de clientela se associou a vários traços presentes nas relações de poder no Brasil, caracterizando hierarquias e relações de reciprocidade assimétricas. Uma representação institucional característica desta assimetria é a ideia de que os serviços sociais têm um ‘patrono’, a quem compete decidir os critérios da distribuição dos recursos destinados a fins públicos. Os usuários são, em muitos casos, caracterizados como parte deste espólio, na medida em que são denominados: “meus clientes”, “meus meninos”, “minhas famílias”, sendo

esperada uma contrapartida pessoalizada, na forma de apoio, reconhecimento, mudança de conduta, voto.

Em relação ao acompanhamento familiar, cabe considerar alguns tensionamentos desta proposta. O contato face a face, responsável pelas fases de seleção e repasse de benefícios, foi substituído por um processo unificado e informatizado de cadastramento, baseado em critérios considerados “objetivos”. Se, por um lado, assegura-se maior proteção em termos da conhecida cultura de clientela, contaminada por critérios particularistas, por outro lado, burocratiza-se a interação do usuário com a política e pretende-se que as questões que antes caracterizavam a procura dos usuários ao serviço sejam atendidas pelo repasse direto de um recurso monetário.

As condicionalidades impostas aos beneficiários do programa produzem uma ambiguidade no entendimento da cidadania. Crianças e mães são acompanhadas, compulsoriamente, sem liberdade para demandarem tal direito. A condição para acessarem um direito (transferência de renda) está submetida ao usufruto obrigatório de outro direito (saúde, educação). O que deveria ser considerado direito, figura como um dever. Finalmente, um tempero final: o cumprimento do dever – exigido às famílias – é, com frequência, tratado de modo unilateral: cabe às famílias que as condicionalidades sejam cumpridas. Como decorrência, o processo de acompanhamento acaba por se concentrar nas famílias, mais particularmente nas mães, consideradas responsáveis pelo cuidado, que descumprem as condicionalidades. Como salienta Carlotto e Mariano, a figura da mulher associada à família é reproduzida tanto por estas quanto pelas instituições assistenciais. No entanto, “os programas e os serviços da assistência social produzem uma invisibilidade das mulheres, ocultam suas funções e responsabilidades, ao mesmo tempo que fazem uso de seus papéis tradicionais”. (CARLOTTO; MARIANO, 2010, p. 459).

Finalmente, as ações denominadas complementares demandam o exercício da intersetorialidade. Embora apresentada como um mantra autoexplicativo, este exercício implica no incremento de uma prática ainda incipiente na cultura institucional, que orienta a formulação e implementação de políticas sociais. Se as políticas sociais são gerenciadas por pastas distintas e, por conseguinte, comportam um aparato de gestão específico para cada pasta, inves-

tir em propostas e ações partilhadas implica em pactuações políticas, incluindo recursos orçamentários.

Esta apresentação breve das modalidades de acompanhamento em programas, com públicos e destinatários diversos, favorece o reconhecimento de uma tendência bastante apontada no debate sobre o trabalho com famílias: a redução da intervenção a ações paliativas e descoordenadas, que tendem a responsabilizar o usuário pelas problemáticas que sobre ele incidem, sem se remeterem às causas estruturantes do abandono por parte do Estado e da não participação na riqueza socialmente produzida.

Apontamentos finais

No decorrer deste artigo, vários aspectos foram abordados considerando a complexidade do trabalho com famílias e das estratégias que caracterizam o acompanhamento, como uma modalidade de intervenção social. Para finalizar, buscaremos enfatizar três aspectos: em que se traduz o acompanhamento? Quem acompanhar? Como acompanhar?

A visão de que famílias inscritas em programas sociais devam ser acompanhadas parece ter alcançado um relativo consenso. No entanto, a ideia de acompanhamento permanece difusa, sendo frequentemente identificada como um conjunto diversificado de atividades que caracterizam o trabalho com famílias. Quem seriam as famílias a ser acompanhadas? Qual seu perfil preferencial? Por razões de escala, as famílias beneficiárias de um programa de cunho universal não poderiam ser acompanhadas de modo intensivo e particularizado, o que remete novamente à concepção de acompanhamento adotada. Outro aspecto não menos importante é a finalidade do acompanhamento. Se orientado para cumprir exigências normativas, tende a assumir uma conotação burocrática e fiscalizatória.

Um dos princípios da Lei Orgânica da Assistência Social, expresso no art. 4-II, é a “universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas”. Embora a política tenha um caráter universalizante, os serviços assistenciais tendem a adotar critérios de seleção baseados na privação material, aferida com base na renda. Embora seja um indicador

importante, na medida em que é a renda que propicia acesso aos bens de consumo, nem sempre esta medida é acompanhada de outros indicadores que revelem o caráter multidimensional da pobreza e a ocorrência de diferentes privações. O critério solitário de renda tende a equalizar diferentes patamares de desproteção sintetizados no termo “exclusão social” ou mais recentemente nas situações de *risco* e “vulnerabilidade social”. A falta de uma caracterização mais precisa destas situações transforma a referência de origem (pobreza) em contingência com demandas genéricas, por isso sua incidência no trabalho com as famílias nem sempre é materializada em indicadores e metas.

O acompanhamento, como forma distintiva de intervenção, pressupõe um plano de ação, que envolve: a natureza do programa em que as famílias se encontram referenciadas, as finalidades que o programa se propõe alcançar, a seleção das famílias em um universo, bem como a seleção de indicadores de monitoramento e avaliação.

As famílias acompanhadas, muitas vezes de modo episódico e não processual, tendem a ser escolhidas para este fim, com base no não enquadramento às regras adotadas. O caso do Bolsa Família é típico. O fato de haver uma escolha preferencial por famílias que descumprem as condicionalidades ou que manifestam incapacidade para promover a proteção de seus membros não é, em si mesmo, um problema. A questão principal é o enfoque que as tomará como responsáveis isoladas ou como também incluídas na condição de desproteção. Como traduz bem Miotto, em uma fala simples e direta:

Estado e família, segundo vários autores, travaram sempre uma relação conflituosa e contraditória, numa parceria que não é bem uma parceria, em que o Estado se compromete a proteger a família, em uma espécie de “parceria”, mas ao longo da história vimos que essa parceria é um conto do vigário, muitas vezes porque a família vem sendo mais sobrecarregada e não esvaziada (de funções e/ou responsabilidades). (MIOTTO, 2004, p. 14).

Outro aspecto a ser considerado é que a escolha por famílias que estão caracterizadas por Miotto como em “situações-limite” pode reforçar a ideia de que a assistência se volta para os considerados derrotados, estigmatizando não apenas os destinatários, mas os profissionais envol-

vidos na intervenção, além de dispensar esforços que poderiam ser divididos com outras famílias também necessitadas de ações de acompanhamento. Como salienta Miotto:

Muito pouca atenção se tem dado às famílias que tentam se equilibrar, procurando resolver as dificuldades cotidianas; estas desaparecem do foco das políticas. A centralização nas primeiras faz-nos esquecer as que estão minimamente conseguindo dar conta, de alguma forma, das expectativas mas têm problemas, como em momentos de alguns eventos críticos, ou por ocasião de alguma mudança importante no curso de suas vidas. (MIOTO, 2004, p. 15).

As intervenções orientadas pela dimensão moral também tendem a valorizar famílias consideradas produtivas e estruturadas, como modelos de esforço, resiliência, empreendedorismo. Este procedimento combina com a ideologia do *self made man* que resume a racionalidade do sucesso capitalista.

As famílias são grupos diversificados, constituídos por pessoas que não necessariamente compartilham o mesmo domicílio ou os mesmos laços consanguíneos e de parentesco, mas que se acham unidas por razões afetivas e/ou por interesses e conveniências particulares. No seu cotidiano, convivem com tensões, permanências e mudanças que definem suas hierarquias internas e valores compartilhados.

Em lugar de uma visão da família idealizada, própria do modelo burguês que define a composição e a função social dos seus membros, considera-se família como uma instituição social, permeada por valores que podem ou não indicar proteção, estimular o respeito intra e extrafamiliar, fortalecer as conexões dos indivíduos com os demais segmentos da sociedade. Todas estas considerações são necessárias para que se supere uma concepção endógena ou sacralizada sobre família. Considera-se que as famílias, de um modo geral, mas especialmente as que vivem em condição de pobreza, não são responsáveis exclusivas pela socialização e vulnerabilidade de seus membros, bem como pelas consequências supostamente relacionadas a esta vulnerabilidade, entre elas a situação de rua, o uso abusivo de drogas e a situação de conflito com a lei.

Para concluir, cabe ressaltar que uma metodologia de acompanhamento é inteiramente subsidiária às finalidades que o programa se propõe. Por isso, importa que as concepções ordenadoras do programa não se restrinjam a atingir determinada cobertura, produzir resultados numéricos desassociados de um projeto e de uma avaliação qualitativa, ou a tentativas de enquadramento moral de seus beneficiários.

Uma experiência consistente, em termos de eleição de indicadores de acompanhamento, foi realizada em São Paulo, no ano de 2002, por meio de uma parceria entre a Prefeitura e a PUC/SP. O Programa Fortalecendo Famílias observou alguns impactos no aperfeiçoamento da comunicação, na ampliação do círculo de relações em geral, no reconhecimento e apropriação do território. Tal proposta, em seu conteúdo genérico, pode ser replicável, de acordo com as condições que o município considerar favoráveis ou adequadas à sua realidade. Segundo esta experiência, os indicadores centrais para o acompanhamento familiar foram assim caracterizados:

Quadro 1 – Dimensões de acompanhamento e a grade de indicadores (Programa Fortalecendo Famílias)

Dimensões	Indicadores de acompanhamento
Condições de moradia	<ul style="list-style-type: none"> • Condições da unidade habitacional • Condições de infraestrutura e qualidade ambiental
Acesso territorial a serviços sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Existência no território de equipamentos públicos • Reconhecimento das famílias sobre a rede de serviços sociais • Acessibilidade à rede de serviços sociais
Trabalho e renda	<ul style="list-style-type: none"> • Inserção em espaços de qualificação profissional, emprego e geração de renda • Renda • Inserção no mercado de trabalho
Condições de risco pessoal e social	<ul style="list-style-type: none"> • Violência urbana • Violência doméstica • Trabalho infantil • Crianças e adolescentes em medidas socioeducativas, LA ou PPD
Relações de gênero e geracionais	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação e respeito à diversidade

Dimensões	Indicadores de acompanhamento
Autoestima	<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças de atitudes em relação à família, à comunidade, ao grupo e a si próprio
Participação social	<ul style="list-style-type: none"> • Participação nos espaços de convivência • Circulação no território e na cidade • Participação na vida pública e política

Fonte: Wanderley e Oliveira, 2004, p. 111.

Tais indicadores são passíveis de serem considerados para a realidade local, devendo ser, sempre que necessário, adaptados e aperfeiçoados. A sua utilização se presta a orientar a prática do acompanhamento, desde que associada aos fundamentos que o programa elegeu como norteadores do trabalho com famílias.

Mesmo diante das ressalvas apresentadas ao longo do trabalho, é necessário reconhecer o acompanhamento de famílias como uma forma de intervenção estratégica que viabilize a participação e a ampliação dos direitos políticos, culturais e sociais. Seu credenciamento, como uma “nova” metodologia de trabalho com famílias, obriga a revisão de projetos e visões ainda em curso no campo social.

O acompanhamento familiar, orientado para a ampliação da cidadania, em contraste com orientações assistencialistas ou moralizadoras, considera: o respeito à diversidade dos arranjos familiares, a ênfase do protagonismo e da participação familiar nos serviços a ela endereçados, o território como referência para os indicadores de risco e vulnerabilidade e a importância da articulação, integração e potencialização de uma rede socioassistencial.

O debate profissional reuniu uma farta contribuição de ideias e experiências sobre o trabalho social com famílias. Há que revisita-las e traduzi-las em práticas com uma perspectiva crítica e propositiva. O acompanhamento de famílias pode ser melhor orientado por este debate.

**Artigo submetido em 15/02/2018 e aceito
para publicação em 19/04/2018**

Referências

ADORNO, Sergio. A gestão filantrópica da pobreza urbana. **São Paulo em Perspectiva**, v. 4, n. 2, p. 8-17, 1990.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 05/02/2018.

_____. Lei Orgânica da Assistência Social. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8742-7-dezembro-1993-363163-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 05/02/2018.

_____. **Programa de Atenção Integral à Família**. Manual de celebração de convênios. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

_____. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004 – Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília: MDS, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 05/02/2018.

_____. **Manual de Gestão de Benefícios**. Brasília: MDS, 2008.

_____. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social**. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2009a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf>. Acesso em: 05/02/2018.

_____. **Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2009b.

_____. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas. Brasília: MDS, 2011. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>>. Acesso em: 05/02/2018.

_____. **O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) segundo a tipificação nacional de serviços socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2012. Disponível em: <http://agendaprimeirainfancia.org.br/arquivos/Orientacoes_PAIF_1.pdf>. Acesso em: 05/02/2018.

CAMPOS, Carlos; GARCIA, Joana. Contribuições para a supervisão dos programas sociais com foco na família. **Katálysis**, v. 10, n. 1, p. 95-104, 2007.

CAMPOS, M.; MIOTO, R. C. T. Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira. **Ser Social**, n. 12, jan.-jun./2003.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na Política de Assistência Social. **Estudos Feministas**, v. 18, n. 2, p. 451-471, 2010 .

DUTRA, Maria de Lurdes et al. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 5, p. 1.293-1.304, 2013.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do “welfare state”, **Lua Nova**, n. 24, p. 85-116, 1991.

GAMA, Andrea. Trabalho e responsabilidades familiares no Brasil: reflexões sobre os direitos do trabalho. **Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea**, v. 10, n. 30, p. 149-168, 2012.

GUEIROS, Dalva Azevedo; SANTOS, Thais Felipe Silva dos. Matricialidade sociofamiliar: compromisso da política de assistência social e direito da família. **Serviço Social e Saúde**, v. 10, n. 2, p. 73-97, 2011.

MIOTO, Regina. Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo, **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 699-720, 2015.

_____. Que família é essa? in: WANDERLEY, M. B; OLIVEIRA, I. M. C. (Orgs.). **Trabalho com famílias 2: textos de apoio**. São Paulo: IEE-PUC-SP, 2004.

MIOTO, R.; DAL PRÁ, K. R. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12, Juiz de Fora, 2012.

PEREIRA, Pedro (Org.). **Recolhimento e internação compulsória** – uma política violadora de direitos humanos. RJ: CEDECA, 2013.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ROMERO, Karolyne; KERSTENETZKY, Celia. Entre o altruísmo e o familismo: a agenda parlamentar feminina e as políticas família-trabalho (Brasil, 2003-2013). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18. Brasília, p. 119-146, 2015.

SARACENO, Chiara. The ambivalent familism of the italian “welfare state”. **Social Politics: International Studies in Gender, State & Society**, v. 1, n. 1, 1994.

SARACENO, Chiara; NALDINI, Manuela. **Sociologia da família**. Lisboa: Estampa, 2. ed., 2003.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: UNESCO. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS, 2009.

TEIXEIRA, Solange. A família na trajetória do sistema de proteção social brasileiro: do enfoque difuso à centralidade na política de assistência social. **Emancipação**, v. 10, n. 2, p. 535-549, 2010.

WANDERLEY, M. B; OLIVEIRA, I. M. C. (Orgs.). **Trabalho com famílias 1: metodologia e monitoramento**. São Paulo: IEE-PUC-SP, 2004.

La intervención profesional del trabajo social con familias en contextos de pobreza urbana persistente en Argentina / *The professional intervention with families on the persistent urban poorness context in Argentina*

MARTIN IERULLO¹

MÓNICA ADRIANA GAMARDO²

Resumen: Durante la última década, el Estado Argentino ha avanzado en un cambio legislativo relativo a cuestiones de familias que ha tendido a un mayor reconocimiento de derechos frente a las nuevas configuraciones y características que asumen tanto las organizaciones familiares como las infancias en el contexto actual. El artículo analiza las tensiones que se producen en relación a la intervención social con familias en situación de pobreza urbana persistente, a partir de la puesta en marcha de las nuevas legislaciones y de los dispositivos institucionales creados por las mismas. Se analizan las cuestiones vinculadas a la accesibilidad de las instituciones estatales y a los abordajes que las mismas encaran frente a la complejidad que presentan las problemáticas que atraviesan las familias. Asimismo, se reflexiona acerca de las implicancias de la persistencia de la lógica familiarista (sustentada en el modelo de familia nuclear y principalmente en la familiarización y maternalización de los cuidados) en las prácticas de intervención social con familias.

1 Trabajador Social. Magister en Políticas Sociales. Profesional especializado del Ministerio de Desarrollo Social de la Nación – Docente-investigador de la Carrera de Trabajo Social de la Universidad de Buenos Aires y la Universidad Nacional de Moreno.

2 Trabajadora Social. Magister en Metodología del Trabajo Social. Perito Trabajadora Social del Juzgado de Familia n° 12 del Departamento Judicial de Lomas de Zamora. J. T. P. de la cátedra de Trabajo Final de Investigación de la Carrera de Trabajo Social de la Facultad de Ciencias Sociales de la UBA.

Palabras clave: familia; infancia; política social; pobreza urbana.

Abstract: Along the last decade, the Argentine state has move along in a legislative change relative to families issues who has tended a greater recognition of the human rights in front of the new configurations and characteristics that family organizations as much as the childhood in the actual context. The article analyses the tensions that occur in relation of the social intervention with families in persistent poorness situation, from the start-up of the new legislations and the institutional devices create by them. The issues linked with the accessibility of the statement institutions are analyzed, and the approaches that them face in front of the complexity which present the problematic that families aboard. Likewise, the implications of the families logic persist (supported by the family nuclear model and mainly in the familiarization and materialization of the citizens) in the practice with the social interventions with families.

Keywords: family; childhood; social policy; urban poorness.

Durante las últimas décadas se ha evidenciado un progresivo reconocimiento de derechos, el cual se ha plasmado en la sanción de diversas leyes regulatorias. En lo relativo a cuestiones familiares podrían enunciarse: a) la reciente sanción del Código Civil y Comercial de la Nación; b) la Ley Nacional n° 26.061 de protección integral de derechos de los niños, niñas y adolescentes y las jurisdiccionales Ley n° 114 de la Ciudad de Buenos Aires y ley n° 13.298 de la Provincia de Buenos Aires (enmarcadas en la Convención Internacional de los Derechos del Niño); c) la Ley Nacional n° 26.485 de prevención, sanción y erradicación de la violencia contra la mujer y la ley n° 14.509 de la Provincia de Buenos Aires; d) la Ley Nacional n° 26.657 de Salud Mental, entre otras.

Si bien la sanción y aplicación de estas normas han implicado un reconocimiento de derechos y la adecuación de las normativas a las prácticas sociales, se observa cierta tensión respecto de la persistencia de los procesos de familiarización³ del sistema de cuidados (es decir, la

3 El concepto de familiarización es acuñado por Esping Andersen (2000), quien afirma que existen diversas instituciones sociales que operan en la satisfacción

asunción de las tareas reproductivas como responsabilidad del ámbito doméstico). En este contexto entran también en tensión los abordajes estatales de los problemas que atraviesan las familias, resultando necesario el replanteo de los dispositivos sociales que permitan dar respuesta a las situaciones actuales en el marco de las nuevas reglamentaciones.

El presente trabajo apunta a describir las tensiones y desafíos que surgen en relación a la puesta en práctica de estas normativas frente a las problemáticas complejas que atraviesan las familias de los sectores populares. Para tal fin, se analizarán los distintos actores institucionales que conforman la trama de la intervención estatal con familias en situación de pobreza, haciendo especial énfasis en los servicios locales de protección de derechos de niños/as y adolescentes y los juzgados de familia del Área Metropolitana de Buenos Aires (Amba) (Argentina).

Las consideraciones trabajadas en el presente artículo forman parte de los resultados del Proyecto de Investigación “Reconfiguración de los regímenes de bienestar pos-neoliberal y la pobreza persistente en América Latina. Las familias pobres como objeto de problematización e intervención del Estado Social” (Programa Interdisciplinario de Marginaciones Sociales de la Universidad de Buenos Aires, Facultades de Ciencias Sociales y Ciencias Económicas), del cual los autores formaron parte bajo la dirección de la Dra. Adriana Clemente.

Familia y problemáticas sociales

Las formas de “ser familia” fueron variando en los distintos periodos históricos, acompañadas por cambios legislativos que otorgaron reconocimiento legal a modalidades que anteriormente eran

de necesidades y riesgos sociales. El autor identifica distintas fuentes de gestión del bienestar. Estas son: la familia, el Estado, el mercado y las instituciones sin fines de lucro u organizaciones de la sociedad civil. En función de las relaciones y distribución de responsabilidades que se generan entre las fuentes de gestión, puede hablarse de distintos regímenes de bienestar, lo cual supone no solamente las distintas maneras que adquiere la gestión de los riesgos y necesidades en una sociedad determinada, sino también las distintas formas de abordar (no siempre satisfactoriamente) las tensiones y contradicciones generadas por la cuestión social. Respecto del cuidado, puede afirmarse que el mismo resulta familiarizado, es decir la familia es considerado como el ámbito “natural” y propicio para el desarrollo de este tipo de tareas.

invisibilizadas por no corresponder a aquellas formas clásicas reconocidas por el Estado.

Siguiendo a Tarducci (2008, p. 21) “[...] familia, parentesco, maternidad, paternidad, son instituciones sociohistóricas y por lo tanto cambiantes, atravesadas por relaciones de poder, en las que cuentan las experiencias de los sujetos, el contexto y no solo las conexiones genéticas o biológicas”.

En consecuencia, podría afirmarse que la familia no se explica ni se define solamente por sí misma, ni por la relación entre sus integrantes, sino que su comprensión implica un abanico de variables interrelacionadas a partir de donde poder abordarla y analizarla.

De la familia nuclear a las organizaciones familiares

La predominancia del modelo de familia nuclear durante el siglo XX no solamente implicó una particular división sexual y etaria del trabajo, sino también ha conllevado el afianzamiento de una estructura o morfología particular de los hogares.

En este sentido, tal como analiza Torrado (2007) hasta la década de 1970 predominaban de manera notoria los hogares nucleares completos (constituidos por una pareja e hijos). Si bien en la actualidad este modelo resulta el más frecuente no constituye al interior un grupo homogéneo.

En primer lugar, puede señalarse que dentro de este grupo queda invisibilizado un conjunto creciente de familias ensambladas o reconstruidas, cuya realidad difiere del modelo tradicional de familia nuclear. (JELIN, 2010).

También se visualiza la emergencia de otros modelos de familias. Por ejemplo, en los sectores populares urbanos se extienden los hogares monoparentales con jefatura femenina. Tal como afirma la autora este tipo de hogar es un fenómeno de transición en dos sentidos:

[...] a) en el curso de vida de las mujeres, esta situación puede ser una etapa que desemboca en la formación de una nueva pareja; b) en la temporalidad histórica, nos hallamos frente a

una transición hacia nuevas formas de familia, más abiertas y alejadas del modelo nuclear completo. (JELIN, 2010, p. 133).

Las situaciones de estas familias también resultan heterogéneas, ya que pueden visualizarse casos en donde si bien el padre no convive en el hogar mantiene un vínculo afectivo y contribuye al sostenimiento económico de los hijos, mientras que también existen otros casos en los cuales este vínculo se ha quebrado a partir de situaciones de violencia o abandono.

El crecimiento de los hogares monoparentales con jefatura femenina ha sido asociado por diversos investigadores al proceso de feminización de la pobreza. En tanto en el marco de los procesos de empobrecimiento que tuvieron lugar en las últimas décadas, estos hogares se han encontrado en una situación de mayor vulnerabilidad frente a aquellos conformados por ambos progenitores. En palabras de Torrado (2007, p. 240):

Las familias monoparentales de jefatura femenina constituyen un universo particularmente vulnerable en razón de su propia composición. La misma impone restricciones a la capacidad de generar ingresos – ya que la madre suele ser la única perceptora –, al tiempo que debe realizar las labores domésticas que demanda el grupo familiar. Esta circunstancia se agudiza en ciclos económicos depresivos y es una traba para la acumulación en momentos de auge, ya que estas mujeres tienen poco margen de maniobra para compatibilizar conductas que les permitan mantener o aumentar sus ingresos – por ejemplo, aumentando las horas de trabajo – sin producir el consiguiente efecto negativo sobre su familia. Esta tensión entre trabajo remunerado y trabajo doméstico se acrecienta en las familias de madres con hijos pequeños. En suma, padecen una vulnerabilidad económica que es intrínseca a la forma de organización familiar monoparental.

Otra de las transformaciones que se observa respecto a la morfología que asume la estructura familiar, es el incremento de los hogares extendidos en los sectores populares. Frente a la agudeza de los procesos de pauperización y las dificultades en el acceso a la vivienda, se observa el incremento de grupos familiares ampliados o extensos conviviendo en el mismo hogar. De esta manera es posible hacer frente

a la provisión económica en el contexto de empobrecimiento y facilitar las prácticas de crianza de los niños/as.

En función de estas transformaciones podría considerarse que se tiende a consolidar distintas organizaciones familiares con configuraciones heterogéneas. Esto no significa a priori la desaparición del modelo de familia nuclear, sino que se observa un diálogo (generalmente conflictivo) entre nuevas maneras de ser familia y un conjunto de principios y roles sociales que persisten al menos en el imaginario popular y en la orientación que adquieren las políticas sociales.

Transformación de las prácticas de crianza y cuidado infantil

Durante gran parte del siglo XX las prácticas de cuidado dirigidas hacia los niños/as y adolescentes reforzaron tanto la idea de la infancia como merecedora de cuidados por parte de los adultos, así como también la delegación de esta responsabilidad a las familias y principalmente a las mujeres madres. Estas formas que adquirieron las prácticas de cuidado están asociadas a la consolidación del modelo de familia nuclear, en tanto se asume a las mujeres en su rol materno como responsables de la crianza de sus hijos.

Podría sostenerse que este modelo de crianza se sostuvo en: a) la asunción de las tareas de reproducción y, por ende de las prácticas de cuidado, como propias del ámbito privado o doméstico (familiarización del cuidado), b) el modelo de familia nuclear como principio organizador de la división sexual y etaria del trabajo al interior del espacio doméstico, como también en otras esferas, proceso que ha tendido a la feminización/maternalización de la provisión del cuidado infantil y c) la orientación familiarista que asumieron las políticas sociales, a través de las cuales además de proveer diversas prestaciones y servicios sociales relevantes para la reproducción social ampliada, ha tendido a desarrollar mecanismos de vigilancia y control sobre las prácticas de crianza de los sectores populares, particularmente en las familias más pobres a través de la intervención de distintos agentes estatales (por ejemplo docentes, trabajadores sociales, pediatras etc.).

Estas características no solo se expresaron en la configuración que adquirieron las relaciones y prácticas de cuidado sino también en la

predominancia de ciertos sentidos e interpretaciones que los sujetos otorgaron a dichas acciones.

Estas interpretaciones se sostuvieron durante gran parte del siglo XX y actuaron como ordenadores de las prácticas y de las relaciones de cuidado infantil. Este modelo persistió aún en el marco del afianzamiento del Estado Social (1943-1976), período en el cual, si bien se avanzó en el reconocimiento de numerosos derechos sociales, se fortaleció la orientación familiarista y maternalista de la política social. (NARI, 2004).

Sin embargo, tal como se ha expresado anteriormente, en las últimas décadas se evidencia un proceso de transformación de este modelo. En consecuencia, se evidencia la tensión entre la persistencia de los principios e interpretaciones antes descriptos (al menos como aspiración de los agentes) y la transformación de las bases materiales en la que los mismos se sustentaban.

Tal como se argumentó en el apartado anterior, las familias no son las mismas. Su nueva morfología y organización funcional, ponen en tensión un modelo que reposaba en las figuras del varón proveedor y la mujer como cuidadora de tiempo completo. Asimismo, la infancia⁴ también ha cambiado. El rol preponderante del mercado y de los medios de comunicación en tanto productores de la infancia, ha favorecido a una fragmentación de las infancias y de las experiencias infantiles en función de los factores socio-económicos y culturales.

En consecuencia, puede afirmarse que existe una asincronía entre un modelo que pretende instaurarse como único/homogéneo y la multiplicidad de formas que asumen las configuraciones familiares y las infancias en el contexto actual.

Este proceso de asincronía es denominado en el campo académico como “crisis del cuidado” (PÉREZ OROZCO, 2006; ARRIAGADA, 2007; AGUIRRE, 2007; PAUTASSI; ZIBECCHI, 2010; JELIN, 2010, entre otros). A través de dicho concepto se visibiliza la tensión entre la persistencia (al menos en el imaginario) de un modelo

4 Cuando se habla de infancia se hace referencia al “conjunto de intervenciones institucionales que, actuando sobre el niño “real” (...), sobre las familias y sobre las instituciones de infancia, producen lo que cada sociedad llama niño”. (DIKER, 2014, p. 21).

de crianza y cuidado asociado a la familia nuclear – es decir del cuidado entendido como responsabilidad “natural” de la familia y en particular de las mujeres en su condición de madres – y un conjunto de transformaciones sociales que trastocaron las bases materiales en las que se sustentaba dicho modelo.

Criar en contextos de pobreza urbana persistente

La crianza y los cuidados constituyen una categoría situada. Su comprensión en tanto fenómeno social, emerge del análisis del contexto social en el que se producen y de los entramados simbólicos que los explican. En palabras de De Ieso (2015, p. 93):

Sólo podemos comprender de qué se trata cuidar (...) si lo estudiamos en estrecha relación con otras estructuras de sentido asociadas y con los fenómenos que configuran la vida cotidiana de los sujetos y le dan forma y sentido a las mismas prácticas que son consideradas como “cuidar”.

En consecuencia, el análisis de las prácticas de crianza de las familias del Área Metropolitana de Buenos Aires (Amba) en contextos de pobreza urbana persistente implica la consideración de aspectos particulares que permiten “situar” las prácticas de cuidado y aportar a la comprensión de las mismas y de los sentidos que le asignan los actores sociales en contexto.

Tal como sostiene Clemente (2014), puede afirmarse que la pobreza persistente constituye un fenómeno complejo. El mismo excede a una situación signada por la escasez de recursos económicos (dimensión privilegiada en las mediciones de línea de pobreza e indigencia), en tanto dicha dimensión se combina con aspectos ambientales y sociales. Podría argumentarse que la pobreza es un fenómeno situado, en tanto lo que se define como pobreza, en su dimensión colectiva y/o individual, supone además de un marco conceptual, factores de orden macrosocial (aspectos estructurales y coyunturales) y atributos de orden microsociales que se materializan en territorios concretos y terminan de amalgamar el modo en que se expresa el problema.

Por lo cual, podría sostenerse que criar en contexto de pobreza urbana persistente no solamente implica criar niños/as y adolescentes

con ingresos económicos insuficientes, sino que prestar una especial atención a lo territorial en tanto factor determinante de la configuración que adquieren estas prácticas.

Las condiciones de hostilidad en las que las familias desarrollan su vida cotidiana en los barrios populares condicionan la configuración que adquieren las prácticas de crianza (IERULLO, 2015). En este sentido, se observa en numerosos barrios un repliegue de la cotidianeidad al interior del hogar y una creciente supervisión de los adultos no solo hacia los niños/as sino también dirigida hacia los adolescentes. Todas estas acciones representan una orientación del cuidado hacia la esfera defensiva, en donde prima la contención y la protección de los niños/as y adolescentes respecto del entorno considerado peligroso.

Cabe aclarar que, si bien mediática y políticamente se evidencia que las problemáticas vinculadas a la denominada “inseguridad” constituyen una cuestión de agenda, se ha tendido a visibilizar las situaciones de violencia que afectan a sectores medios y altos – y por las mismas se ha propendido a culpabilizar a los sectores populares –. Sin embargo, las situaciones de hostilidad a las que se ven expuestas las familias de los barrios pobres en los aglomerados urbanos, no aparecen como problemáticas acuciantes en la agenda pública y política.

Tal como se expresó anteriormente, estas situaciones afectan fuertemente la organización de la vida cotidiana de las familias, en tanto las mismas deben implementar una serie de estrategias y acciones que permitan garantizar su supervivencia en el marco de las mismas.⁵

En este sentido, debe considerarse la puesta en marcha de estrategias de cuidado orientadas a la esfera defensiva (“cuidar de”) en tanto las acciones desarrolladas están orientadas a evitar o prevenir diversas problemáticas que se consideran altamente probables, debido a la generalidad de ocurrencia de las mismas en los barrios – consumo problemático de sustancias, muertes por gatillo fácil o por balaceras al interior del barrio, iniciación en las prácticas delictivas etc.

5 Estos aspectos se evidencian en distintos estudios empíricos (entre otros: KESSLER, 2009; MERKLEN, 2010; CLEMENTE, 2014; DE IESO, 2015; IERULLO, 2015).

En las unidades domésticas en contexto de pobreza urbana persistente, se observa el desarrollo de diversas prácticas orientadas a la contención o la defensa no solo de los niños/as sino de los miembros de los hogares, frente a las hostilidades que propone el entorno. Sin embargo, debido a la complejidad de los procesos territoriales, no siempre estas acciones se traducen en protecciones concretas. En consecuencia, se evidencia un generalizado sentimiento de frustración frente a una pretensión de cuidado que no resulta efectiva. (IERULLO, 2013).

“Destapando la olla”

En el marco de las transformaciones analizadas en los apartados anteriores, se observa una mayor visibilidad de diversas problemáticas familiares en la agenda pública. Las situaciones de vulneración de los derechos de los niños/as y adolescentes, los consumos problemáticos de sustancias, las situaciones de violencia de género, entre otras, se constituyen como demandas de intervención al Estado a través de sus instituciones sociales.

El proceso de construcción de estas situaciones como problemas sociales, podría ser asociado a la sanción de las normativas antes analizadas, las cuales comenzaron a instalarse (no sin conflictos ni tensiones) en el “sentido común” de la población.

En consecuencia, se observa un crecimiento sostenido de las solicitudes de intervención profesional tanto en los gabinetes de las instituciones educativas como en los servicios locales, defensorías y juzgados de familia.

Siguiendo a Carballeda (2013, p. 70) puede afirmarse que las situaciones que se presentan en las instituciones pueden ser caracterizadas como *problemáticas sociales complejas*, en tanto las mismas trascienden en su abordaje los límites institucionales y disciplinares. De esta manera, se evidencian fricciones respecto de las lógicas y abordajes de los dispositivos institucionales.

En consecuencia, podría afirmarse que se observa una paradoja. Por un lado, existe una mayor visibilidad de los problemas familiares y por el otro las instituciones expresan dificultades para dar respuesta a

la complejidad que presentan estas nuevas problemáticas que se instalan en la agenda pública.

Esta paradoja se agrava en las organizaciones comunitarias. Cuyos referentes, por un lado, se ven demandados por la población con la cual comparte su cotidianeidad y conocen acerca del padecimiento de los sujetos. Sin embargo, por el otro, presentan serias limitaciones en relación a los recursos humanos y materiales con los que cuentan para abordar las situaciones familiares demandadas. Al respecto un educador comunitario entrevistado en el marco del trabajo de campo sostenía:

Nosotros somos muchas veces los grandes destapadores de ollas. Y eso hace que algunos se la agarren con nosotros, que nos digan que somos unos hijos de puta. Muchas veces nos encontramos frente a una disyuntiva: no tenemos psicólogos ni médicos en la institución, no sabemos qué hacer, pero si no hacemos nada somos cómplices. Siento que no estamos preparados para estas cuestiones. Y muchas veces cuando lo denunciás, no pasa nada, terminan no haciendo nada. Al final quedamos como unos pelotudos. Te da una impotencia... (Entrevista a educador comunitario, Trabajo de campo, Conurbano Bonaerense, 2015).

Por lo cual, puede sostenerse que, si bien constituye un gran avance la instalación de estos temas en la agenda pública, resulta necesario continuar desarrollando medidas que permitan fortalecer las instituciones públicas abocadas al tratamiento de estos temas y el acompañamiento de los profesionales y actores territoriales que están en contacto diario con estas problemáticas y sus consecuencias.

Las instituciones públicas frente a las problemáticas que atraviesan las familias: análisis de las demandas

Frente al contexto antes analizado, se observa un despliegue de estrategias por parte de distintos dispositivos institucionales. Estas estrategias se visualizan tanto en las instituciones que se conforman en los últimos años a la luz de las leyes de infancia-servicios locales de protección de derechos de niños/as y adolescentes –, así como también en nuevas configuraciones y prácticas que asumieron los juzgados de

familia, en tanto institución tradicional que interviene en el campo de la infancia y de la familia.

La conformación de los servicios locales de protección y promoción de los derechos de los niños/as y adolescentes

A partir de los lineamientos de las nuevas leyes de infancia se plantea la necesidad de crear instituciones que aseguren la protección de los derechos.

En este marco, los Estados nacional y provinciales, delegaron – en su mayoría – en los gobiernos locales la puesta en marcha de las oficinas locales de promoción y protección de los derechos de niños/as y adolescentes.

Durante la última década se observa la puesta en marcha de servicios locales en casi la totalidad de los partidos de la Provincia de Buenos Aires y en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Los mismos fueron asumiendo distintas funciones delegadas por las leyes de infancia y avaladas por la reciente sanción del Código Civil y Comercial de la Nación. De esta manera desarrollan intervenciones respecto de situaciones que implican la vulneración de los derechos de niños/as y adolescentes.

Respecto de la implementación de los servicios locales en el Conurbano Bonaerense, se observa una fragmentación de la oferta institucional. En tanto existe una disparidad de situaciones y ofertas de acuerdo al nivel de recursos municipales, los niveles de centralización/descentralización al interior del territorio, la cantidad de profesionales en función de la población municipal, entre otras.

En este sentido, podría afirmarse que la oferta institucional resulta, en gran parte de los casos, restringida en función del nivel de demanda que colapsa las instituciones locales y de la complejidad que presentan las problemáticas sociales que deben atender.

Frente a las dificultades antes enunciadas, se evidencia en algunos de los profesionales que integran estos equipos un sentimiento de frustración e impotencia frente a la dimensión y complejidad de la demanda. Este aspecto se plasma en el siguiente testimonio recabado en el marco del trabajo de campo realizado:

Los servicios locales no damos abasto. Deberían crearse más servicios. Los profesionales no podemos hacer nada con los problemas de tanta gente. Tenemos más de noventa situaciones cada uno para atender. No damos más. En esto es responsable el municipio. Tiene que responderse de manera más concreta y real. (Entrevista a profesional del Servicio Local, Trabajo de campo, Conurbano Bonaerense, 2015).

En algunos de los municipios analizados, las dificultades económicas de los gobiernos locales para el sostenimiento de los servicios de infancia, se traducen también en la precaria contratación e inestabilidad laboral de los profesionales. En consecuencia, se observa que en diversos municipios los servicios locales se constituyen en instituciones con alto nivel de rotación de profesionales. Estos aspectos repercuten en el abordaje de las situaciones familiares, ya que éstas no cuentan con un referente estable desde el abordaje territorial impidiendo generar un vínculo de confianza.

Resulta importante destacar que el proceso de instalación de las oficinas locales de infancia en los territorios ha facilitado el acceso de la población a las instituciones. Sin embargo, las restricciones que presenta la oferta institucional han hecho que esta accesibilidad no se traduzca en intervenciones que impliquen un efectivo acompañamiento y seguimiento de las familias.

Siguiendo los lineamientos de las legislaciones que le dieron origen, estas instituciones han operado bajo una impronta que busca evitar la judicialización de la pobreza y la institucionalización de los niños/as y adolescentes. En este sentido, Barna (2014, p. 118) sostiene la búsqueda de medidas alternativas a la institucionalización ha implicado un *retorno o giro hacia las familias*. En palabras del autor:

En nuestro contexto nacional, el tópico asociado a la desinstitucionalización de los niños y su contrapartida, la entronización del ámbito familiar como el idóneo para su desarrollo, cobró una fuerza singular. Esto supuso un pasaje de la institucionalización compulsiva de niños con argumentos, de corte higienista y positivista, propia del denominado abordaje tutelar (DAROQUI; GUEMUREMAN, 1999), a una lógica de intervención que supone a la familia como el entorno idóneo para su desarrollo, limitando los causales de institucionaliza-

ción a motivos de extrema gravedad en los que la vulneración de sus derechos provenga del núcleo familiar”. (BARNA, 2014, p. 120).

En consecuencia, podría afirmarse que esta tendencia de giro hacia las familias ha tendido a reforzar la lógica familiarista, en tanto fija a esta institución como responsable “natural” de la crianza y el cuidado infantil.

Las mutaciones en las intervenciones de los juzgados de familia

Si bien la legislación que fue sancionada en las últimas décadas ha tendido a acotar la intervención de los juzgados de familia – poniendo un coto a los procesos de judicialización de la pobreza – se observan ciertas continuidades respecto de la centralidad que adquieren estas instituciones en el abordaje de las problemáticas familiares.

En el trabajo de campo realizado y en la intervención cotidiana, se visualiza que la necesidad de la intervención judicial persiste en el imaginario de las familias y en el ámbito local. La demanda de trabajadores sociales que “observen” la situación familiar y de jueces que dictaminen y resuelvan, aparece en los relatos analizados como forma de resolución de los problemas de los niños/as y sus familias. Esta demanda se refuerza en función de las limitaciones que presenta la intervención de las instituciones locales de promoción y protección de derechos.

Se observa, entonces, que numerosas familias se acercan a la justicia demandando que ésta proporcione una respuesta, que “intervenga”⁶ frente a su problema, es decir se pretende que en el ámbito judicial se otorgue una respuesta ante alguna problemática que no han podido resolver dentro del ámbito familiar o en otros estamentos institucionales.

6 Respecto del concepto de “intervención”, es posible señalar que el mismo implica una pluralidad de connotaciones y/o sentidos. Siguiendo a Montero Rivas (2012) podemos definir el concepto de intervención social, desde una perspectiva crítica, como una forma de práctica social que implica expresiones directivas y externamente dirigidas: invasivas e institucionalizadas, así como participativas y fortalecedoras. Esta pluralidad de sentidos está presente en las respuestas a las demandas que día a día se reciben en los juzgados.

La continuidad de la demanda de intervención judicial, podría vincularse a la idea desarrollada por Diker (2009, p. 41) sobre el proceso de *minorización sin menores*. La autora señala que existe una mayor apropiación del lenguaje de derechos por parte de las instituciones y de los usuarios, sin embargo, la perspectiva del Patronato sigue vigente en algunas miradas y prácticas.

En el caso de la intervención judicial, la accesibilidad aparece como un problema central. En este sentido, podría afirmarse que los obstáculos para el acceso a la justicia no se limitan a la dimensión geográfica y económica, sino que a éstos se suman otras barreras que podemos calificar de carácter más subjetivo y que están vinculadas a la “ininteligibilidad de los procesos judiciales”. Frente a las lógicas judiciales –tanto respecto de las prácticas y procesos que tienen lugar en los juzgados como respecto de la modalidad que asumen los discursos– los sujetos que demandan aparecen como “profanos” (FOUCAULT, 2000) en tanto quedan excluidos o fuera del dominio técnico jurídico.

En el caso de los Juzgados de Familia de la Provincia de Buenos Aires, las demandas y situaciones atendidas fueron variando con el correr de la última década. En este sentido, se observa un incremento de la solicitud de medidas de protección frente a situaciones de violencia de género derivadas de la aplicación de la Ley n° 14.509 (Ley Provincial de Violencia Familiar sancionada en 2013).

En base al informe de la Defensoría del Pueblo de la Provincia de Buenos Aires⁷ desde el año 2010 las causas iniciadas en el Fuero de Familia se han duplicado: en el año 2014 se realizaron 162.204 denuncias en la comisaría de la Mujer y la Familia, es decir un promedio de 445 denuncias por día, en el año 2015 se registraron 195.037 denuncias, con un promedio de 535 denuncias por día y en 2016 hubo 215.807 denuncias, con un promedio de 591 denuncias diarias. La Provincia de Buenos Aires cuenta con un total 126 Comisarías de la Mujer y la Familia. De las denuncias recibidas en 2016, el sexo de los denunciados es un 75% masculino y un 25% de sexo femenino.

7 “Informe Observatorio de la Violencia de Género 2017”. Defensor del Pueblo de la Provincia de Buenos Aires. Observatorio de Violencia de Género.

A partir de la recepción de la denuncia, los equipos interdisciplinarios (compuestos por trabajadores sociales, psicólogos y psiquiatras) realizarán el diagnóstico de interacción familiar. A partir de dicho diagnóstico, el Juez resuelve una medida de protección: fijación de un perímetro, cese de hostilidades, exclusión del hogar, reintegro de pertenencias etc., estableciendo un tiempo para la vigencia de dicha medida (en general 120 días). En dicho plazo deberán iniciarse acciones judiciales de fondo (divorcio, cuota alimentaria etc.). De acuerdo a la continuidad de la amenaza, resulta posible la solicitud de extensión del plazo de las medidas de protección antes enunciadas.

Podría afirmarse que en el marco de la mayor visibilidad pública que adquiere la violencia de género y en la vía diferencial que poseen estas causas respecto a otras, en ocasiones la violencia de género se convierte en “puerta de entrada”, facilitando el acceso de las familias al campo de la justicia. En este sentido, se observa el ingreso de numerosas demandas caratuladas como violencia pero que en realidad encierran otras problemáticas familiares: consumo problemático de sustancias, disputas por un terreno o vivienda, divorcios conflictivos, enfrentamientos familiares etc.

Consideraciones finales

A partir de lo expresado en el presente artículo, podría sostenerse que en la última década se ha avanzado en un cambio legislativo que ha permitido una ampliación del reconocimiento de derechos y ha tendido a flexibilizar las normativas frente las nuevas configuraciones y características que asumen las familias y las infancias en el contexto actual.

Sin embargo, la aplicación de dichas normativas ha puesto en evidencia la tensión existente entre la persistencia de la lógica familiarista (sustentada en el modelo de familia nuclear y principalmente en la familiarización y maternalización de los cuidados) frente las transformaciones a las que se ven expuestas las nuevas configuraciones familiares.

Esta tensión se agudiza respecto del abordaje de las problemáticas vinculadas a los niños/as y adolescentes y a los consumos problemáticos de sustancias. Frente al imperativo de la desinstitucionalización y a la debilidad de las nuevas instituciones, se observa un “giro a la familia” que implica un reforzamiento de la lógica familiarista.

A partir de la implementación de estas normativas se evidencia también que los procesos de descentralización de las oficinas de infancia y la transformación de los circuitos para la realización de denuncias sobre violencia de género, han implicado una mayor accesibilidad de la población a las instituciones estatales.

Sin embargo, el mejoramiento de las condiciones de accesibilidad no ha implicado per sé un mejoramiento de los abordajes de las situaciones problemáticas, las cuales se expresan de manera compleja y precisan de abordajes que trascienden los límites que plantean las instituciones.

Así mismo, se evidencia, que la oferta estatal se encuentra fragmentada en función de las desigualdades socio-económicas, planteando una mayor dificultad a las familias en contextos de pobreza urbana persistente.

Referencias

AGUIRRE, R. Los cuidados familiares como problema público y objeto de políticas. En: Arriagada, I. (Coord.). **Familias y políticas públicas en América Latina: una historia de desencuentros**. Santiago de Chile: CEPAL, 2007. Cap. VIII.

ARRIAGADA, I. **Familias y políticas públicas en América Latina: una historia de desencuentros**. Santiago de Chile: CEPAL, 2007.

BARNA, A. Clasificaciones y estimaciones en la gestión de la infancia con derechos vulnerados. Prácticas cotidianas de intervención en un dispositivo estatal del conurbano bonaerense. **Antropolítica**. Revista Contemporánea de Antropología de la Universidade Federal Fluminense, Río de Janeiro, n. 6, p. 113-131, 2014.

CARBALLEDA, A. **La intervención en lo social como proceso**. Buenos Aires: Espacio, 2013.

CLEMENTE, A. **Territorio urbano y pobreza persistente**. Buenos Aires: Espacio, 2014.

DE IESO, L. Prácticas del cuidar en entramados familiares. Aportes desde un análisis situado en un núcleo urbano segregado del Gran Buenos Aires. **Debate Público**. Revista de la Carrera de Trabajo Social de la Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, n. 10, año 5, p. 87-98, 2015.

DIKER, G. **¿Qué hay de nuevo en las nuevas infancias?** Buenos Aires: UNGS, 2009.

ESPING ANDERSEN, G. **Fundamentos sociales de las economías postindustriales**. Barcelona: Ariel, 2000.

FOUCAULT, M. **El saber y verdad**. Barcelona: Ediciones de La Piqueta, 2000.

JELIN, E. **Pan y afectos**. La transformación de las familias. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

KESSLER, G. **El sentimiento de inseguridad**. Sociología del temor al delito. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

MERKLEN, D. **Pobres ciudadanos**. Las clases populares en la era democrática. Argentina 1983-2003. Buenos Aires: Gorla, 2010.

MONTERO RIVAS, M. El Concepto de intervención social desde una perspectiva psicológico comunitaria. Revista **MEC-EDUPAZ** de la Universidad Nacional Autónoma de México, México, n. 1, v. 1, p. 54-76, 2012.

NARI, M. **Políticas de maternidad y maternalismo político**. Buenos Aires, 1890-1940. Buenos Aires: Biblos, 2004.

PAUTASSI, L.; ZIBECCHI, C. **La provisión de cuidado y la superación de la pobreza infantil**. Programas de transferencias condicionadas en Argentina y el papel de las organizaciones sociales y comunitarias. Santiago de Chile: CEPAL, 2010.

PEREZ OROZCO, A. Amenaza tormenta: La crisis de los cuidados y la reorganización del sistema económico. **Revista de Economía Crítica**. Madrid, n. 5, p. 7-37, 2006.

TARDUCCI, M. **Maternidades en el siglo XXI**. Buenos Aires: Espacio, 2008.

TORRADO, S. **Población y bienestar en la Argentina del primero al segundo centenerio**. Buenos Aires: Edhasa, 2007.

IERULLO, M. **Prácticas comunitarias de cuidado infantil en los sectores populares frente a la crisis del modelo tradicional de cuidado. Análisis de los comedores comunitarios del Amba (2003-2010)**. Tesis Maestría en Políticas Sociales de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, Inédita, 2013.

_____. La crianza de niños, niñas y adolescentes en contextos de pobreza urbana persistente. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud** de la Universidad de Manizales, Manizales, n. 13, v. 2, p. 671-683, 2015.

Agricultura familiar en Colombia. Comprensiones y favorecimiento con crédito rural / *Family farming in Colombia. Understanding and favoring rural credit*

MYRIAM MERCEDES CALA AMAYA¹

LUIZ OTÁVIO BAU MACEDO²

Resumen: El sector rural colombiano, donde la agricultura familiar tiene un alto significado por la cantidad de hogares que cubre, sigue sumido en condiciones de pobreza y vulnerabilidad a pesar de haberse venido implementando la comprensión del Enfoque Territorial de Desarrollo Rural (TDR), como opción para integrar a las regiones en procesos de desarrollo endógeno, con fortalecimiento institucional, encadenamientos productivos y visión de integración internacional. La política pública implementada buscando desarrollo rural en el país, no ha sido efectiva en mejora de indicadores referentes al PIB, así como en favorecer la tendencia de participación en la bancarización y el fortalecimiento de la economía, vinculando a las poblaciones pobres. Esto se concluye luego de analizar la forma como se comprende la Agricultura Familiar en la política pública nacional y como se favorece con el crédito de fomento al sector rural.

Palabras clave: agricultura familiar; crédito rural; población rural vulnerable; Finagro; Enfoque Territorial de Desarrollo Rural.

-
- 1 Economista. Graduada em Economia, especialista em Pedagogia para el Desarrollo del Aprendizaje Autónomo. Mestre em Educação. Estudante do Mestrado em Agronegócios e Desenvolvimento Regional – UFMT-Mato Grosso-Brasil / Universidad Santo Tomás Sede Villavicencio, Colômbia.
 - 2 Graduado em Ciências Econômicas. Doutor em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (2009), mestre em Business and Economic Forecasting pela Kingston University (1997), Kingston upon Thames, Reino Unido, revalidado pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998), graduação em Ciências Econômicas pela Instituição Toledo de Ensino (1994)/ Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, Mato Grosso, Brasil.

Abstract: The Colombian rural sector, where family farming has a high significance for the number of households it covers, is still plunged in conditions of poverty and vulnerability despite having been implemented the understanding of the Territorial Approach to Rural Development (TDR), as an option to integrate To the regions in processes of endogenous development, with institutional strengthening, productive chains and vision of international integration. The public policy implemented for rural development in the country has not been effective in improving improvements in indicators of GDP, as well as favoring the tendency to participate in banking and strengthening the economy by linking poor populations. This is concluded after analyzing the way in which Family Agriculture is understood in the national public policy and the way in which it is favored with the credit of promotion to the rural sector.

Keywords: family agriculture; rural credit; vulnerable rural population; Finagro; Territorial Approach to Rural Development (TDR).

El sector agropecuario tiene significado especial en la planificación de desarrollo de los últimos años porque la pobreza y el hambre, presentan allí fuente singular de solución dado que lo rural produce comida y alberga buena parte de la población del mundo que históricamente, ha estado excluida de las transformaciones que pudieran mejorar su bien-estar.

El desarrollo agrario en América Latina y el Caribe (ALC), existen dos tipos de propuestas bien diferenciadas en términos de producción,³ divergentes tanto en gestión como en generación de resultados, producto de dos aspectos fundamentales: a) restricciones en la política macroeconómica favorecedora del crecimiento económico, basado en ventajas competitivas de sectores particulares; b) sesgos en políticas comercial y agrícola, direccionadas a encadenamientos productivos, sin atender procesos desenvueltos por pequeños productores sin capacidad de integración al modelo.

3 De tipo empresarial y agricultura familiar.

Los pequeños productores del mundo operan regularmente en condiciones de agricultura familiar: nueve de cada diez explotaciones agrícolas son de familias; expresan casi el 80% de las unidades productivas; generan entre el 27% y 67% de los alimentos requeridos por el sector; precisan entre el 12% y 67% de la tierra dedicada a la explotación agraria; y, significan entre el 57% y el 77% de los empleos rurales de la región. De los pequeños productores del mundo, el 4% están en América Latina. (FAO, 2014).

En Colombia, el 94% del territorio es rural, alberga cerca del 32% de la población, siendo los principales problemas: concentración de la tierra, violencia y atraso del campo. En términos de agricultura familiar, en el país producen cerca del 79% de los alimentos consumidos a nivel interno; al menos el 80% de los agricultores tienen esta calidad y, de ellos, el 30% son mujeres. (COMITÉ NACIONAL DE IMPULSO COLOMBIA-CNIC, 2014).

Las condiciones de pobreza son especialmente importantes en familias dependientes del sector agrario o que proviniendo de allí, se ubican en áreas urbanas o periurbanas, sin que el ciclo de exclusión histórica se proyecte con opciones de mejora, porque se relaciona con la incapacidad familiar para acceder a recursos nuevos, de crédito o de inversión, para supervivencia y producción, dada su condición de posesión de activos, vinculación del núcleo familiar tanto en producción como en propiedad y consumo, así como la dependencia de la actividad agropecuaria y la generación de renta.

En el documento se analiza la comprensión de economía familiar en contexto de política pública colombiana y el favorecimiento con crédito rural. Se usa el método descriptivo, con información pública y datos oficiales, tratados con estadística descriptiva, para procurar revisar tres componentes fundamentales: a) Comprensión de economía familiar en la definición de la política de crédito agropecuario en Colombia; b) Comportamiento de montos asignados para comunidades de pequeños y medianos productores; c) Generación de excedente bruto de explotación (EBE) para el sector agropecuario, como indicador del beneficio por uso del capital en el sector.

A nivel teórico, se nota interés en usar lineamientos internacional de economía familiar, creando incluso administrativamente espacios

que se encargan del desarrollo rural – Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural (MADR), así como ambientes de investigación en organismos de planificación con el Departamento Nacional de Planeación (DNP) – procurando repensar la ruralidad, como soporte de política pública. En el 2006, con el Plan Nacional de Desarrollo (PND), se evidencian líneas de crédito direccionadas a favorecerá los pequeños productores, buscando jalonar el desarrollo agrario creando valor agregado en la producción, mayor beneficio y mejor estar de las comunidades, bajando indicadores de pobreza, exclusión y niveles de afectación del conflicto armado.

En términos prácticos, los recursos de crédito no tienen el efecto esperado, dado que: el nivel de crédito asignado entre 2006-2016, para pequeños y medianos productores refleja tendencia decreciente; el sector agropecuario se nota como uno de los menores generadores de EBE del Producto Interno Bruto (PIB); y, el sector agropecuario se mantiene con índice de participación bajo en la producción del país, mientras que los subsectores con mayor despliegue en esta década, no vinculan a la economía familiar.

Se aborda el tema desde la comprensión de la agricultura familiar y el acceso al crédito; luego se habla de las condiciones de vulnerabilidad agraria, ruralidad y política pública. Se propone la metodología usada, para luego pasar a los resultados alcanzados y así, finalmente, se ofrecen las conclusiones derivadas del análisis.

Agricultura familiar y acceso al crédito

Históricamente no hay consenso para definir las condiciones en que se desarrolla la actividad productiva agraria en los territorios, pero en general se toman dos tipos de sistemas productivos: a) de tipo empresarial (TE); y, b) Agricultura familiar (AF).

A nivel internacional la agricultura familiar gana importancia en planeamientos que buscan alcanzar desarrollo sostenible. Es un concepto impreciso, aunque con acuerdo en la definición a partir de: la manera como se gestiona la finca y la oferta de mano de obra en ellas. En términos de tamaño del predio, viabilidad económica y formas de desarrollo no es posible unificar criterios, pues están en función de las

oportunidades históricas, condiciones de política pública y facilidades del mercado para su integración.

El Foro Rural Mundial (FRM), tomado de los acuerdos en el 2014, la define como:

Forma de organizar la producción agrícola y silvícola, así como la pesca, el pastoreo y la acuicultura, gestionada y dirigida por una familia y que en su mayor parte depende de mano de obra familiar, tanto de mujeres como de hombres. La familia y la explotación están vinculadas, co-evolucionan y combinan funciones económicas, ambientales, reproductivas, sociales y culturales. (FORO RURAL MUNDIAL, 2014).

Para la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO) (2014), los agricultores familiares son un sector que incluye a los pequeños y medianos agricultores, pueblos indígenas, comunidades tradicionales, pescadores, pastores, habitantes de bosques, recolectores de alimentos y muchos otros, que desempeñan un papel importante en la seguridad alimentaria y el desarrollo sostenible. Reconoce que en cada región del mundo sus características son particulares, dada las condiciones de evolución histórica de los pueblos, las necesidades que comparten son muy similares: a) Mejora del acceso a tecnologías para incrementar la productividad sosteniblemente; b) Insumos que respondan a las necesidades particulares y respeten sus culturas y tradiciones; c) Atención especial para las mujeres y los jóvenes; d) Mejora en el acceso al agua y a la tierra; e) Mejora en el acceso al crédito y al mercado; f) Mayor participación en las cadenas de valor, incluyendo garantía de precios justos; g) Vínculos entre agricultura familiar y mercados locales; y, g) Equidad en el acceso a los servicios esenciales como educación, salud, agua y saneamiento. Igualmente, tienen en común la necesidad de hacer innovación en sistemas que reconozcan su diversidad y la complejidad en la que los sistemas operan.

A nivel global, la AF se convierte en pieza fundamental cuando de buscar lograr por lo menos 10 de los 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible propuestos por la Organización de Naciones Unidas a través del Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (Pnud) (2016), dado que ellos tienen relación indiscutible con el componente rural y agrario pues su desarrollo depende del lograr ponerle fin al hambre,

alcanzar la seguridad alimentaria, mejorar la nutrición y promover la agricultura sostenible. Por eso, la agricultura familiar es estrategia importante que liga estos componentes.

En Colombia, acorde a la comprensión desde la política pública ofrecida por el Consejo Nacional de Política Económica y Rural (Conpes) (2008), se tiene que la AF refiere la forma de realizar actividades agrícolas, pecuarias, silvícolas, acuícolas y pesqueras que dependen del trabajo familiar de hombres y mujeres. Es campesina, indígena, afro-descendiente, urbana, periurbana y neo-rural. Sus problemas se refieren a carecer o tener acceso limitado a la tierra, al capital, a bienes y servicios de la oferta pública y mercados; sin embargo, realiza múltiples estrategias de supervivencia y generación de ingresos; es altamente heterogénea y existe en forma de subsistencia, transición y consolidada.

Para el Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (Fida) (2016), la población en estado de pobreza vive en condiciones precarias porque no tiene ingresos permanentes ni suficientes para acceder a seguridad y comida; tampoco genera ahorro que lo respalde frente al crédito, quedando por fuera del sistema financiero. Por ello, menos del 10% de los hogares pobres tienen acceso a servicios financieros básicos y son excluidos de la formalidad del sector. Se ubican en actividades de pequeña producción agropecuaria, trabajo independiente o economía informal.

Población rural vulnerable

Según el Departamento Nacional de Planeación (DNP) (2015), en Colombia, sea cual fuere el índice que se define para medir pobreza en el periodo 2010-2014: Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), Pobreza Monetaria y Desigualdad, se encuentra que la brecha urbano-rural va en franco aumento, favorecida principalmente por debilidades en condiciones de habitabilidad.

En términos monetarios la pobreza se soporta tanto en el efecto crecimiento, relacionado con la generación de mayor ingreso, como también por el efecto distribución, derivado de la manera como al lograrse este mayor valor, se distribuye entre la población. Lo interesante es que se nota que para el sector rural es menor el favorecimiento per cápita. En el caso colombiano, cuando Alvis-Guzmán (2008)

interrelaciona pobreza y vulnerabilidad social, señala que existen sinergias entre las dos y, particularmente, en el sector rural.

La Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal), citado por Jeude (2005), comprende la vulnerabilidad como la combinación de: a) eventos, procesos o rasgos que entrañan adversidades potenciales para el ejercicio de los derechos ciudadanos o el logro de los proyectos de las comunidades, los hogares y las personas; b) la incapacidad de respuesta frente a la materialización de tales riesgos; c) la inhabilidad para adaptarse a las consecuencias de su materialización. Es decir, las eventualidades “arrastran hacia la pobreza” a hogares que no se encuentran en situación de pobreza y perpetúan en ella a hogares que ya la padecen.

La comprensión para el estado colombiano de población vulnerable, se da en términos de personas que conforman hogares. Así, el Ministerio de Educación Nacional (MEN) (2017), los considera como un universo de problemáticas particular, en condiciones de orden histórico, económico, cultural, político y biológico, reflejados en factores institucionales, ambientales y de entorno, salud, cultural y educativo, que marcan el derrotero para el desarrollo e integración en materia de política pública, mejoramiento institucional, distribución y asignación de recursos humanos, técnicos, administrativos y financieros, que generen las oportunidades para superar esta situación.

Se ha construido a la par una comprensión de vulnerabilidad territorial, para lo cual Pizarro, citado por el DNP (2015), define a la región vulnerable si las comunidades, familias e individuos allí ubicados, enfrentan problemas de inseguridad e indefensión en sus condiciones de vida, producto de dos factores importantes: el impacto provocado por el conflicto armado interno y la criminalidad común y organizada; y, por la incapacidad en el manejo de los recursos y la deficiencia en las estrategias disponibles en las comunidades para enfrentar estas situaciones que las desestabilizan.

Ruralidad y política pública

En Colombia la ruralidad se maneja tradicionalmente con comprensión estadística, adoptando un carácter que favorece a la

operación cuantitativa, dividiendo el territorio en urbano y resto o rural. La definición es más de carácter operativo para tomar estadísticas por parte del Departamento Nacional de Estadística (Dane), que una comprensión con sentido en soporte de política pública encaminada a favorecer el desarrollo. Para el Dane (1996), lo rural o resto municipal, tiene comprensión de ser todo aquello que no es urbano.

En los procesos de planeamiento observados luego de 2006, se nota una comprensión más amplia del significado de ruralidad, atendiendo a condiciones de vulnerabilidad creciente e histórica, presentadas en el mundo y, particularmente en América Latina, que evidencian mucho más que una mera división espacial, con concentración de viviendas y acceso a servicios públicos. Esto porque ha venido ganando fuerza la comprensión del desarrollo a partir del Enfoque Territorial de Desarrollo Rural (TDR), donde Schejtman y Berdegú (2004), proponen “un proceso de transformación productiva e institucional en un espacio rural cuya fin es reducir la pobreza”, mediante de la articulación económica competitiva y sustentable del territorio a mercados dinámicos.

A nivel institucional se está pensando en este sentido. El Dane (2016), desarrolla el III Censo Nacional Agropecuario en 2014, donde adopta comprensión amplia de ruralidad asumiendo a autores como Pérez, 2001; Gómez, 2002; Echeverry y Ribero, 2002. Así el sector rural se entiende como ambiente con estructura productiva diversa, donde la actividad agropecuaria es una de las que pueden desarrollarse en estos predios, integrados funcionalmente con lo urbano, donde se puede tener residencia o recreación y las poblaciones se movilizan en su cotidiano, por lo que terminan integrando las condiciones de tecnología, acceso a servicios, infraestructura y comunicación en estos predios.

El Decreto 1071 del (2015), centraliza todo el componente relacionado con el desarrollo rural, buscando fortalecer productiva y competitivamente los productos agropecuarios, “a través de acciones que mejoren las condiciones de vida de los pobladores rurales, que permitan el aprovechamiento sustentable de los recursos naturales, generen empleo y logren el crecimiento sostenido y equilibrado de las regiones”

El DNP (2014), define la Estrategia de Implementación del Programa de Desarrollo Rural Integral con Enfoque Territorial, como parte fundamental en la propuesta de fortalecer al sector rural, con

clara comprensión del Enfoque TDR, asumiendo la ruralidad como “la consideración de la población rural dispersa (equivalente a la definición de rural del Dane), y los habitantes de localidades urbanas de hasta 100 mil habitantes”

Se tiene así que el espíritu dado por el legislados a la políticas públicas en el país encaminadas al favorecimiento del desarrollo agrario durante la última década, ha estado direccionado a beneficiar dos tipos de procesos: a procurar que las población rural vulnerable mejore sus condiciones y se integre al desarrollo rural y, a fortalecer la competitividad y productividad en las que ya están vinculadas en actividades que se mueven en ambientes de negocios, tal como lo propone el Conpes (2008), es decir, las que atienden a condiciones de mercado, más que a requerimientos de autoconsumo y seguridad alimentar.

Crédito agropecuario y economía familiar

En términos de Latuadda (2014), hablar de AF, implica incluir a sujetos activos en el desarrollo rural con condiciones socioeconómicas, culturales y políticas particulares. Ahora, la AF como sujeto de desarrollo integra a población rural vulnerable (mujeres y jóvenes), y de escasos recursos económicos (comunidades afro descendientes, indígenas, desplazados, reinsertados, víctimas de la violencia; trabajadores que sin disponer de tierras tienen emprendimientos económicos en el medio rural como las artesanías, el turismo, la pesca o la apicultura entre otros; emprendedores agroindustriales pequeños y medianos; y, pequeños productores agropecuarios que dirigen o trabajan directamente unidades domésticas de producción).

Revisado el soporte de política de crédito agropecuario en el país en el periodo 2006-2016, no se encuentra expresión directa alguna respecto de políticas de favorecimiento a la economía familiar (EF) de manera expresa. Sin embargo, se habla de las calidades de quienes pueden accederlos, de manera que a la luz de la lo previsto en la Resolución 000267 del (2014), se deducen las interpretaciones en esta investigación. Aquí se incluyen como EF a los pequeños productores, medianos productores y las asociaciones de pequeños productores.

En términos de crédito agropecuario se analiza la comprensión de los dineros ofertados a través de la banca de segundo piso, con recursos del Fondo de Financiación del Sector Agropecuario (Finagro), canalizados a través de todos los intermediarios financieros, incluido el Banco Agrario de Colombia.

Según la Ley 16 de (1990) Finagro nace como una entidad que además de ser especializada en el tema del crédito, tiene autonomía y acoge, las hasta ahora dispersas, funciones delegadas en varias entidades. Está vinculado al Madr; su cobertura es nacional; de carácter es mixto; y forma parte, junto con los bancos y las demás entidades financieras que tengan que ver con el sector, del soporte al componente agropecuario nacional. En su operación se definen tres aspectos como lineamientos fundamentales para el crédito del sector:

a) Crédito de fomento agropecuario: para personas naturales o jurídicas y se usa en actividades relacionadas con producción o comercialización de bienes que se originen directa, conexas o complementariamente en las actividades agropecuarias, piscícolas, apícolas, avícolas, forestales y en acuicultura.

b) El crédito puede canalizarse a financiar actividades relacionadas con capital de trabajo, inversión nueva y ampliación en procesos ya iniciados.

c) El sentido del crédito es impulsar producción, capitalizar al sector, incrementar empleo, mejorar la transferencia tecnológica, contribuir a la seguridad alimentaria de lo urbano y lo rural, promover distribución de ingreso, fortalecer el sector externo de la economía y mejorar condiciones sociales y económicas del sector rural del país.

Al crear Finagro (1990), se destinan dineros básicamente para producción, comercialización y distribución agraria, así como de aprovisionamiento tanto de infraestructura productiva, adecuación de tierras y vivienda rural, teniendo especial interés por la investigación del sector y pre inversión en proyectos agroindustriales. Para el 2016, se han dado transformaciones en las condiciones de trabajo del Fondo, que incluyen aquellas consideradas complementarias a la actividad agraria y también las desenvueltas como actividades no agrarias pero desarrolladas en terrenos rurales. Por eso se habla de crédito agropecuario y rural.

Incluso se manejan como financiables con recursos Finagro (2014, p. 12) actividades rurales relacionadas con artesanías, transformación de metales y piedras preciosas, turismo rural y minería, incluyendo actividades de mercadeo, transformación de productos y prestación de servicios realizados en torno a ellas; la investigación, asistencia técnica y certificación de unidades productivas; Factoring agropecuario y normalización de cartera. Los usuarios se clasifican acorde con la Tabla 1, para el 2016.

Resultados

Agricultura familiar y la disparidad de comprensión efectiva de la estrategia

En Colombia el componente de AF ha tenido desde el 2014 un esquema de soporte que lleva a tener escenarios de discusión tanto desde las bases como desde los organismos públicos de planeamiento y ejecución de política pública. En el primer caso, se crea la estrategia de Campaña Permanente por la Agricultura Familiar en Colombia donde más de 130 organizaciones del país, apoyan el tema desde el Comité de Impulso a sus Territorios (Cinaf), direccionados por el Ilica (2015) y con participación del Madr donde se procura trabajar hasta 2024 en la estrategia AIAF+10, sobre siete temas: “acceso a mercados locales y regionales, acceso al crédito, acceso a tecnologías apropiadas, acceso a recursos naturales en el contexto del cambio climático, fortalecimiento organizacional y el rol de mujeres y jóvenes”. (IICA Y CIN-AF, 2015).

En términos de política pública el gobierno propone mejorar las condiciones en que se favorece el desarrollo rural. Expide el Decreto 1071 de 2015, reglamentando al Sector Administrativo Agropecuario, Pesquero y de Desarrollo Rural, reestructurando incluso al Madr en función de soportar al desarrollo rural, crea el viceministerio con esa función y estructura allí la dirección el ordenamiento social de la propiedad rural y uso productivo del suelo, que tiene que ver con el direccionamiento de la política de AF.

Al expedirse la Resolución 000267 del 17 de junio de (2014), y crear el Programa de Agricultura Familiar, que depende directamente del Madr, se estipulan las condiciones en que las familias pueden acce-

der, definiéndolas como “aquellas que derivan el 75% de sus ingresos de actividades agropecuarias, pesqueras y/o acuícolas adelantadas en la unidad productiva con mano de obra predominantemente familiar”.

Tradicionalmente en los procesos de agrupar al campesinado colombiano, se ha propuesto como: pequeño, mediano y grande productor. Sin embargo, estos conceptos tienen diferentes acepciones generando confusión, especialmente a la hora de hacer procesos comparativos entre estadísticas y cuando se pretende clasificar para ser sujeto de aplicación de política pública. Así, para efectos de manejar los créditos de fomento, el gobierno nacional tiene la clasificación de acuerdo al tamaño de sus activos, siendo los pequeños y medianos los que más divergencia presentan en las condiciones de clasificación.

El Decreto 312 de (1991) define al pequeño productor como aquel que tiene un valor de activos no superior a 6 millones de pesos de ese año, adicionados anualmente según ajustes del Índice de Precios al Consumidor (IPC). En 2011 con el Decreto 780 del Madr (2011), se identifica como la persona natural dedicada a la actividad agropecuaria, que posea activos totales no superiores a 145 SMMV. Para ello se tienen en cuenta la sumatoria de todos los activos suyos y de su cónyuge. Y se adiciona el hecho de que en el caso de las tierras obtenidas en procesos de reforma agraria, para los titulares no se les tiene en cuenta en dicho valor.

Posteriormente, el mismo Madr (2015) con el Decreto 1565, adiciona las actividades pesquera, acuícola o de desarrollo campesino, cuyos activos no superen los 200 SMMV, incluidos los del cónyuge o compañero permanente y no hace referencia las tierras de reforma agraria. En el mismo año, con la expedición del Decreto 2179 de (2015) por parte de la Presidencia de la República, se define en la amplitud del Decreto 780 de 2011, que se mantiene vigente hasta el 2017, pero haciendo referencia a que el límite de activos totales no sea superior a los 284 SMMV. Para acceder a los créditos ofrecidos por FINAGRO, debe tener por lo menos el 75% de los activos invertidos en el sector agropecuario y que mínimo las 2/3 partes de sus ingresos provengan de esta actividad (FINAGRO, 2016). Sin embargo, en los lineamientos definidos para acceder al Incentivo de Asistencia Técnica Gremial (IATG) del 2016, el mismo Madr(2016), los define como:

Propietarios, poseedores o tenedores a cualquier título que directamente o con el concurso de sus familias exploten un predio rural, que no supere el área y los ingresos de dos unidades agrícolas familiares (UAF)⁴ y siempre que deriven de su actividad agropecuaria, forestal, agroforestal, pecuaria, piscícola, silvícola o de zootecnia por lo menos el 70% de sus ingresos” y además incluye “Los pequeños productores rurales los pescadores artesanales marítimos [...]. Solo se asumen aquellos que obtienen ingresos netos mensuales hasta de cuatro (4) SMMV. (MINISTERIO DE AGRICULTURA Y DESARROLLO RURAL-MADR, 2016).

El mediano productor en el 2015, según el Decreto 1565 del Madr (2015), se identifica como toda persona dedicada a la actividad agropecuaria, pesquera, acuícola o de desarrollo rural campesino cuyos activos no superen los 1500 SMMV, incluidos los de la cónyuge o compañero permanente. Sin embargo, para acceder al IATG del 2016, son los poseedores o tenedores de un predio rural, con predios entre 2 y 5 UAF en su actividad agropecuaria, forestal, agroforestal, pecuaria, piscícola, silvícola o de zootecnia y con ingresos menores a 10 SMMV. Incluye a los productores pecuarios y piscícolas, que obtienen ingresos netos mensuales hasta de 10 SMMV.

Como puede observarse, no se tiene unidad ni siquiera en el mismo periodo respecto de la comprensión de pequeño productor, aun cuando sea para ser tratados por dos estrategias de crédito y financiación soportada por política pública.

Ahora, hay un paso importante en desarrollar el III CNA, Dane (2016, p. 16), cuando se propone que los predios rurales de todo el país, incluidos los territorios indígenas, los asignados a poblaciones con arraigo raizal como los afroamericanos y los que pertenecen al estado, se van a identificar teniendo en cuenta si desarrolla actividades agropecuarias en

4 La empresa básica de producción agrícola, pecuaria, acuícola o forestal cuyo tamaño, conforme a las condiciones agroecológicas de la zona y con tecnología adecuada, permite a la familia remunerar su trabajo y disponer de un excedente capitalizable que coadyuve a la formación de su patrimonio. El tamaño de la Unidad Agrícola Familiar (UAF), es determinada por la Resolución 041 de 1996 y aquellas que la modifiquen o adicionen.

las Unidad Productora Agropecuaria (UPA),⁵ o si tienen otro tipo de actividad para generar renta en la Unidad Productora No Agropecuaria (UPNA),⁶ de manera que pudiera esperarse que a futuro las decisiones se tomen en este tenor y evitar las ambigüedades de comprensión.

Comportamiento de los indicadores macroeconómicos

La Tabla 2 permite observar la manera como el PIB per cápita colombiano en el periodo 2000-2014, ha mantenido tasas reales de crecimiento positivas, muy a pesar de que en el 2009 ofrece una caída profunda comparable con el 2001, luego de lograr el punto más significativo en el 2007.

Sin embargo, a partir de este periodo sube en 2011 en 2014 se mantiene la tasa por encima del promedio. Esto teniendo en cuenta que en 14 años se disminuye la tasa poblacional en 0,02 puntos porcentuales y que el PIB a precios constantes en el mismo periodo crece en un 81,03%, lo que términos corrientes significa a una tasa del 263,25%.

La Tabla 3 muestra como en el periodo 2006-2014, en términos reales esos mayores reflejos en el PIB mueven a los agentes participantes en los diferentes sectores económicos a mejorar las condiciones de producción con avances en capital fijo. El sector Agropecuario y Silvicultura con su participación del 2,75%, supera solamente al sector servicios (1,97%) en la contribución a la Formación Bruta de Capital Fijo (FBKF) del año 2006, perdiendo participación periódicamente, al punto de llegar ya en el 2014 (cuando participa con el 1,51% de la

5 La misma de explotación agropecuaria. Unidad de producción agropecuaria, bajo gerencia única (hecha por una o varias personas naturales o jurídicas como empresas, colectividades agropecuarias, cooperativas u organismos oficiales), que producen para el autoconsumo y/o comercialización agropecuaria, independientemente de la forma de propiedad o tamaño, o ubicación, pues puede estar en un resguardo, comunidad indígena o en áreas de territorios colectivos de comunidades negras.

6 Unidades de producción localizadas en las áreas rurales dispersas (como son entendidas por el DNP), donde se desarrollan actividades únicamente no agropecuarias (transformación de productos agropecuarios, elaboración de artesanías, minería, actividades comerciales o del sector servicios, tales como turismo y educación).

FBKF) a ser el último en el componente, superado por los servicios que llegan a ser del orden del 1,55%.

Este espacio en la participación es ganado por los sectores de Maquinaria y Equipo que avanza 5,3 puntos porcentuales en el periodo, canalizada hacia la dotación en las líneas de comunicaciones, informática, de redes, radio y televisión. Así como por el componente de Obras Civiles que sube 4 puntos porcentuales, debido fundamentalmente a las construcciones para actividades de minería, carreteras y vías de comunicación.

La Tabla 4 muestra cómo crece la FBKF anualmente, se notan tres años de interesante repunte. 2006 (14.4%), 2011 (19%) y 2014 (9.8%), siendo solamente en el 2011 que se refleja igualmente mejora significativa en el sector agrario (9.5%), principalmente favorecido por las aplicadas en café (44.6%) y en ganado porcino (44.1%). Aunque es significativo, el crecimiento está lejos del alcanzado en ese mismo año en el sector de transportes cuando llega al 64% anual

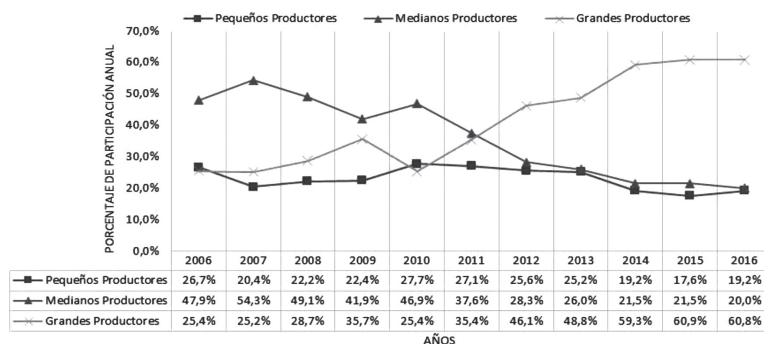
Se nota como en el sector agrario, la actividad que mayor nivel de crecimiento es la aplicación de recursos para los bosques plantados tanto para fines protectores como comerciales, que en la serie va aumentando de manera permanente. Las inversiones en plantaciones de palma de aceite tienen su auge en FBKF entre 2009 y 2011; la caña de azúcar, tener una disminución en el crecimiento anual, entre 2012 y 2014 ofrece una tasa de crecimiento del 72,2%. Los frutales crecen positivamente entre el 2008 (6,6% anual) y el 2011 (2,2% anual), y vuelve en 2014 a repuntar logrando crecimiento del 39,8% anual. El ganado bovino crece del 2007 (15,3% anual), decrece hasta el 2012 cuando alcanza el -65% y luego tímidamente crece positivamente. Los porcinos tienen un repunte muy importante en el 2011 creciendo al 44,1% y se mantienen a 2014, en ese proceso de aumento, aunque tímidamente.

El sector de Agricultura, ganadería, caza, silvicultura y pesca, según la Tabla 5, tomando como base el 2005, es el que menor nivel de crecimiento ofrece en el periodo 2000 – 2014 que alcanza a mejorar en 35,1 puntos mientras que el Valor Agregado lo hace en 65,7 puntos. El jalonamiento básicamente los manejan: construcción con 130,5 y el sector financiero con 73,3 puntos.

En términos reales el sector agropecuario se mantiene como uno de los menos generadores de excedente para los agentes económicos, aunque la tendencia de participación en el valor de la producción ha crecido desde 2008. Es una actividad donde la producción de café, conformada en buena parte de las fincas de economía familiar, el excedente no logra superar medio punto del valor total de lo producido en ese renglón. Los que superan este promedio son la producción pecuaria,⁷ la producción piscícola y la silvicultura, desarrollada en condiciones empresariales.

La Figura 1 deja ver como el pequeño productor es quien proporcionalmente menos participación ha tenido en la asignación de recursos, mostrando incluso como pasa de significar el 26,7% en el 2006, a tener solo el 19,2% en el 2016. En el caso de los pequeños productores las condiciones son críticas en la medida en es el quien se contrae para dar paso a la mejora tan significativa que tienen los grandes productores. En 2006 los medianos significan el 47,9%, perdiendo 27,9 pp en el periodo mientras que los grandes ganan en la misma ventana 35,4 pp.

Figura 1 – Participación por tipo de productor en el total del crédito Finagro. 2006-2016



Fuente: Construcción de la investigadora basado en AGRONET, estadísticas por línea de crédito, Finagro. 2016.

7 Los renglones más significativos están representados por la producción bovina, avícola y ganado porcino, donde las producciones de economía familiar aun manejan tecnologías tradicionales y su nivel de aportación en volumen no es significativo.

Básicamente se debe a que las líneas de crédito propuestas son incluyentes, es decir, todos los productores sin importar el tamaño de sus predios puede entrar a concursar por los recursos, pero además, aunque las tasas de interés son más bajas para los pequeños productores, se exigen unas condiciones de constitución de activos de carácter familiar y de dependencia del ingreso familiar del sector agropecuario, como ya se ha observado en la Tabla 1 y textos previos, que requieren ser demostradas como requisito al acceder a los procesos, mientras que para los otros dos rangos de propietarios no se les tiene en cuenta limitante.

Igualmente, el acceso a los recursos se hace atendiendo a condiciones de demanda, donde como se ha observado, aspectos como a) la propuesta técnica de emprendimiento individual o colectivo es un componente fundamental de acceso; b) se deben presentar documentos de certificación de ingresos y activos, que regularmente el campesino pequeño no usa o no puede demostrar porque no lleva procesos contables, porque no se tiene títulos de propiedad de predios, o porque dadas las condiciones en las que operan las opciones de tener ingresos del sector rural, los grupos familiares acceden a fuentes de ingresos diferentes a las agropecuarias, que impiden en no pocos casos, cumplir con este requisito; c) Desconocimiento de la información en términos de financiación y de procedimientos debido a la calidad general de los pequeños y medianos productores que regularmente no acceden a los medios por donde se ofertan los productos financieros en los debidos tiempos y/o simplemente no saben cómo cumplir con los requerimientos; d) los intermediarios financieros convencionales han preferido manejar los grandes propietarios, que regularmente son sus clientes en otros productos y los pequeños y medianos se centralizan por el Banco Agrario; e) los encadenamientos productivos en las regiones donde se ubican los pequeños y medianos productores no están bien desarrollados lo que implica que se presentan inconvenientes a la hora de proyectar la viabilidad del emprendimiento; y f) El campesino pequeño y mediano desconfía de las bondades del sistema de crédito agrario por experiencias vistas en finales del siglo pasado donde precisamente esta fuente de financiación, se convierte en opción donde buena cantidad de ellos perdieron sus capitales o se vincularon en deudas impagables.

Conclusiones

Colombia ha venido ajustando su accionar al Enfoque Territorial de Desarrollo Rural (TDR), desenvuelto en América Latina después de la década de los 90's, que aparece como una propuesta donde se procura favorecer la visión compleja e integral de las regiones en función de construir procesos de mejora en función de erradicar la pobreza y los niveles de vulnerabilidad social, donde los agentes privados se integran con agentes públicos para cooperar y construir alianzas que a la par de fortalecer las regiones cultura, social y políticamente, permite tener un nivel institucional efectivo y las regiones terminen desarrollándose consciente de la interrelación que hay entre lo rural y lo urbano, entre lo local y lo global.

El trabajo que se viene adelantando en este sentido se refleja fundamentalmente en el tratamiento que se le ha procurado dar al sector rural, donde se han propuesto ajustes institucionales, en materia de instrumentos de política pública como el crédito de fomento y la mejora en la comprensión en la construcción de procesos de evaluación y seguimiento, relacionados con las comprensiones que se tienen en el Departamento Nacional de Planeación (DNP), donde evidencia el análisis prospectivo del sector rural a la luz de este enfoque.

Una de las estrategias de comprensión ha sido la de agricultura familiar como un elemento fundamental para poder tener esta transformación, donde teóricamente se conversa con instituciones públicas y privadas, en función de lograr transformaciones en materia de política pública, que tienen ejercicios concretos como la visualización normativa en el Madr, donde además, se tiene todo un viceministerio para asuntos de fomento del desarrollo rural, para el cual la AF se siente reconocida.

Ahora, al revisar la política de crédito de fomento para el sector rural encaminada a la agricultura familiar, se nota que el concepto de ruralidad se propone amplio e integrado solo después del 2014, cuando se contemplan actividades no agrarias en la formación del ingreso y como tal se le apoya desde este sistema de apalancamiento.

Examinando los efectos en indicadores macroeconómicos, se tiene que el sector agropecuario no manifiesta mejoras en términos de

participación en la conformación del PIB real, en la FBKF que revisa la manera como se capitaliza el sector y menos en lo referente a la generación de Excedente Bruto de Explotación, donde genera los indicadores menos atractivos de todas las ramas de actividad que contribuyen en la generación de ingreso en el país.

Ahora, en términos de los efectos concretos de canalización del crédito agropecuario para ser aprovechado por la agricultura familiar, se tiene que no ha tenido efecto positivo, como se nota en la tendencia negativa en la participación que tanto los pequeños como los medianos productores tienen en la asignación de recursos en el periodo 2006-2016.

De manera general se tiene que las razones que pudieran deducirse al revisar la estadística descriptiva para explicar la situación se refieren a: a) deficiencia en los canales de comunicación que permita a las comunidades conocer la política pública y los instrumentos de fomento; b) inexistencia de capacidad institucional que a nivel local haga un verdadero acompañamiento a los productores rurales; c) los productores rurales en condiciones de agricultura familiar, no tienen competencias que les permitan acceder a los convocatorias de asignación de recursos pues no manejan metodologías de trabajo por proyectos, tampoco es común el estar agremiados y sus niveles de organización no están propuestas para manejar asociaciones entre productores y menos con los otros agentes del mercado; d) los hogares con AF no tienen capacidad de gestión para construir integración con los encadenamientos productivos existentes; e) inexistencia de líneas de fomento donde realmente se flexibilice el acceso a los pequeños productores, dejando de lado las limitaciones en términos de ingreso familiar y/o de valoración de activos del núcleo familiar; f) inexistencia de unificación de criterios que permitan la clasificación de los usuarios a las diferentes líneas de fomento.

**Artigo submetido em 09/10/2017 e aceito
para publicação em 13/03/2018**

Tabla 1 – Beneficiarios de los créditos de FINAGRO. 2016

Beneficiarios de los créditos de FINAGRO		
Tipo de beneficiario	Definición	Programas a los que accede
Pequeño productor*	<ul style="list-style-type: none"> · Personas naturales: que tengan activos totales máximo de 284 SMMLV, de todo el núcleo familiar; y, que por lo menos el 75% de ellos estén invertidos en el sector agropecuario ó que por lo menos las 2/3 partes de sus ingresos provengan de la actividad agropecuaria · Cualquier modalidad de organización de productores, siempre que sus miembros clasifiquen individualmente cada uno <p>Los productores con Reforma Agraria, el valor de esta tierra no se suma dentro de este valor de activos</p> <p>MONTO MAXIMO DE CREDITO. Hasta el 70% de sus activos</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Colombia siembra, en cultivos de ciclo corto, perennes e inversiones en riego, maquinaria y equipo, siembra, infraestructura, mejoramiento de suelos, transporte especializado, unidades y redes de frito, adquisición de toros puros y embriones · Línea Especial de Crédito – LEC. Con tasa subsidiada · Línea Especial de Crédito – LEC. General
Joven rural*	<p>Definidos como persona natural que tenga entre 18 y 2u años de edad, con activos que no superen el 70% de los definidos para Pequeño Productor, con formación media, técnica, tecnológica o universitaria y/o experiencia en actividades rurales o agropecuarias.</p>	<p>Las mismas del Pequeño Productor, con diferente tasa</p>

Beneficiarios de los créditos de FINAGRO		
Tipo de beneficiario	Definición	Programas a los que accede
Mujer rural de bajos ingresos*	Mujer cabeza de familia con activos no mayores del 70% de los definidos para pequeño productor persona natural. No requiere que sus activos totales estén invertidos en el sector agropecuario ni que los ingresos provengan del sector. MONTO MAXIMO DE CREDITO. Hasta 101,5 SMMLV	Las mismas del Pequeño Productor, con diferente tasa
Comunidades Negras	La Ley 70 de 1993 los identifica como el conjunto de familias de ascendencia afrocolombiana, con cultura propia, historia y costumbres dentro de una relación campo – poblado, que conservan conciencia de identidad que los diferencia de otros grupos étnicos.	Las mismas del Pequeño Productor, con diferente tasa
Mediano productor*	Persona con activos totales sean superiores a 284 SMMLV y hasta 5000 SMMLV	Las mismas del Pequeño Productor, con tasas de interés más altas
Gran Productor	Persona con activos totales sean superiores a 5000 SMMLV	Las mismas del Pequeño Productor, con tasas de interés más altas
Población víctima del conflicto armado interno	Persona natural, calificada como víctima en la Ley 1448 de 2011 e inscritas en la Unidad Administrativa Especial para la Atención y Reparación Integral de Víctimas	Línea de crédito especial creada para ellos. financiación hasta el 100% del proyecto
Población de Programas de Desarrollo Alternativo	Personas que cuentan con certificación emitida por el Departamento de la Prosperidad Social -DPS	Línea de crédito especial creada para ellos. financiación hasta el 100% del proyecto

Beneficiarios de los créditos de FINAGRO		
Tipo de beneficiario	Definición	Programas a los que accede
Población desmovilizada e reinsertada	Personas que estaban al margen de la ley y reinsertadas a la sociedad civil certificada por el Comité Operativo para la Dejaración de Armas- CODA u Oficina del Alto Comisionado de Paz	Línea de crédito especial creada para ellos. financia hasta el 100% del proyecto
Programas Especiales Fomento Agropecuario y Desarrollo Agropecuario**	<ul style="list-style-type: none"> · Esquema Asociativo. Titular de crédito una asociación, cooperativo y/o organización del sector solidario que vincule pequeños, medianos y grandes productores. Con mínimo 2 años de vida. Se usa para: · Siembra: mínimo el 50% del área sembrada debe ser desarrollada por pequeños productores. Si es de cultivos perennes, el área de los pequeños debe ser mínimo del 50%. Los medianos y grandes respaldan la operación de crédito en mínimo el 20% del valor de crédito de los pequeños. · Otras actividades: mínimo el 50% de los asociados deben ser pequeños 	Las mismas del Pequeño Productor, con tasas de interés que varían según el tipo de asociado
	<ul style="list-style-type: none"> · Esquema de integración. Titular y representante del crédito es una persona jurídica, denominado integrador, que selecciona y vincula como usuarios a los pequeños y/o medianos productores llamados integrados, para hacerla inversión 	Las mismas del Pequeño Productor, con tasas de interés que varían según el tipo de asociado

* Pueden tener la calificación de Economía Familiar.

** La producción y/o comercialización se hace asociativamente, cumple con 3 condiciones: asistencia técnica, economía de escala y Comercialización la producción esperada.

Fuente: Construido por el investigador basado en FINAGRO. Portafolio de servicios. 2016.

Tabla 2 – Producto Interno Bruto Total y Por Habitante. Serie 2000-2014p. Base 2005*

Años	PIB Total				Población ¹		PIB Por Habitante			
	A precios corrientes		A precios constantes de 2005		Personas	Tasas anuales de crecimiento	A precios corrientes		A precios Constantes de 2005	
	Miles de millones de pesos	Tasas anuales de crecimiento	Miles de millones de pesos	Tasas anuales de crecimiento			Pesos	Tasas anuales de crecimiento	Pesos	Tasas anuales de crecimiento
2000	208.531	-	284.761	-	40.295.563	0,0%	5.175.036	-	7.066.808	0,0%
2001	225.851	8,3	289.539	1,7	40.813.541	0,0%	5.533.727	6,9	7.094.190	0,4%
2002	245.323	8,6	296.789	2,5	41.328.824	0,0%	5.935.881	7,3	7.181.162	1,2%
2003	272.345	11,0	308.418	3,9	41.848.959	0,0%	6.507.808	9,6	7.369.789	2,6%
2004	307.762	13,0	324.866	5,3	42.368.489	0,0%	7.263.936	11,6	7.667.632	4,0%
2005	340.156	10,5	340.156	4,7	42.888.592	0,0%	7.931.153	9,2	7.931.153	3,4%
2006	383.898	12,9	362.938	6,7	43.405.956	0,0%	8.844.362	11,5	8.361.479	5,4%
2007	431.072	12,3	387.983	6,9	43.926.929	0,0%	9.813.388	11,0	8.832.464	5,6%

Años	PIB Total				Población ¹		PIB Por Habitante			
	A precios corrientes		A precios constantes de 2005		Personas	Tasas anuales de crecimiento	A precios corrientes		A precios Constantes de 2005	
	Miles de millones de pesos	Tasas anuales de crecimiento	Miles de millones de pesos	Tasas anuales de crecimiento			Pesos	Tasas anuales de crecimiento	Pesos	Tasas anuales de crecimiento
2008	480.087	11,4	401.744	3,5	44.451.147	0,0%	10.800.329	10,1	9.037.877	2,3%
2009	504.647	5,1	408.379	1,7	44.978.832	0,0%	11.219.656	3,9	9.079.360	0,5%
2010	544.924	8,0	424.599	4,0	45.509.584	0,0%	11.973.830	6,7	9.329.881	2,8%
2011	619.894	13,8	452.578	6,6	46.044.601	0,0%	13.462.903	12,4	9.829.122	5,4%
2012	664.240	7,2	470.880	4,0	46.581.823	0,0%	14.259.639	5,9	10.108.664	2,8%
2013	710.497	7,0	493.831	4,9	47.121.089	0,0%	15.078.111	5,7	10.480.042	3,7%
2014^p	757.506	6,6	515.489	4,4	47.661.787	0,0%	15.893.361	5,4	10.815.562	3,2%

Fuente. Construcción de investigador, a partir de Dirección de Síntesis y Cuentas Nacionales (DANE), 2015.

Tabla 3 – Formación bruta de capital fijo por producto. Nomenclatura base 2005, Serie 2005-2014p, Base 2005.*
Participación por sectores

Concepto	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014p
Agropecuaria y Silvicultura	2,75%	2,42%	2,29%	2,38%	2,42%	2,23%	1,85%	1,64%	1,51%
Cafetos	0,44%	0,34%	0,32%	0,34%	0,35%	0,43%	0,41%	0,27%	0,20%
Plantaciones de palma de aceite	0,70%	0,57%	0,56%	0,61%	0,71%	0,62%	0,57%	0,50%	0,40%
Plantaciones de caña de azúcar	0,14%	0,13%	0,12%	0,10%	0,09%	0,08%	0,08%	0,12%	0,11%
Plantaciones de árboles frutales, plátano y banano; praderas mejoradas y otros n.c.p.	0,18%	0,13%	0,13%	0,13%	0,13%	0,12%	0,10%	0,09%	0,12%
Ganado bovino	0,69%	0,70%	0,66%	0,68%	0,64%	0,52%	0,17%	0,17%	0,16%
Ganado porcino	0,13%	0,13%	0,11%	0,10%	0,10%	0,12%	0,14%	0,11%	0,11%
Ganado ovino, caprino, equino, asnal, mular, etc.	0,25%	0,20%	0,18%	0,18%	0,14%	0,11%	0,09%	0,07%	0,08%

Concepto	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014p
Bosques plantados con fines comerciales; subproductos relacionados con la silvicultura	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%
Bosques plantados con fines protectores	0,20%	0,19%	0,19%	0,21%	0,21%	0,19%	0,21%	0,19%	0,19%
Maquinaria y Equipo	26,61%	29,15%	30,53%	27,19%	31,09%	32,19%	34,83%	32,70%	31,91%
Equipo de Transporte	11,31%	12,58%	11,41%	10,94%	10,74%	14,80%	12,78%	11,77%	11,79%
Construcción y Edificaciones	30,75%	27,60%	28,44%	27,39%	25,95%	22,95%	23,03%	23,96%	23,50%
Obras Civiles	26,60%	26,67%	25,87%	29,65%	28,51%	28,36%	28,39%	29,47%	30,60%
Servicios	1,97%	1,81%	1,69%	1,73%	1,70%	1,53%	1,57%	1,53%	1,55%
Total FBKF	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fuente. Construcción de investigador, a partir de Dirección de Síntesis y Cuentas Nacionales (DANE), 2016.

Tabla 4 – Formación bruta de capital fijo por producto – Nomenclatura base 2005, Serie 2005-2014p, Base 2005*.
Crecimiento anual

Concepto	2007	2008	2009	0	2010	2011	2012	2013	2014p
Agropecuaria y Silvicultura									
Cafetos	0,5%	3,9%	2,6%	-100,0%	6,7%	9,5%	-12,9%	-5,4%	1,5%
Plantaciones de palma de aceite	-11,4%	2,6%	5,3%	-100,0%	8,0%	44,6%	0,0%	-28,4%	-19,4%
Plantaciones de caña de azúcar	-6,7%	8,1%	7,0%	-100,0%	22,1%	4,7%	-5,0%	-6,7%	-10,3%
Plantaciones de árboles frutales, plátano y banano; praderas mejoradas y otros n.c.p.	8,3%	-2,5%	-14,8%	-100,0%	-1,0%	-3,1%	3,2%	72,2%	3,0%
Ganado bovino	-16,0%	6,6%	1,6%	-100,0%	5,3%	2,2%	-5,7%	-3,8%	39,8%
Ganado porcino	15,3%	4,0%	0,9%	-100,0%	-1,1%	-3,8%	-65,0%	2,3%	4,0%
Ganado ovino, caprino, equino, asnal, mular, etc.	14,4%	-8,4%	-7,3%	-100,0%	1,0%	44,1%	17,7%	-16,8%	13,2%
	-5,6%	-3,8%	1,1%	-100,0%	-22,2%	-1,4%	-14,5%	-17,8%	19,6%

Concepto	2007	2008	2009	0	2010	2011	2012	2013	2014p
Bosques plantados con fines comerciales; subproductos relacionados con la silvicultura	-12,5%	28,6%	0,0%	-100,0%	22,2%	18,2%	0,0%	15,4%	0,0%
Bosques plantados con fines protectores	5,6%	10,0%	10,2%	-100,0%	5,8%	6,4%	14,7%	0,0%	7,9%
Maquinaria y Equipo	25,4%	15,0%	-12,1%	-100,0%	19,9%	23,2%	13,3%	0,2%	7,1%
Equipo de Transporte	27,2%	-0,3%	-5,4%	-100,0%	2,9%	64,0%	-9,6%	-1,7%	10,0%
Construcción y Edificaciones	2,7%	13,2%	-4,9%	-100,0%	-0,7%	5,2%	5,1%	11,1%	7,7%
Obras Civiles	14,7%	6,6%	13,1%	-100,0%	0,8%	18,3%	4,8%	10,8%	14,0%
Otras obras de ingeniería civil	12,3%	-5,3%	15,8%	-100,0%	-4,3%	12,1%	2,4%	-0,7%	17,3%
Servicios	5,3%	2,4%	1,1%	-100,0%	3,1%	7,4%	7,2%	4,1%	11,0%
Total FBKF	14,4%	9,9%	-1,3%	-100,0%	4,9%	19,0%	4,7%	6,8%	9,8%

Fuente. Construcción de investigador, a partir de Dirección de Síntesis y Cuentas Nacionales (DANE), 2016.

Tabla 5 – Producto Interno Bruto – Por ramas de actividad económica (clasificación Cuentas Nacionales). Serie 2000-2014p, Año 2005 = 100.* Índices de volumen

Clasificación Cuentas Nacionales	Concepto	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014p
A.	Agricultura, ganadería, caza, silvicultura y pesca	86,1	87,6	91,6	94,5	97,3	100,0	102,4	106,4	106,0	105,3	105,5	107,7	110,4	117,6	121,2
B.	Explotación de minas y canteras	105,8	97,1	95,4	97,0	96,1	100,0	102,4	104,0	113,7	126,2	139,5	159,8	168,2	176,6	174,6
C.	Industrias manufactureras	80,4	82,8	84,5	88,7	95,7	100,0	106,8	114,5	115,2	110,4	112,4	117,8	117,9	118,9	119,8
D.	Suministro de electricidad, gas y agua	85,3	88,0	88,8	92,8	96,0	100,0	104,8	109,0	109,6	111,6	116,0	119,5	122,2	125,9	130,1
E.	Construcción	65,8	69,4	78,0	84,5	93,6	100,0	112,1	121,5	132,2	139,2	139,1	150,5	159,4	177,7	196,3
F.	Comercio, reparación, restaurantes y hoteles	82,1	84,4	85,7	88,9	95,2	100,0	107,9	116,8	120,5	120,2	126,4	134,9	140,1	146,5	153,9

Clasificación Cuentas Nacionales	Concepto	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 ^P
G.	Transporte, almacenamiento y comunicaciones	77,7	80,3	82,5	86,2	92,8	100,0	110,8	122,9	128,5	126,8	134,7	143,7	149,3	154,2	161,5
H.	Establecimien- tos financieros, seguros, actividades inmobiliarias y servicios a las empresas	84,1	85,1	87,6	91,1	95,3	100,0	106,4	113,7	118,8	122,6	127,0	135,5	142,4	148,9	157,4
I.	Actividades de servicios sociales, comunales y personales	88,4	89,5	91,0	92,8	96,6	100,0	104,4	109,6	112,4	117,4	121,6	125,4	131,2	139,0	146,2
	Subtotal valor agregado	83,8	85,1	87,3	90,6	95,5	100,0	106,3	113,1	117,1	119,4	123,8	131,5	136,6	143,4	149,5
D.21-D.31	Impuestos menos subvenciones sobre los productos	83,1	85,8	86,3	91,0	95,3	100,0	111,0	123,9	129,2	127,0	135,4	150,4	158,5	164,9	174,1

Clasificación Cuentas Nacionales	Concepto	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 ^P
D.21	Impuestos sobre los productos	83,0	85,7	86,3	90,9	95,3	100,0	110,9	123,6	128,9	126,7	135,0	149,9	157,9	164,3	173,7
	Impuesto al Valor Agregado (IVA) no deducible	84,8	85,6	85,9	91,3	95,9	100,0	111,8	125,5	130,5	127,9	136,7	151,2	158,5	163,4	172,3
D.212	Impuestos y derechos sobre las importaciones, excepto IVA	60,3	67,8	70,5	76,3	86,3	100,0	122,3	145,5	160,2	139,5	164,9	205,2	226,4	240,7	262,8
D.213, D.214	Otros impuestos sobre los productos	90,0	93,4	93,4	95,7	97,2	100,0	105,0	112,0	114,9	119,2	120,9	128,7	135,1	142,9	150,6
D.31	Subvenciones sobre los productos (-)	82,8	84,3	85,6	88,5	96,3	100,0	103,7	107,6	110,0	110,7	113,5	117,6	121,7	128,9	140,6
B.1*	Producto interno bruto	83,7	85,1	87,3	90,7	95,5	100,0	106,7	114,1	118,1	120,1	124,8	133,1	138,4	145,2	151,5

Fuente: DANE, 2016. Dirección de Síntesis y Cuentas Nacionales. Boletín cuentas anuales 2000-2014.

Tabla 6 – Excedente Bruto de Explotación como porcentaje del PIB por ramas de actividad económica (clasificación Cuentas Nacionales). Serie 2000-2014p, Año 2005 = 100.* Índices de volumen

Concepto	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014p
	% EBE	% EBE	% EBE	% EBE	% EBE	% EBE	% EBE	% EBE	% EBE
Agricultura, ganadería, caza, silvicultura y pesca	2,3%	2,3%	2,1%	2,8%	3,0%	3,0%	3,1%	3,5%	3,5%
Cultivo de café	0,5%	0,5%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,1%	0,4%	0,4%
Cultivo de otros productos agrícolas	1,5%	1,4%	1,2%	1,8%	2,2%	2,0%	1,4%	2,0%	2,4%
Producción pecuaria y caza incluyendo las actividades veterinarias	3,5%	3,7%	3,3%	3,9%	4,3%	4,6%	5,4%	5,8%	5,6%
Silvicultura, extracción de madera y actividades conexas	4,7%	5,4%	4,6%	5,4%	5,3%	5,0%	3,3%	3,9%	4,3%
Pesca, producción de peces en criaderos y granjas piscícolas	2,5%	1,0%	1,2%	7,4%	5,6%	6,1%	6,8%	6,6%	6,1%
Explotación de minas y canteras	62,7%	59,4%	66,0%	63,6%	66,4%	69,9%	69,0%	67,0%	63,1%
Industrias manufactureras	15,5%	16,2%	15,7%	16,4%	16,3%	16,3%	16,5%	17,1%	16,9%
Suministro de electricidad, gas y agua	43,6%	44,7%	44,3%	40,3%	41,1%	40,3%	39,8%	39,8%	38,4%

Construcción	20,5%	21,8%	21,2%	24,8%	24,8%	23,4%	22,3%	23,3%	22,9%
Comercio, reparación, restaurantes y hoteles	5,6%	4,8%	4,3%	3,8%	2,9%	3,1%	3,3%	3,2%	3,2%
Transporte, almacenamiento y comunicaciones	17,6%	18,1%	17,1%	18,3%	17,4%	16,8%	16,0%	20,3%	21,4%
Estab. financieros, seguros, act. inmobiliarias y ss a las empresas	34,2%	34,7%	35,1%	36,2%	35,9%	35,9%	35,4%	35,2%	35,7%
Actividades de servicios sociales, comunales y personales	9,0%	8,3%	8,0%	7,1%	7,4%	7,7%	7,3%	7,5%	7,6%
Total	19,1%	19,1%	19,7%	20,0%	20,4%	21,4%	21,2%	21,5%	20,8%

Fuente: Construcción de investigador, a partir de Dirección de Síntesis y Cuentas Nacionales (DANE), 2016.

Referencias

ALVIS-GUZMAN, Nelson; ALVIS-ESTRADA, Luis; CASTRO-AVILA, Robinson; CORREA REYES, Juan. Pobreza y vulnerabilidad social en Colombia. Revista **Panorama Económico**, v. 16, p. 5-23, 2008.

COLOMBIA. Resolución Externa n. 3 de 2000. **Por la cual se expiden normas en relación con las inversiones obligatorias en Títulos de Desarrollo Agropecuario y otras operaciones del Fondo para el Financiamiento del Sector Agropecuario (Finagro)**. Disponible en: <http://www.banrep.gov.co/sites/default/files/reglamentacion/archivos/re_3_2000_compendio.pdf>. Acceso en: 15 de sep. 2017.

_____. Resolución Externa n. 19 de 2015. **Por la cual se expiden normas en relación con las inversiones obligatorias en TDA**. Disponible en: <<http://www.banrep.gov.co/en/node/40236>>. Acceso en: 14 de sep. 2017.

_____. Resolución n. 18 de 2012. **Por la cual se define el Plan Indicativo de Crédito Agropecuario para 2013 y las condiciones de su colocación y se dictan otras disposiciones**. Disponible en: <https://www.finagro.com.co/sites/default/files/field-collection/tabla-resoluciones/files/resolucion_no_12_diciembre_13-2012.pdf>. Acceso en: 12 jul. 2017.

_____. Ley 16 de 1990. **Por la cual se constituye el Sistema Nacional de Crédito Agropecuario, se crea el Fondo para el Financiamiento del Sector Agropecuario (Finagro) y se dictan otras disposiciones**. Disponible en: <https://www.finagro.com.co/sites/default/files/node/basic-page/files/ley_16_de_19901.pdf>. Acceso en: 14 ene. 2017.

_____. Ley 1753 de 2015. **Por la cual se expide el Plan Nacional de Desarrollo 2014-2018**. “Todos por un nuevo país”. Disponible en: <https://www.mineducacion.gov.co/1759/articulos-357047_recurso_1.pdf>. Acceso en: 12 jul. 2017.

_____. **Constitución Política de Colombia. Actualizada con los actos legislativos a 2015**. Disponible en: <<http://www.corteconstitucional.gov.co/inicio/Constitucion%20politica%20de%20Colombia%20-%202015.pdf>>. Acceso en: 08 nov. 2016.

_____. Ley 1151 DE 2007. **Por la cual se expide el Plan Nacional de Desarrollo 2006-2010**. Disponible en: <https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/PND/LEY_PND_2006_2010.pdf>. Acceso en: 04 mayo 2017.

_____. **CONPES 3558:** Estrategias para fortalecer las convocatorias para el desarrollo rural. DNP, 2008. Disponible en: <<https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Conpes/Econ%C3%B3micos/3558.pdf>>. Acceso en: 12 mar. 2017.

_____. **Plan Nacional de Desarrollo 2010-2014.** Prosperidad para todos. DNP. Disponible en: <<https://www.dnp.gov.co/Plan-Nacional-de-Desarrollo/PND-2010-2014/Paginas/Plan-Nacional-De-2010-2014.aspx>>. Acceso en: 13 dic. 2016.

_____. **Estrategia de Implementación del Programa de Desarrollo Rural Integral con Enfoque Territorial. 2014.** Disponible en: <<https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Agriculturapecuarioforestal%20y%20pesca/Desarrollo%20Rural%20%20Integral.pdf>>. Acceso en: 12 feb. 2017.

_____. **Plan Nacional de Desarrollo 2014-2018.** Todos por un nuevo país. DNP. Disponible en: <<https://www.dnp.gov.co/Plan-Nacional-de-Desarrollo/Paginas/Que-es-el-Plan-Nacional-de-Desarrollo.aspx>>. Acceso en: 15 feb. 2017.

_____. **Línea especial de crédito con tasa subsidiada (LEC).** MADR. Disponible en: <<https://www.minagricultura.gov.co/tramites-servicios/credito-agropecuario/Paginas/Linea-Especial-de-Credito-Programa-DRE-v2.aspx#tabs-2b>>. Acceso en: 16 dic. 2016

_____. **Incentivo Económico a la Asistencia Técnica Gremial-IEATG.** MADR. Disponible en: <<https://www.minagricultura.gov.co/convocatorias/Documents/Ficha-Asistencia-Tecnica-Gremial.pdf>>. Acceso en: 3 dic. 2016.

_____. Decreto 312 de 1991. **Por el cual se reglamenta parcialmente la Ley 16, de 1990.** Disponible en: <<https://www.minagricultura.gov.co/Normatividad/Decretos/Decreto%20312%20de%201991.pdf>>. Acceso en: 12 jul. 2017.

_____. Decreto 780 de 2011. **Por el cual se modifica parcialmente el Decreto n. 312, de 1991.** Disponible en: <<http://www.suin-juriscol.gov.co/viewDocument.asp?id=1164933>>. Acceso en: 18 jul. 2017.

_____. **Instructivo técnico del programa de coberturas cambiarias – 2014.** MADR. Disponible en: <<https://www.minagricultura.gov.co/tramites-servicios/apoyos-incentivos/Documents/INSTRUCTIVO%20TECNICO%20-%20PROGRAMA%202014.pdf>>. Acceso en: 15 mayo 2014.

_____. Resolución 000267 de junio del 2014. **Por medio de la cual se crea el Programa de Agricultura Familiar y se dictan otras disposiciones.** Disponible en: <<https://diario-oficial.vlex.com.co/vid/programa-familiar-dictan-disposiciones-516246422>>. Acceso en: 21 mayo 2017.

_____. Decreto 1565 de 2015. **Por el cual se adiciona el Decreto 1071, de 2015, en lo relacionado con la reglamentación del Fondo de Fomento Agropecuario.** Disponible en: <<https://www.minagricultura.gov.co/Normatividad/Decretos/Decreto%201565%20de%202015.pdf>>. Acceso en: 22 mar. 2017.

_____. **Lineamientos generales para el acceso al incentivo a la asistencia técnica gremial-IATG.** Disponible en: <<https://www.minagricultura.gov.co/planeacion-control-gestion/Gestin/MANUAL%20LINEAMIENTOS%20GNRAL%20%20ACCESO%20INCENTIVO%20A%20LA%20ASISTENCIA%20TECNICA%20GREMIAL%20V2.pdf>>. Acceso en: 23 ene. 2017.

_____. **Programa de Desarrollo Rural con Equidad.** Disponible en: <<https://www.minagricultura.gov.co/ministerio/programas-y-proyectos/Paginas/Programa-Desarrollo-Rural-con-Equidad-DRE.aspx>>. Acceso en: 03 abr. 2017.

_____. Decreto 1071 de 2015. **Por medio del cual se expide el Decreto Único Reglamentario del Sector Administrativo Agropecuario, Pesquero y de Desarrollo Rural.** Disponible en: <<https://www.minagricultura.gov.co/Normatividad/Decretos/Decreto%201071%20de%202015.pdf>>. Acceso en: 23 ene. 2017.

_____. **Colombia aprende red de conocimiento.** Disponible en: <<http://www.colombiaprende.edu.co/html/mediateca/1607/article-85443.html>>. Acceso en: 5 mayo 2017.

_____. Decreto 2179 de 2015. **Por medio del cual se modifica el Decreto 1071 de 2015, Decreto Único Reglamentario del Sector Administrativo Agropecuario, Pesquero y de Desarrollo Rural, en lo relacionado con la definición de Pequeño Productor para los fines de la Ley 16 de 1990.** Disponible en: <<http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/col151309.pdf>>. Acceso en: 30 abril 2017.

_____. Decreto Ley 2370 de 2015. **Por el cual se amplían las fuentes de financiación del Fondo de Micro finanzas Rurales creado en la Ley 1731 de 2014.** Disponible en: <<http://wp.presidencia.gov.co/sitios/normativa/decretos/2015/Decretos2015/DECRETO%202370%20DEL%207%20DE%20DICIEMBRE%20DE%202015.pdf>>. Acceso en: 20 jul. 2017.

COMITÉ NACIONAL DE IMPULSO COLOMBIA (CNIC). **Agricultura familiar para Colombia. 2014.** Bogotá, 2017. Disponible en: <<http://agriculturafamiliar.co/wp-content/uploads/2015/07/Documento-General-Comit%C3%A9-de-Impulso-Nacional-CIN-AF.pdf>>. Acceso en: 08 mayo 2017.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (DANE). **Conceptos básicos.** Bogotá: 1996. Disponible en: <https://www.dane.gov.co/files/inf_geo/4Ge_ConceptosBasicos.pdf>. Acceso en: 23 jun. 2017.

_____. **Metodología General Tercer Censo Nacional Agropecuario.** Bogotá: 2016. Disponible en: <<https://www.dane.gov.co/files/images/foros/foro-de-entrega-de-resultados-y-cierre-3-censo-nacional-agropecuario/CNATomo1-Memorias.pdf>>. Acceso en: 14 Jun. 2017.

_____. **Conceptos básicos.** Bogotá: 1996. Disponible en: <https://www.dane.gov.co/files/inf_geo/4Ge_ConceptosBasicos.pdf>. Acceso en: 23 jun. 2017.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN (DNP). **Diagnóstico de la Pobreza Rural Colombia 2010-2014.** Bogotá, 2015. Disponible en: <<https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Agriculturapecuarioforestal%20y%20pesca/Pobreza%20Rural.pdf>>. Acceso en: 14 abr. 2017.

_____. **Índice de Vulnerabilidad Territorial: Resultados 2008-2012.** Bogotá: 2015. Disponible en: <<https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Prensa/Publicaciones/03%20C3%8Dndice%20de%20Vulnerabilidad%20final.pdf>>. Acceso en: 12 nov. 2016.

ECHEVERRY, Rafael; RIBERO, María Pilar. **La nueva ruralidad: visión del territorio en América Latina y el Caribe.** San José de Costa Rica: IICA, 2002. Disponible en: <<http://repiica.iica.int/docs/B0536e/B0536e.pdf>>. Acceso en: 30 nov. 2016.

FINAGRO. **Estatutos vigentes a 2014.** Bogotá: 2014. Disponible en: <https://www.finagro.com.co/sites/default/files/estatutos_vigentes_finagro_-_diciembre_2014.pdf>. Acceso en: 07 ago. 2017.

_____. **Incentivo a la Capitalización Rural (ICR),** Bogotá: 2014. Disponible en: <<https://www.finagro.com.co/productos-y-servicios/ICR>>. Acceso en: 2 dic. 2016.

_____. **Portafolio de servicios.** Bogotá: 2016. Disponible en: <<https://www.finagro.com.co/manualserv/index.html>>. Acceso en: 03 mar. 2017.

FORO RURAL MUNDIAL (FRM). Rural Forum. **La agricultura familiar en la agenda de desarrollo sostenible Álava, España: 2014**. Disponible en: <http://www.ruralforum.net/img/recursos/frm_afyods.pdf?utm_campaign=2016_11_03_af-en-ods&utm_medium=email&utm_source=acumbamail>. Acceso en: 02 mar. 2017.

GOMEZ E. Sergio. Nueva Ruralidad. Fundamentos teóricos y necesidad de avances empíricos. SEMINARIO INTERNACIONAL “EL MUNDO RURAL: TRANSFORMACIONES Y PERSPECTIVAS A LA LUZ DE LA NUEVA RURALIDAD, 10, 2003, Bogotá. Anales electrónicos. Valdivia: 2003. Disponible en: <<http://fediap.com.ar/administracion/pdfs/Nueva%20Ruralidad%20-%20Sergio%20G%C3%B3mez%20-%20I.C.S.%20Chile.pdf>>. Acceso en: 15 nov. 2016.

IICA Y CIN-AF. AIAF+10. **Fortalecimiento de agendas en política pública en agricultura familiar en Colombia**, Bogotá: 2015. Disponible en: <http://argus.iica.ac.cr/Esp/regiones/andina/colombia/Documentos%20de%20la%20Oficina/Eventos/Informacion_general_encuentros_regionales.pdf>. Acceso en: 14 dic. 2016.

FONDO INTERNACIONAL DE DESARROLLO AGRICOLA (IFAD). **Rural finance: sustainable and inclusive financing for rural transformation**. Roma-Italia: IFAD, 2016. 9 p. Disponible en: <www.ruralpovertyportal.org/topic/statistics/tags/rural_finance>. Acceso en: 15 mayo 2017.

JEUDE, Marije van Lidth de. “Análisis y estrategias para poblaciones rurales con mayor vulnerabilidad socio-económica en Centroamérica”: **Serie de publicaciones RUTA, 2005**. Disponible en: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/icap/unpan027249.pdf>>. Acceso en: 15 nov. 2016.

LATUADDA, Mario. “Políticas de desarrollo rural en la Argentina: Conceptos, contexto y transformaciones”. **Temas debates** (En línea), Rosario, n. 27, p. 13-47, junio 2014. Disponible en: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-984X2014000100001&lng=es&nrm=i so>. Acceso en: 29 abr. 2017.

MACHADO, Absalón; BOTELLO, Silvia. La Agricultura Familiar en Colombia. Santiago de Chile: RIMIPS, v. **Serie de documentos n. 146**, Sep. 2013. Disponible en: <http://portalsiget.net/ArchivosSIGET/recursos/Archivos/1682015_AgriculturaFamiliarC.pdf>. Acceso en: 12 dic. 2016.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN NACIONAL (MEN). Ministerio de Educación Nacional. **Colombia aprende Red de Conocimiento**.

MEN, 2017. Disponible en: <<http://www.colombiaaprende.edu.co/html/mediateca/1607/article-85443.html>>. Acceso en: 5 mayo 2017.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA (FAO). **El estado mundial de la agricultura y la alimentación.** La innovación en la agricultura familiar. Roma: FAO, 2014. Disponible en: <<http://www.fao.org/3/a-i4040s.pdf>>. Acceso en: 14 nov. 2016.

PEREZ, Edelmira; FARAH, María Adelaida. Los modelos de desarrollo y las funciones del medio rural en Colombia. **Cuadernos de Desarrollo Económico**, Universidad Javeriana, n. 49, p. 9-27, 2002. Disponible en: <<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/desarrolloRural/article/viewFile/1987/1268>>. Acceso en 03 nov. 2016.

PROGRAMA DE NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD). **Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS).** FAO, 2016. Disponible en: <<http://www.undp.org/content/undp/es/home/sustainable-development-goals.html>>. Acceso en: 02 dic. 2016.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (RAE). **Diccionario de la lengua española.** Disponible en: <<http://dle.rae.es/?id=1B15mB2>>. Acceso en: 12 Dic. 2016.

SCHEJMAN, Alexander; BERDEGUE, Julio A. **Desarrollo territorial rural.** Santiago de Chile: RIMISP, 2004. 54 p. Disponible en: <http://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1363093392schejtman_y_berdegue2004_desarrollo_territorial_rural_5_rimisp_CARdumen.pdf>. Acceso en: 24 dic. 2016.

Consumo de bens e serviços por idosos nos arranjos domiciliares unipessoal e residindo com o cônjuge¹ / *Consumption of the elderly in unipersonal and living with a spouse domestic arrangements*

NATÁLIA CALAIS VAZ DE MELO²

KARLA MARIA DAMIANO TEIXEIRA³

MARCO AURELIO MARQUES FERREIRA⁴

NEUZA MARIA DA SILVA⁵

Resumo: Este estudo consistiu em comparar o consumo de bens e serviços pelos idosos brasileiros que moravam sozinhos e por aqueles que residiam com o cônjuge, a partir de análises dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) (2008/2009), realizada pelo IBGE. A pesquisa teve caráter quantitativo, descritivo, com corte transversal. Os resultados permitiram constatar que a maioria dos idosos eram brancos, residiam na área urbana do país, possuíam o ensino funda-

-
- 1 Este artigo é proveniente da dissertação de mestrado intitulada *Consumo por idosos em arranjos familiares unipessoal e residindo com o cônjuge: análise de dados da POF 2008/2009*, apresentada pela autora, Natália Calais Vaz de Melo, ao Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG.
 - 2 Doutoranda em Economia Doméstica. Mestre e Bacharel em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa-MG.
 - 3 Professora Associada do Departamento de Economia Doméstica (UFV), Viçosa-MG. Possui graduação em Economia Doméstica e mestrado em Economia Familiar pela Universidade Federal de Viçosa, PhD em Ecologia Familiar pela Michigan State University (USA).
 - 4 Professor Adjunto da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa-MG. Possui graduação em Administração, mestrado e doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), PhD em Administração Pública por Rutgers University (USA).
 - 5 Professora Associada da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa-MG. Possui graduação em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), mestrado em Educação do Consumidor e doutorado em Economia da Família e do Consumidor pela Purdue University (USA).

mental, e a minoria estava na faixa AB de renda. O arranjo domiciliar residindo com o cônjuge gastava mais do que o unipessoal no que se refere aos itens de despesas com habitação, despesas diversas, lazer, transporte, alimentação dentro do domicílio, fumo, produtos de higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde e vestuário. Portanto, entender as relações de consumo deste segmento é extremamente relevante, a fim de que os bens e serviços oferecidos proporcionem satisfação e melhoria na qualidade de vida dos idosos.

Palavras-chave: consumo; arranjo domiciliar; idoso.

Abstract: The objective of this study was to compare the consumption of goods and services by Brazilian elderly who lived by themselves and by those living with an spouse, using the POF data analysis (2008/2009), carried out by IBGE. This study was had a cross-sectional quantitative, descriptive approach. The results allowed finding that most of the elderly were white, living in the urban area of the country, elementary school graduated and the minority was at the AB income range. The living with a spouse family arrangement spent more than the unipersonal in relation to housing, several expenditures, entertainment, transportation, eating at home, smoking, hygiene products and personal care, health assistance and clothes. Therefore, to understand the consumption relationships of this segment is extremely important so that the offered goods and services provide satisfaction and improvement in the elderly quality of life.

Keywords: consumption; elderly; domestic arrangement.

O processo de envelhecimento populacional acarreta uma série de implicações nas mais distintas esferas da sociedade, seja na econômica, na organização social e política, dentre outras. Diferentemente do que ocorreu nos países desenvolvidos, o envelhecimento populacional no Brasil, assim como em vários outros países em desenvolvimento, ocorre num contexto socioeconômico desfavorável devido às baixas taxas de crescimento econômico; crise fiscal do Estado; elevados níveis de desigualdade social; altas taxas de analfabetismo; problemas com saneamento, habitação, pobreza; e, carência de instituições devidamente consolidadas, entre outros. (GUIMARÃES, 2006).

Miranda et al. (2016) complementam afirmando que a transição demográfica no Brasil ao mesmo tempo que representa uma conquista, por outro lado consiste numa responsabilidade para os gestores públicos e para a sociedade, uma vez que os idosos carecem de investimentos que fortaleçam sua autonomia e promovam uma vida saudável, com uma atenção adequada às suas necessidades. Dessa forma, o país necessita inovar e tomar como base experiências de outros países que passaram ou estão passando pelo processo de envelhecimento.

Há de se ressaltar, porém, que, no Brasil, de acordo com os estudos de Medeiros et al. (2006) e Carvalho (2010), com a estabilização econômica, proporcionada pelo Plano Real, houve um aumento do poder aquisitivo e do bem-estar das famílias brasileiras. Com essas mudanças econômicas, o padrão de consumo se modificou, havendo alterações nas estruturas dos rendimentos das famílias e dos gastos destas que estão relacionados com alguns fatores, destacando-se as alterações e distribuições da renda, além dos preços dos produtos. Tais modificações também foram vivenciadas pelos idosos. Neste sentido, Paulo et al. (2013, p. 539) afirmam que o “poder de decisão do idoso se modifica completamente com o recebimento da renda, viabilizando sua independência”.

O aumento da renda dos idosos e o seu maior poder de compra, antes ignorados pela indústria e pela sociedade em geral, faz com que ele se torne um grupo social que atrai o interesse individual e coletivo dos industriais, de forma crescente. (OSÓRIO; PINTO, 2007).

Neste sentido, na concepção de Lopes et al. (2013), o estudo do comportamento do consumidor idoso tornou-se importante para diversos grupos sociais, seja para os formuladores de políticas públicas, educadores, gerontólogos, cientistas sociais, entre outros, já que as necessidades dos idosos são diferentes de outros segmentos da população.

É importante ressaltar ainda, que, à medida que se envelhece, as preferências e necessidades por produtos e serviços tendem a mudar. As necessidades e gastos de uma família são afetados por fatores, como o número de pessoas na família, sua idade e o número de adultos que trabalham fora. Reconhecendo que as necessidades e gastos familiares mudam com o tempo, impõe-se destacar o ciclo de vida familiar, que combina tendências na composição da renda e da família com as

mudanças nas demandas colocadas para tal renda (SOLOMON, 2002), como é o caso dos idosos.

Dados do IBGE (2012) revelam que existe diferença de consumo entre os arranjos domiciliares, independentemente de serem ou não formados por idosos. Analisando os tipos de arranjos domiciliares, nas famílias unipessoais, as despesas com habitação absorveram 35,4% do total das despesas totais, enquanto nas famílias compostas por casal sem filhos a participação foi de 29,9%. No que se referem às despesas médias do grupo alimentação, estas representaram 16,1% do total das despesas familiares. Diferente das despesas com habitação, o perfil dos gastos com alimentação mostrou certo equilíbrio, dentre os diversos arranjos domiciliares. Quando se trata de despesas com o grupo transporte, a média dos gastos das famílias brasileiras investigadas pela POF 2008-2009 teve praticamente o mesmo peso das despesas com alimentação, 16,0%. No caso do gasto familiar com o grupo assistência à saúde, este representou 5,9% do total das despesas familiares, sendo as famílias unipessoais (6,8%), casal sem filhos (6,6%) e casal com filhos e outros parentes (6,5%) as que tiveram maior representatividade neste grupo. Em relação às despesas com educação, a estrutura familiar foi um fator determinante, visto que a presença de filhos faz com que o peso relativo dos valores seja, no mínimo, o dobro do das famílias sem filhos.

Diante desses dados, vivendo-se em uma sociedade de consumo e tendo em vista a diversidade de arranjos domiciliares e o crescente número da população idosa, faz-se necessário investigar o consumidor idoso inserido nos diversos arranjos domiciliares, já que o consumo de bens e serviços por idosos no Brasil ainda é pouco conhecido entre os pesquisadores das Ciências Sociais. Assim, a escolha de realizar este estudo, que relaciona os arranjos domiciliares e o consumo de bens e serviços por idosos, se faz pela necessidade de compreender melhor as transformações sociais pelas quais a sociedade contemporânea passa, bem como contribuir para uma maior compreensão sobre a dimensão do envelhecimento em termos do consumo, haja vista que com o aumento da população idosa novas demandas vêm surgindo para atender e assegurar a qualidade de vida deste segmento. Como afirma o Banco Mundial (2011), a população idosa possui necessidades específicas e desafios, que uma revisão das instituições econômicas e sociais se

faz necessária para garantir a seguridade social e a provisão de serviços apropriados a esse segmento da população.

Assim, objetivou-se com esta pesquisa comparar o consumo de bens e serviços pelos idosos brasileiros que moravam sozinhos e por aqueles que residiam com o cônjuge, a partir de análises dos dados da Pesquisa Orçamentos Familiares (POF) (2008/2009).

Metodologia

Este estudo teve caráter quantitativo, descritivo, com corte transversal, e utilizou-se de dados secundários que foram extraídos dos microdados da POF, realizada no período de 2008 a 2009, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A opção por trabalhar com esses dados se deve ao fato de ser uma pesquisa representativa em nível nacional sobre orçamento doméstico, permitindo enfatizar o consumo por idosos nos diferentes arranjos domiciliares.

A POF 2008/2009 é a quinta pesquisa realizada pelo IBGE, sendo a mais recente publicada, que abrangeu ao todo 55.970 domicílios, representando aproximadamente 0,1% do total de domicílios do país. Para a expansão da amostra, cada domicílio apresentou um peso amostral ou fator de expansão, que permitiu que se obtivessem as estimativas das variáveis da pesquisa para todo o universo. Maiores detalhes sobre a seleção da amostra, bem como o cálculo do peso amostral, podem ser encontrados na documentação da base de dados. (IBGE, 2010).

Para satisfazer os objetivos propostos, o universo de análise consistiu dos arranjos domiciliares de idosos unipessoais e que residiam com o cônjuge em todas as regiões do país e que foram pesquisados pela POF (2008/2009). Para conduzir este estudo, foram considerados como idoso as pessoas que possuíam 60 anos ou mais, conforme define o Estatuto do Idoso. (BRASIL, 2013).

Primeiramente, deu-se a extração dos dados de 55.970 domicílios de todo o país, coletados pela POF (2008/2009), utilizando o software Stata 12 (*Data Analysis and Statistical Software*). A extração deste volume de dados se deu pelo fato de os domicílios serem constituídos de diversas pessoas, configurando os diferentes arranjos domiciliares. É de conhecimento científico o fato de que a precisão das estimativas

tende a aumentar com o aumento do tamanho da amostra. Contudo, conforme Triola (2011), estimativas a partir de amostras grandes demandam muito tempo, trabalho e recursos. Também, embora controversa, é fundamentada a ideia de que amostras muito grandes podem, muitas vezes, comprometer a precisão, pois quanto maior o “n amostral”, maior a probabilidade de se encontrar diferença estatística entre grupos que não condizem propriamente com a realidade. Portanto, para resolver esta questão foi obtida uma amostra a partir dos dados da POF e operacionalizado os resultados. Assim sendo, como o universo de análise que este estudo propôs eram os arranjos domiciliares do tipo unipessoal e residindo com o cônjuge, no qual o idoso era o chefe do domicílio, a amostra foi constituída por 2.532 domicílios com idosos que moravam sozinhos e 2.619 domicílios com idosos que residiam com o cônjuge, totalizando 5.151 domicílios, representando 9,20% dos domicílios que a POF pesquisou.

Porém, ao realizar uma análise exploratória dos dados, percebeu-se que havia alguns valores atípicos, que podem ser explicados por erros no registro, talvez por parte dos agentes de pesquisa da POF; pela falta de preenchimento dos dados; por algum entrevistado não querer declarar; ou por valores declarados erroneamente pelos entrevistados. Contudo, como se trata de uma pesquisa de caráter quantitativo, em que muitas das técnicas estatísticas envolvem cálculo de média, e que a média é sensível a valores extremos, optou-se por retirar 19,2% dos domicílios que apresentavam tais valores, visto que alguns destes não apresentavam nenhum valor registrado com gastos de consumo (*missing values*) e o restante possuía valores discrepantes (*outliers*). Logo, a amostra contou com 4.162 domicílios, sendo que 2.160 (51,9%) tinham apenas idosos morando sozinhos e 2.002 (48,1%), com o cônjuge.

A partir da extração dos dados, tendo estes em valores desagregados, optou-se por importá-los para o software IBM SPSS 20.0 (*Statistical Package for Social Sciences*) devido à melhor forma de tratamento que este possui em relação às variáveis de despesas, que foram as bases deste estudo.

Para delinear o perfil socioeconômico do arranjo domiciliar unipessoal e residindo com o cônjuge ao qual os idosos pertenciam foi realizada uma análise exploratória dos dados que, para Triola (2011), é um tipo de análise no qual os dados são explorados, em um nível preli-

minar, para se identificar o que revelam, com o objetivo de compreender e descrever suas características importantes.

Além disso, para comparar o consumo de bens e serviços de acordo com o tipo de arranjo domiciliar, foi utilizado um teste t para amostras independentes. Este teste, de acordo com Fávero et al. (2014), pode ser usado para avaliar se as médias de duas amostras possuem diferenças significativas ou se são consideradas estatisticamente iguais.

Posteriormente, foi realizada uma análise de variância para verificar se o consumo por idosos no arranjo domiciliar unipessoal e residindo com o cônjuge se diferenciava de acordo com o local de residência e faixa de renda. De acordo com Triola (2011), a análise de variância é um método para testar a igualdade de três ou mais médias populacionais, por meio da análise das variâncias amostrais.

Por fim, para comparar os possíveis fatores que influenciavam no consumo de bens e serviços entre os idosos que moravam sozinhos e aqueles que residiam com o cônjuge, utilizou-se o modelo de regressão linear múltipla, que é uma técnica que permite estimar o valor esperado para uma variável dependente e um conjunto de variáveis independentes. (FÁVERO et al., 2014).

A partir das informações geradas pelo IBM SPSS 20.0, os dados foram descritos, analisados e confrontados com a fundamentação teórica.

Resultados e discussões

Perfil socioeconômico dos idosos

Para delinear o perfil socioeconômico dos idosos residentes nas diferentes regiões do país, foi realizada uma análise exploratória das variáveis sexo, nível de escolaridade, raça e rendimento.

A média de idade dos idosos do arranjo unipessoal (ADU) foi de aproximadamente 72 (± 8) anos, com mínima de 60 anos e máxima de 103 anos, sendo 63,5% ($n=1.372$) do sexo feminino. No arranjo domiciliar residindo com o cônjuge (ADRC), os idosos, enquanto chefes do domicílio, apresentaram idade máxima de 98 anos, com uma média de 70(± 7) anos, sendo o sexo masculino o predominante entre

os idosos chefes do domicílio (n=1.824, ou 91,1%). O cônjuge apresentou idade mínima de 17 anos e máxima de 103 anos, com média de 64 (± 10) anos. Estes dados vêm ao encontro dos trazidos pelo IBGE (2012) e Silva e Dal Prá (2014), que ressaltam que o envelhecimento também é uma questão de gênero, uma vez que o aumento da expectativa de vida para as mulheres gera mais viuvez feminina e, conseqüentemente, o aumento de domicílios unipessoais femininos, além disso, à medida que as mulheres passaram a ser responsáveis pelo provimento familiar, a composição familiar modificou-se.

No que se refere à raça dos idosos, dos que moravam sozinhos, 46,5% (n=1.004) se declararam brancos; 43% (n=929) pardos; 9,2% (n=198) pretos; 0,6% (n=13) amarelos; 0,6% (n=13) indígenas; e, 0,1% (n=3) não informaram. Dos que residiam com cônjuge, 48,8% (n=976) se declararam brancos; 40,6% (n=813) pardos; 8,9% (n=178) pretos; 0,8% (n=17) amarelos; 0,7% (n=14) indígenas; e 0,2% (n=4) não souberam ou não quiseram informar. Assim sendo, a maioria dos idosos, tanto do ADU como do ADRC, se autodeclararam brancos, o que está de acordo com o perfil dos idosos brasileiros que, segundo a Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2015), independente do arranjo a que pertença, 52,6% dos idosos do país são da cor branca.

Em relação à localização geográfica dos idosos, a maioria daqueles que moravam sozinhos estavam na região Nordeste do país (n=682, ou 31,6%) e, com o cônjuge, na região Sudeste (n=611, ou 30,5%), sendo que a menor concentração desses arranjos estava na região Norte (n=206, ou 9,5% e n=146, ou 7,3%, respectivamente). Do total de idosos pesquisados que moravam sozinhos e com o cônjuge, 79,1% (n=1.709) e 67,1% (n=1.344), respectivamente, residiam na área urbana do país, tendência que pode ser explicada pelo fato de buscarem, nestas áreas, melhores condições de vida e atendimento às suas necessidades.

Percebe-se uma desigualdade de renda entre a população idosa, configurada no ADU e ADRC, uma vez que a maioria dos idosos que moravam sozinhos, 51,1% (n=1.103) estavam na faixa E de renda e apenas 2% (n=43), na faixa AB de renda. Em relação ao ADRC, 47,6% (n=952) estavam na faixa C de renda, e apenas 2,9% (n=58), na faixa AB.

No que se refere ao nível de escolaridade dos idosos, foi possível detectar que 54,6% (n=1.180) dos idosos que moravam sozinhos

possuíam o ensino fundamental; 13,5% (n=292) o ensino médio; 3,4% (n=74) o ensino superior; e 0,3% (n=7) a pós-graduação (n=7), sendo que 28,1% (n=607) não declararam. Não há diferença significativa nestes resultados em comparação aos idosos que moravam com o cônjuge, sendo que 59,8% (n=1.197) possuíam ensino fundamental; 11,9% (n=239) ensino médio; 2% (n=41) ensino superior; e, 0,1% (n=3) pós-graduação, sendo que 26,1% (n=522) não declararam. Estes dados vêm ao encontro dos apresentados pela Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2015) que ressalta que os idosos apresentam uma média de anos de estudos mais baixa do que a população de 15 anos ou mais de idade, mas que vem aumentando desde 2004, passando de 3,5 anos de estudo para 4,8 anos, em 2014.

Em relação ao nível de escolaridade do cônjuge, 60,8% (n=1.218) possuíam ensino fundamental; 12,7% (n=255) ensino médio; 1,4% (n=28) ensino superior; e 0,3% (n=6) pós-graduação. Percebe-se que o nível de escolaridade predominante em ambos os arranjos foi o ensino fundamental, o que corrobora com os dados nacionais em relação aos idosos. (IBGE, 2015).

No que se refere ao rendimento dos idosos dos dois grupos em pauta, foram detectados rendimentos com trabalho, transferência, aluguel e outras rendas. Os maiores rendimentos daqueles que moravam sozinhos eram provenientes de outras transferências ($M=R\$941,75$), aposentadoria e pensão do INSS ($M=R\$918,63$), e aposentadoria da previdência pública ($M=R\$309,28$). Já os rendimentos dos idosos que moravam com o cônjuge, os maiores rendimentos eram advindos de outras transferências ($M=R\$932,53$), aposentadoria e pensão do INSS ($M=R\$872,87$) e outras rendas ($M=R\$359,46$). Fazendo uma análise exploratória dos rendimentos, mesmo utilizando a média aparada (5% *trimmed mean*), por desconsiderar o *outlier*, constata-se que a maior parte dos rendimentos dos dois grupos eram provenientes de transferências. A pesquisa de Paulo et al. (2013) revela que a autonomia financeira do idoso é primordial, por contribuir para a busca da sua privacidade, mas que, por outro, pode ser um atrativo para parentes próximos.

Consumo por idosos em arranjo unipessoal e residindo com o cônjuge

Dentre os itens de consumo contemplados pela POF 2008/2009, selecionou-se, para este estudo, os gastos de despesas com habitação, despesas diversas, lazer, transporte, educação, alimentação, fumo, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde e vestuário. Vale ressaltar que os valores orçamentários, despesas e rendimentos, foram obtidos pelos agentes de pesquisa da POF, em diferentes períodos de referência, definidos em função de sua natureza e frequência de ocorrência nos domicílios. Entretanto, visando construir um orçamento médio anual, foi necessário unificar esses períodos e transformar todos os valores em anuais. Assim sendo, todos os valores orçamentários da presente pesquisa são anuais.

Ao realizar o somatório de todas essas variáveis de despesas do universo de análise, observou-se que, em média, os idosos ($n=4.162$) gastavam R\$8.296,13 (\pm R\$6.245,34) anuais, com o mínimo de R\$830,16 e máximo de R\$29.911,01. Mais especificamente, os idosos que moravam sozinhos ($n=2.160$, ou 51,9%) gastavam, anualmente, em média, R\$6.661 (\pm R\$5.463,05), e os que residiam com o cônjuge ($n=2.002$, ou 48,1%), gastavam um pouco mais, em média R\$10.060,24 (\pm R\$6.550,35).

Através da análise exploratória das variáveis de consumo, foi possível observar que tanto o ADU como o ADRC gastavam mais com itens de habitação ($M=R\$1.933,04$ e R\$2.584,74 por ano, respectivamente), vindo, em seguida, as despesas com alimentação dentro do domicílio ($M=R\$1.814,03$ e R\$2.572,56, respectivamente) e assistência à saúde ($M=R\$1.257,47$ e R\$2.030,01, respectivamente). É possível afirmar também que, dos itens de consumo analisados, os idosos dos arranjos em questão gastavam menos com educação, no máximo R\$2.080,00 para os idosos que moravam sozinhos e R\$2.200,00 para os que residiam com o cônjuge.

Estes resultados estão de acordo com as análises realizadas pelo IBGE (2012), ao revelarem que, para todos os tipos de composições familiares, o grupo habitação foi o que apresentou o maior peso entre as despesas de consumo das famílias brasileiras, desde a realização da POF 2002/2003, uma vez que este item também está relacionado às

principais necessidades das famílias em termos de condições de vida. O IBGE (2012) ainda afirma que, para as despesas com educação, a estrutura familiar é fator determinante, visto que a presença de filhos faz com que o peso relativo dos valores gastos com educação seja, no mínimo, o dobro do das famílias sem filhos. Infere-se, assim, que o estágio do ciclo de vida familiar a que os idosos pertencem pode ter interferido nos gastos com educação, principalmente por não contemplarem a presença de filhos nos arranjos selecionados.

Para comparar os bens e/ou serviços que os idosos que moravam sozinhos e os que residiam com o cônjuge consumiam, procedeu-se ao teste *t* de Student para igualdade de médias em amostras independentes. Para sua execução, partiu-se da hipótese nula de que não havia distinção do consumo em razão de seu arranjo domiciliar, sendo a hipótese alternativa, se o contrário ocorresse, ou seja, que houvesse diferença no consumo em razão do arranjo domiciliar.

Assim, foi possível verificar, diante da realização do teste *t* de Student para igualdade de médias em amostras independentes, que o ADRC gastava estatisticamente mais do que o ADU no que se refere aos itens de despesas com habitação, despesas diversas, lazer, transporte, alimentação dentro do domicílio, fumo, produtos de higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde e vestuário. Este aumento pode estar associado à composição familiar, uma vez que o número de membros do ADRC é o dobro do ADU. E com o mesmo teste foi possível afirmar que ambos os arranjos gastavam estatisticamente igual com educação e alimentação, fora do domicílio.

Os gastos com educação e alimentação, fora do domicílio, sendo iguais estatisticamente, revelam que os idosos, independente do arranjo domiciliar, estão preocupados em viver mais e melhor. Sabe-se que, cada vez mais, os idosos estão apreensivos com a sua qualidade de vida e o envelhecimento já traz consigo perdas do potencial biológico. Entretanto, faz-se necessário considerar a influência, entre outras variáveis, dos hábitos alimentares, uma vez que eles podem interferir na qualidade de vida dos idosos e, assim, gerar um perfil diferenciado do envelhecimento biológico. Além disso, a educação pode melhorar os processos cognitivos, motores, sensorial e intelectual deste segmento da população. (VENTURA, 2010; SILVA, 1998, apud SOMCHINDA; FERNANDES, 2003).

Com o intuito de comparar se existia diferença entre os tipos de bens e serviços que os idosos dos dois arranjos domiciliares, ADU e ADRC, consumiam nas diversas regiões do país e com base na faixa de renda, submeteu-se as despesas com habitação, despesas diversas, lazer, transporte educação, alimentação, fumo, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde e vestuário à análise de variância.

Pelo teste F da Anova, para as diversas regiões do país, foi possível inferir que para o ADU existia diferença nas despesas com habitação ($p=0,000$), despesas diversas ($p=0,000$), lazer ($p=0,001$), transporte ($p=0,000$), educação ($p=0,024$), alimentação fora do domicílio ($p=0,001$), assistência à saúde ($p=0,000$) e vestuário ($p=0,001$) em relação às regiões do país. Já em relação ao ADRC, os itens de despesas que tiveram diferença, quando comparados entre as regiões do país, foram habitação ($p=0,000$), despesas diversas ($p=0,000$), lazer ($p=0,000$), transporte ($p=0,000$), alimentação dentro do domicílio ($p=0,001$), assistência à saúde ($p=0,000$) e vestuário ($p=0,000$). Entretanto, os itens que possuíam uma média de gasto igual ($p>0,05$) entre as regiões do país foram: alimentação dentro do domicílio para o ADU; educação e alimentação fora do domicílio no ADRC; e, fumo e produtos de higiene e cuidados pessoais, em ambos os arranjos.

Tal diferença de gastos entre os itens de consumo considerados e as regiões do país provavelmente ocorre devido à distribuição desigual de renda entre as regiões. Por exemplo, nos dois arranjos domiciliares estudados, a maioria daqueles que pertenciam à faixa AB de renda residiam no Sudeste do país, sendo 39,5% ($n=17$) do ADU e 43,1% ($n=25$) do ADRC. Além do fator da renda, Solomon (2002) afirma que os padrões de consumo podem ser moldados pelo clima, por influências culturais e recursos únicos, além disso, o autor ainda ressalta que as diferenças regionais exercem um grande impacto sobre os estilos de vida dos consumidores porque muitas de nossas preferências são ditadas pelos costumes e disponibilidades locais.

A partir das análises realizadas foi possível inferir que os idosos do ADRC são os que mais apresentam gastos com as categorias de despesas descritas anteriormente, e apesar dos dados não serem estatisticamente significativos entre todas as regiões do país para todas as despesas, é plausível afirmar que os idosos dos arranjos em estudo que residiam na região Sul são os que apresentaram os maiores gastos em

relação às categorias de despesas analisadas, principalmente quando comparados aos residentes no Nordeste do país. Isso talvez aconteça por causa dos idosos residentes no Nordeste possuírem as menores rendas e, conseqüentemente, o menor poder de consumo. Assim, os resultados encontrados corroboram os divulgados pelo IBGE (2010) que afirmam que as famílias, independente do arranjo domiciliar, residentes na região Sudeste, são as que mantêm a liderança no ranking do consumo nacional, ao contrário da região Nordeste, que apresenta o menor valor de despesa média no país.

Ao analisar o consumo por categorias de despesas dos idosos que moravam sozinhos e que residiam com o cônjuge também por faixas de renda, sendo estas determinadas como AB (caso a renda total do domicílio fosse maior que R\$4.980,01), C (renda total entre R\$1.245,01 a R\$4.980,00), D (renda total entre R\$830,01 a R\$1.245,00) e E (renda total menor que R\$830,00), encontrou-se que no ADU, 2% (n=43) dos idosos estavam na faixa de renda AB, 24,3% (n=525) na faixa C, 22,6% (n=489) na faixa D e 51,1% (n=1.103) na faixa E de renda. Já o ADRC, 2,9% (n=58) dos domicílios estavam na faixa AB, 47,6% (n=952) na faixa C, 33,9% (n=678) na faixa D, e 15,7% (n=314) na faixa E de renda.

Pelo teste F da Anova, para as faixas de renda, foi possível inferir que, tanto no ADU como no ADRC, o único gasto que não foi estatisticamente significativo entre as diferentes faixas de renda foi com fumo ($p=0,246$ e $p=0,737$), inferindo-se, assim, que este tipo de gasto seja igual em ambos os arranjos domiciliares entre as diferentes faixas de renda. Já em relação ao restante dos itens de despesas, com $p=0,000$, percebeu-se que os gastos são todos estatisticamente significativos quando comparados com as faixas de renda, em ambos os arranjos domiciliares, sendo possível afirmar que pelo menos um valor médio dos gastos entre estes itens de despesas é diferente quando se compara com as faixas de renda.

Assim sendo, apesar dos domicílios configurados nos ADU e ADRC serem a minoria pertencentes à faixa de renda AB, são eles os responsáveis pelos maiores gastos com os itens de despesas analisados anteriormente. Dados do IPC (2016) corroboram com tais resultados, indicando que a classe B é a que demonstra maior poder de compra e crescimento entre os brasileiros, respondendo, isoladamente, por quase a metade do consumo nacional.

Fatores que influenciam nos tipos de bens e serviços consumidos

Para explicar os possíveis fatores que influenciam na variação do consumo entre os ADU e ADRC, neste estudo utilizou-se do modelo de regressão linear múltipla pelo método *stepwise*. Foi realizada uma regressão para cada uma das variáveis dependentes, a saber: habitação, despesas diversas, lazer, transporte, educação, alimentação dentro do domicílio, alimentação fora do domicílio, fumo, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde e vestuário. Para estas variáveis, foram desconsiderados os domicílios nos quais não havia declaração de nenhuma despesa. Como variáveis independentes, foram utilizadas as seguintes: idade em anos, renda total, sexo, faixas de renda, faixas etárias, curso mais elevado que frequentou, regiões do país e se residia na zona urbana/rural. As variáveis “Centro-Oeste”, “faixa de renda E” e “ensino fundamental” foram utilizadas como variáveis de controle.

Diante dos resultados apresentados, percebeu-se que diversas variáveis independentes intervêm no consumo de bens e serviços tanto no ADU como no ADRC, como a renda, localização geográfica, sexo, idade, nível de escolaridade, mas foram a renda total do domicílio e o fato dos arranjos domiciliares pertencerem à faixa de renda C as variáveis que tiveram maior influência, conforme pode ser visto na Tabela 1. Assim, percebe-se que o fator renda é o que mais influencia nos hábitos de consumo dos arranjos domiciliares onde os idosos são chefes do domicílio, uma vez que, como foi visto, aqueles que possuíam maior poder aquisitivo foram os responsáveis pelos maiores gastos das categorias analisadas (Tabela 1).

Os dados encontrados estão condizentes com a literatura, uma vez que, de acordo com Almeida (2002), Ipea (2007) e IBGE (2010), independente do arranjo domiciliar ou do ciclo de vida que as famílias se encontram, o melhor poder aquisitivo é reflexo da maior escolaridade e, portanto, maior probabilidade de consumir. Assim sendo, as participações nos gastos de consumo, segundo agrupamentos, diferem de acordo com o fato de residir na zona urbana ou rural do país, e do sexo. Neste último caso, as famílias chefiadas por mulheres gastam proporcionalmente mais com habitação, vestuário, higiene, saúde, educação, cultura e serviços pessoais, enquanto as chefiadas por homens possuem um gasto maior com transporte, aumento do ativo, alimentação e outras despesas correntes.

Tabela 1 – Fatores que influenciaram no consumo dos ADU e ADRC

Variáveis	Renda total (Beta)		Faixa de renda C (Beta)	
	Unipessoal	Residindo com o cônjuge	Unipessoal	Residindo com o cônjuge
Habitação	0,137	0,247	0,22	0,121
Despesas Diversas	0,162	0,207	0,168	0,067
Lazer	0,315	0,45	-	-
Transporte	0,17	0,242	0,239	0,122
Educação	0,358	-	-	-
Alimentação no Domicílio	-	-	0,129	0,089
Alimentação Fora do Domicílio	0,124	0,107	0,137	0,129
Fumo	0,239	-	-	0,265
Higiene e Cuidados Pessoais	-	0,14	0,195	-
Assistência à Saúde	0,17	0,198	0,199	0,138
Vestuário	0,184	0,216	0,133	0,155

Beta: coeficiente de regressão padronizado.

Fonte: Dados da pesquisa. POF (2008/2009).

Além disso, Carvalho e Alves (2012) afirmam que os arranjos familiares não se comportam como unidades homogêneas, posto que as decisões de consumo estão associadas a muitas questões, variando desde a renda familiar disponível, como a posição do ciclo de vida familiar e das características sociodemográficas dos membros, especialmente a idade, escolaridade e sexo do responsável.

Conclusões

Uma das transformações sociais mais importantes, que ocorreram nas últimas décadas, está relacionada ao aumento demográfico dos idosos. Este segmento da população cresceu não só em número, mas em poder aquisitivo. Neste sentido, este trabalho objetivou comparar o

consumo de bens e serviços pelos idosos que moravam sozinhos e por aqueles que residiam com o cônjuge.

Os resultados permitiram constatar que a maioria dos idosos estudados eram brancos, residiam na área urbana do país, possuíam o ensino fundamental e, a minoria estava na faixa AB de renda, sendo esta proveniente, em sua maioria, de transferências públicas. As mulheres eram a maioria entre os idosos que vivem sozinhos, já no arranjo residindo com o cônjuge, considerando o idoso como o chefe do domicílio, os homens tiveram prevalência. A maior parte dos idosos do arranjo unipessoal viviam no Nordeste e no caso do arranjo residindo com o cônjuge, no Sudeste.

O arranjo domiciliar residindo com o cônjuge gastou mais do que o unipessoal no que se refere aos itens de despesas com habitação, despesas diversas, lazer, transporte, alimentação dentro do domicílio, fumo, produtos de higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde e vestuário, uma vez que sofre interferência da composição familiar, pois quanto mais pessoas residam no domicílio maior serão os gastos. É válido ressaltar que, dentro destes itens de despesas selecionados, os maiores gastos dos arranjos domiciliares estudados estão com itens de habitação, alimentação dentro do domicílio e assistência à saúde, o que já era de se esperar, pois são itens considerados essenciais à vida.

Entre os itens de consumo analisados, o menor gasto ocorre com educação, o que pode ser explicado ou pela fase do ciclo de vida em que o idoso se encontra ou pela própria importância que este dá ao investimento em educação para si próprio. A pesquisa indicou também que a renda é o fator preponderante a influenciar o consumo, conforme já se esperava, quanto maior a renda, maior o poder de consumo.

O arranjo domiciliar residindo com o cônjuge é o que mais apresentou gastos com as categorias de despesas analisadas, sendo plausível afirmar que, em ambos os arranjos domiciliares estudados, os que residiam na região Sul são os que apresentam os maiores gastos, principalmente quando se compara com aqueles residentes no Nordeste do país, uma vez que os que residiam nesta região são os que apresentaram as menores taxas de renda. Apesar dos domicílios configurados nestes arranjos domiciliares serem a minoria pertencentes à faixa de renda AB, são eles os responsáveis pelos maiores gastos com os itens de despe-

sas analisados. Logo, conclui-se que a renda total do domicílio foi o fator que teve maior influência no consumo de bens e serviços entre os arranjos domiciliares, uma vez que com a melhoria da renda, os idosos estão tendo um maior poder de compra, buscando, cada vez mais, investir em sua saúde e bem-estar.

Assim sendo, sabe-se que, mesmo com o aumento do poder aquisitivo dos idosos e seu maior poder de compra, a sociedade ainda não está preparada para atender totalmente às necessidades deste segmento. Portanto, entender as relações de consumo deste segmento é extremamente relevante, a fim de que os bens e serviços oferecidos proporcionem satisfação e melhoria da qualidade de vida dos idosos.

Ainda que este estudo traga importantes contribuições para a discussão do consumo por idosos, nos dois arranjos estudados, faz-se necessária a realização de estudos mais aprofundados sobre as questões relativas ao idoso brasileiro, principalmente considerando-se suas relações na família e na sociedade. Assim sendo, entende-se que a discussão levantada não se esgota aqui, mas acredita-se que os resultados deste estudo permitiram contribuir para o avanço das pesquisas sobre o comportamento do consumidor idoso em diferentes arranjos domiciliares no país.

**Artigo submetido em 11/04/2017 e aceito
para publicação em 22/03/2018**

Referências

ALMEIDA, A. N. **Determinantes do consumo de famílias com idosos e sem idosos com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares de 1995/96**. Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado em Ciências, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Piracicaba-SP: ESALQ, 2002. 94 f.

BANCO MUNDIAL. **Envelhecendo em um Brasil mais velho**: implicações do envelhecimento populacional para o crescimento econômico, a redução da pobreza, as finanças públicas e a prestação de serviços. Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento. Brasília-DF: Banco Mundial, 2011.

BRASIL. **Estatuto do idoso**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 70 p.

CARVALHO, A. A. **Padrão de consumo de arranjos familiares e das pessoas sozinhas no Brasil: uma análise por gênero e estratos econômicos.** Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, 2010, 139 f.

CARVALHO, A. A.; ALVES, J. E. D. Explorando o consumo das famílias brasileiras e sua interface com o ciclo de vida e gênero. **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 23, n. 1, p. 6-29, 2012.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; TAKAMATSU, R. T.; SUZART, J. **Métodos quantitativos com Stata.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

GUIMARÃES, J. R. S. Envelhecimento populacional e oportunidades de negócios: o potencial mercado da população idosa. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15. Anais... Caxambu-MG: ABEP. 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (2008-2009): despesas, rendimentos e condições de vida.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira (2010). **Estudos e Pesquisas.** Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira (2012). **Estudos e Pesquisas.** Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira (2015). **Estudos e Pesquisas.** Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IPC. Índice de Potencial de Consumo. **Consumo nacional deve chegar a R\$3,9 tri neste ano, mas expansão se mantém fora do eixo das capitais, diz estudo.** 2016. Disponível em: <<http://www.ipcbr.com/imprensa.html>>. Acesso em: 05/04/2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**, v. 2, Brasília: IPEA, 2007. 552p.

LOPES, E. L.; GARCIA, E.; SANTOS, V. M.; SCHIAVO, M. A. O novo consumidor idoso: identificação dos atributos varejistas relevantes. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 6, p. 551-564, nov.-dez./2013.

MEDEIROS, M.; CARVALHO, M.; BARROS, R. P. de; SOARES, S. Notas técnicas sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. In: BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**, v. 2. Brasília: IPEA, 2006.

MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. C. G.; SILVA, A. L. A. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 19, n. 3, p. 507-517, 2016.

OSÓRIO, A. R.; PINTO, F. C. **As pessoas idosas: contexto social e intervenção educativa**. Lisboa: Horizontes Pedagógicos, 2007.

PAULO, M. A.; WAJNMAN, S., OLIVEIRA, A. M. C. H. A relação entre renda e composição domiciliar dos idosos no Brasil: um estudo sobre o impacto do recebimento do Benefício de Prestação Continuada. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 30, sup., p. 525-543, 2013.

SILVA, A.; DAL PRÁ, K. R. Envelhecimento populacional no Brasil: o lugar das famílias na proteção aos idosos. **Argumentum**, v. 6, n. 1, p. 99-115, jan.-jun./2014.

SOLOMON, M. R. **O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

SOMCHINDA, A.; FERNANDES, F. C. **Saúde e qualidade de vida na terceira idade: uma introspecção dos idosos institucionalizados**. Monografia (Curso de Especialização em Saúde Coletiva), Associação Brasileira de Odontologia. Brasília: 2003. 96f.

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 2011. 696p.

VENTURA, R. **Mudanças no perfil do consumo no Brasil: principais tendências nos próximos 20 anos**. Rio de Janeiro: Macroplan/Prospectiva, Estratégia e Gestão. 2010.

Familia y Política Social / *Family and Social Policy*

Entrevistada – Graciela Di Marco¹

MARLENE TEIXEIRA RODRIGUES²

Marlene – La familia ha sido un tema recurrente en las ciencias sociales desde diferentes perspectivas y, con las reformas neoliberales del último cuarto del siglo XX, se ha consolidado como eje central en la política social. En su opinión: ¿Cuáles son los puntos claves a considerar en este debate?

Graciela – Desde un enfoque de derechos y ciudadanía me inclino a pensar las políticas sociales centradas en sistemas de empleo formales igualitarios y en sólidos sistemas de previsión social y en un marco analítico de justicia social como el elaborado por Nancy Fraser, en sus aspectos de redistribución y reconocimiento, ya que la interacción entre políticas de redistribución y de reconocimiento permite acercarse al ideal de la justicia social.

Los principios de derechos humanos -la universalidad y la inalienabilidad; la indivisibilidad; la interdependencia y la interrelación; la no-discriminación y la igualdad; la participación y la inclusión; la responsabilidad y la obligación de rendir cuentas (accountability) y el imperio de la ley – deberían regir la planificación y diseño de los programas (definición de metas, objetivos y estrategias) y su ejecución monitoreo y evaluación.

1 Profesora en Centro de Estudios sobre Democratización y Derechos Humanos. CEDEHU. Escuela de Humanidades. Universidad Nacional de San Martín (UNSAM). Doctora en Ciencias Sociales Universidad de Buenos Aires. Argentina.

2 Professora na Universidade de Brasília, Departamento de Serviço Social. Doutora em Sociologia (SOL-UnB).

Simultáneamente, me interesa alejarme de la concepción canónica con respecto al entramado de leyes, políticas, programas e instituciones, para visibilizar el papel de los actores en la discusión e interpretación de las necesidades y demandas, como sujetos de derechos.

Desde los noventa se ha considerado casi exclusivamente a las políticas sociales vinculadas con alternativas de reducción de la pobreza, mediante los programas de transferencias más o menos condicionadas. Estos son necesarios, pero no suficientes para hacer frente a la injusticia cultural que impide muchas veces el acceso a la redistribución.

El enfoque de justicia social, en sus aspectos de redistribución y reconocimiento, permite tender puentes entre las concepciones que sólo consideran políticas sociales a las de redistribución con aquellas que consideran sólo las políticas de reconocimiento. La imbricación de ambas permite trascender los enfoques que únicamente ven diferencias hacia adentro de las políticas sociales redistributivas, para colocar a aquellas que se adentran en cuestiones vinculadas con la democratización de las relaciones sociales en general y de las familiares y en la voz, la participación, las redes, el reconocimiento de las identidades, que se intersectan.

Mencionaré el caso de Argentina. En texto publicado en 2015 mencionamos como política de redistribución la Asignación Universal por Hijo (AUH), creada en 2009 por decreto presidencial y luego incorporada al cuerpo de la Ley 24.714 de Asignaciones familiares, lo cual implica su inserción en el sistema de protección social, más que un nuevo programa social. La AUH consiste en una transferencia de ingreso no contributivo, destinado a los trabajadores informales y los desocupados y, en consecuencia, no cuentan con asignación familiar. A diferencia de los anteriores planes y programas, al constituir una asignación familiar al trabajador informal, los pagos se realizan a través de la Administración Nacional de la Seguridad Social (Anses) como órgano de aplicación, ejecución y evaluación. El otro tipo es el régimen de Asignaciones Familiares vigente desde 1957, contributivo, destinado a los trabajadores formales (Ley 24.714). En este sentido, se retoma la noción de trabajo y derechos asociados al mismo.

En cuanto a las políticas de reconocimiento, podemos categorizarlas, por un lado, en aquellas vinculadas al reconocimiento público

de las identidades y estilos de vida, como la Ley de Matrimonio Igualitario y la Ley de Identidad de género, como cuestiones de ciudadanía sexual, que a su vez permite el acceso pleno a los derechos políticos, civiles, sociales, económicos y culturales. Por el otro, los abordajes de democratización, el reconocimiento de las diferencias que se convierten en desigualdad de poder y autoridad en las relaciones de sexo/género/generaciones. En el centro de los debates actualmente se encuentran las demandas por la redistribución de los trabajos de cuidado y la prevención del autoritarismo y la violencia contra las mujeres y los femicidios.

En el libro publicado por Unicef en 2005 también sostenía la necesidad de incorporar en las políticas sociales nuevas dimensiones: las de la mutualidad o interdependencia, el cuidado y las emociones. Enfatizaba la necesidad de articular la justicia y el cuidado como responsabilidad social y deber del Estado, no como actividad (gratuita) de las mujeres. Vincular la ética de los derechos con la ética del cuidado permite avanzar en una concepción de la política social que tiene presentes a los sujetos en su integralidad.

Los estudios feministas y de género empezaron a pensar la política social y la familia hace relativamente poco tiempo. Desde entonces han ofrecido importantes aportes al debate y sus escritos sobre el tema hacen parte de este esfuerzo. ¿Podrías apuntar los elementos que consideras más importantes aportados por los estudios feministas y de género al debate de familia?

Hay mucha producción teórica feminista de los '80 y '90 en el tema. Los aportes de estos estudios han sido inmensos en términos de enfocar al patriarcado y las relaciones de poder y autoridad, así como su imbricación con el sistema capitalista, que se benefició con la separación binaria de lo público-privado y la división sexual del trabajo. También puso la lente en la prevalencia de una visión derivada de la teoría estructural funcional sobre las familias, con pretensiones de universalidad, que resaltaba la complementariedad de "roles" (que todavía se escucha y se lee), desnudó cuán lejos estaban las familias concretas de seguir esos parámetros y abrió la "caja negra" de las diversidades familiares. Sus aportes por cierto son muchísimos más, en temas de sexualidades, política, epistemología, economía, salud, educación, etc, que no voy a desarrollar ahora.

Las políticas sociales se basaron en un enfoque conservador de las familias basado en el modelo hegemónico de la familia nuclear, patriarcal, varón proveedor/ mujer cuidadora y, desconocían los cambios en el ámbito cultural producidos por las luchas del movimiento feminista y LGTTBI y las nuevas demandas que como sujetas de derecho planteaban las mujeres y hacían hincapié en una suerte de simbiosis entre mujer-madre-familia, discurso disponible en las áreas de educación y salud y de servicios sociales, donde la convocada y la responsable en primera y última instancia es la madre.

Lo que nosotras mostrábamos era como las familias pueden ser los ámbitos del amor, la intimidad, la seguridad, y brindar un contexto de protección y cuidado de los adultos y adultas hacia las jóvenes generaciones. O, por el contrario, espacios de producción y reproducción de la opresión y la desigualdad, tanto en las relaciones de género/sexualidades como en las relaciones de las generaciones, a partir de la naturalización de las relaciones de subordinación y la denegación o reducción de la autonomía y participación de la niñez (obviamente, según la etapa en el ciclo vital).

También hacíamos visible que el papel de las relaciones familiares en la socialización de las generaciones jóvenes puede ser considerado como el de simple reproductor de los patrones de jerarquía por sexo y edad, de la desigualdad y el autoritarismo, o como un lugar donde se configuran y recrean sistemas de creencias y prácticas acerca de varias dimensiones centrales de la vida cotidiana, entre ellos, los relacionados con las relaciones de géneros y autoridad. Las familias, entonces, pueden ser comprendidas como los sitios de la reproducción de valores y normas culturalmente tan arraigados que se los considera “naturales” o bien como aquellos donde se cuestionan y se cambian las reglas, es decir, donde se producen procesos de transformación.

El “familismo” constituye hoy un elemento central de la política social brasileña contemporánea y según muchos de las y los investigadores del tema esta es una tendencia que se inserta en el movimiento más global, de expansión de los niveles de explotación capitalista. ¿Cómo este debate se desarrolla en Argentina?

Para responder esta pregunta quisiera mencionar y citar textualmente el libro *Políticas familiares y de género en Argentina...*, donde cons-

truimos un mosaico de las políticas sociales de la región. En la Introducción decíamos que, en el contexto latinoamericano, varios autorxs coinciden en señalar que por los menos desde la década de los años treinta del siglo pasado, las familias han sido objeto de políticas sociales como respuesta al interés de los Estados por el bienestar, lo que permite señalar que explícita como implícita, directa o indirectamente, las familias han sido objeto de atención en el marco político institucional.

En general es frecuente en los estudios sobre Latinoamérica y el Caribe aludir a aportes de Esping-Andersen (1999) quien, como sabemos, identificó para los países de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE) tres regímenes de bienestar en las sociedades capitalistas: liberal, conservador-corporativo y social democrata. Los criterios utilizados para caracterizar los regímenes fueron: la relación público-privada en la previsión social, el grado de desmercantilización de los bienes y servicios sociales, sus efectos en la estratificación social y el grado de familiarización. Esta tipología de regímenes de bienestar de las economías capitalistas desarrolladas por Esping-Andersen se construyó con fines analíticos. Como hace notar Alejandro De Valle (2010), “la aplicación de las mismas a otras realidades es problemático”. Este autor, entre otras consideraciones, señala que en América Latina existen un conjunto de medidas que se consideran sociales que escapan a los prototipos mencionados: subsidio al consumo, reformas agrarias, otorgamiento de microcréditos, dotación de servicios urbanos, entre otras. De igual manera señala los niveles de bienestar alcanzados para la mayoría de la población son muy inferiores a los que caracterizan a las economías de la OCDE.

Los capítulos del libro mencionado interpelan enfoques de atribución mecánica de las realidades latinoamericanas en los modelos canónicos de bienestar y generan estimulantes interrogantes. El mosaico de opciones para el discurso de las políticas sociales, revelado por las investigaciones relatadas en el libro, excede el marco canónico de la tipología de Esping-Andersen.

Entre las contribuciones que has ofrecido para pensar el tema de la familia se incluye la experiencia llevada a cabo por medio del Programa Democratización y Fortalecimiento Familiar en Buenos Aires. ¿Podrías hablarnos de esta experiencia y cuáles son las principales reflexiones que te ha suscitado?

El Programa se basa en un discurso de derechos y de ampliación de la ciudadanía, como aporte para el diseño e implementación de políticas públicas que promuevan activa y simultáneamente los derechos de las mujeres y de niños, niñas y jóvenes, mediante la desnaturalización de las relaciones basadas en el patriarcado, que conduzca a la democratización de las relaciones de géneros/sexualidades y entre generaciones. La democratización se refiere a la dimensión política, y a los diferentes ámbitos en los que se construye – o no – el discurso democrático; entre ellas, las relaciones familiares. Sostengo una perspectiva de los actores considerados como agentes, y he tratado de dar énfasis – como política de derechos humanos – al acceso, en igualdad de condiciones, a los derechos sociales, económicos, culturales y sexuales, junto con la democracia interna de las organizaciones sociales. Lo cual nos lleva a enfatizar el enfoque de la articulación de las dimensiones de interdependencia de derechos, interrelación de personas, especificación de los derechos generales e interseccionalidad.

Las nociones claves del enfoque de democratización son las relaciones de poder y autoridad entre adultxs, niños y jóvenes, entre los géneros, y en toda relación de subordinación, por ejemplo, aquellas forjadas por cualquier tipo de diferencias, como las sexuales, étnicas o de capacidades. La participación y la ampliación de los espacios de igualdad se refieren a la ciudadanía política, civil y social, y se extienden a las relaciones de género, de generaciones, a los diferentes modos de vivir las culturas, los cuerpos y las sexualidades.

Entre los autores que se han referido a la noción de democratización, quizás el que más conecta la democratización de la vida cotidiana con lo político de modo explícito es Boaventura de Souza Santos.³ Se asemeja, con otras formas de denominarla, a la relación que hacemos en otros trabajos entre democratización social y democracia radical, cuando distingue seis espacios-tiempo en los cuáles se generan seis formas fundamentales de poder:

3 Entre los autores que se han referido a la noción de democratización, quizás el que más conecta la democratización de la vida cotidiana con lo político de modo explícito es Boaventura de Sousa Santos. Se asemeja, con otras formas de denominarla, a la relación que hacemos entre democratización social y democracia radical, cuando Boaventura de Sousa Santos distingue seis espacios-tiempo en los cuáles se generan seis formas fundamentales de poder.

[...] el doméstico donde la forma de poder es el patriarcado, las relaciones sociales de sexo; el de la producción, donde el modo de poder es la explotación; el de la comunidad, donde la forma de poder es la diferenciación desigual, entre quien pertenece a la comunidad y quienes no; el del mercado, donde la forma de poder es el fetichismo de las mercancías; el de la ciudadanía, lo que normalmente llamamos; el espacio público: ahí la forma de poder es la dominación, el hecho de que hay una solidaridad vertical entre los ciudadanos y el Estado; el mundial en cada sociedad, que está incorporado en cada país, donde la forma de poder es el intercambio desigual.

En cuanto al Programa, comenzamos trabajando en la Ciudad de Buenos Aires y en la provincia de Chaco, por casi dos años. También se realizó un Seminario de Formación de Formadores en Democratización Familiar, al que se invitó a participar a funcionarias/os de gobiernos, miembros de ONG's y de las universidades, de varias provincias. Se contó con el apoyo de las respectivas autoridades, lo cual merece nuestro reconocimiento, habida cuenta del interés demostrado en la puesta en marcha de un programa que se “escapaba” a los usuales en el tema de las políticas sociales dirigidas a las familias, para afirmar desde el principio, la necesidad de trabajar simultáneamente con la conciencia y práctica de los derechos de las mujeres y de la niñez y adolescencia, reafirmando una convicción democratizante y facilitadora de la ampliación de la ciudadanía.

La experiencia del Programa al que haces referencia en tu pregunta ha sido muy rica. Siempre afirmamos que es una construcción compleja y abierta, que puede ser enriquecida a medida que otros/as se la apropien. Algunas de nuestras reflexiones se refieren a los siguientes aspectos: la estrategia de formación sistemática es una herramienta adecuada para el análisis y apropiación de la propuesta por parte de los/as agentes del estado involucrados en las políticas sociales, desde la profundización en los temas y problemas referidos el patriarcado, el autoritarismo en las relaciones de género y generaciones. Tomar en la práctica una perspectiva que busca ir a las causas del autoritarismo y la violencia, es una tarea a largo plazo. Esto es lo que fue adquiriendo una nueva dimensión con la emergencia del *Ni Una Menos*, que en sus primeras demostraciones públicas para mi gusto desvinculaba la violencia contra las mujeres y el femicidio del patriarcado, pero que con el tiempo pudo

tomar una mirada feminista y abrazar la lucha por la legalización del aborto, como lo vimos en el 8 M de 2017 y especialmente en la gigantesca marcha teñida de color verde (por el color de los pañuelos por le aborto legal, seguro y gratuito) en el 8 M de 2018.

Las estrategias implementadas requieren continuidad en el tiempo, con acciones de asistencia técnica, monitoreo y formaciones específicas de profundización, tanto en los aspectos teóricos como en las estrategias de acción.

Las evaluaciones de estas políticas, programas o proyectos son dificultosas; tienen otros plazos que los de implementación; se entrecruzan con los deseos, historias de vida, expectativas de las y los participantes. Por ello, resulta muy importante adecuar la metodología y no restringir la evaluación a los resultados (cantidad de personas alcanzadas) sino incluir procesos y, muy especialmente, incluir registros con técnicas cualitativas.

Cuando esta formación se da en el contexto de decisiones políticas de las áreas de los gobiernos provinciales o del nacional que formulan y gestionan las políticas sociales, se alcanza mayor impacto en el desarrollo de un programa de estas características porque lxs profesionales se encuentran respaldados por sus autoridades y se habilitan redes intergubernamentales que multiplican el impacto, al estar formados dentro del mismo marco teórico-práctico. El cual es mayor cuando se articula con las organizaciones no gubernamentales y la academia, pues esta alianza puede sustentar acciones, aun cuando se den cambios en los elencos políticos. Esto es importante, porque los contextos políticos con alta movilidad de funcionarios y escasa institucionalidad de los proyectos (los que son apoyados más a título personal que institucional) resultan potencialmente negativos, ya que requieren de un esfuerzo constante de negociación de sustentabilidad política por parte del equipo técnico y la institución auspiciante.

Graciela, ¿cómo el tema de la familia se constituyó en uno de sus objetos de estudios?

Decidí estudiar sociología por un fuerte sentido de rechazo frente a las injusticias sociales (¡supongo que diríamos típicamente “juvenil”!). De allí, siguió mi pasaje a rechazar el patriarcado. Me hice femi-

nista desde muy joven, en una época en las cuales no era fácil serlo. Como feminista me interesó abrir la “caja negra” de la familia, para desnaturalizar tantas opresiones en las que la familia como institución ha estado involucrada, junto con otros aparatos ideológicos. Pero me preguntaba que si esto era así de cerrado, que íbamos a poder hacer? Eso me llevo a pensar en la agencia de los sujetos, en lo individual y en lo colectivo.

Ya cuando estábamos trabajando en los dispositivos de formación en democratización de las familias, el libro que publico UNICEF, me impactó esta frase de Ulrich Beck, *Hijos de la libertad: ¿Cómo se convierten, pues, la libertad y la democracia no sólo en forma de gobierno, sino también en forma de vida?*

Como resultado de siguientes investigaciones que seguí realizando, sobre los movimientos sociales en Argentina, y algunas investigaciones comparativas, en las que investigue sobre los procesos de democratización en Argentina, Brasil y Chile por un lado, y los de Túnez, Marruecos y Egipto después de la primavera árabe, por otro lado, extendí el enfoque a lo político más amplio, tanto a nivel nacional como internacional.

Mis trabajos sobre temas cómo ciudadana sexual, feminismos, democratización y democracia radical, la igualdad de género y los derechos de la infancia, junto con un análisis de las democracias, se preocupan en enfocar como se presentan en cada cultura, aspecto que no puede no figurar cuando estudiamos los avances o retrocesos de las luchas. En el libro *El pueblo feminista* me refiero a que en la Argentina -como en casi todos los países latinoamericanos– las orientaciones del Vaticano son además, modeladoras de políticas públicas. Esto se expresa fundamentalmente en el campo de los derechos sexuales, en especial el aborto, el matrimonio igualitario, y la lucha por el reconocimiento de las identidades de género y orientaciones sexuales. Por eso sostengo que una demanda contra hegemónica, como lo es la lucha por la legalización del aborto, marca dos campos antagónicos, uno a la ofensiva, al que yo llame el pueblo feminista, el otro, la nación católica, a la defensiva.

**Artigo submetido em 06/04/2018 e aceito
para publicação em 16/04/2018**

Referências

DEL VALLE, Alejandro. Informalidad y modelos de bienestar en América latina. **Política y Sociedad**, 2010, v. 47, n. 3, p. 239-261, 239.

DI MARCO, Graciela et. al. Políticas sociales en Argentina y su impacto en las relaciones de género y familiares, en: **Políticas familiares y de género en Argentina**, Bolivia, Colombia, Chile, Cuba. Clacso, Unsam, Universidad de Caldas, 2015.

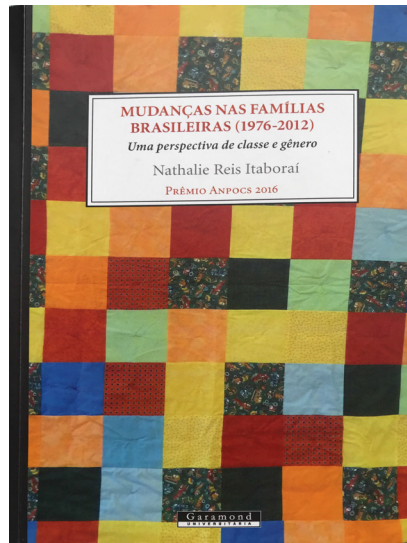
ESPIN-ANDERSEN, Gosta. **Social Foundations of Postindustrial Economies**, Nueva York, Oxford. Oxford University Press, 1999.

“Gênero informa Classe” / “Gender indicates Class”

PRISCILLA MAIA DE ANDRADE¹

ITABORAÍ, Nathalie Reis. **Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012):** uma perspectiva de classe e gênero. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

O livro *Mudanças nas Famílias Brasileiras (1976-2012):* uma perspectiva de classe e gênero, lançado ao final do ano passado, constitui marco importante nas produções acadêmicas sobre família e gênero. Origina-se de tese defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e premiada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) em 2016. O trabalho consegue atestar tanto a excelência de uma universidade pública que, apesar de vir sendo vilipendiada pelo poder público, continua resis-



1 Assistente Social. Mestre e doutoranda em Política Social – Programa de Pós-Graduação, em Política Social da Universidade de Brasília (UnB), docente do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília.

tindo e produzindo saberes para se pensar o desenvolvimento e o combate às desigualdades do país quanto à necessidade de se voltar a atenção para a dimensão de gênero, a fim de enfrentar as injustiças sociais brasileiras, compreendendo que as disparidades de acessos a direitos entre mulheres e homens se originam e se perpetuam no âmbito familiar e nas classes sociais.

Com o propósito de “analisar as perversidades das mudanças na condição feminina no Brasil, seu rumo e diferenciais por classes” (p. 31), e “o quanto as mudanças na condição feminina nas famílias se disseminaram entre as classes” (p. 28), a autora utilizou dados desagregados, oriundos de Pesquisas Nacionais por Amostragem Domiciliar (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), perfazendo uma série histórica de 1976 a 2012. Trata-se de uma pesquisa de caráter quantitativo, que analisa a esfera familiar, a partir da estratificação social de classe e gênero, caracterizado pela autora como “o primeiro estudo quantitativo sistemático das diferenças por classe no comportamento familiar sob várias dimensões e por um longo período” (p. 423). De maneira bastante hábil, foram referenciados autoras e autores com distintas perspectivas teóricas, buscando abarcar toda a complexidade inerente ao objeto estudado. O trabalho ainda põe sob holofote duas variáveis que vêm sofrendo constantes ataques depreciativos e despolitizados como categorias para o estudo da vida social: classe e gênero.

O período brasileiro entre 1976 a 2012, marco temporal da pesquisa, é caracterizado por profundas modificações de ordem econômica, cultural, política, social e normativa, entre outras, que provocaram alterações nas relações sociais, com impactos inequívocos na vida das mulheres e no espaço familiar. Percorrer historicamente tais mudanças disponibiliza às leitoras (e aos leitores) a apreensão da inter-relação entre a condição feminina e a vida em família, e, conseqüentemente de como as desigualdades de gênero são intensamente engendradas neste âmbito, a partir da comparação entre os indicadores alcançados pelas mulheres em relação aos seus parceiros nas famílias, nas diversas classes sociais, e como isso se reflete nas demais relações societárias.

A autora parte de dois principais pressupostos: a) de que as famílias constituem espaços de (re)produção de desigualdades e opressões, especialmente às mulheres; e b) de que é preciso conhecer os mecanis-

mos das desigualdades sociais para além da estratificação por classes, sendo necessário utilizar a estratificação por gênero, também. Tais inferências são valiosas na medida em que, contemporaneamente, enfrenta-se uma onda conservadora de ode romântica à família e uma crítica irascível à, equivocadamente denominada, “ideologia de gênero”. Soma-se a isso o fato de associar classe e gênero, e apesar de não debater a questão racial, contribui por juntar-se aos debates das feministas, que teimam em trazer à tona, há algum tempo, a indissociabilidade entre classe, gênero e raça, conforme aponta Davis, de forma genial:

As organizações de esquerda têm argumentado, dentro de uma visão marxista e ortodoxa, que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (DAVIS, 1997).

A fim de cumprir seus objetivos, o livro foi organizado em três partes, que somam, ao total, nove capítulos e quase 500 páginas. Chama atenção que cada uma dessas partes foi nomeada com um “lema”, “bandeira” ou *slogan* de luta dos movimentos feministas e de mulheres, evidenciando o compromisso e trajetória da autora com os estudos de gênero e com a construção de um mundo menos hostil ao feminino. Assim, explica-se, por meio de indicadores estratificados por classe e gênero que “o pessoal é político”, que “nossos corpos nos pertencem” e que é preciso que as mulheres tenham “um teto todo seu”, em cada uma das subdivisões, respectivamente.

A parte um, intitulada “o pessoal é político” apresenta a metodologia empregada, a fundamentação teórica e a contextualização histórica da pesquisa realizada. Essa seção apresenta a imperativa articulação entre gênero, família e classe, para a análise das mudanças sociais (e seus “sentidos”) ocorridas no período histórico estudado, bem como seus impactos na distribuição de poder e, por fim, o peso do patriarcalismo do período colonial brasileiro na configuração do lugar das mulheres na

família e na sociedade. Para a autora estamos vivenciando uma “revolução das mulheres”, e que é preciso “propor algumas ferramentas teóricas para analisar as dimensões de estratificação, relações de poder e mudança social presentes nas relações familiares e de gênero”. (p. 34).

Denominada “nossos corpos nos pertencem”, a segunda parte apresenta informações sobre o processo de conjugalidade, os padrões de composição dos casais e a questão do usufruto dos direitos sexuais e reprodutivos, sob o enfoque de classe e gênero, buscando compreender as modificações que as famílias vêm passando em sua composição, reprodução e socialização da prole. O poder e seu (des)equilíbrio nas relações intrafamiliares constitui importante ponto de análise, com destaque para o alcance da autonomia feminina, a diversificação dos arranjos familiares e a discussão sobre a questão da violência contra a mulher.

Já a terceira parte: “um teto todo seu”, nomenclatura que não constitui exatamente um “grito de luta” feminista, é extraído da literatura de Virginia Woolf, por representar o empenho histórico das mulheres por sua autonomia econômica. Como já pontuava Beauvoir (1970), “porque é pelo trabalho que a mulher conquista sua dignidade de ser humano; mas foi uma conquista singularmente árdua e lenta” p. 149). Assim, essa seção trata da intrincada relação entre a inserção das mulheres no mercado de trabalho e suas responsabilidades no âmbito familiar. Ao ir destrinchando os dados sobre esta interseção por classe, o livro desnuda os desiguais impactos da conciliação entre trabalho e vida familiar nos arranjos monoparentais femininos, em especial, nas classes mais empobrecidas. Chama atenção o diferencial no uso do tempo desfrutado e a necessidade em se discutir uma agenda pública para o cuidado. A autora ainda elenca os desafios para a autonomia econômica das mulheres “para além do mercado de trabalho”, destacando a importante função da proteção social brasileira, pois, entre outras seguranças sociais afiançadas, tem possibilitado o acesso das mulheres à renda via programas de transferência de renda, que, mesmo paradoxais, pois se baseiam no reforço do papel materno, proporcionam às mulheres maiores graus de autonomia.

Após analisar os dados estatísticos referentes a essas três grandes dimensões da vida das mulheres, a autora identifica os propulsores das mudanças vivenciadas pelas famílias, nos últimos 36 anos. Trata-se de processos entrelaçados entre si, que se retroalimentam e variam de

acordo com a classe social, que provocaram a diversificação dos arranjos e flexibilização das trajetórias familiares: a) o aumento do número e melhoria dos postos ocupados pelas mulheres no mundo do trabalho; b) diminuição da fecundidade; c) o adiamento da experiência de casamento ou união, e da maternidade; d) expansão do número de separações e recasamentos; e) tendência crescente de uniões estáveis em detrimento do casamento formalizado; f) diminuição das diferenças de escolaridade, idade e renda das mulheres em relação a seus companheiros; e g) aumento da expectativa de vida.

A pesquisa aponta o alcance de maiores graus de autonomia feminina e menor dependência do grupo familiar como uma tendência, todavia, bastante variável de acordo com a classe social a que pertencem as mulheres. Já no que concerne ao comportamento familiar, é relevante a redução das diferenças entre as classes. O cenário que se desenha é de uma menor diferenciação social no que diz respeito ao “modo de ser” das famílias, mas uma persistente desigualdade no que diz respeito ao nível de acesso das mulheres a maiores possibilidades de escolha e à independência, a depender da classe social. O livro demonstra a família em uma de suas diversas relações dialéticas constitui, ao mesmo tempo, “lócus da estratificação de classe e gênero”, mas igualmente um espaço potencial que pode incitar transformações nestas “duas dimensões das relações de poder” (p. 34).

Os dados compilados demonstram que o desafio posto no enfrentamento das desigualdades de classe e gênero está na inter-relação entre os âmbitos público e privado. Se na esfera legal o período histórico se destaca por romper com legislações de cunho moralistas e discriminatórias, que subjugavam as mulheres tanto em suas casas, como na rua; na esfera socioeconômica, as desigualdades prosseguem. A inserção no mercado de trabalho ainda sofre contingências relacionadas à vida familiar, pois além das discriminações que as mulheres enfrentam no mundo laboral, possuir filhos pequenos e assumir solitariamente (ou quase) as tarefas domésticas e de cuidado resulta em indicadores injustos, em especial para as mulheres mais empobrecidas. Somam-se a isso os persistentes imperativos culturais que imputam às mulheres tais responsabilidades.

Quanto ao comportamento familiar, vincula-se às mudanças na condição feminina, que foram mescladas entre as classes – das mais baixas às mais altas e vice-versa, pondo em xeque a “crença de que as

sociedades convergiriam em torno do estilo de família de classe média” (p. 427 apud CHERLIN, 2012). A autora resume tal mecanismo, afirmando que:

Em linhas gerais, as mudanças que dependiam de acesso a bens e serviços começaram nas classes altas que têm acesso mais fácil, e se difundiram para baixo com o processo de democratização do acesso. Já as mudanças que dependiam mais de liberação de costumes se difundiram de baixo para cima, pois muitas eram práticas que já existiam nas classes baixas, onde, no entanto, eram estigmatizadas (p. 426).

Para a autora, as mulheres, no período estudado, revolucionaram suas vidas, fato que acabou por propiciar também uma revolução social, ao modificar suas relações familiares. Todavia, indica, conforme termo empregado por Esping Andersen, uma revolução incompleta, pois não conseguiu modificar as estruturas que determinam o desequilíbrio de gênero. Nessa direção, afirma que é preciso repensar a esfera privada, negligenciada se comparada aos alcances obtidos no âmbito público, avançando das conquistas individuais para as coletivas, tais como políticas de equidade do mercado de trabalho e de apoio às tarefas ligadas ao cuidado. Retomando novamente Andersen, o cuidado deve ser desfamiliarizado e desmercantilizado – tarefa ainda mais premente, para que os encargos oriundos das mudanças causadas pelo processo de diversificação familiar contemporâneo não continuem incidindo sobre as mulheres.

O livro traz importantes subsídios aos movimentos feministas e de mulheres e pesquisadores de diversas áreas, bem como a agentes governamentais – tomadores de decisão e profissionais que, no seu cotidiano, atendem mulheres, tais como assistentes sociais, psicóloga/os, advogada/os, pedagoga/os, médica/os, enfermeira/os, entre outros, em especial das políticas de saúde e assistência social, que elegeram a família como lócus privilegiado de atuação, pois permite mapear os indicadores intrafamiliares de desigualdades entre mulheres e homens, e traçar estratégias preventivas e de enfrentamento das ações de cunho familiar que geram iniquidades de gênero.

Por fim, a obra traz resultados de uma pesquisa de fôlego, de importância ímpar, no contexto adverso aos direitos das mulheres na contemporaneidade, que são as mais atingidas pelas “contrarreformas”

que as políticas de previdência e das leis trabalhistas têm sido alvo, por estarem mais precariamente inseridas no mercado de trabalho, bem como por um Congresso Nacional que vem tentando aprovar leis retrógradas aos direitos das mulheres.² Ainda oferece arcabouço crítico à ofensiva conservadora que, ao enaltecer o papel da família tradicional, naturaliza o lugar de submissão e desvantagem das mulheres nessa esfera. Todavia, faz falta, conforme já apontado por Hildete de Melo, na apresentação do livro, a não inclusão na análise da variável cor/raça – eixo fundamental das desigualdades sociais brasileiras. Fica a expectativa de que outros trabalhos possam suprir esta lacuna. Por ora, a análise realizada evidencia o quanto os desequilíbrios de gênero constituem causa e também efeito das desigualdades de classe, ou como assinala Davis, “gênero informa classe”.

**Artigo submetido em 20/02/2018 e aceito
para publicação em 26/03/2018**

Referências

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

DAVIS, A. Conferência realizada no dia 13 de dezembro de 1997, em São Luís (MA), na JORNADA CULTURAL LÉLIA GONZALES, 1. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>>. Acesso: 10/02/2018, às 19h52.

2 Tais como: a) PL 4.703/1998, PL 4.917/2001, PL 7.443/2006 e PL 3.207/2008 (tramitação conjunta) – pretendem tornar o aborto um crime hediondo. Está aguardando parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; b) PL 478/2007 – trata do Estatuto do Nascituro, que proíbe o aborto em qualquer circunstância, inclusive estupro, e ainda prevê direitos de paternidade ao agressor. A proposta já foi aprovada em duas comissões, Finanças e Tributação e Seguridade Social e Família, e aguarda atribuição de relatoria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; c) PL 5.069/2013 – restringe o atendimento às vítimas de estupro. Proposta pronta para apreciação pelo Plenário da Câmara; d) PL 3.235/2015 – pretende vetar o debate sobre a igualdade de gênero ou a promoção da “ideologia de gênero”, por qualquer meio ou forma do sistema de educação. Está aguardando parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; e, e) PEC 181/2015 – insere na Constituição a proibição do aborto em todos os casos, inclusive os já previstos hoje pela legislação. Proposta pronta para apreciação pelo Plenário da Câmara.

Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo / *Frantz Fanon: capitalism, racism and the sociogenesis of colonialism*

DEIVISON MENDES FAUSTINO¹

Resumo: A análise de Frantz Fanon sobre o colonialismo abrange tanto o impacto do mundo social sobre a emergência dos sentidos e identidades humanas quanto às situações individuais e coletivas de ressignificação histórica do mundo. Entretanto, esta abordagem foi recebida de maneira não consensual pela literatura especializada pendendo para apreensões que ora enfatizam os seus aspectos macro-políticos e/ou econômicos ora os aspectos subjetivos/psíquicos e/ou culturais de sua reflexão. Em contraste crítico a esta polarização, este artigo retoma o conceito fanoniano de “sociogenia” e o identifica como base estruturante de sua proposta teórica. Não obstante, argumenta que este enquadramento aponta para a determinação reflexiva entre capitalismo, colonialismo e racismo e, sobretudo, para a possibilidade histórica de uma práxis anticolonial emancipadora que abranja tanto os aspectos objetivos quanto os subjetivos da existência humana. Para embasar tal posição, vale-se de trechos diversos produzidos pelo autor ao longo de sua trajetória teórica.

Palavras-chave: Frantz Fanon; sociogênese; colonialismo; racialização.

1 Doutor em Sociologia, professor do Departamento de Saúde, Educação e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo, Baixada Santista.

Abstract: Frantz Fanon’s analysis of colonialism encompasses both the impact of the social world on the emergence of human senses and identities as well as the individual and collective situations of historical re-signification of the world. However, this approach has been received in a non-consensual way by the specialized literature, hanging over seizures that sometimes emphasize its macro-political and / or economic aspects, or the subjective / psychic and / or cultural aspects of its reflection. In critical contrast to this polarization, this article resumes the Fanonian concept of “sociogenia” and identifies it as the structuring basis of its theoretical proposal. Nevertheless, he argues that this framework points to the reflexive determination between capitalism, colonialism and racism and, above all, to the historical possibility of an emancipatory anticolonial praxis that covers both the objective and the subjective aspects of human existence. In order to base this position, it uses several passages produced by the author throughout his theoretical trajectory.

Keywords: Frantz Fanon; sociogenesis; colonialism; racialization.

Estudos diversos têm identificado uma cisão teórico/epistêmica entre o que seria a obra de um “Jovem Fanon”, pretensamente acadêmico e liberal, em suas divagações existenciais e psicoafetivas, escritas em *Peau noire masques blancs* (1952),² e um “Fanon Maduro”, terceiro-mundista e violento, advogado da emancipação humana pela práxis revolucionária descrita em *Les damnés de la terre* (1961). Os trabalhos de Robinson (1993, 2000), Burawoy (2010), Crowell (2011), Harvey (2014), Rabaka (2009, 2010, 2011), Mercer (1994, 1996), Bhabha (1994, 1996) e Chow (1999) são unânimes ao identificar esta distinção. A diferença entre eles situa-se em qual dos “polos” teóricos cada um se situa e quais aspectos buscam destacar na obra de Fanon. (FAUSTINO, 2015).

Em um caminho distinto, argumento, neste paper, sobre a inexistência desta pretensa cisão, mas, sobretudo, pela existência de um fio

2 A partir deste momento, o primeiro livro de Fanon, *Peau noire, masques blancs*, publicado pela primeira vez em 1952, será apresentado neste texto sob a sigla PNMB.

condutor que conforma o edifício teórico fanoniano desde o início, em seus primeiros escritos, em 1952, até o derradeiro trabalho escrito quase dez depois. Este fio condutor é a noção de “sociogenia”, apresentada por Fanon em PNMB e “presente oculta”, como estrutura teórica, em todos os outros textos escritos pelo autor.

A posição aqui defendida destoa relativamente das posições presentes no *mainstream* literário contemporâneo a respeito de Fanon³ – e os seus tímidos reflexos no Brasil – para se aproximar das posições defendidas por autores como Gordon (2015), Sekyi-Otu (1996, 2003), e Wynter (1999). Entretanto, dado o escopo do texto, me limitarei a destacar alguns trechos, escritos por Fanon em momentos diversos, que permitam, acredito, tornar visível o que seria este fio condutor, e, sobretudo, as suas implicações concretas para a busca de emancipação.

A “sociogenia”

A análise fanoniana do colonialismo relaciona tanto o “impacto do mundo social sobre a emergência dos sentidos e identidades humanas” quanto “as situações individuais [que] se relacionam com o desenvolvimento e a preservação política e social das instituições” (GORDON, 2015, p. 2). Esta posição, visível já em PNMB quando o autor discute as potencialidades e limites da psicanálise freudiana, desautoriza a ideia de uma possível separação entre um Fanon psicanalista e um revolucionário, como se pode observar:

Reagindo contra a tendência constitucionalista em psicologia do fim do século XIX, Freud, através da psicanálise, exigiu que fosse levado em consideração o fator individual. Ele substituiu a tese filogenética pela perspectiva ontogenética. Veremos que a alienação do negro não é só uma questão individual. Ao lado da filogenia e da ontogenia, há a sociogenia. De certo modo, para responder à exigência de Leconte e Damey, digamos que o que pretendemos aqui é estabelecer um sociodiagnóstico. (FANON, 2008, p. 28).

3 Se é que este *mainstream* existe, ele ainda se manifesta de maneira muito tímida no Brasil, onde importantes pensadores negros, inclusive de esquerda, continuam sistematicamente ignorados. O termo utilizado refere-se, principalmente a um conjunto de estudos que vem sendo produzido há algumas décadas na literatura de língua inglesa e francesa. Ver, neste sentido, Faustino (2015).

Como se sabe, a psicologia filogenética ou constitucional é aquela que relaciona o comportamento humano à “morfologia” e à “fisiologia”, criando uma correlação entre o perfil corporal e as características psicológicas dos sujeitos. Fanon, psiquiatra preocupado com as dimensões sociais do sofrimento psíquico, comemora a ruptura representada pela psicanálise freudiana, mas advoga pela necessidade de ir além da dimensão psicoafetiva do desejo, compreendendo-a em seu contexto histórico e social concreto. Por esta razão, é enfático ao dizer que “O prognóstico está nas mãos daqueles que quiserem sacudir as raízes contaminadas do edifício”, pois “a sociedade, ao contrário dos processos bioquímicos, não escapa da influência humana. É pelo homem que a sociedade chega ao ser”. (FANON, 2008, p. 28).

Isto significa que, para ele, se nos ativermos ao tema central deste *paper*, os processos pelos quais o colonialismo se constitui, bem como as suas implicações traumáticas para a subjetividade do colonizado, só se tornam inteligíveis quando tomados em suas determinações historicamente concretas: a modernidade capitalista e a sua necessidade de converter o que é genuinamente humano em objeto de sua acumulação:

Antes de abrir o dossiê, queremos dizer certas coisas. A análise que empreendemos é psicológica. No entanto, permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais. Só há complexo de inferioridade após um duplo processo:

- inicialmente econômico;
- em seguida, pela interiorização, ou melhor, epidermização dessa inferioridade. (FANON, 2008, p. 28).

Por outro lado, esta “tomada de consciência” deveria ser pautada por uma análise que ultrapassasse a dimensão meramente econômica da dominação. O próprio marxismo, com o qual Fanon dialoga criticamente ao longo da sua produção, precisaria, segundo argumenta, ser “estendido” para dar conta deste mundo (colonial) onde até a dialética opera com restrições:

Quando se percebe na sua imediatez o contexto colonial, é patente de que aquilo que fragmenta o mundo é primeiro o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias, a infraestrutura econômica é também uma superestrutura.

A causa é consequência: alguém é rico porque é branco, alguém é branco porque é rico. É por isso que as análises marxistas devem ser ligeiramente estendidas, a cada vez que se aborda o problema colonial. (FANON, 2010, p. 56).

Assim, em um primeiro nível da análise, Fanon ressalta o quanto o racismo e a racialização – implícitos à situação colonial – são partes de um processo maior de dominação: a violenta e desigual expansão das relações capitalista de produção para o mundo não europeu. Como se pode ler em um texto apresentado ao I Congresso dos Escritores e Artistas Negros, em Paris, em setembro de 1956: “o racismo não é um todo, mas o elemento mais visível, mais cotidiano, para dizermos tudo, em certos momentos, mais grosseiro de uma estrutura dada”. (FANON, 1969, p. 35).

Por esta razão seria incorreto acreditar que as forças sociais que empreendem uma guerra colonial o fazem tendo em vista um confronto cultural. Pelo contrário, afirma: “a guerra é um negócio comercial gigantesco e toda a perspectiva deve ter isto em conta. A primeira necessidade é a escravização, no sentido mais rigoroso, da população autóctone”. (FANON, 1969, p. 37-38).

O mundo colonial é um mundo congenitamente cindido, e a separação entre os polos é mantida pela força das armas (FANON, 2010). Diferentemente do que ocorre na metrópole, onde a exploração econômica dos trabalhadores é mascarada pelas pretensas ideias de unidade nacional, superioridade racial ou até mesmo democracia, nas colônias a dominação não pode ser disfarçada e se expressa de maneira irrestrita, inviabilizando qualquer movimentação política que se aproxime de uma sociedade civil. Diante da situação colonial, a violência dispensa a necessidade de legitimação, já que o Outro – que não é mais visto nem tratado como extensão do meu eu, apenas um outro coisificado e “inessencial” – só aparece como predicado dos desejos e gozo do colonizador.

Neste ponto, chegamos ao segundo nível da análise, pois para ele a “expropriação, o despojamento, a rapina, o assassinio objetivo, desdobram-se numa pilhagem dos esquemas culturais ou, pelo menos, condicionam essa pilhagem” (FANON, 1969, p. 38), engendrando posições sociais “epidermizadas” que marcadas por uma divisão racial

do trabalho, pressupõe o lugar dos indivíduos a partir das marcas fenotípicas e culturais.

O racismo para Fanon é tanto um “produto” quanto um *processo* pelo qual o grupo dominante lança mão para desarticular as possíveis linhas de força do dominado, destruindo seus “valores, sistemas de referência e panorama social”: uma vez “desmoronadas, as linhas de força já não ordenam. Frente a elas, um novo conjunto, imposto, não proposto, mas afirmado, com todo o seu peso de canhões e de sabres”. (FANON, 1969, p. 38).

Não se trata aqui de afirmar que o racismo é um epifenômeno das contradições de classe e muito menos que este se dissolveria diante de uma solidariedade abstrata entre os proletários do mundo,⁴ mas, sim, ao contrário, que o racismo é apropriado, na sociedade moderna, como elemento que torna possível o empreendimento colonial, tão vital, num primeiro momento, à acumulação primitiva de capitais e, num segundo momento, à exportação desigual e combinada das contradições implícitas ao sistema para a sua periferia global.

A posição de Fanon permite perceber o quanto essa prática de negação da humanidade não apenas se restringiu aos territórios colonialmente ocupados, mas também se configurou como eixo estruturante da própria modernidade, como enfatiza: “Sim! A civilização europeia e seus representantes mais qualificados são responsáveis pelo racismo colonial”. (FANON, 2008, p. 88-89).

Nesta altura, fica mais fácil visualizar o terceiro nível de análise fanoniana do colonialismo, que, embora presente nos momentos anteriores, expressa uma forma mais profunda de reificação, justamente porque se remete à interiorização subjetiva, por parte do colonizado, dos complexos oriundos da situação colonial. A “racializa-

4 Esta posição fica nítida em um diálogo crítico que Fanon estabelece com a Esquerda Francesa em um artigo publicado no jornal *El Moudjahid* de 15/12/1957, durante a luta de libertação da Argélia: “A este nível, a reflexão permite-nos descobrir uma particularidade importante do fato colonial argelino. No interior de uma nação, é clássico e banal identificar duas forças antagônicas: a classe operária e o capitalismo burguês. No país colonial esta distinção revela-se totalmente inadequada. O que define a situação colonial é bem mais o caráter indiferenciado que a dominação estrangeira apresenta”. (FANON, 1964. p. 89).

ção” das experiências do colonizado marcam a sua relação com o mundo e consigo, proporcionando-lhe uma autoimagem distorcida. O primeiro aspecto da racialização é a “epidermização” dos lugares e posições sociais, ou seja, aquilo que se entende por raça passa a ser definidor das oportunidades e barreiras vividas pelos indivíduos ao longo de sua vida. Por esta razão, nas colônias, afirma Fanon, “a infraestrutura econômica é também uma superestrutura. A causa é consequência: alguém é rico porque é branco, alguém é branco porque é rico”. (FANON, 2010, p. 56).

É esta a raiz da figuração do colonizado como um ser enclausurado em seu corpo, tido quase sempre como bruto, rústico e emocionalmente instável, em contraposição ao europeu, apresentado sempre como expressão universal das qualidades úteis ao controle do mundo. Tanto a pretensa europeização da razão ou do sujeito, quanto a objetivação reificada do negro – ou não branco/ocidental/europeu –, são expressões deste mesmo processo de racialização.

O segundo e não menos importante aspecto da racialização – já que sem ele todo o restante não seria possível – é a interiorização subjetiva, tanto por parte do colonizador quanto por parte do colonizado, desta epidermização. É o momento em que os indivíduos deixam de se reconhecer mutuamente como reciprocamente humanos para ver a si e ao outro por meio da lente distorcida do colonialismo. A fantasmagórica e hierárquica contraposição binária entre Branco \times Negro é assumida por ambos como identidades fixas e essenciais, moldando de forma empobrecedora a percepção de si e do mundo.

Embora o branco goze de privilégios de toda ordem, não está isento às reificações racializadas, pois ao atribuir ao “Outro” elementos humanos que também são seus, aliena-se da própria humanidade. O “complexo de inferioridade” infringido ao negro é proporcionalmente acompanhado por um “complexo de superioridade” por parte do branco, mas este complexo é marcado por um sentimento de castração (FANON, 2008, p. 147). Este “Outro”, amaldiçoado e inferiorizado, assombra e atrai, com seus atributos “sobre-humanos” – exatamente àqueles que o Branco deixa de ver em si –, exageradamente mistificados e animalizados.

A “sensualidade inata da mulata ferosa; o enorme pênis do negão comedor hiperviril; a habilidade natural dos negros para atividades lúdicas, emotivas e corporais”, em geral, assustam e atraem, justamente por corresponder àquilo que passou a “faltar” ao branco. Em contrapartida, uma vez que a objetificação não é horizontal e o negro é obrigado a enxergar-se com o olhar distorcido do branco, há o risco frequente de afirmar-se como sujeito, utilizando apenas das roupagens e lugares (reificados) que o branco lhe reservou, permanecendo, portanto, escravo da esquizofrenia alheia, o Eu aprisionado na alteridade do outro – *self-as-Othered*. (HALL, 1996, p. 17).

O ponto que se busca destacar aqui é que a noção de sociogenia, apresentada por Fanon, 1952, continuou operando em suas análises posteriores como um “presente oculto” que estruturou o conjunto de sua reflexão. A preocupação com a dimensão psicoafetiva do desejo e os seus impactos na conformação de subjetividades racializadas, tão exaltada por autores como Bhabha (1994, 1996), Hall (1996) e Mercer (1996), está sempre presente como exemplos perceptíveis da profundidade da situação colonial, mas não como espinha dorsal da reflexão. O colonialismo em Fanon é um dado da realidade social que se manifesta como exterioridade concreta aos sujeitos, não se resumindo, em hipótese alguma, a um regime de verdade ou a uma visão de mundo, mas sim, conformando as condições de possibilidades para as representações (distorcidas, diga-se, e não apenas inventadas) de colonizadores e colonizados.

Como veremos, esta constatação é incontornável quando se observa as respostas oferecidas por Fanon ao julgo colonial. Trata-se de subjetividades marcada a ferro e fogo pela racialização fetichizante, mas a superação desse fetiche, segundo defende, não se resume – embora não possa prescindir de novos jogos de representação (HALL, 1996) e decodificação simbólica (HALL, 1997) – às batalhas no campo do significado, mas, pelo contrário, devem se dar principalmente no campo prático-sensível, conformando uma sociabilidade nova.

A luta política e os desafios do tempo

Se nos restringimos ao primeiro livro de Fanon, e ainda diante dele, ignorarmos os chamados do autor à ação política, à sociogenia do colonialismo ou mesmo à sua provocante citação do *18 Brumário*, de Karl Marx, clamando ao futuro (FANON, 2008, p. 185), poderíamos supor com Bhabha (1996) que as críticas de Fanon à modernidade ocidental direcionam-se de fato à anunciada (e comemorada) “morte do sujeito”. Segundo esta perspectiva, a racialização colonial, anunciada por Fanon, marcaria de tal forma a constituição das sociedades modernas que o colonialismo – como regime de verdade totalizante – não se configuraria como a exceção ou a antítese ao humanismo mas, sim como expressão de sua plena efetivação.

Diante desta universalização “compulsória” dos pressupostos éticos, políticos e estéticos europeus, restaria aos “discursos” subalternos “desconstruir” as representações hegemônicas e “desestabilizar as fronteiras identitárias a partir de novas performatizações e jogos de significação” (HALL, 1996, BHABHA, 1996, BUTLER, 2004). Nem a ordem do capital é aqui considerada, nem a própria objetividade da sociabilidade colonial, porque o próprio colonialismo é considerado apenas em suas dimensões discursivas. A saída, portanto, se é que ela existe, seria encontrada a partir da emergência de novos discursos não essencialistas, até então subalternizados.

Entretanto, uma observação atenta aos textos escritos por Fanon sugere um caminho bastante distinto deste, embora não prescindia, em nenhum momento, da necessidade de se criar “novas” representações acerca do humano, mas tais mudanças no campo do simbólico não parecem resumir a luta, mas algo a ser conquistado ao longo de seu próprio processo. É na transformação radical da sociedade colonial, enquanto ente existente no mundo concreto – e não apenas no discurso – que novas representações podem vir à tona. Como explica Fanon, ainda em seu primeiro livro, “uma outra solução é possível, mas ela implica a reestruturação do mundo” (FANON, 2008, p. 82). Para ele, essa anunciada reestruturação só conseguiria “sacudir as raízes contaminadas do edifício” (FANON, 2008, p. 28) se avançasse para além das dimensões simbólicas e subjetivas. (FANON, 2008, p. 44).

A “sociogenia” de Fanon pressupõe que “a sociedade, ao contrário dos processos bioquímicos, não escapa à influência humana” (FANON, 2008, p. 28). Portanto, é apenas a participação ativa na luta política pela transformação das condições sociais concretas de existência que abriria as possibilidades para o surgimento de um novo ser humano. O autor aposta na “luta de libertação” como “ente” que teria o poder de engendrar do ventre da reificação colonial um novo ser humano:

Ou se põe opondo-se, já dizia Fichte. Sim e não. Dissemos, na nossa introdução, que o homem é sim. Não cessaremos de repeti-lo./Sim à vida. Sim ao amor. Sim à generosidade./Mas o homem também é não. Não ao desprezo do homem. Não à indignidade do homem. Não à exploração do homem. Não ao assassinato daquilo que há de mais humano no homem: a liberdade./O comportamento do homem não é somente reativo. Sempre há ressentimento em uma reação. Nietzsche, em *La volonté de puissance*, já o tinha assinalado. Conduzir o homem a ser acional, mantendo na sua esfera de influência o respeito aos valores fundamentais que fazem um mundo humano, tal é a primeira urgência daquele que, após ter refletido, se prepara para agir. (FANON, 2008, p. 184).

Contudo, como vimos, esse homem acional, ou pelo menos as possibilidades concretas para que ele pudesse afirmar a sua *volonté de puissance*, ainda não se faziam visíveis como possibilidade concreta nos primeiros anos da década de cinquenta, quando Fanon escreve o seu primeiro livro, mas os acontecimentos sociais e políticos dos anos seguintes foram decisivos para a reflexão teórica do autor, ao apontar a possibilidade concreta de o “último ser o primeiro”.⁵ Para ele, a guerra de libertação nacional descortinaria a possibilidade de superação, tanto do racismo como da “exploração do homem pelo homem”, inaugu-

5 Destacam-se neste período que sucedeu a escrita de *PNMB*, em 1952: A realização do Congresso de Manchester, em 1945, e a volta de Nkrumah a Gana, apelando para a revolução nacional como único caminho viável para a independência; a independência dos países asiáticos no pós-guerra e a conquista de independência da Líbia (1951) vão resultar, a partir de 1956 – época em que Fanon já vivia em Blida, na Argélia, como médico chefe de um hospital psiquiátrico – na chamada “avalanche negra” a partir da independência do Sudão, do Marrocos e da Tunísia, em 1956; da independência de Gana, em 1957, e Guiné, em 1958, seguidas pelo Camarões, Somália, República do Congo, Senegal e o Togo, em 1960, entre outras.

rando assim um novo tempo histórico. A práxis revolucionária teria o poder de negar o estatuto colonial em todas as suas dimensões, restituindo a esse “outro” reificado a sua posição de sujeito de si, ascendendo, assim, de objeto “inessencial” a um novo homem, como é possível ler neste artigo em que comenta a revolução argelina:

De fato, a Revolução Argelina restituiu à existência nacional os seus direitos. De fato, é testemunho da vontade do povo. Mas o interesse e o valor da nossa Revolução residem na mensagem de que é portadora. [...] A Revolução Argelina, propondo-se à libertação do território nacional, visa não só à morte deste conjunto, como à elaboração de uma sociedade nova. A independência da Argélia não é apenas o fim do colonialismo, mas o desaparecimento, nesta parte do mundo, de um gérmen de gangrena e de uma fonte de epidemia. A libertação do território nacional argelino é uma derrota para o racismo e para a exploração do homem; inaugura o reino incondicional da justiça. (FANON, 1957, p. 72).⁶

Em outro texto, escrito dois anos mais tarde, quando o colonialismo francês já dava sinal de esgotamento e algumas mudanças promovidas pela luta de libertação já podiam ser visualizadas, ele insiste:

Nós desejamos poder mostrar, com este primeiro estudo, que sobre a terra argelina nasceu uma nova sociedade. Hoje, os homens e mulheres da Argélia não se parecem aos de 1930, aos de 1954, aos de 1957. A velha Argélia está morta. [...] A nação argelina não se situa no futuro. [...] Está situada exatamente no centro de um novo homem argelino. Há uma nova natureza do homem argelino, uma nova dimensão de sua existência. A tese que afirma que os homens se transformam no exato momento em que modificam o mundo, nunca foi tão evidente como o é agora na Argélia. Esta prova de força não remodela somente a consciência do homem sobre si mesmo, mas também a ideia que tem de seus antigos dominadores e do mundo, por fim a seu alcance. Esta luta a níveis diferentes renova os símbolos, os mitos, as crenças e a emoção de um povo. Na Argélia, assistimos à reposição do homem. (FANON, 1968, p. 10-12).

6 Artigo publicado no jornal *El Moudjahid*, n. 10, set./1957. Disponível também em: *Pour la révolution africaine (écrits politiques)*, 1964.

Neste ponto da reflexão, a comparação de Fanon com Nietzsche pode ser interessante. Timothy Brennan (2014) nos lembra que o filósofo alemão repudiava a dialética socrática porque ela pressupunha a possibilidade das classes baixas ascenderem ao centro do cenário político, enquanto Fanon, ao contrário, clamava por esta dialética, como condição de emancipação. Em um caminho semelhante ao de Brennan, Ato Sekyi-Otu – embora afirme que o colonialismo apresentado por Fanon é mais inteligível por meio da lógica aristotélica dos contrários do que da contradição hegeliana –, argumenta que a diferença central entre Hegel e Fanon é que o último se afasta da interpretação de um movimento dialético promovido pela autoiluminação da consciência para se aproximar de um humanismo radical que se efetiva a partir da ação. (SEKYI-OTU, 1996, p. 30).

A práxis, em Fanon, é o momento em que a “coisa colonizada” se torna ‘homem’ no processo mesmo pelo qual se liberta” (FANON, 2010, p. 53, grifos meus), pois, de um lado, atua para dissolver objetivamente os “contrários aristotélicos” que se fazem socialmente presentes na política, na economia e mesmo na cultura, e, por outro lado, favorece, ao colonizado em luta, a emergência de uma nova forma de perceber o mundo e, conseqüentemente, a si próprio. Como afirma Judith Rollins (2007), a diferença determinante entre Hegel e Fanon não é a recusa ou não da dialética, mas o fato de Hegel apostar no trabalho como condição de emancipação do escravo, enquanto Fanon aposta na práxis revolucionária, pois:

Em qualquer nível que a estudemos – encontros interindividuais, denominações novas dos clubes esportivos, composição humana das *cocktails-parties* (festas), da polícia, dos conselhos administrativos dos bancos nacionais ou privados – a descolonização é simplesmente a substituição de uma “espécie” de homens por outra “espécie” de homens. Sem transição, há substituição total, completa, absoluta. (FANON, 1968, p. 25).

É verdade, como contesta Homi Bhabha (1994), que os “delírios humanistas” de Fanon não se concretizaram, e a violência, implícita tanto ao colonialismo como também às movimentações sociais que o contrapunham, foi levada – sob o protesto de Fanon – a caminhos

infrutíferos.⁷ Também é verdade, como o próprio autor já havia alertado, que estrutura econômica da colônia dificultava uma saída verdadeiramente independente. Com uma economia historicamente organizada para atender aos interesses da metrópole, e uma burguesia débil, que se limitava a ser intermediária dos antigos colonos, a luta anticolonial regrediu, tal como previsto pelo autor, às novas formas de colonização e exploração. Aliás, dos caminhos teocráticos da Argélia pós-independência ao genocídio em Ruanda; da guerra civil em Angola ao surgimento do Boko Haram; da manutenção das iniquidades raciais no pós-*apartheid* sul-africano ao neocolonialismo francês no Mali e adjacências... Os alertas de CT foram lamentavelmente certos.

Entretanto, o aspecto que importa é que a “apropriação crítica de Hegel” (SEKYI-OTU, 1996, p. 25), estabelecida por Fanon ao longo de seus escritos, aponta mais para a efetivação prático-sensível da dialética do que para a sua recusa. Essa efetivação, porém, não se apresenta como repetição “colonizada” de uma lógica exógena aos problemas coloniais, mas como necessidade e possibilidade implícita ao próprio sistema de dominação (BIRD-POLLAN, 2014; DUNAYEVSKAYA, 1989; GIBSON, 2007; J. GORDON, 2014; L. GORDON, 2015). Isto não significa restringir a análise às dimensões econômicas da exploração, mas, ao contrário, atentar-se para a sofisticação e profundidade da abordagem em tela.

A explosão não vai acontecer hoje. Ainda é muito cedo... ou tarde demais.

Não venho armado de verdades decisivas. Minha consciência não é dotada de fulgurâncias essenciais. Entretanto, com toda a serenidade, penso que é bom que certas coisas sejam ditas. Essas coisas, vou dizê-las, não gritá-las. Pois há muito tempo que o grito não faz mais parte de minha vida. Faz tanto tempo...

Por que escrever esta obra? Ninguém a solicitou. E muito menos aqueles a quem ela se destina. E então? Então, calma-

7 Ver neste caso o capítulo II *Grandeza e fraquezas da espontaneidade*, do CT, onde Fanon alerta para os limites e contradições implícitos à violência, bem como às noções reificadas de identidade, propostas pelo nacionalismo anticolonial. (FANON, 2010).

mente, respondo que há imbecis demais neste mundo. E já que o digo, vou tentar prová-lo. Em direção a um novo humanismo... À compreensão dos homens... Nossos irmãos de cor... Creio em ti, Homem... O preconceito de raça... Compreender e amar... (FANON, 2008, p. 25-26).

**Artigo submetido em 05/09/2017 e aceito
para publicação em 10/01/2018**

Referências

- BHABHA, H. **The location of culture**. New York: Routledge, 1994.
- _____. “Day by Day... with Frantz Fanon”. In: Alan Read (Ed.). **The fact of blackness: Frantz Fanon and visual representation**. Seattle: Bay Press, 1996, p. 186-205.
- BIRD-POLLAN, S. **Hegel, Freud and Fanon: the diabetic of emancipation**. London and New York: Rowman & Littlefield International, 2015. (Creolizing the Canon).
- BRENNAN, Timothy. Apuestas subalternas. **New left review**, n. 89, 2014.
- BURAWOY, M. **O marxismo encontra Bourdieu**. Campinas: Unicamp, 2010.
- BUTLER, J. **Undoing Gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2004.
- CHOW, R. Female sexual agency, miscegenation, and the formation of community in Frantz Fanon. In: Alessandrini, A. **FRANTZ FANON: critical perspectives**. London and New York: Routledge, 1999.
- CROWELL, J. Marxism and Frantz Fanon’s Theory of Colonial Identity: parallels between Racial and Commodity-Based Fetichism. **Scientifica Terrapin**, 2011.
- DUNAYEVSKAYA, R. **Philosophy and revolution: From Marx to Mao and from Hegel to Sartre**. Detroit: News and Letters, 1989.
- FANON, F. **Peau noire, masques blancs**. Editions du seuil: 1952.
- _____. **Pour la révolution africaine (écrits politiques)**. François Maspero: 1964.
- _____. **Les damnés de la terre**. Paris: François Maspero, 1968.

_____. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Sá da Costa, 1969.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

_____. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2010.

FAUSTINO, Deivison. **Por que Fanon**, Por que agora? Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. São Carlos-SP, 2015.

GIBSON, N. Is Fanon relevant? Toward an alternative foreword to “The Damned of the Earth”. **Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge**, v. Special Double-Issue, Summer 2007, p. 33-44.

GORDON, J. A. Revolucionários em tempos contrarrevolucionários: desenvolvendo a consciência nacional fanoniana no século XXI. **Meritum**, v. 8, n. 1, p. 259-277

GORDON, L. **What Fanon Said**: a philosophical introduction to his life and thought. Fordham University Press Publication, 2015.

HARVEY, D. **Seventeen contradictions and the end of capitalism**. Profile Books, 2014.

HALL, S. The after-life of Frantz Fanon: why Fanon? Why now? Why *black skin*, white masks? In: READ, A. (Ed.), **The Fact of Blackness**: Frantz Fanon and visual representation. London: Institute of Contemporary Arts and International Visual Arts, 1996.

_____. The work of representation. In: HALL, Stuart (Org.). **Representation**: cultural representation and cultural signifying practices. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.

MERCER, M. **Mirage**: enigmas of race, difference and desire. London: 1994.

_____. Decolonisation and disappointment: reading Fanon’s sexual politics. In: READ, A. (Ed.). **The Fact of Blackness**: Frantz Fanon and visual representation. Seattle: Bay Press, 1996.

RABAKA, R. **Africana Critical Theory**: reconstructing the black radical tradition, from W.E.B. Du Bois and C.L.R. James to Frantz Fanon and Amílcar Cabral. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2009.

_____. **Forms of fanonism**: Frantz Fanon’s critical theory and the dialectic decolonization. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2010.

_____. Revolutionary fanonism: on Frantz Fanon's modification of marxism and decolonization of democratic socialism. **Socialism and Democracy**, v. 25, 2011.

ROBINSON, C. The appropriation of Frantz Fanon. **Race and Class**, v. 35, n. 1, 1993.

_____. **Black Marxism: the making of the black radical tradition**. The University of North Carolina Press, 2000.

ROLLINS, Judith. 'And the Last Shall Be First': The Master-Slave Dialectic in Hegel, Nietzsche and Fanon. **Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge**, v. 5, n. 3, 2007.

SEKYI-OTU, Ato. **Fanon's dialectic of experience**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.

_____. **Fanon and the possibility of postcolonial critical imagination**. University of Ghana, Legon, 2003.

WYNTER, S. Towards the Sociogenic Principle: Fanon, The Puzzle of Conscious Experience, of "Identity" and What it's Like to be "Black". **Collection of Essays National Identity and Sociopolitical Change: Latin America Between Marginalization and Integration**. University of Minnesota Press: 1999.

Questão ambiental, neoextrativismo e capitalismo periférico: uma leitura política em Enrique Dussel / *Environmental issue, neoextrativism and peripheral capitalism: a political reading in Enrique Dussel*

CÉSAR AUGUSTO SOARES DA COSTA¹

CARLOS FREDERICO LOUREIRO²

Resumo: Objetivamos neste artigo abordar o aporte do filósofo argentino Enrique Dussel, visando aproximarmos a questão ambiental, o neoextrativismo e o capitalismo periférico latino-americano. Reconhecemos que o filósofo de Mendoza não é um pensador estritamente ambientalista, mas sua contribuição filosófica e política tensionam o enfrentamento da questão ambiental na América Latina, sobretudo na reflexão sobre o processo de acumulação e sociabilidade capitalista e suas relações a partir do sistema-mundo moderno-colonial. O texto está organizado em quatro tópicos. No primeiro, indicamos a relevância do sistema-mundo moderno-colonial enquanto raiz que culmina nas lutas sociais; no segundo faremos uma aproximação entre a questão ambiental e o extrativismo no padrão de sociabilidade periférica; no terceiro tópico, situaremos as expropriações do capitalismo neoextrativista na perspectiva das lutas ambientais no padrão de sociabilidade. Ao fim, pontuaremos a leitura política de Dussel para a questão ambiental tensionada pela lógica do sistema-mundo moderno-colonial e do capitalismo periférico na AL.

1 Sociólogo. Pós-Doutor em Direito e Justiça Social/FURG. Docente/Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Política Social/UCPEL. Pesquisador do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ).

2 Doutor em Serviço Social/UFRJ. Professor Associado no Programa de Pós-Graduação em Educação e Ecologia Social/UFRJ. Coordenador do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ).

Palavras-chave: capitalismo periférico; Enrique Dussel; neoextrativismo; questão ambiental.

Abstract: The aim of this article addressing the contribution of the Argentine philosopher Enrique Dussel, aiming to approach the environmental issue, neoextrativism and peripheral capitalism in Latin America. We recognize that the philosopher of Mendoza is not a strictly environmentalist thinker, but his philosophical and political contribution strain coping with the environmental issue in Latin America, especially in reflection on the process of capitalist accumulation and sociability and their relations from the modern world-system-colonial. The text is organized into four topics. At first, we indicate the relevance of the modern world-system-colonial while root that culminates in social struggles; in the second we a rapprochement between the environmental issue and the extraction in the pattern of peripheral sociability; in the third topic we will situate neoextrativist expropriations of capitalism in the perspective of environmental struggles in the pattern of sociability. At the end, we will score reading Dussel policy for the environmental issue tensioned by the logic of the modern world-system-colonial and of peripheral capitalism in AL.

Keywords: peripheral capitalism; Enrique Dussel; neoextrativismo; environmental issue.

1. Premissas: Do sistema-mundo moderno-colonial ao “encobrimento do Outro”: gênese dos processos de lutas na América Latina

Neste artigo, pretendemos, a partir da leitura do filósofo argentino Enrique Dussel, refletir sobre alguns aspectos da sua filosofia política para compreensão dos processos de expropriação ambiental promovida pelo neoextrativismo latino-americano. A proposta do filósofo argentino (DUSSEL, 2015) está na superação do “mito da modernidade europeia” e de sua dominação social, política, econômica e jurídica denominada por ele de “transmodernidade”. Para ele, “transmodernidade” significa todos os aspectos que se situam “além” das estruturas valorizadas pela cultura moderna europeia e americana, e que vigoram nas culturas universais não europeias e foram se movendo em direção a uma utopia pluriversal (DUSSEL, 2015). Tal perspectiva

moderna, capitalista-eurocêntrica e de dominação é reiterada por Dussel (1993, p. 186) quando ele aponta que:

Esta dominação produz vítimas (de muitas variadas formas), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase ritual de sacrifício; o herói civilizador investe suas próprias vítimas do caráter de ser holocaustos de um sacrifício salvador (do colonizado, escravo africano, da mulher, da destruição ecológica da terra etc.).

O pensador argentino entende que “transmodernidade” remete para um diálogo crítico que vise superar a mera erudição do mundo acadêmico ou dos que são dominados politicamente e institucionalmente. Tal aspecto aponta para um diálogo que não pressupõe o “ocultamento e silenciamento” entre as culturas, mas busca dinamizar o diálogo intercultural a partir das culturas periféricas que foram encobertas, colonizadas, subalternizadas e negadas pela Modernidade eurocentrada. (DUSSEL, 2015).

Para o enfrentamento destas questões, o presente artigo está sistematizado em quatro tópicos, que se seguem à Introdução, na qual assinalamos a relevância do sistema-mundo moderno-colonial (DUSSEL, 2000) como raiz que culmina nas lutas sociais latino-americanas; no segundo, faremos uma aproximação entre a questão ambiental e o neoextrativismo no padrão de sociabilidade periférica na América Latina; no terceiro tópico, situaremos as expropriações do capitalismo neoextrativista na perspectiva das lutas ambientais neste padrão de sociabilidade. Ao final, pontuaremos as considerações da leitura política de Dussel para a questão ambiental, tensionada pela lógica do Sistema-mundo moderno-colonial e do capitalismo periférico na AL do qual propõe sua leitura à luz do paradigma da Libertação.

2. Questão ambiental: o extrativismo no padrão de sociabilidade periférica na América Latina

Após cinco séculos, diante desse movimento colonial e de configuração de um capitalismo dependente (FERNANDES, 1975), a América permanece servindo aos interesses hegemônicos dos países capitalistas industrializados por meio de produtos primários (GONÇALVES, 2016). Segundo Galeano (2013, p. 5): “continuamos

aplaudindo o sequestro dos bens naturais com que Deus, ou o Diabo, nos distinguiu, e assim trabalhamos para a nossa perdição e contribuímos para o extermínio da escassa natureza que nos resta”. Dussel (2001, p. 372) reafirma essa matriz colonial, asseverando que:

El dominio despótico sobre los cuerpos de los nuevos siervos coloniales era estructurado en un sistema económico que se fundaba, ni siquiera en un intercambio desigual, sino en la simple extracción, robo o posesión ilícita de todas las riquezas explotables que la dominación militar permitía. A los indios se los envió, por el sistema de la encomienda-gratis, sin salario alguno – al trabajo de la tierra; posteriormente en las haciendas con ficticios salarios; en las minas donde dejaban directamente sus vida en el sistema de la mita; en la esclavitud de los africanos comprados, usados y muertos como animales (mercancía pura que no tenían derecho al casamiento, a la paternidad, a nada... sus cuerpos podían ser "usados" sexual o económicamente por sus "dueños", con pleno derecho hasta en la sádica tortura y la muerte).

No que tange ao processo de exploração colonial, teve suas consequências. Além do extermínio e escravidão de populações originárias e negras, expropriadas em seus saberes e territórios, séculos de exploração da natureza e suas “dádivas” extraídas do solo e do subsolo garantiram a acumulação primitiva do capital na Europa (MARX, 2013). Para o filósofo argentino:

La riqueza minera (plata y oro) era simplemente poseída por los colonos, debía pagar un tributo a la corona, y pasaba a Europa donde se derramaba en el novísimo mercado mundial (el primero realmente mundial, y cuya primera "moneda" fue la plata extraída por los indios de México o Perú, o los esclavos africanos, posteriormente, en Minas Gerais en Brasil). "Acumulación originaria" de procedencia colonial. Cuando el mercantilismo de los metales y productos tropicales se transforme en capitalismo industrial (alrededor de 1750), el Sistema-Mundo en su "centro" comenzará la acumulación del plusvalor propiamente dicho en Europa, y reestructurará el contrato colonial, bajo la hegemonía inglesa comenzando un intercambio desigual con la producción textil. En torno al 1870, la acumulación de riqueza y tecnología permite la expansión del Imperialismo, instalando territorialmente ferrocarriles y surcando los Océanos con barcos a vapor por carbón. Grandes áreas (Argentina, Canadá, Australia etc.) se

incorporarán por la extracción gigantesca de producción agrícola y minera. La "periferia" siempre quedará en posición asimétrica. (DUSSEL, 2001, p. 372-373).

Na primeira década do século XXI, com o aumento do preço das *commodities* minerais, o extrativismo mineral ampliou-se em territórios latino-americanos, significando, na visão de Gonçalves (2016, p. 39), que:

Esse processo possui concomitância com o crescimento significativo das demandas mundiais por minérios, especialmente de países asiáticos como a China. Por consequência, minérios metálicos ferrosos e não ferrosos, dentre eles o ferro, cobre, bauxita, nióbio, níquel e ouro, presenciaram rápida exploração e novos investimentos, com impactos na economia e nos territórios de países como Brasil, Peru, Argentina e Chile.

Segundo Gudynas (2012), o neoextrativismo pode ser visto como um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico e na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas numa inserção internacional subordinada. Para tanto, o Estado, controlado por frações das classes dominantes que se beneficiam desse padrão de acumulação, tem um papel ativo, buscando legitimação por meio da apropriação e redistribuição de parte da renda gerada (GUDYNAS, 2012, p. 130). A partir disso, podemos pontuar que:

Talvez a principal ruptura do modelo neoextrativista com o período neoliberal esteja relacionada ao papel desempenhado pelo Estado. Por um lado, ele retoma algumas das atribuições definidas pelo modelo de substituição de importações e, por outro, recebe novas responsabilidades propostas pelos governos progressistas. Neste novo contexto, tais governos liberalizam e protegem dinâmicas próprias do capitalismo, se abstendo de tomar decisões que possam colocar em risco processos de acumulação. Dentre essas atribuições, podem ser listados o apoio à internacionalização de empresas nacionais, a adaptação da legislação para estimular a extração dos recursos naturais e, principalmente, a compensação por meio de políticas de transferência de renda. O apoio à internacionalização de algumas empresas nacionais vem se dando por dois instrumentos principais: o suporte financeiro e a construção de infraestruturas.

tura. No caso do suporte financeiro, a concessão de empréstimos já foi amplamente utilizada no passado. No caso brasileiro, esse papel vem sendo desempenhado especialmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (MILANEZ; SANTOS, 2013, p. 14).

A relevância é dada à logística, nos “índices de competitividade” dos países. No contexto latino-americano, tem importância a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (Iirsa) e sua implantação através de rede rodoviária, hidrovias e portos no continente e no caso específico brasileiro, podem ser implicadas obras associadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Estes elementos indicam que:

Entre todas las actividades extractivas, la más cuestionada en América Latina es la minería metalífera a gran escala. En efecto, en la actualidad no hay país latinoamericano con proyectos de minería a gran escala que no tenga conflictos sociales suscitados entre las empresas mineras y el gobierno versus las comunidades: México, varios países centroamericanos (Guatemala, El Salvador, Honduras, Costa Rica, Panamá), Ecuador, Perú, Colombia, Brasil, Argentina y Chile. Según el Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina (OCMAL) existen actualmente 120 conflictos activos que involucran a más de 150 comunidades afectadas a lo largo de toda la región (Voces de Alerta, 2011). Sólo en el Perú, la Defensoría del Pueblo de la Nación da cuenta de que los conflictos por la actividad minera concentran el 70% de los conflictos socioambientales y de que éstos, a su vez, representan el 50% del total de conflictos sociales en ese país, no casualmente uno de aquellos donde más acelerada y descontroladamente se ha dado la expansión minera (De Echave et al., 2009). Este contexto de conflictividad contribuye directa o indirectamente a la judicialización de las luchas socioambientales y a la violación de los derechos en la medida en que no se generan procesos de consultas adecuados a las comunidades y son desalojadas de las tierras reclamadas por las empresas que contaminan los recursos de las comunidades, como el agua y el territorio, de los que dependen para su vida. (SVAMPA, 2012, p. 21-22).

Dussel (1984) entende que, por um fator econômico de acumular grandes riquezas extraídas de suas colônias, este continente se constituiu como “centro” de um processo de desenvolvimento tecnológico sem

igual, será o topo na Revolução Industrial dentro de um modo de produção capitalista. A AL por sua parte recebeu o impacto da conquista não somente no nível político de dominação, econômico de exploração, ideológico, mas também técnico. Esses fatores inauguram uma larga história de dependência, como região dominada por um mercado mundial capitalista que é fruto do trabalho latino-americano desde 1492 até o presente.

Conseqüentemente, o modelo de extrativismo exportador que se expandiu na AL, baseado nos grandes empreendimentos, fortalece estratégias de controle dos territórios e de acumulação por espoliação (HARVEY, 2003). Assim, a escala de produção, consumo e métodos, tal como o uso e desperdício dos próprios minérios, água e energia ilustram as “desigualdades ambientais” (ACSELRAD, 2012) e as contradições dos projetos mineradores.

Isto posto, em um novo cenário de vinculação global que os diferentes governos latino-americanos sejam progressistas, de esquerda ou de inspiração neoliberal compartilham em nome do *Consenso dos commodities*, a mineração metálica a céu aberto se tem convertido em uma sorte de figura extrema, um símbolo do extrativismo predatório, ao sintetizar um conjunto de fatos particulares diretamente negativos para a vida das populações e o futuro de nossos países. (SVAMPA, 2012).

Com efeito, as implicações ambientais e territoriais nas Comunidades Tradicionais, quilombolas, ribeirinhas, impactam, de forma pontual, a saúde dos trabalhadores latino-americanos, além da apropriação privada dos bens comuns e interferindo na organização fundiária ou expropriando terras e espaços da existência coletiva (HARVEY, 2003). No entendimento de Petras (2014), a hegemonia do “capitalismo extrativo” evidencia o processo ampliado da produção e exportação de *commodities* pelo Brasil e demais países da AL, na primeira década do século XXI.

Na visão de Dussel (2001, p. 373):

La actual etapa transnacional del capitalismo pone ahora en la periferia el momento productivo del capital (las fábricas) de las industrias que dejan de ser "de punta", absorbiendo el bajo salario del miserable proletariado externo (en Asia o América Latina). La "asimetría" es total. Los "Siete Grandes" (el "Grupo de los

Siete": G7) deciden sobre el destino de la Humanidad. La concentración de riqueza en manos de Estados Unidos, Japón y Europa (población que no alcanza el 15% de la humanidad) controla, usa, consume y destruye irresponsablemente hasta el 80% de los bienes no renovables de la Tierra.

3. Expropriações do capitalismo neoextrativista e as lutas ambientais no padrão de sociabilidade na AL

Uma das consequências da atual inflexão extrativista tem sido a explosão dos conflitos ambientais, visíveis na dinamização das lutas pela terra, da mão dos movimentos sociais indígenas e camponeses, assim como no aparecimento de novas formas de mobilização e participação cidadã centradas na defesa dos bens naturais. À luz destas questões:

Entendemos por conflictos socioambientales a aquellos ligados al acceso y control de los recursos naturales y el territorio, que suponen, por parte de los actores enfrentados, intereses y valores divergentes en torno de los mismos, en un contexto de gran asimetría de poder. Dichos conflictos expresan diferentes concepciones sobre el territorio, la naturaleza y el ambiente, así como van estableciendo una disputa acerca de lo que se entiende por desarrollo y, de manera más general, por democracia. Ciertamente, en la medida en que los diferentes megaproyectos avanzan de modo vertiginoso y tienden a reconfigurar el territorio en su globalidad, no sólo ponen en jaque las formas económicas y sociales existentes sino también el alcance mismo de la democracia, pues se imponen sin el consenso de las poblaciones, generando fuertes divisiones en la sociedad y una espiral de criminalización y represión de las resistencias que sin duda abre un nuevo y peligroso capítulo de violación de los derechos humanos. (SVAMPA, 2012, p. 19).

Assim, o processo de ambientalização das lutas (ACSELRAD, 2010) inclui um vasto e heterogêneo grupo de coletivos e modalidades de resistência diante da brutalidade das formas de expropriação determinadas pelo sociometabolismo do capital, que vão se configurando como uma rede mais ampla de organizações, na qual os movimentos ecoterritoriais não são os únicos protagonistas. De nossa perspectiva, a novidade é a articulação entre diferentes atores (movimentos sociais, indígenas, camponeses, movimentos socioambientais, organizações não governamentais, ambientalistas, intelectuais, coletivos culturais), o

qual tem se traduzido num diálogo de saberes e disciplinas, caracterizado tanto por sua elaboração de um saber independente dos discursos dominantes, tal como pela valorização dos saberes locais, muitos deles de raízes indígenas-camponesas. (SVAMPA, 2012).

Outra dimensão que caracteriza os conflitos ambientais é o conceito que faz referência à reformulação dos processos de globalização incluindo um complexo de atores sociais, econômicos, políticos, locais, regionais, estatais e globais que configuram o sistema capitalista, os quais podemos situar:

[...] el caso de las industrias extractivas, la dinámica entre “lo global” y “lo local” se presenta como un proceso en el que se cristalizan, por un lado, alianzas entre empresas transnacionales y Estados (en sus diferentes niveles), que promueven un determinado modelo de desarrollo; y, por otro lado, resistencias provenientes de las comunidades locales, que cuestionan tal modelo, y reclaman su derecho a decidir en función de otras valoraciones. En este marco, los conflictos socioambientales suelen combinarse perversamente con una tipología inherente al modelo extractivo, las llamadas economías de enclave, y por tanto tienden a encapsularse en la dimensión local. Dicha localización del conflicto se traduce en un deterioro mayor de los derechos civiles, quedando librados de la intervención de la justicia y los entes municipales y/o provinciales, cuyo grado de vulnerabilidad frente a los actores globales es mayor que el de sus homólogos nacionales. (SVAMPA, 2012, p. 20-21).

Harvey (2003) pontua que a acumulação do capital apresenta dois elementos: a mais-valia gerada pela subordinação do valor de uso ao valor de troca, em relações de expropriação fundadas na propriedade privada dos meios garantidores da produção econômica (conhecimentos, tecnologias, recursos naturais etc.). Assim, a acumulação é um processo econômico, que tem como aspecto determinante uma transação entre o capitalista e o trabalhador assalariado e as atuais formas de precarização das relações trabalhistas (pejotização, uberização, terceirização etc.). O outro ponto se refere às relações entre o capitalismo e modos de produção não capitalistas, que começam a surgir no cenário internacional. Em termos dos processos de expropriação ambiental e territorial, o que isso indica?

Durante as últimas décadas, o termo crise se tornou corriqueiro, muitas vezes adjetivado como “crise do capital”. É sabido que várias faixas populacionais vivem situações de crises as mais diversas: alimentar, de saúde, de habitação, de empregos, ambiental etc. Por sua vez, também o processo de crise “econômica” atinge em grande parte grupos capitalistas. Recordamos que as crises constitutivas do capitalismo não indicam sua “fragilidade” nem conduzem automaticamente à sua superação, a qual depende do engajamento social nas lutas contra esta forma de sociabilidade (FONTES; MIRANDA, 2014) que impacta os povos, sobretudo da América Latina. Sendo assim, podemos assinalar que para Dussel (1984, p. 97):

En efecto, el neocolonialismo anglosajón se funda, realmente, en las exportaciones de productos manufacturados por la revolución industrial y en las importaciones de materias primas o materia para su trabajo tecnológico altamente desarrollado. El valor de uso de ambos intercambios – substracto material del valor de cambio – tiene un significado poético-productor: se trata de materia de un trabajo o de productos de trabajos. En el intercambio desigual consiste la injusticia o explotación práctica; en la desigualdad poética estriba la posibilidad real de dicha dominación. Se descubre así en el corazón de la dominación política y económica, e igualmente ideológica, la instancia tecnológica.

Consideramos que a “crise capitalista” está imbricada às contradições internas da expansão do capital e que ameaçam, de maneira imediata, a sua reprodução ampliada, independente do grau de sofrimento social que provoquem. A partir disso, podemos assinalar que:

O aquecimento global, o desflorestamento, os lixos tóxicos, a salinização das águas, a erosão do solo, os conflitos urbanos, as contaminações químicas etc., que destroem lugares, pessoas e lucros, são fenômenos cujo prejuízo é socializado pelo capital (todos pagam por ele, enquanto apenas alguns lucram), mas também podem gerar custos adicionais ao capital, para superar as limitações que essa situação impõe a seu ímpeto por acumulação infinita. O bombeiro, entretanto, procura apagar o incêndio com gasolina... Novas empresas capitalistas se constituem (o novo “capitalismo verde”) para supostamente reduzir tais efeitos devastadores, deixando de lado o fato de que as relações econômicas e sociais que elas perpetuam causarão

outras e ainda mais devastadoras crises. O capitalismo não acaba por si mesmo. (FONTES; MIRANDA, 2014, p. 306).

Para Fontes e Miranda (2014), a expropriação do povo do campo é condição ainda vigente para a construção de relações sociais capitalistas. Atualmente, esta expropriação avança sobre quem a ela resiste. Tendo início nos primórdios do capitalismo, este processo prosseguiu ao longo dos quatro últimos séculos esvaziando os campos europeus, porém, para rentabilizar a colonização, começou seu saqueio sobre a África, escravizando trabalhadores que assegurassem a produção das minas e das monoculturas. Já nas Américas, onde a terra não havia sido ainda monopolizada e parecia “livre” aos colonizadores, escravizaram mediante trabalho forçado. Tal processo violento é inerente ao capitalismo: violência que reduz seres humanos à pura necessidade; que transfigura imediatamente a liberdade duramente conquistada em subordinação ao mercado.

Deste modo, as expropriações não apenas se reproduzem, mas também são ampliadas, pois as populações urbanizadas há muito tempo defrontam-se com a violência da expropriação característica da expansão capitalista, agora sob novas especificidades, das quais evidenciamos a retirada de direitos vinculados ao exercício do trabalho, doravante exercido inclusive sem contratos; o achatamento dos direitos sociais conquistados, flexibilização de leis trabalhistas, contínua redução dos direitos à saúde e à educação, que são privatizados e convertidos em forma de valorizar o valor. (FONTES; MIRANDA, 2014).

Visualizando os processos de expropriação/concentração, um dos mais nefastos é a atual expropriação da quase totalidade da humanidade de elementos que sempre integraram o repertório das trocas sociometabólicas, as que ocorrem entre as sociedades e a natureza, assim como a expropriação de aspectos fundamentais da própria vida biológica. Pontuamos a disseminação de sementes transgênicas, capazes de colonizar as sementes nativas não sabendo que efeitos tais alimentos transgênicos podem ter nos seres humanos e demais seres vivos (do arroz, do milho, do trigo e da soja) em diferentes quadrantes do planeta. Para Fontes e Miranda (2014, p. 310):

[...] todos os elementos deste cenário expressam a lógica internacional marcada pela expansão desigual e combinada do

capitalismo. Essa desigualdade se aprofunda no terreno socioambiental, uma vez que as classes dominantes dos países industrializados procuram simultaneamente extorquir internamente seus trabalhadores (por meio da produção de mercadorias de alto valor agregado) e apoderar-se de fontes de matérias-primas em outros países, cujos processos produtivos são geradores de maior impacto socioambiental. A escala da desigualdade internacional parece aprofundar-se, quando mesmo burguesias de países tardiamente industrializados aderem à produção em larga escala de *commodities*, agravando a injustiça e a desigualdade social, econômica e ambiental.

Assim, os danos socioambientais impactam mais o hemisfério Sul pelas relações econômicas configuradas na mundialização do capitalismo. Na visão de Dussel (1984), o capitalismo internacional vive agora uma crise, talvez a mais profunda de sua história. Temos que estar atentos como se enfrenta esta crise e o que ela representa no plano da ciência e tecnologia. Entretanto, o que constatamos para estes casos é a questão da tecnologia enfrentar os problemas concretos que não são humanos, mas principalmente os seus, que poderiam ser resumidos em três: a questão do esgotamento dos recursos renováveis numa perspectiva de crescimento contínuo. A preservação ecológica ameaçada pelo próprio desenvolvimento capitalista (DUSSEL, 1984). Portanto, podemos assinalar que:

Los requerimientos de nueva tecnología en el proceso de internacionalización de la producción y en los procesos productivos exigidos por la acumulación capitalista mundial, y su estrecha vinculación a las exigencias del control global. En este caso, la tecnología es una mediación necesaria dentro del sistema capitalista directamente ligada a una mayor rentabilidad. (DUSSEL, 1984, p. 231).

Para Dussel (1994), os aspectos exploratórios do sistema capitalista podem ser vistos a partir da lógica da modernidade, em seu núcleo político, cultural, violento e civilizatório. Porém, como mito, o horizonte mundial imola aos homens e mulheres do mundo periférico, colonial (que os ameríndios foram os primeiros a sofrer), como vítimas exploradas, cuja vitimização é encoberta como o argumento do sacrifício ao custo da modernização. Para Dussel (1994), o mito irracional é o horizonte que deve transcender o ato da libertação (racional, como

desconstrutivo do mito, prático-político, como ação que supera o capitalismo e a modernidade num tipo transmoderno de civilização ecológica, de democracia popular e justiça econômica).

Por tudo isso, apontamos que:

En efecto, "al colonialismo de la primera generación -ocupación militar, saqueo, masacres entre los indígenas – y de la segunda generación -penetración económica, cambio de materias primas baratas por manufacturas industriales caras –, sigue ahora el colonialismo de la tercera generación o neo-colonialismo. Este se caracteriza por una nueva división internacional del trabajo promovida por los intereses de la metrópoli, según la cual el trabajo de la innovación tecnológica y los procesos productivos altamente calificados se concentran en la metrópoli, mientras se permite a la periferia en calidad de proletarios externos de los países céntricos, una industrialización productiva y refleja [...] Hasta el momento la periferia cumplía fielmente su función como proveedor de materias primas baratas para la metrópoli; le espera ahora un nuevo rol no menos deprimente: por un lado ser el ejército de reserva de mano de obra barata para la metrópoli; por otro lado, funcionar como el anhelado basural para los afluentes de la afluente metrópoli. (DUSSEL, 1984, p. 97).

4. À guisa de conclusão: capitalismo periférico e questão ambiental na leitura política de Dussel

Finalizamos este artigo, pontuando que todos os mecanismos de “inclusão” no sistema-mundo não somente diminuiriam, mas têm aumentado a heterogeneidade da “periferia” em seus movimentos, na dialética subsunção-resistência. A complexidade destes processos ocorre mediante relações determinantes de expropriações-dominância que têm empurrado para fora o seu outro encoberto, tencionadas por relações de exclusão. (DUSSEL, 2001).

A partir destas considerações, podemos questionar: que relações implicariam capitalismo periférico, neoextrativismo e questão ambiental na AL na perspectiva do filósofo argentino? Para Dussel (2015), não menos essencial no enfrentamento/superação do sistema-mundo moderno-colonial é a questão ecológica, uma vez que esta é a materialidade da negação da vida e das condições de existência. Com efeito,

após 500 anos de sua instalação, desenvolvimento e culminação global, que no nível econômico é o capitalismo transnacional, o projeto de sociabilidade capitalista segue impondo relações destrutivas com a natureza e demais povos da AL. (DUSSEL, 2000).

Segundo Dussel (1994), seria catástrofe ecológica o desaparecimento da última grande floresta tropical do Planeta. Enquanto para o sistema capitalista, seria justo o empobrecimento e a expropriação de uma comunidade de camponeses impostos pelo capitalismo de mercado. Tais aspectos devem ser evidenciados, porque para o autor se torna problemático quando parte do movimento ecológico “descola” da relação sociedade-natureza, seu “princípio material” (DUSSEL, 2003). Pois, para o filósofo mendocino:

El movimiento ecologista tiene frecuentemente poca conciencia "económica". Sería conveniente una lectura de El capital de Marx para descubrir la relación directa entre tecnología destructora de la tierra y la teoría del plusvalor relativo – ya que el aumento de la productividad se alcanza por una tecnología que no importa si es antiecológica y lanza al mercado una masa hambrienta de personas.

Para o pensador argentino (DUSSEL, 1994), esta dominação produz vítimas, sacrifício que é interpretado como um ato inevitável, e com um sentido quase ritual de sacrifício; o herói civilizador investe suas vítimas do caráter de ser holocaustos de um sacrifício salvador (do colonizado, do escravo africano, da mulher, da destruição ecológica da terra etc). Atualmente, esta relação, que o filósofo argentino tece, teria estreito marco com as populações tradicionais, ribeirinhas, quilombolas, pescadores artesanais tencionados pelas relações de produção capitalistas neoextrativistas, sob a forma de uma reprodução ampliada. (HARVEY, 2003).

Ou seja, Dussel critica os limites do sistema-mundo à luz desta dimensão ampliada do capital, considerando que:

En primer lugar, a) la destrucción ecológica, irreversible proceso no-intencional y efecto de una tecnología devastadora, tecnología producto de un criterio de elección a corto plazo: el aumento de la tasa de ganancia (esencia del capital como "valorización del valor"). Pero, y ligado a lo anterior y como un mismo fenó-

meno, b) el empobrecimiento de la mayoría de la humanidad (situada en el horizonte postcolonial periférico del capitalismo avanzado), que en muchos casos es comienzo de extinción (por hambre, sida, etc., como en el África, Bangladesh, Haití, etc.). La posible extinción de la especie homo (más por los efectos ecológicos que por la bomba atómica), es decir, de la vida en la tierra, es el último límite del sistema-mundo del que venimos hablando. Estamos entonces refiriéndonos a las víctimas del sistema-mundo. (DUSSEL, 2001, p. 375).

Portanto, a vida humana emancipada, livre, deve ser outra, regida por outros critérios normativos e relações não alienadas, como um critério positivo e universal de verdade prática (razão prático-material), o qual se fundamenta num princípio material positivo, ponto de partida do “princípio crítico” ou negativo que deve evitar a morte da humanidade (DUSSEL, 2001). Sendo assim, o horizonte trazido pelo pensador argentino postula que:

Se trata de una "Trans-Modernidad" como proyecto mundial de liberación donde la Alteridad, que era co-esencial de la Modernidad, se realice igualmente. La "realización" de la Modernidad no se efectúa en un pasaje de la potencia de la Modernidad a la actualidad de dicha Modernidad europea. La "realización" sería ahora el pasaje trascendente, donde la Modernidad y su Alteridad negada (las víctimas) se co-realizarán por mutua fecundidad creadora. El proyecto trans-moderno es una co-realización de lo imposible para la sola Modernidad; es decir, es co-realización de solidaridad, que hemos llamado analéctica, del Centro/Periferia, Mujer Nación, diversas razas, diversas etnias, diversas clases, Humanidad/Tierra, Cultura occidental/Culturas del Mundo Periférico ex-colonial, etcétera; no por pura negación, sino por incorporación desde la Alteridad. (DUSSEL, 2001, p. 356).

Na perspectiva de Dussel (2001), a situação crítica que interessa à “Política da Libertação” ocorre quando certos cidadãos são excluídos. Isto indica os crimes antiecológicos das gerações presentes; o caso das mulheres na sociedade machista; das raças não brancas na sociedade racista ocidental; de homossexuais em estruturas heteronormativas; das classes exploradas por uma economia de lucro; de imigrantes e populações tradicionais expropriados em seus territórios e saberes; e até de Estados nacionais enfraquecidos pela estratégia particularista das

classes dominantes do capitalismo mundial. Do mesmo modo, "temos consciência da destruição das selvas amazônicas, mas não percebemos suficientemente que isso se deve à matança de seus índios e dos cinquenta milhões de nordestinos que o capitalismo periférico brasileiro empobreceu até a mais extensa e desumana miséria, os quais para terem o que comer destroem a selva". (DUSSEL, 2015, p. 68).

Assim, a perspectiva das lutas latino-americanas se dirige à libertação humana, cuja análise crítica contra as expropriações sociais reafirma uma práxis teórica e política potencializada pelas estratégias organizativas populares de pertencimento a um projeto coletivo de classe democrático, revolucionário e anticapitalista (PAIVA; OURIQUES, 2006). A partir deste horizonte das lutas sociais, podemos pontuar que:

Esas alternativas que hay que ir construyendo en la lucha "anti-hegémónica" de los grupos "populares" (o participantes del bloque social de los oprimidos) deberá ser el fruto de movimiento dentro de los cuales el marco democrático será la condición absoluta de la legitimidad de dicha lucha antihegémónica, contra los vanguardismos del pasado, pero al mismo tiempo deberá cumplir la interpelación más profunda del pueblo y de toda la humanidad, por la defensa de la reproducción y el desarrollo de la vida humana sobre la Tierra, puesta en peligro por la crisis ecológica producto de la actitud de la Modernidad, y por el empobrecimiento masivo de la población del Mundo Periférico postcolonial, fruto del capitalismo tardío trasnacional globalizándose. (DUSSEL, 2001, p. 219).

Portanto, para o filósofo mendocino (DUSSEL, 2001), a modernidade nasce realmente em 1492: essa é sua tese central. Mas sua real superação é a subsunção de seu caráter emancipador racional europeu transcendido como projeto mundial de libertação negada: a transmodernidade como um novo projeto de libertação política, econômica, erótica, pedagógica, religiosa, ambiental etc.

Assim, a sua "Política da Libertação" (DUSSEL, 2000) é uma ética da "transformação" das relações instituídas que se efetua por meio de ações críticas cotidianas e tem como ponto de partida a vítima, "o outro" em algum aspecto negado-oprimido e afetado-excluído pelo padrão societário capitalista. Ou seja, para o pensador argentino, questão ambiental e neoextrativismo devem estar alicerçadas numa concepção de

“transformação” (do sistema) e não de sua “reforma”. Isto se explica porque sua ética não preza o aspecto formal do sistema capitalista, mas radicaliza a partir da realidade concreta de suas vítimas negadas.

**Artigo submetido em 21/12/2017 e aceito
para publicação em 13/03/2018**

Referências

ACSELRAD, Henri. Os descaminhos do “ambientalismo consensualista”. **OSAL**, Año XIII, n. 32, nov./2012, p. 39-49.

_____. A ambientalização das lutas sociais: o movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, 2010.

ARIAS, Alberto Padilla. Enrique Dussel: una aproximación a su pensamiento. México, UAM, **Veredas revista del pensamiento sociológico**, 2010, p. 183-204.

DUSSEL, Enrique. **Método para uma Filosofia da Libertação**. São Paulo: Loyola, 1986.

_____. **Filosofia da Libertação**: crítica à ideologia da exclusão. 5. reimp. São Paulo: Paulus, 2015.

_____. **Ética da Libertação**: na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

_____. Alguns princípios para uma ética material de libertação. In: PIXLEY, J. (Coord.). **Por um mundo diferente**: alternativas para o mercado global. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003, p. 23-35.

_____. **1492. El encobrimiento do Otro**: hacia el origen del “mito de la modernidad”. La Paz: Plural, 1994.

_____. **Hacia una filosofía política crítica**. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2001.

_____. **Filosofia de la producción**. Bogotá: Nuova America, 1984.

_____. **1492. O encobrimento do Outro**: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt. Petrópolis: Vozes, 1993.

FERNANDES, Florestan. Padrões de dominação externa na América Latina. In: _____. **Capitalismo dependente e classes na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p. 11-32.

FONTES, Virgínia; MIRANDA, Ary. Pensamento crítico e as populações do campo, da floresta, das águas e... das cidades. **Tempus**, actas de saúde coletiva, v. 8, n. 2, p. 305-316, jun./2014.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

GONÇALVES, Ricardo. Capitalismo extrativista na América Latina e as contradições da mineração em grande escala no Brasil. **Cadernos Prolam/USP**, v. 15, n. 29, p. 38-55, jul.-dez./2016.

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos. **Nueva Sociedad**, v. 237, p. 128-146, 2012.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2003.

MARX, Karl. **O capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 37. Águas de Lindóia, 2013. p. 1-30.

PAIVA, B. A.; OURIQUES, N. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? **Katálysis**, v. 9, n. 2, jul.-dez./2006, p. 166-175.

PETRAS, James. Brasil: o capitalismo extrativo e o grande salto para trás. **Tensões Mundiais**, v. 10, n. 18 e 19, 2014, p. 301-323.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. **OSAL**, Año XIII, n. 32, nov./2012, p. 16-38.

O papel do catador de materiais recicláveis na cadeia da reciclagem / *The role of the recyclable material collector in the recycling chain*

PRISCILA ROSA BANDEIRA DA COSTA¹

Resumo: Este artigo discute as principais características da cadeia produtiva de reciclagem no Brasil, demonstrando o modo como os catadores de materiais recicláveis são inseridos nessa cadeia e seus desdobramentos. Destaca que a expansão da coleta seletiva e da reciclagem com inclusão de catadores em organizações coletivas, precisa ser priorizada na gestão dos resíduos sólidos, pois a maior parte dos resíduos acaba sendo desperdiçada ao ser enviada para aterros sanitários. Aponta que os catadores ainda se mantêm à margem da geração de riquezas promovida pelo mercado de reciclagem, apesar da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010, preconizar que os catadores devem ser os principais sujeitos nesse processo e incentivar a inserção destes nos programas municipais de coleta seletiva. Além disso, elucida os principais desafios da inclusão dos catadores na cadeia de reciclagem a partir dos princípios estabelecidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Palavras-chave: materiais recicláveis; catadores; reciclagem.

Abstract: This article discusses the main characteristics of the recycling chain in Brazil, demonstrating how waste pickers are inserted in this chain and its unfolding. It highlights that the expansion of both selective and recycling collection with the inclusion of collectors from organizations needs to be more focused on the management of solid waste, since most of the waste is disposed of when it is sent to landfills. The article points that the collectors are still on the sideline of benefit-

1 Licenciada e bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Ufes. Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG)/Ufes. Professora de Geografia da rede estadual de ensino do Espírito Santo.

ing from the wealth produced by the recycling market, although the National Policy on Solid Waste (Law 12.305/2010) advocates that the collectors should be included in the municipal programs of selective waste collection and be the main stakeholders in the chain. Therefore, based on the principles established by the National Policy on Solid Waste, this article discusses the main challenges on the inclusion of waste collectors in the chain of recycling.

Keywords: recyclable materials; collectors of the recyclable materials; recycling.

A geração de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) no Brasil mostrou-se mais elevada que o crescimento da população. A Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) mostra que “A população brasileira apresentou um crescimento de 0,8%, entre 2014 e 2015 [...]”. A geração total, por sua vez, atingiu o equivalente a 218.874 t/dia de RSU gerado no país, um crescimento de 1,7% em relação ao ano anterior”. (ABRELPE, 2015, p. 19).

De acordo com Demajorovic e Lima (2013), à medida que o Brasil foi se industrializando e urbanizando-se, a composição dos resíduos também foi se alterando, com uma diminuição da matéria orgânica em detrimento do aumento na produção de outros tipos de resíduos. Dessa forma, esse e outros fatores contribuíram para a expansão da reciclagem no país. No entanto, a Abrelpe (2015, p. 89) demonstra que “O incremento dos percentuais de reciclagem é uma meta buscada atualmente não apenas no Brasil, mas também em várias partes do mundo, que já contam com medidas concretas de estímulo [...] para viabilizar os avanços pretendidos [...]”. Além disso, a Abrelpe (2015, p. 89) indica que “Ações nesse sentido ainda são incipientes por aqui e toda a cadeia da reciclagem sofre com a ausência de um sistema de gerenciamento integrado para superação dos gargalos existentes”.

Neste contexto, encontra-se a reciclagem dos materiais, vista como uma alternativa que possui um forte apelo ambiental em face do aumento da geração de resíduos sólidos e seus impactos. De outro modo, Layrargues (2011, p. 215) demonstra o quanto a reciclagem funciona como um mecanismo que, dentre outras coisas, sustenta a

“[...] engrenagem dos mecanismos sociais de acumulação de capital e concentração de renda [...]”.

O autor afirma que “Com a supervalorização do aspecto ambiental da reciclagem, ela acaba tornando-se um alibi, de forma que essa nova mercadoria aparece ao consumidor com um valor unicamente simbólico (de proteção da natureza) [...]” (LAYRARGUES, 2011, p. 211). Como este autor (2011) pontua, isto acaba camuflando o principal aspecto que é o seu valor econômico.

Neste sentido, o objetivo geral deste artigo é analisar os aspectos que podem ser considerados como características marcantes da organização e da estrutura da cadeia de reciclagem, bem como identificar as formas de atuação dos diferentes agentes que compõem tal circuito, com o intento de refletir particularmente sobre o papel dos catadores de materiais recicláveis nesse contexto. Ao mesmo tempo, busca-se mostrar a importância dos catadores na gestão dos resíduos sólidos, pois a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010, considera que os catadores de materiais recicláveis, organizados em cooperativas, deverão assumir importante papel na gestão dos RSU.

Desdobramentos da inserção dos catadores de materiais recicláveis na cadeia de reciclagem

No Brasil, a PNRS constitui-se um marco importante para a valorização da reciclagem, pois um de seus principais objetivos é a promoção da reciclagem, com vistas à inclusão social dos catadores. Como argumenta Gonçalves (2012, p. 42), “Assim, aquilo que era visto como lixo sem valor ou como um problema pode ser a solução para muita coisa, [...] tem valor econômico e volta para a cadeia produtiva [...]”. O autor frisa que o reaproveitamento dos resíduos “[...] também abre economicamente a possibilidade de novas empresas e de novos negócios na área de reciclagem”. (GONÇALVES, 2012, p. 42).

Como se pode perceber, o cenário delineado configura-se como o campo de atuação de diferentes sujeitos na cadeia produtiva de reciclagem, assim como se caracteriza por disputas que se consolidam em virtude das assimetrias existentes neste campo de negócios. Assim,

para Dantas, Kertsnetzky e Prochnik (2013, p. 21) uma cadeia produtiva refere-se a “[...] um conjunto de etapas consecutivas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos. Esta definição abrangente permite incorporar diversas formas de cadeias [...]”.

Uma pirâmide retrata bem as desigualdades de inserção dos diferentes agentes na cadeia produtiva de reciclagem. Conforme descrito por Demajorovic e Lima (2013), a base é composta pelos catadores autônomos que realizam a coleta dos materiais nas ruas e domicílios, que, por sua vez, os comercializam para as organizações intermediárias. Os referidos autores explicitam que tais organizações “[...] são aquelas que realizam atividade de prensagem, trituração, armazenamento e transporte [...]” (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013, p. 56). Os autores apontam ainda a subdivisão dessas organizações intermediárias em três níveis:

[...] No primeiro nível [...], encontram-se desde cooperativas a pequenos sucateiros, que, muitas vezes, trabalham na informalidade. Estes recebem ou compram seus materiais de catadores e os vendem para os níveis intermediários superiores [...]. No segundo nível, aparecem as organizações com maior capacidade de processamento de material e estocagem, que vendem tanto para outros intermediários como para mais de uma empresa recicladora [...]. Já no terceiro nível encontram-se os grandes sucateiros e aparistas² [...]. (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013, p. 56-57).

E, no último nível da pirâmide, encontram-se as empresas recicladoras, que são responsáveis pela transformação dos materiais recicláveis e pela comercialização dos mesmos, diretamente para a indústria. No que diz respeito ao papel do catador nessa cadeia, Gonçalves (2012, p. 41) afirma que “[...] Se o catador não catar lixo diariamente, ele não come, essa é a realidade da grande maioria [...]”. Demajorovic e Lima (2013, p. 58) destacam ainda que os catadores “[...] vendem o produto de sua coleta sem nenhum poder de barganha”. Um aspecto contraditório assinalado pelos autores citados, é que, apesar de receberem o

2 Como explicitado por Demajorovic e Lima (2013, p. 57), “aparistas são aqueles que trabalham com aparas de papel”.

menor valor na cadeia produtiva de reciclagem, são responsáveis pela maior quantidade de resíduos coletados e enviados para a reciclagem.

Em relação ao montante de catadores existentes no país, estimativas resultantes do cadastro do Programa Bolsa Família, do Ministério do Desenvolvimento Social, apontam a existência de "[...] mais de 800 mil pessoas cadastradas como catadores [...]" (GONÇALVES, 2012, p. 41). Os vinculados a cooperativas, segundo Gonçalves (2012, p. 41) são "[...] cerca de 30 a 35 mil cooperativados no país, os quais já saíram daquele estágio de miséria para um estágio de pelo menos um salário mínimo [...]". No entanto, "grande parte das cooperativas ainda não conta com a estrutura necessária para comercializar diretamente com a indústria, sendo obrigadas a vender para organizações intermediárias da cadeia, o que compromete seus ganhos [...]". (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013, p. 73).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (2013), com base nos dados do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, os catadores de materiais recicláveis totalizavam 387.910 pessoas no Brasil, que declararam que a coleta de materiais recicláveis era sua principal atividade econômica. Todavia, o Ipea (2013) argumenta que esse quantitativo poderia ser superior ao total registrado, pois muitos catadores e catadoras, por não possuir domicílios fixos, acabam não fazendo parte dos registros oficiais.

Segundo o Ipea (2013, p. 43), o Censo 2010 e a "[...] Pnad são pesquisas domiciliares e autodeclaratórias. Isso faz com que se percam muitas informações referentes às pessoas que exercem a atividade de coleta de material reciclável [...]".

O Ipea (2013) também destaca a situação de "invisibilidade" social, resultante de quadros de preconceito e exclusão social, que levam os catadores a não declarar a atividade que exercem, assim como indica que podem existir aqueles casos em que o catador não tem na atividade de coleta de materiais sua principal fonte de renda e acaba não se declarando como catador.

Dentre as características demográficas relativas aos catadores destaca-se que a idade média é de 39,4 anos. "[...] Quase metade desses

trabalhadores em todo o país situa-se entre 30 e 49 anos [...]” (IPEA, 2013, p. 47). O “[...] sexo masculino é predominante entre as pessoas que exercem a atividade de coleta e reciclagem de resíduos sólidos no país. Os homens representam 68,9% do total, contra 31,1% das mulheres [...]” (IPEA, 2013, p. 48). O Ipea (2013, p. 48) explica que “[...] Algumas questões estão relacionadas com a variação observada, por exemplo, o fato de muitas mulheres exercerem outras atividades, como o cuidado do lar e da família [...]”.

Também se identificou no que tange às características de cor e raça, como indica o Ipea (2013, p. 49) que “[...] a participação de negras e negros representa 66,1% do total [...]”, destacando ainda que “[...] o percentual dessa parcela da população na atividade de catação é superior ao de negras e negros (pretas/os e pardas/os) na população brasileira total, que é de 52% [...]”. (IPEA, 2013, p. 49).

O indicador de escolaridade dos catadores mostra que estes trabalhadores possuem baixas taxas de escolaridade. Segundo o Ipea (2013), a maioria dos catadores no país, com 25 anos ou mais, não tinha o ensino médio completo, o equivalente à taxa média de 11,4%. Por sua vez, a taxa média de analfabetismo dos catadores no país foi de 20,5%. Como apontado pelo Ipea (2013, p. 59), “[...] O analfabetismo é considerado um grave problema social, uma vez que a pessoa analfabeta sofre grande limitação de oportunidades profissionais e de inclusão social, com forte impacto negativo na sua qualidade de vida e de sua família”.

Outro aspecto da realidade socioeconômica dos catadores destacado pelo Ipea (2013) revela o alto índice de informalidade na atividade que os catadores realizam, pois “[...] apenas 38,6% apresentam alguma relação contratual de trabalho, seja por meio da Carteira de Trabalho por Tempo de Serviço, seja pelo Regime Único do Funcionalismo Público [...]” (IPEA, 2013, p. 51). Além disso, os catadores tinham um rendimento médio de R\$ 571,56 no país, valor um pouco superior ao salário vigente no contexto do levantamento, que era de R\$ 510,00, de acordo com o Ipea (2013), isto sem levar em conta as disparidades salariais no que tange às diferenças de gênero e raça. Desse modo “[...] a renda média dos homens que atuam como catador, chega a R\$ 611,10, enquanto que, entre as mulheres catadoras, a média é de R\$ 460,54 [...]” (IPEA, 2013, p. 54). Por sua vez, “[...] os

catadores de cor branca recebem em média R\$ 642,98, que representa 22% a mais que a média dos catadores negros (pretos e pardos [...]). (IPEA, 2013, p. 54).

Portanto, os aspectos como baixos indicadores de escolaridade, de renda, bem como o predomínio da informalidade na atividade de coleta de materiais recicláveis, dentre outros, configuram-se como fatores que ajudam a explicar a forma de inserção destes trabalhadores na cadeia de reciclagem. E, como sublinhado pelo Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), “[...], hoje, esse é o retrato da cadeia produtiva no Brasil, da qual os catadores são agentes principais, mas também os que menos se beneficiam dela”. (MNCR, 2012, p. 423).

Panorama da reciclagem no Brasil e a participação dos catadores de materiais recicláveis

O total de resíduos gerados no país, no ano de 2015, correspondeu a 218.874 t/dia, de acordo com a Abrelpe (2015), e a quantidade de resíduos coletados equivaleu a 198.750 t/dia. Desse montante, 116.631 t/dia de resíduos foram destinados diariamente a aterros sanitários, o correspondente a 58,7% do total de resíduos coletados, e o restante acabou sendo encaminhado para aterros controlados e lixões, que, de acordo com a Abrelpe (2015, p. 18), “[...] não possuem o conjunto de sistemas e medidas necessários para proteção do meio ambiente contra danos e degradações”.

Isso demonstra que uma parcela significativa dos resíduos sólidos gerada diariamente no país está deixando de ser reaproveitada ou reciclada. Sendo assim, é fundamental a reflexão acerca da perspectiva de mercado dos resíduos, os quais passam a ser encarados como negócio. Por isso, a preocupação principal deixa de ser a diminuição de sua geração, e passa a atrelar-se principalmente com a sua separação com vistas à atividade de reciclagem. É neste sentido que Rolnik (2012, p. 19) aponta que “[...] Tal situação ajuda a explicar, em parte, porque não entram em pauta temas tão importantes como a redução da quantidade de resíduos, a reciclagem, a diminuição do consumo e a redução da produção de mercadorias [...]”.

A autora salienta ainda quanto aos catadores que “[...] nós teríamos condições claramente de incorporar muito mais este segmento vulnerável da população no ciclo da reciclagem e do reaproveitamento dos resíduos, mas não estamos fazendo isso [...]” (ROLNIK, 2012, p. 19-20). Ainda para a autora citada, um dos grandes problemas da gestão dos resíduos sólidos no Brasil é devido à opção política adotada que prioriza o “negócio do lixo” e, desse modo, aponta a necessidade de se efetivar a inclusão dos catadores de materiais recicláveis na gestão dos resíduos sólidos. Rolnik (2012) discute também o modo como a inserção desprivilegiada dos catadores no mercado de reciclagem relaciona-se dentre outros aspectos, com a organização da coleta seletiva dos resíduos sólidos, que, de acordo com a PNRS, art. 3º, inciso V, consiste “[...] na coleta dos resíduos previamente segregados conforme sua constituição ou composição [...]” (BRASIL, 2010). A PNRS prevê que seja privilegiada a participação dos catadores nos serviços de coleta seletiva, o que poderia favorecer melhorias na forma de organização dos catadores, bem como mudanças nas relações subalternas destes com os outros segmentos da cadeia de reciclagem.

Como evidenciam Metello e Sant’Ana (2016, p. 29):

[...] os municípios devem priorizar a participação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis na coleta seletiva. Se, na Lei de Saneamento Básico, esta possibilidade foi aberta, com a PNRS, a contratação de catadores deveria ser priorizada [...].

Na análise acerca dos princípios traçados pela PNRS, chama a atenção, dentre outros aspectos, o que se encontra no art. 6º, inciso VIII, que diz respeito ao “[...] reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania [...]” (BRASIL, 2010). Observa-se que a PNRS busca integrar os catadores de materiais recicláveis na gestão dos RSU e, conseqüentemente, contribuir para alterar as condições desfavoráveis nas quais se encontram a cadeia da reciclagem. Infelizmente, percebemos que a participação dos catadores vem sendo muito lentamente incorporada à gestão de resíduos sólidos, e que diversos aspectos têm sido colocados em pauta na discussão acerca do papel do Estado para o fortalecimento das cooperativas e/ou associa-

ções, bem como na construção de novas possibilidades de atuação destas na cadeia da reciclagem.

Neste contexto, tem-se a questão da construção de parcerias com o poder público como possibilidade de garantir às “[...] cooperativas a cessão de espaços e de equipamentos como caminhões [...]” (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013, p. 116). Os autores explicam que tais parcerias poderiam contribuir para a eliminação dos intermediários na venda dos materiais recicláveis. Segundo eles, as cooperativas apresentam a necessidade de ampliar o recebimento de materiais recicláveis e seu processamento. Neste sentido, as parcerias entre poder público e empresas privadas permitiriam o aumento da capacidade de geração de trabalho e renda. Ao mesmo tempo, os autores destacam que as cooperativas possuem o desafio de buscar uma maior qualificação para atuarem, por exemplo, diretamente, como fornecedoras das empresas e indústrias, o que promoveria relações mais justas na cadeia de reciclagem.

Ribeiro et al. (2009) apud Demajorovic e Lima (2013, p. 76), indicam que “a ausência de remuneração dos serviços das cooperativas não permite que elas tenham capital de giro, dificultando sua adequação tecnológica com equipamentos e caminhões [...]”. Como consequência, os autores mostram que as cooperativas ficam impedidas de realizar o processamento de quantidades mais elevadas de resíduos e acabam não conseguindo dar conta das demandas das empresas e indústrias de reciclagem.

Neste cenário, a PNRS indica que “[...] os catadores podem receber pelos serviços prestados de preservação e recuperação dos resíduos recicláveis [...]. É necessário, porém, que haja vontade política e planejamento dos municípios” (MNCR, 2012, p. 426). Como indica o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis:

O pagamento por serviços prestados aos catadores é uma reivindicação histórica do MNCR e, ao longo dos anos, foi pautada e repetida constantemente de Norte a Sul do país [...]. Deixou de ser uma reivindicação utópica e longínqua para se tornar uma necessidade para o pleno funcionamento dos sistemas de coleta seletiva com inclusão dos catadores [...]. (MNCR, 2012, p. 426).

Nota-se que os catadores, via movimento organizado, lutam por questões centrais que perpassam os objetivos e princípios estabelecidos pela PNRS, que são mais diretamente voltados para a inclusão dos catadores. Mesmo existindo as limitações e obstáculos para se fazer cumprir os termos da lei, as possibilidades de mudança vão surgindo, à medida que experiências vão sendo multiplicadas, parcerias e trocas vão surgindo etc.

De acordo com Besen (2012), o cumprimento da PNRS levaria ao rompimento da lógica de gestão de resíduos em que predominam práticas voltadas para “[...] a coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos e construir sistemas de gestão [...] mais sustentáveis [...]” (p. 411). A autora também chama a atenção para a necessidade de se estruturar uma cadeia produtiva de reciclagem em que se possa apoiar e priorizar os catadores de materiais recicláveis que se encontram na base dessa cadeia.

Para tornar possível esta mudança na estrutura da cadeia de reciclagem, Besen (2012, p. 411) argumenta que “[...] são necessários investimentos sociais, no sentido de evitar condições precárias de trabalho e qualificar o serviço prestado por meio de capacitação permanente e remuneração justa”. Sendo assim, ao promover a transformação das condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis, estes poderão:

[...] ter maior poder de barganha com relação à comercialização de seu material coletado, uma vez que passam a negociar maiores quantidades de diferentes materiais. Além disso, o trabalho coletivo em cooperativas permite viabilizar o investimento em infraestrutura (como a construção de galpões) e maquinários (prensas, veículos) para melhorar as condições de trabalho, o que, individualmente, não seria possível [...]. (IPEA, 2013, p. 22).

Portanto, os investimentos voltados à promoção e fortalecimento do cooperativismo, a par de incentivo ao desenvolvimento do setor de reciclagem, são aspectos importantes para que se busquem mudanças principalmente na forma de destinação dos resíduos sólidos, pois no que diz respeito à atual situação da reciclagem realizada no país, pode-se apontar, de acordo com o Compromisso Empresarial para a Reciclagem

clagem (Cempre), que o total de materiais reciclados é considerado baixo – “[...] apenas 13% do total de resíduos urbanos gerados no Brasil são encaminhados para reciclagem [...]”. (IPEA, 2013, p. 11).

De outro modo, os desdobramentos do trabalho dos catadores são tão expressivos que estimativas apontam que estes “[...] são responsáveis pela coleta de 90% do que é reciclado no país, chegando a recolher individualmente 3t por mês de material reciclável [...]”. (GALON; MARZIALE, 2016, p. 170).

Em relação ao reaproveitamento de materiais, o alumínio e o papelão são destacados como aqueles que possuem os maiores índices, que, de acordo com o Ipea (2013), representam respectivamente, 77% e 94%. Os demais tipos de materiais, de acordo com Oliveira (2011) citado pelo Ipea (2013, p. 11), “[...] com um bom percentual, são: as latas de aço (47%), os papéis de escritório – papéis de carta, bloco de anotações, copiadoras, impressoras, folhetos – (43,7%) e embalagens longa vida (27%) [...]”.

Outro aspecto significativo refere-se ao montante de materiais reciclados que foram coletados seletivamente. De acordo com o Ipea (2013, p. 14), “[...] apenas 2,4% de todo o serviço de coleta de resíduos sólidos urbanos no Brasil são realizados de forma seletiva [...]”.

No que diz respeito ao alumínio, praticamente metade de seu total é encaminhado para a reciclagem, ou seja, 49,7 % são provenientes de serviços de coleta seletiva. E com a menor porcentagem de cobertura da coleta seletiva, encontra-se o vidro, que, além disso, é o resíduo menos reciclado no país, de acordo com o Ipea (2013). O vidro, por sua vez, possui baixo índice de reaproveitamento, devido “[...] à insuficiência de fábricas para seu processamento em relação à escala em que é feita a coleta, além de constituírem processos de transformação ainda muito onerosos”. (IPEA, 2013, p. 11).

Quanto ao potencial de reciclagem dos resíduos sólidos, o Brasil apresenta uma diversidade enorme em relação à taxa de reciclagem por tipo de material. O Ipea (2012), realizou estudo mostrando algumas tendências na geração de resíduos recicláveis no país, mostrando uma análise de cunho mais indicativo e de perfil qualitativo. Nesta perspectiva, o Ipea (2013) apresenta estimativas acerca do mercado de recicla-

gem dos produtos mais consumidos, bem como de suas respectivas taxas de reciclagem.³

O alcance do mercado de alumínio é, então, destacado, pois o consumo aparente deste material caracteriza-se por uma expressiva e contínua expansão, levando em consideração que 30% de seu consumo se dá através de embalagens. Além disso, “[...] entre as embalagens, as latas de alumínio são aquelas com mais destaque, principalmente no campo da reciclagem, e respondem por cerca de 60% de todas as embalagens de alumínio vendidas [...]”. (IPEA, 2013, p. 12).

Por sua vez, a evolução do consumo aparente do aço no Brasil, conforme indicado pelo Ipea (2013), se caracteriza por um crescimento significativo. No entanto, diferentemente do alumínio, o consumo por meio de embalagens é bem menor, “[...] uma vez que responde por apenas 4% do consumo aparente do material [...]”. (IPEA, 2013, p. 13).

O estudo realizado pelo Ipea (2013) sobre o consumo aparente do papel/papelão revela que os produtos produzidos com estes materiais, como jornais, revistas, dentre outros, apresentam uma característica muito diferente dos demais que é a sua curta vida útil e, conseqüentemente, rápido descarte dos mesmos. Nesse sentido, segundo o Ipea (2013, p. 13), “[...] Os dados apresentados mostram a importância das embalagens para o setor de papel/papelão, uma vez que elas representam quase 50% do consumo aparente destes [...]”.

Já a estimativa realizada acerca da geração de resíduos de plástico, de acordo com o Ipea (2013), apresenta uma característica peculiar, e considerada complexa, devido à existência de uma enorme variedade de tipos de plásticos. Dessa maneira, “[...] esta complexidade se torna um dos principais desafios para a recuperação do plástico, uma vez que a reciclagem de resíduos plásticos misturados somente é usada para a fabricação de produtos de menor valor [...]”. (IPEA, 2013, p. 14).

Os dados referentes ao consumo de vidro, conforme aponta o Ipea (2013) mostram que na indústria desse segmento, as embalagens têm um peso expressivo, “[...] sendo responsáveis por cerca de 40% do

3 De acordo com o Ipea (2013, p. 12), “[...] o consumo aparente registra apenas o comércio internacional dos materiais enquanto produtos [...]”. Com isso, os dados não incluem “[...] a exportação e a importação de papelão, plástico, metais e alumínio na forma de embalagem de produtos, [...]”. (p. 12).

consumo deste material [...]” (p. 14). Ao fazer essas considerações o, Ipea (2013) menciona a necessidade de se levar em conta as possibilidades apontadas para que se possa instituir um programa ou política de logística reversa e responsabilidade compartilhada desse segmento específico de resíduos sólidos.

Para a PNRS, em seu capítulo II, art. 3º, inciso XII, a logística reversa é definida como:

[...] instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada [...]. (BRASIL, 2010).

Desta maneira, é importante a reflexão acerca de programas voltados para o reaproveitamento e reciclagem dos resíduos sólidos, buscando compreender as dinâmicas específicas do setor de reciclagem, a fim de se ter condições de efetuar intervenções necessárias. E diante desse contexto, é imprescindível a análise acerca das formas de atuação dos catadores no processo de reciclagem no Brasil, levando-se em conta o reconhecimento do trabalho que realizam e a necessidade de valorizá-lo, como já referido em outro momento.

Atuação dos catadores na cadeia produtiva de reciclagem de resíduos sólidos: possibilidades e desafios

Gonçalves (2012) problematiza o papel do poder público em investimentos no setor de reciclagem, destacando que “[...] A Lei prevê que a indústria que comprar resíduos de catadores organizados em cooperativas poderá ter [...] um desconto no IPI de até 50%, o que não é pouca coisa, sendo um grande indutor para compra de resíduos. (GONÇALVES, 2012, p. 46).

Uma questão fundamental que revela a necessidade de fomentar ações em prol de uma maior atuação dos catadores na cadeia produtiva de reciclagem é a forma como se dá a organização da coleta seletiva. Esta consiste num passo prioritário para a expansão da reciclagem, e a inserção dos catadores nestes programas geraria aumento da produtividade bem como aumento na geração de renda.

De acordo com o Cempre Review (2015, p. 26), "[...] O apoio às cooperativas de catadores para aumento da capacidade de triagem em diferentes regiões do Brasil e a instalação de PEVs são apenas duas frentes de ação das empresas [...]". Além da parceria das empresas com as cooperativas de catadores, cabe lembrar o papel da gestão pública municipal no incentivo à formação de cooperativas, para expansão das atividades de reciclagem e de propiciar a inclusão social, ao mesmo tempo. Como indica a PNRS, em seu cap. 5, seção II, art. 42:

O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de: [...] III – implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda [...]. (BRASIL, 2010).

E acrescentando ainda que a atuação dos catadores é imprescindível, principalmente atuando em cooperativas, pois as empresas e o poder público não conseguiriam alcançar as metas colocadas para aumento da reciclagem em todo o país, sem a enorme contribuição desses trabalhadores no processo de coleta e de separação dos resíduos.

Outro desafio apontado por Metello e Sant'Ana (2016) refere-se à necessidade de os gestores públicos pagarem pelo serviço de coleta seletiva realizado pelos catadores. "[...] Como o valor da tonelada de material catado é baixo, o pagamento pelo serviço de coleta significa um ganho de renda expressivo por parte dos catadores [...]" (METELLO; SANT'ANA, 2016, p. 35). Na opinião dos autores, isso garantiria outras possibilidades para que os catadores pudessem ser afetados positivamente.

Como efeitos positivos, os autores elencados apontam, que "[...] a contratação formal e o aumento da renda da cooperativa geram [...] um incentivo para a estabilização jurídica, contábil e financeira [...]" (METELLO; SANT'ANA, 2016, p. 35). Também acaba impactando na necessidade de se ter um planejamento expandido em virtude das demandas maiores (METELLO; SANT'ANA, 2016). Consequentemente, isso "[...] permite que as cooperativas troquem um cenário de instabilidade constante por um no qual novas modalidades de investimento e de crédito podem começar a fazer parte do universo dos cooperados [...]". (p. 35).

Metello e Sant’Ana (2016, p. 35) defendem que “[...] reciclar ao invés de descartar [...] tem custado menos ao poder público do que se gasta no serviço de coleta de resíduos sólidos tradicional, por meio de grandes empresas de coleta de lixo”. De igual modo, os autores discutem sobre os custos assumidos pelo governo em virtude de uma forma de gestão que não prioriza investimentos na expansão da atividade de reciclagem, levando-se em consideração que “O estímulo à ampliação do parque industrial destinado à reciclagem no Brasil é um outro grande desafio para a promoção de mudanças estruturais para as cooperativas de catadores [...]”. (METELLO; SANT’ANA, 2016, p. 39).

Deste modo, a concentração regional do parque industrial de reciclagem no país é um dos desafios a ser enfrentados, pois novos investimentos são necessários, para que haja redução dos custos de transportes, uma vez que, em grande parte, as indústrias recicladoras encontram-se distantes das fontes de coleta e comércio de materiais recicláveis.

Além da questão de logística e gastos com transporte, o incremento da indústria da reciclagem e aumento de ganhos por parte das cooperativas de catadores devem voltar atenção especial à reciclagem de materiais eletrônicos, pois é vital estruturar ações num setor de reciclagem que cresce rapidamente e que gera possibilidades de ganhos ainda maiores. É, nesse sentido, que Metello e Sant’Ana (2016, p. 41) consideram que “[...] políticas públicas voltadas para os catadores considerem seriamente a estruturação das cooperativas em torno da reciclagem dos resíduos eletrônicos [...]”. Os autores explicam que esta atividade tem condição de gerar uma renda bem maior quando comparada com outras.

Através dos delineamentos realizados, percebe-se que estas são as linhas de frente para que se possa atuar, para expandir os investimentos na inclusão privilegiada dos catadores na cadeia de reciclagem. Da mesma forma, deve haver parcerias entre os diversos agentes públicos, privados, setor produtivo, dentre outros, no intuito de oferecer condições de se efetivar novas possibilidades de atuação destes atores no comércio de materiais recicláveis, que sejam econômica e socialmente vantajosas para aqueles que vivem desta atividade.

Considerações finais

A análise da função do catador de materiais recicláveis na gestão dos RSU no país, mais especificamente, a forma de atuação desses sujeitos na cadeia de reciclagem, mostra um enorme descompasso entre as práticas vivenciadas por tais atores e os princípios e objetivos estabelecidos pelo mais recente marco jurídico relativo à gestão dos resíduos sólidos urbanos, que é a Lei nº 12.305/2010.

Como foi mostrado, a PNRS prevê a expansão da atividade de reciclagem e que esta seja realizada com a inclusão dos catadores de materiais recicláveis, como segmentos determinantes e centrais nesse processo. O incremento do setor se faz necessário, pois conforme já apontado pelo Ipea (2013, p. 11), "[...] apenas 13% do total de resíduos urbanos gerados no Brasil são encaminhados para reciclagem [...]".

Outro aspecto discutido diz respeito à economia e geração de renda trazida com a atividade de reciclagem, sendo que reciclar os RSU custa bem menos que encaminhá-los para aterros sanitários. (METELLO; SANT'ANA, 2016).

Também foi frisado sobre a participação dos catadores quanto à coleta de materiais encaminhados para reciclagem. Nessa perspectiva, Galon e Marziale (2016) mostram que os catadores de materiais recicláveis são responsáveis pela coleta de 90% do total de RSU reciclados no Brasil.

Um dos principais desafios mostrados é que a maioria dos catadores atua informalmente no mercado de reciclagem, bem como as organizações coletivas de catadores são constituídas apenas por cerca de 30 a 35 mil catadores. (GONÇALVES, 2012).

Do ponto de vista da gestão pública, existem diversos instrumentos jurídicos trazidos pela PNRS, que dão suporte e apontam novas direções para se investir na expansão de associações e cooperativas de catadores. Por outro lado, os gastos públicos com os serviços de saneamento são altíssimos, o que contribui enormemente e de forma concomitante para a manutenção dos catadores na informalidade, o que se configura como um paradoxo, pois se gasta muito mais com a coleta e destinação dos resíduos em aterros sanitários e muito pouco com investimentos na criação de novos empreendimentos de catadores bem

como na inserção destes que são os principais responsáveis pelo funcionamento da cadeia de reciclagem no país.

Sendo assim, dentre os desafios a ser enfrentados, como discutido, é necessário assumir o compromisso de se colocar em prática investimentos na infraestrutura da indústria de reciclagem no país, que pode ser buscada, por exemplo, a partir da aquisição de novos equipamentos e instalações, melhorias nas condições de trabalho dos catadores, e incremento nas negociações com empresas do setor etc. A atuação das organizações coletivas de catadores é fundamental na expansão de novos negócios que tenham como estruturação a coleta seletiva de materiais recicláveis.

**Artigo submetido em 27/05/2017 e aceito
para publicação em 07/12/2017**

Referências

ABRELPE. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. 2015. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2015.pdf>>. Acesso em: 04/2017.

BESEN, Gina Rizpah. A questão da coleta seletiva formal. In: JARDIM, A.; YOSHIDA, C.; FILHO, J. V. M. **Política nacional, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos**. Barueri, SP: Manole, 2012. (Coleção Ambiental).

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**. [recurso eletrônico]. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 73 p. (Série Legislação. n. 81). Disponível em: <http://fd.com.br/catadores/pdf/politica_residuos_solidos.pdf>. Acesso em: 07/02/2017.

CEMPRE REVIEW 2015. **Compromisso empresarial para reciclagem**. Disponível em: <<http://cempre.org.br/busca/cempre%20review>>. Acesso em: 09/2016.

DANTAS, Alexis; KERTSNETZKY, Jacques; PROCHNIK, Victor. Cap. 2: Empresa, indústria e mercados. In: HASENCLEVER L.; KUPFER, D. J. (Org.). **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2. ed. 2013. Disponível em: <http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB3_2013-2/Modulo_2/Introducao_Economia_Empresas/material_didatico/Material_complementar/Texto%20complementar%203%20-%20empresas%2C%20industrias%20e%20mercado.pdf>. Acesso em: 09/2017.

DEMAJOROVIC, Jacques; LIMA, Márcia. **Cadeia de reciclagem**: um olhar para os catadores. São Paulo: Senac; Sesc, 2013.

GALLON, T.; MARZIALE, M. H. P. Condições de trabalho e saúde de catadores de materiais recicláveis na América latina: uma revisão de escopo. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Org.). **Catadores de materiais recicláveis**. Um encontro nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

GONÇALVES, Sérgio Antônio. A Política Nacional de Resíduos Sólidos: alguns apontamentos sobre a Lei nº 12.305/2010. In: SANTOS, Maria Cecília L. dos.; DIAS, Sylmara Lopes F. Gonçalves (Org.). **Resíduos Sólidos Urbanos e seus impactos socioambientais**. São Paulo: IEE-USP, 2012.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Diagnóstico dos Resíduos Sólidos Urbanos**. Relatório de pesquisa. Brasília, 2012.

_____. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**. 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf>. Acesso em: 13/02/2017.

LAYRARGUES, P. P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

METELLO, Daniela; SANT'ANA, Diogo de. Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanço e desafios. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

MNCR. Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Política Nacional de Resíduos e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. In: JARDIM, A.; YOSHIDA, C.; FILHO, J. V. M. **Política nacional, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos**. Barueri, SP: Manole, 2012. (Coleção Ambiental).

ROLNIK, Raquel. Resíduos Sólidos Urbanos: repensando suas dimensões. In: SANTOS, Maria Cecília L. dos.; DIAS, Sylmara Lopes F. Gonçalves (Org.). **Resíduos Sólidos Urbanos e seus impactos socioambientais**. São Paulo: IEE-USP, 2012.

Implicações da regulação pós-burocrática
para o trabalho docente no Distrito
Federal no âmbito do Pacto Nacional pela
Alfabetização na Idade Certa (2013-2015) /
*Implications of post-bureaucratic regulation
to the teaching work in the Federal District
under the National Pact for Literacy at the
Right Age (2013-2015)*

ANA PAULA DE MATOS OLIVEIRA ROCHA

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (Doutorado)

Data da Defesa: 04/12/2017

Orientadora: Silvia Cristina Yannoulas

Palavras-chave: política social; PNAIC; regulação pós-burocrática; trabalho docente.

Keywords: social policy; Pnaic; post-bureaucratic regulation; teaching work.

A presente tese teve como objeto de investigação o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), compreendido enquanto um programa da política educacional brasileira, decorrente do conjunto das ações empreendidas no âmbito da contrarreforma estatal empreendida no país desde os anos 1990. O seu objetivo geral foi o de analisar como o PNAIC, instituído pelo governo federal em 2012, constituiu-se como dispositivo do modelo de regulação pós-burocrático da educação e suas implicações para o trabalho docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Considerando o objeto de estudo como parte constitutiva do contexto social mais amplo, o qual envolve a produção e reprodução da vida material, elegeu-se como método de

investigação o materialismo histórico-dialético. A abordagem de pesquisa predominante foi a qualitativa, recorrendo-se à análise documental, bibliográfica, entrevistas semi-estruturadas e aplicação de questionários para obtenção de dados junto aos sujeitos que possibilitam a concretização do PNAIC. As entrevistas foram realizadas junto aos seguintes sujeitos: gestores do Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os quais atuam na gestão nacional do PNAIC; gestores do nível central da SEEDF, responsáveis pela coordenação e planejamento dos trabalhos referentes aos anos iniciais do Ensino Fundamental e às avaliações de desempenho; docentes que atuavam no nível intermediário da SEEDF, como Orientadoras de Estudo do PNAIC; e a coordenação da Coordenação de Formação Continuada de Professores (CFORM), no âmbito da Universidade de Brasília (UnB). O questionário, contendo questões abertas e fechadas elaboradas utilizando uma escala de cinco pontos do tipo *likert*, foi aplicado a 273 docentes participantes do curso de formação de professoras alfabetizadoras no âmbito do PNAIC, de quatro Coordenações Regionais de Ensino da SEEDF. Para a sistematização dos dados coletados utilizou-se os *softwares* de análise de dados *Web Qualitative Data Analysis* (WebQDA) e o *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS). Os dados foram tratados na perspectiva da análise de conteúdo, com vista a discutir cinco objetivos específicos: analisar a percepção do governo federal sobre os propósitos do PNAIC e a vinculação entre formação e a avaliação externa; verificar como a SEEDF tem implementado e monitorado o PNAIC; identificar qual o papel da UnB, via CFORM, como agência formadora parceira; examinar a percepção das gestoras e professoras da SEEDF sobre o PNAIC; e verificar como as ações promovidas no PNAIC interferem no trabalho docente, das professoras alfabetizadoras da SEEDF. Os resultados revelam que o PNAIC é um dos dispositivos da regulação pós-burocrática empreendidos na educação, com o propósito de reorganizar, controlar e responsabilizar diretamente o trabalho docente pelos resultados de qualidade impostos pelo governo. O arranjo institucional do PNAIC, pauta-se na gestão gerencial e consolida na rede de ensino a gestão por resultados. Para este propósito, articula gestão, materiais didáticos, formação docente e avaliação externa, de maneira a enquadrar o trabalho docente à lógica mercadológica, da competitividade e produtividade de metas de qualidade. Com a ênfase nos resulta-

dos o governo, explora subjetivamente as docentes, as pressionando, responsabilizando e constringendo diante dos resultados de qualidade alcançados. Assim, o trabalho docente é massificado e desqualificado, reduzido aos aspectos da racionalidade instrumental do saber fazer, o que o distancia de seu fim. Dessa forma, incrementa-se, as bases que viabilizarão a implementação do quase-mercado na educação.

The research object of this thesis is the Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa [National Pact for Literacy at the Right Age] (PNAIC), which is understood as a program of the Brazilian educational policy, derived from the set of actions carried out in the context of the State counter-reformation that has been implemented in the country since the 1990s. The general purpose of this thesis was to analyze how PNAIC, instituted by the federal government in 2012, is constituted as an instrument of the education post-bureaucratic regulation model and its implications to the teaching work in the first grades of elementary school, within the purview of the Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal [Federal District Department of Education] (SEEDF). Considering the study object as a constitutive part of a broader social context, which involves production and reproduction of the material life, historical-dialectical materialism was chosen as the research method. The qualitative approach was the prevailing research approach, with the use of documental and bibliographical analysis, semi-structured interviews, and questionnaires to collect data from the subjects that enable the materialization of PNAIC. The interviews were carried out with the following subjects: managers from the Ministry of Education (MEC) and Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [National Institute for Educational Studies and Researches Anísio Teixeira] (INEP), who work in the national management of PNAIC; central-level managers of SEEDF, in charge of the coordination and planning of works regarding the first grades of elementary school and performance evaluations; teachers working in the intermediate level of SEEDF as Study Counselors of PNAIC; and coordinators of Coordenação de Formação Continuada de Professores [Continuous Teacher Training Coordination] (CFORM), within the scope of Universidade de Brasília [University of Brasília] (UnB). The questionnaire, which contained open and closed questions based on a five-point Likert scale, was applied to 273 teachers who took the literacy teacher training course within the scope of PNAIC, from four Regional Teaching Coordination Offices of SEEDF. Data analysis software programs Web Qualitative Data Analysis (WebQDA) and Statistical Package for Social

Sciences (SPSS) were used to systematize the collected data. These data were handled according to the content analysis perspective, in order to discuss five specific objectives: to analyze the federal government perception of PNAIC purposes and how the training is connected with external evaluations; to check how SEEDF has been implementing and monitoring PNAIC; to identify the role of UnB, through CFORM, as a partner training agency; to examine SEEDF managers and teachers' perception of PNAIC; and to verify how actions taken under PNAIC interfere with the work of literacy teachers of SEEDF. The results reveal that PNAIC is one of the post-bureaucratic regulation instruments employed in education, with the purpose of reorganizing, controlling and directly holding the teaching work accountable for quality results imposed by the government. The institutional arrangement of PNAIC is based on managerial administration, and it consolidates result-based management in the education network. To this end, it coordinates management, didactic materials, teacher training and external evaluation to accommodate the teaching work to the logic of marketing, competitiveness and productivity related to quality goals. By focusing on results, the government subjectively exploits teachers, pressuring, constraining and making them accountable for the quality results obtained. Thus, the teaching work is disqualified and massified, being reduced to the instrumental rationality aspects of know-how, which pulls it away from its purpose. Consequently, the foundations that will enable the implementation of the quasi-market in education are strengthened.

As faces social e penal do Estado para o capital / *The social and penal faces of the State for capital*

JULIANA MEDEIROS PAIVA

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (Doutorado)

Data da Defesa: 13/12/2017

Nome do Orientador: Evilásio da Silva Salvador

Palavras-chave: Estado Social; Estado Penal; Política de Assistência Social; Política Prisional; Fundo Público.

Keywords: Welfare State; Penal State; The social welfare policy; The prison policy; Public Fund.

Palabras clave: Estado Social; Estado Penal; Política del Asistencia Social; Política prisional; Fondo Público.

A tese tem como objetivo analisar nas faces penal e social do Estado brasileiro. Para tanto, este estudo centrou-se na análise o uso do fundo público, por meio dos gastos públicos realizados em âmbito federal e do estado de Minas Gerais, nas políticas de assistência social e política prisional, como representantes das faces social e penal do Estado, no período entre 2007 a 2015. Em âmbito nacional foram analisados dados acerca das privatizações e terceirizações ocorridas no âmbito da execução das políticas, o perfil do público-alvo de ambas as faces do Estado, bem como as estratégias de ativação para o trabalho. Em âmbito estadual, além da direção dos gastos públicos, foram analisadas as experiências de privatização do sistema prisional em duas diferentes modalidades, sendo a primeira representada pela privatização de estabelecimentos prisionais por meio de Parceria Público-Privada (PPPs), onde o estado remunera o setor privado para a construção e gestão de todos os serviços prisionais; e a outra representada pela delegação da gestão de estabelecimentos prisionais à entidades sem fins lucrativos, remuneradas pelo estado por meio de Subvenções Sociais. Apesar do incremento nos gastos públicos observados tanto na política prisional quanto na política de assistência social, o modelo federativo dificulta a análise mais apropriada, uma vez que os estados são responsáveis pela maior parte do financiamento política prisional, enquanto o governo federal e os municípios são os principais responsáveis pelo financiamento da assistência social. Tal fato se mostrou como uma limitação metodológica que impossibilita afirmar que e o Estado brasileiro tenha privilegiado a face penal em detrimento da social, especialmente, no que se refere aos gastos públicos. Porém se analisarmos apenas o custo per capita em um estabelecimento prisional, comparativamente aos valores de parâmetro custeados pelo Estado em um serviço de acolhimento institucional, por exemplo, é possível perceber a opção político-ideológico em privilegiar o aparato penal. A despeito das limitações impostas pela metodologia utilizada, o conjunto de dados levantados no estudo apontam para um processo de mercantilização, privatização, seja por meio de PPPs, parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou por meio de terceirizações das

atividades-meio, bem como a desregulamentação e precarização do trabalho de profissionais, além da influência workfare nas práticas de ativação ou uso do trabalho do precariado. Este processo ocorre tanto na política de assistência social quanto na política prisional, reforçando a tese de que não há substituição do social pelo penal, e sim, que se ambos constituem-se como faces de um mesmo Estado e que neste sentido, se configuram como estratégias utilizadas para garantir a manutenção e reprodução do capital.

The thesis aims to analyze the criminal and social aspects of the Brazilian State. In order to do so, this study focused on the analysis of the use of public funds, through public expenditures carried out at the federal and Minas Gerais levels, in social assistance policies and prison politics, as representatives of the social and criminal aspects of the State, in the period between 2007 and 2015. At the national level, data on privatizations and outsourcing that occurred within the scope of policy implementation, the profile of the target public on both sides of the state, as well as the activation strategies for the work, was analyzed. At the state level, in addition to the direction of public spending, the experiences of privatization of the prison system in two different modalities were analyzed, the first being represented by the privatization of prisons through Public-Private Partnership (PPPs), where the state pays the private sector for the construction and management of all prison services; and the other represented by the delegation of management of prisons to non-profit entities, remunerated by the state through Social Subsidies. Despite the increase in public spending observed both in prison policy and in social assistance policy, the federative model hampers the more appropriate analysis, since states are responsible for most of the political prison financing, while the federal government and municipalities are mainly responsible for the financing of social assistance. This fact has proved to be a methodological limitation that makes it impossible to affirm that the Brazilian State has privileged the criminal face to the detriment of the social, especially with regard to public expenditure. However, if we analyze only the per capita cost in a prison, compared to the parameter values paid by the State in an institutional reception service, for example, it is possible to perceive the political-ideological option in privileging the penal apparatus. In spite of the limitations imposed by the methodology used, the data collected in the study point to a process of commodification, privatization, whether through PPPs, partnerships with non-profit entities, or through outsourcing of the middle activities, as well as

the deregulation and precariousness of the work of professionals, besides the workfare influence in the practices of activation or use of the work of the precariat. This process occurs both in social assistance policy and in prison policy, reinforcing the thesis that there is no substitution of the social for the criminal, but rather that if both constitute the faces of the same State and that in this sense, they are configured as strategies used to ensure the maintenance and reproduction of capital.

La tesis tiene como objetivo analizar los aspectos penal y social del Estado brasileño. Para tanto, este estudio se centró en el análisis del uso del fondo público, por medio de los gastos públicos realizados en ámbito federal y del estado de Minas Gerais, en las políticas de asistencia social y política prisional, como representantes de los aspectos social y penal del Estado, en el período entre 2007 y 2015. En el ámbito nacional se analizaron datos sobre las privatizaciones y tercerizaciones realizadas en el marco de la ejecución de las políticas, el perfil del público objetivo de ambos aspectos del Estado, así como las estrategias de activación para el trabajo. En el ámbito estadual, además de la dirección de los gastos públicos, se analizaron las experiencias de privatización del sistema penitenciario en dos diferentes modalidades, siendo la primera representada por la privatización de establecimientos penitenciarios por medio de la Asociación Público-Privada (PPPs), donde el estado remunera el sector privado para la construcción y gestión de todos los servicios penitenciarios; y la otra representada por la delegación de la gestión de establecimientos penitentes a las entidades sin fines de lucro, remuneradas por el estado por medio de Subvenciones Sociales. A pesar del incremento en los gastos públicos observados tanto en la política prisional como en la política de asistencia social, el modelo federativo dificulta el análisis más apropiado, ya que los estados son responsables de la mayor parte del financiamiento político prisional, mientras que el gobierno federal y los municipios son, los principales responsables de la financiación de la asistencia social. Este hecho se mostró como una limitación metodológica que imposibilita afirmar que el Estado brasileño haya privilegiado el enfoque penal en detrimento de la social, especialmente en lo que se refiere al gasto público. Pero si analizamos sólo el costo per cápita en un establecimiento penitenciario, en comparación con los valores de parámetro financiados por el Estado en un servicio de acogida institucional, por ejemplo, es posible percibir la opción político-ideológica en privilegiar el aparato penal. En cuanto a las limitaciones impuestas por la metodología utilizada, el conjunto de datos planteados en el

estudio apunta a un proceso de mercantilización, privatización, ya sea por medio de PPPs, alianzas con entidades sin fines de lucro, o por medio de tercerización de las actividades-medio, así como la desregulación y precarización del trabajo de profesionales, además de la influencia workfare en las prácticas de activación o uso del trabajo del precariado. Este proceso ocurre tanto en la política de asistencia social como en la política prisional, reforzando la tesis de que no hay sustitución de lo social por el penal, sino que si ambos se constituyen como caras de un mismo Estado y que en este sentido se configuran como estrategias utilizadas para garantizar el mantenimiento y la reproducción del capital.

O (não)direito ao esporte e lazer e a mercantilização do futebol: copa para quem?
 / *The (no)right to sport and leisure and the commodification of soccer: who's cup? / El (no) derecho al deporte y ocio y la mercantilización del fútbol: ¿copa para quién?*

PEDRO OSMAR FLORES DE NORONHA FIGUEIREDO

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (Doutorado)

Data da Defesa: 29/09/2017

Orientadora: Ivanete Salete Boschetti

Palavras-chave: direito; mercadoria; futebol; copa; esporte e lazer.

Keywords: right; merchandise; soccer; cup; sport and leisure.

Palabras clave: derecho; mercancía; fútbol; copa; deporte y ocio.

Compreender e problematizar a (não) materialização do esporte e lazer como direito constitucional, na conjuntura da realização da Copa do Mundo FIFA 2014, foi o objetivo desse estudo. Ao saturar de determinações o objeto eleito, em sua totalidade, contradição e mediação, e tomar como referência para análise, os indicadores: i. “Configuração e abrangência do Programa Copa 2014; ii. As fontes, magnitude e direcionamento do financiamento e gasto da Copa; e iii. “Participação e

controle social democrático”, sempre aliadas à pesquisa bibliográfica e documental, chegou-se aos seguintes resultados e conclusões: A mediação entre “questão social” e “futebol” apresenta-se como chave interpretativa para compreender o Brasil e leva a reflexões sobre as contradições da tensão capital-trabalho, expressas enquanto direito e mercadoria. Apontando os limites do direito nos marcos do capitalismo, a criação do Ministério do Esporte, em um governo “democrático e popular” em 2003, gerou expectativas de avanço da garantia de direitos, logo quebradas na tomada da agenda pública pelos Megaeventos, reflexo da continuidade do neoliberalismo manifestado na política econômica em vigor. As Ações do Governo Brasileiro para a Copa 2014, expressam as opções políticas, reveladas nas ações estatais restritas, seletivas e focalizadas, com beneficiamento de pessoas jurídicas (isenções fiscais, privilégios aduaneiros, etc). A configuração da gestão e controle social democrático possuiu uma lógica empresarial de Governança, explicitando o público “jogando” a favor do privado. A ínfima participação do esporte e lazer na totalidade do fundo público compromete significativamente a sua garantia como direitos, e demonstra como o mercado financeiro disputa o fundo público para garantir as condições gerais de reprodução e o processo de acumulação, como exemplifica a Copa. À FIFA /COL ficaram com a coordenação política, e aos governos, o mero cumprimento de tarefas das garantias governamentais: uma total inversão de papéis. Os interesses comerciais deste comitê executivo da burguesia transformaram a Copa num *commodity* com atributo especial: a paixão pelo futebol. Na ânsia de ampliar as margens de lucro, ilegalidades e propinas deram desenho a um Padrão FIFA de corrupção, revelado em investigações e sentenças judiciárias. Operários, terceirizados e voluntários, à margem da festa, deram (à) vida ao grande espetáculo. Se sentir parte do evento, renovou sentimentos de amor à pátria, e à crença de um futuro melhor. Ao fim, foi um grande negócio apenas para o capital, que socializou os trabalhos e os custos e privatizou os lucros. Em 2013, um cenário de conflito resultou nas “Jornadas de Junho”, onde a Copa se destacou dentre os temas evidenciados no conjunto das reivindicações. O discurso de legitimação apontava benefícios econômicos no acréscimo do comércio, turismo e postos de trabalho. Benefícios sociais, com aceleração da regeneração urbana e melhoria dos bens e serviços e, ainda, benefícios esportivos. Apesar da festa, houve trabalho precário, remoções, corrupção e repressão às

manifestações. O que ficou depois do Jogo? Nem legados econômicos, nem sociais, nem esportivos. Ficou um legado às avessas. Menos direitos, menos democracia. Não parece que o esporte e lazer tomarão outro rumo e se efetivarão como direitos de fato.

To understand and to question the (non) concretization of sport and leisure as a constitutional right in the context of occurrence of the 2014 Fifa World Cup was the objective of this study. After saturating the elected object of determinations, in its totality, in its contradiction and mediation, and after taking as reference for analysis the following indicators: i. “Configuration and coverage of the 2014 Cup Program, ii. The sources, magnitude and direction of the Cup’s funding and expenses and iii. “Participation and democratic social control”, always united with bibliographic and documental research, the following results and conclusions ensued: The mediation between “social question” and “soccer” reveals itself as an interpretative key to understand Brazil and leads to reflections about the contradictions of the capital-work tension, expressed as right and merchandise. Pointing the limits of right in the marks of capitalism, the creation of Sport Ministry during a “democratic and popular” government in 2003 brought expectations of advance in right assurance, soon broken when the public agenda was filled by Mega-events, a reflex of the continuity of neoliberalism manifested in the current political economy. The Actions of Brazilian Government on the 2014 Cup express the political choices, revealed on the restricted state actions, selective and specific, entailing the favoring of legal entities (fiscal exemptions, customs privileges, etc). The management configuration and democratic social control had a business logic of governance, unveiling the public “playing” in favor of the private. The close participation of sport and leisure on the totality of the public fund compromises significantly its guarantee as rights, and demonstrates how the financial market disputes the public fund to ensure the general conditions of reproduction as well as the process of accumulation, which the Cup gives an example. To FIFA/COL was designated the political coordination, and to the governments the mere compliance with the tasks of governmental assurances: a total reversal of roles. The commercial interests of this executive committee of the bourgeoisie transformed the Cup into a commodity with a special attribute: the passion for soccer. In the eagerness of increasing the profits, illegalities and bribes outlined a FIFA Pattern of corruption, revealed on investigations and judiciary sentences. Workmen, outsourced staff and volunteers, outside the party, gave (the) life to the great spectacle.

To feel part of the event renewed feelings of love for homeland and the belief for a better future. At the end, it was a big deal only for the capital, which socialized the works and the costs, and privatized the profits. In 2013, a conflict scenario resulted on the “June Journeys”, where the Cup was detached among the highlighted themes inside the group of claims. The discourse of legitimization pointed economical benefits on the business growing, tourism and job opportunities. Social benefits, with acceleration of urban regeneration and improvement of goods and services and, still, sport benefits. Despite the party, precarious jobs, removals, corruption and repression to manifestations occurred. What lasted after the Game? Neither economical, social or sport legacies. It ended up being an upside down legacy. Lesser rights, lesser democracy. It does not seem that sport and leisure will take another course and become real rights.

Entender y cuestionar la (no) concretización del deporte y el ocio como derecho constitucional, en el contexto de la celebración de la Copa Mundial de la FIFA 2014, fue el objetivo de este estudio. Al saturar el objeto elegido de determinaciones, en su totalidad, contradicción y mediación, y tomar como referencia para el análisis, los indicadores: i. “Configuración y alcance del Programa Copa 2014, ii. Las fuentes, magnitud y dirección del financiamiento y gasto de la Copa y iii. “Participación y control social democrático”, siempre unidos a la investigación bibliográfica y documental, se llegó a los resultados y conclusiones: La mediación entre “cuestión social” y “fútbol” se revela como clave interpretativa para entender Brasil y lleva a reflexiones sobre las contradicciones de la tensión capital-trabajo, expresadas en cuanto derecho y mercancía. Señalando los límites de lo derecho en el capitalismo, la creación del Ministerio del Deporte, en un gobierno “democrático y popular” en 2003, trajo expectativas de avance de la garantía de derechos, que pronto se rompió en la toma de la agenda pública por los Megaeventos, un reflejo de la continuidad del neoliberalismo manifestado en la política económica en vigor. Las Acciones del Gobierno Brasileño para la Copa 2014, expresan las opciones políticas, reveladas en las acciones estatales restringidas, selectivas y focalizadas, con beneficiamiento de personas jurídicas (exenciones fiscales, privilegios aduaneros, etc.). La configuración de la gestión y control social democrático poseyó una lógica empresarial de Gobernanza, explicitando al público “jugando” a favor de lo privado. La estrecha participación del deporte y el ocio en el fondo público compromete su garantía como derechos, y demuestra cómo el mercado financiero disputa el fondo público para garantizar las

condiciones generales de reproducción y el proceso de acumulación, como ejemplifica la Copa. A la FIFA / COL se quedaron con la coordinación política, ya los gobiernos, el mero cumplimiento de tareas de las Garantías Gubernamentales: una total inversión de papeles. Los intereses comerciales de este comité ejecutivo de la burguesía transformaron la Copa en un commodity con atributo especial: la pasión por el fútbol. En el anhelo de ampliar los márgenes de beneficio, ilegalidades y propinas dieron el diseño a Patrón de Corrupción FIFA, revelado en investigaciones y sentencias judiciales. Obreros, tercerizados y voluntarios, al margen de la fiesta, dieron vida al gran espectáculo. Sentirse parte del evento, renovó sentimientos de amor a la patria, ya la creencia de un futuro mejor. Al final, fue un gran negocio sólo para el capital, que socializó los trabajos y los costos y privatizó los beneficios. En 2013, un escenario de conflicto resultó en las “Jornadas de Junio”, donde la Copa se destacó entre los temas evidenciados en el conjunto de las reivindicaciones. El discurso de legitimación apuntaba beneficios económicos, en el aumento del comercio, el turismo y los puestos de trabajo, beneficios sociales, con aceleración de la regeneración urbana y mejora de los bienes y servicios y, además, beneficios deportivos. A pesar de la fiesta, hubo trabajo precario, remociones, corrupción y represión a las manifestaciones. ¿Qué quedó después del juego? Ni legados económicos, sociales o deportivos. Se quedó un legado al revés. Menos derechos, menos democracia. No parece que el deporte y el ocio tomarán otro rumbo y se convertirán como derechos reales.

A condição da mulher na Previdência Social no Brasil / *The condition of women in social security in Brazil*

BRUNA ANGELA RODRIGUES

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (Mestrado)

Data da Defesa: 03/07/2017

Orientadora: Maria Lúcia Lopes da Silva

Palavras-chave: Previdência Social; política social; divisão sexual do trabalho; relações sociais de sexo.

Keywords: Social Security; social policy; sexual division of labor; social relations of sex.

Esta dissertação teve como objetivo analisar a condição da mulher na previdência social desde a instituição da Seguridade Social na Constituição Federal de 1988. A pesquisa se justifica pela necessidade de estudos referentes à condição da mulher na previdência social, especialmente em contexto de crise estrutural do capital que associada ao projeto político neoliberal aprofundam as desigualdades sociais já existentes, nesse caso, especialmente, as desigualdades existentes entre os sexos em decorrência dos sistemas de exploração-dominação racistas, patriarcais e capitalistas que oprimem as mulheres e refletem no acesso delas à previdência social. Para tanto, foi realizada revisão bibliográfica sobre a divisão sexual do trabalho associada a situação das mulheres no mundo do trabalho e previdência social, recuperando um pouco do histórico das lutas do movimento de mulheres, suas conquistas e resistências. Além disso, foi feita pesquisa sobre dados referentes a quantidade de mulheres nas diversas categorias de segurados da previdência social bem como sua expressividade nos benefícios acessíveis tanto a segurados quanto dependentes da mesma política utilizando dados sobre os benefícios ativos disponibilizados pelos Anuários Estatísticos da Previdência Social (AEPS) de 2011 a 2015. Percebeu-se que as mulheres são maioria nas categorias de segurados que não dependem do trabalho assalariado formal como forma de contribuição previdenciária, o que mostra a divisão sexual do trabalho presente no mundo do trabalho levando a inferir que no âmbito da previdência social elas são menos protegidas do que os homens e, quanto aos benefícios previdenciários devidos tanto a segurados quanto dependentes, elas correspondem a maioria presente naqueles benefícios destinados dependentes de segurados, portanto, afirma-se com isso a histórica dependência econômica da mulher em relação ao homem no acesso de direitos previdenciários.

This dissertation aimed to analyze the condition of women in social security since the institution of Social Security in the Federal Constitution of 1988. The research is justified by the need for studies on the condition of women in social security, especially in the context of structural crisis of capital. Which in conjunction with the neoliberal political project deepen existing social inequalities, in this case, in particular, the inequalities

between the sexes as a result of the racist, patriarchal and capitalist systems of exploitation and domination that oppress women and reflect on their access to social security. For this, a bibliographical review was carried out on the sexual division of labor associated with the situation of women in the world of work and social security, recovering some of the history of the struggles of the women's movement, its achievements and resistances. In addition, research was conducted on data on the number of women in the various categories of social security insured as well as their expressiveness in the benefits accessible to both the insured and the dependents of the same policy using data on the active benefits provided by the Statistical Yearbook of Social Security AEPS) from 2011 to 2015. It was noticed that women are the majority in the categories of policyholders who do not depend on formal wage labor as a form of social security contribution, which shows the sexual division of labor present in the world of work, leading to the conclusion that Social security are less protected than men and, as far as the social security benefits due to both the insured and the dependent are concerned, they correspond to the majority present in those benefits destined to dependents of insured persons, therefore, it is affirmed with this the historical economic dependence of the woman regarding To the access of social security rights.

O debate sobre a EBSE RH em instâncias de controle social: um estudo exploratório / *The debate about EBSE RH in instances of social control: an exploratory study*

GÉSSICA OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (Mestrado)

Data da Defesa: 31/07/2017

Orientador: Cristiano Guedes de Souza

Palavras-chave: EBSE RH; novos modelos de gestão; contrarreforma do estado; privatização do sus; controle social.

Keywords: EBSEH; 444.

A EBSEH configura-se como novo modelo de gestão do SUS, que se apresentam como consequências da contrarreforma do Estado, iniciada na década de 1990. O Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado materializa a proposta de contrarreforma do Estado, apresentando a proposta de transferência dos setores não exclusivos do Estado para organizações sociais. Os novos modelos de gestão para o SUS vão sendo construídos, a partir de então, por meio do molde preconizado no plano diretor. As instâncias de controle social institucionalizadas integram a estrutura do sistema e se apresentam como espaços de participação da sociedade na formulação, na execução, no acompanhamento e na fiscalização da política de saúde. Considerando que a empresa representa a tentativa de privatização do maior complexo hospitalar de médio e grande porte do país, e pensando as instâncias de controle social como espaços importantes para o direcionamento da política de saúde pública do Brasil, o objetivo principal da pesquisa é investigar os debates sobre a criação e implantação da EBSEH em instâncias institucionalizadas de controle social no período de 2011 e 2013. Trata-se de um estudo qualitativo, de cunho exploratório. Realizou-se análise documental das atas do Conselho Nacional de Saúde e o Relatório Final da 14ª Conferência Nacional de Saúde. Os resultados da pesquisa apontam para a intensa realização de discussão acerca dos novos modelos de gestão em saúde e da privatização da saúde pública. A EBSEH aparece no contexto desses debates. Houve diversas recomendações do Conselho Nacional de Saúde e da 14ª Conferência Nacional de Saúde da não criação da EBSEH, bem como da não adesão aos novos modelos de gestão. Apresenta-se a necessidade de uma agenda de defesa intransigente do SUS, com a garantia do financiamento suficiente para a manutenção e para a implementação real da universalização da política de saúde.

EBSEH is configured as a new SUS management model. The new SUS management models are presented as consequences of the counter-reform of the State, which began in the 1990s. The Master Plan for the Reform of the State Apparatus materializes the State counter-reform proposal. It presents the proposal of transference of the nonexclusive sectors of the State to social organizations. The new management models for the SUS are being built, from then on, through the mold recommended in the master plan. Institutions of social control - health councils and

conferences - are part of SUS structure and present themselves as spaces for the participation of society in formulating, implementing, monitoring and supervising health policy. Considering that EBSEH represents the attempt to privatize the largest medium and large hospital complex in the country, and considering the instances of social control as important spaces for the direction of public health policy in Brazil, the main objective of the research is to investigate the Debates on the creation and implementation of the EBSEH in institutionalized instances of social control in the period of 2011 to 2013. This is a qualitative study, exploratory in nature. Documentary analysis of the minutes of the National Health Council and the Final Report of the 14th National Health Conference were carried out. The results of the research point to the intense discussion about the new health management models and the privatization of public health. EBSEH appears in the context of these discussions. There were several recommendations of the National Health Council and the 14th National Health Conference of the non-creation of EBSEH, as well as non-adherence to the new management models. The need for an intransigent defense agenda of the SUS is presented, with the guarantee of sufficient funding for the maintenance and real implementation of the universalization of health policy.

“Faca só lâmina”: um estudo dos papeis desempenhados pelas famílias nos processos de proteção social das mulheres presas no DF
 / *“Faca só lâmina: a study of the roles played by families in the processes of social protection of imprisoned women in DF*

JÚLIA FREIRE DE ALENCASTRO

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (Mestrado)

Data da Defesa: 30/06/2017

Orientadora: Rosa Helena Stein

Palavras-chave: política penitenciária; Programa Bolsa Família; encarceramento das mulheres; famílias; dia de visita.

Keywords: penitentiary policy; Programa Bolsa Família; imprisonment of women; families; visit day.

Este trabalho tem como principal objetivo identificar e analisar os papéis das famílias nos processos de proteção social das mulheres presas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), pensando como foco, as possibilidades de acesso e manutenção do Programa Bolsa Família (PBF). A aproximação com esse tema de pesquisa mais amplo, o encarceramento das mulheres, desenvolveu-se ao longo de aproximadamente cinco anos nos quais cada dia, cada pergunta e cada conversa foi fundamental para construir as questões e argumentos do presente trabalho (que, por suposto, não se pretende estático ou definitivo). Não é novidade que a população prisional no Brasil vive em regime constante de precarização e desmonte de direitos e acessos básicos. Com relação à população de mulheres presas e suas famílias, essa realidade é, talvez não mais agravada, mas certamente mais ofuscada e escondida. A dificuldade de encontrar dados já sistematizados e organizados é ainda mais intensa, mesmo com o crescimento exponencial do processo de encarceramento das mulheres. A dificuldade de encontrar dados e reflexões sobre o encarceramento das mulheres e sobre as famílias das mulheres presas vem, aos poucos, se transformando com o aumento do interesse de pesquisadoras e pesquisadores de diversas áreas, que tem levantado dados e construído considerações acerca dessa realidade. Nesse processo de encarceramento, incluímos as famílias, já que, consideramos aqui que “família é quem puxa cadeia junta”. As famílias, neste sentido, têm se engajado em processos de proteção social, inicialmente previstos para serem garantidos pelo Estado por meio de políticas institucionais. Entretanto, o que temos percebido é uma dificuldade de acesso às ações da maioria das políticas sociais tecidas e regulamentadas no país. Na intenção de arquitetar este argumento, realizamos entrevistas utilizando roteiros semiestruturados com algumas visitantes (familiares de mulheres presas no Distrito Federal), com alguns agentes de atividades penitenciárias (servidores da mesma instituição), e com uma das coordenadoras da Associação de familiares de internos (as) do sistema prisional do DF. Além disso, lançamos mão da observação participante nos dias de visita (às quintas-feiras), nas intermediações da penitenciária. Percebemos com a

pesquisa que as famílias “puxam cadeia” junto com as mulheres, seja por estarem presas à instituição por meio de sua familiar, ou pela necessidade de reorganização familiar e financeira. Verificamos também que há um processo de substituição da responsabilidade de proteção estatal das pessoas presas, para suas famílias.

This paper aims to identify and analyze the roles of families in the social protection processes of women prisoners in the Federal Penitentiary (PFDF), focusing on the possibilities of access and maintenance of the Programa Bolsa Família (PBF). The research has been developed over the course of approximately five years in which each approach, question and conversation was fundamental to build the questions and arguments of the present work (which is not intended to be static or definitive). It is not new that the imprisoned population in Brazil lives in a regime of precarization and dismantling of rights and basic accesses. Regarding the population of women prisoners and their families, this reality is perhaps no more aggravated, but certainly more obscured and hidden. The difficulty of finding already systematized and organized data is even more intense, even with the exponential growth of the process of imprisoning women. The difficulty of finding data and reflections on the imprisonment of women and the families of women prisoners has gradually transformed with the increasing interest of researchers and researchers in various areas, who have been collecting data and constructing considerations about this reality. In this process of incarceration, we include the families that have been engaged in social protection processes, initially planned to be guaranteed by the State through institutional policies. However, what we have perceived is a difficulty in accessing the actions of most of the social policies regulated in the country. In the intention of architecting this argument, we conducted interviews using semistructured scripts with some visitors (relatives of women prisoners in the Federal District), with some agents of penitentiary activities (employees of the same institution), and with one of the coordinators of the Association of relatives and inmates of the DF prison system. In addition, we use participant observation on the days of visit (on thursdays), in the intermediation of the penitentiary. We perceive with the research that there is a process of replacing the responsibility of state protection of the prisoners for their families.

A Política Nacional de Educação Permanente para Trabalhadores do SUAS: limites, possibilidades e perspectivas / *The National Policy of Permanent Education for Workers of SUAS: limits, possibilities an perspectives*

RENATA MARIA DA CONCEIÇÃO DE FREITAS

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (Mestrado)

Data da Defesa: 03/07/2017

Orientador: Reginaldo Guiraldelli

Palavras-chave: trabalho; educação; educação permanente; política social; Assistência Social.

Keywords: work; education; permanent education; social policy; Social Assistance.

Esta dissertação propõe-se a analisar a Política Nacional de Educação Permanente para os trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social (PNEP/SUAS), com foco nos limites e perspectivas de sua implementação. Diante da natureza complexa da temática, foi delimitado um recorte temporal da pesquisa, demarcando o período de constituição da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, até a divulgação do Censo do Sistema Único de Assistência Social realizado em 2015. Em meio a um contexto marcado pela precarização do trabalho em todo o país e com graves conseqüências para os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), busca contribuir para o debate sobre as reais condições de trabalho, formação e capacitação visando o alcance da qualidade da gestão, do provimento dos serviços, benefícios socioassistenciais. Esta pesquisa tem como objetivos específicos compreender como a PNEP/SUAS está sendo efetivada e identificar as dificuldades, considerando as contradições postas na ordem capitalista; analisar quais aspectos desta política foram executados e suas repercussões. Considerando esses objetivos, a construção do marco teórico em torno deste objeto proposto ficou delimitado aos temas de educação permanente, política de assistência social, condições e mudanças de trabalho no capitalismo e constituição do SUAS. Podemos dividir este trabalho em cinco operações metodológicas: (1) revisão de literatura; (2) pesquisa explorató-

ria com perguntas a serem respondidas; (3) definição do objeto e objetivos (4) definição dos indicadores para análise da política; (5) definição da descrição e interpretação da política nacional de educação permanente. Nessa divisão de operações metodológicas foi necessário definir quais indicadores seriam mais adequados para a análise da PNEP/SUAS, sendo o (1º) vínculo formal, já que objetivamos conhecer aproximadamente as condições de trabalho no âmbito do SUAS; (2º) nível de formação, para compreender como está disposta a formação acadêmica considerando o quadro de trabalhadores do SUAS; (3º) apresentação das particularidades regionais, pois esse indicador possibilita mapear as áreas que possuem mais fragilidades em relação ao quadro de trabalhadores que não tiveram acesso a educação permanente ofertada pela política. Entre os achados de pesquisa está a concepção da educação permanente enquanto dimensão ética e política para o aprimoramento das ações no campo da proteção social no Brasil em um momento no qual o receituário neoliberal impõe um sistemático ataque aos direitos sociais dos trabalhadores e dos usuários do SUAS. No seio das correlações de força e no embate para entre o atual MDSA e os estados da federação, surge uma proposta de pacto federativo para a implementação do programa CapacitaSUAS que coloca essa iniciativa como fundamental para a estratégia de organizar e planejar as ações de formação e capacitação previstas pelo programa. Porém, a implementação da PNEP enfrenta as condições estruturais das flexibilizações do trabalho, as terceirizações e a constituição de relações de trabalho com base em vínculos precários, alta rotatividade que impacta o programa e a prestação dos serviços e benefícios socioassistenciais, em um cenário de crescente precarização das condições de trabalho do conjunto dos trabalhadores.

This dissertation proposes to analyze the National Policy of Permanent Education for the workers of the Unified Social Assistance System (PNEP / SUAS), focusing on the limits and perspectives of its implementation. In view of the complex nature of the issue, a temporal cut in the research was delineated, marking the period of constitution of the National Social Assistance Policy (PNAS) in 2004, until the Census of the Single Social Assistance System in 2015 was published. A context marked by the precariousness of work throughout the country and with serious consequences for the workers of the Unified Social Assistance System (SUAS), seeks to contribute to the debate on the real conditions of work, training and qualification aiming at achieving the quality of management, Provision of

services, socio-welfare benefits. This research has as specific objectives to understand how the PNEP / SUAS is being carried out and to identify the difficulties, considering the contradictions placed in the capitalist order; Analyze which aspects of this policy were implemented and their repercussions. Considering these objectives, the construction of the theoretical framework around this proposed object was limited to the themes of permanent education, social assistance policy, conditions and changes of work in capitalism and constitution of SUAS. We can divide this work into five methodological operations: (1) literature review; (2) exploratory research with questions to be answered; (3) definition of the object and objectives (4) definition of indicators for policy analysis; (5) definition of the description and interpretation of the national policy of permanent education. In this division of methodological operations it was necessary to define which indicators would be more adequate for the analysis of the PNEP / SUAS, being the (1) formal link, since we aim to know approximately the working conditions within the SUAS; (2nd) level of training, to understand how the academic training is considered considering the workforce of SUAS; (3°) presentation of the regional particularities, since this indicator makes it possible to map the areas that have the most weaknesses in relation to the workforce that did not have access to the permanent education offered by politics. Among the research findings is the conception of permanent education as an ethical and political dimension for the improvement of actions in the field of social protection in Brazil at a time when the neoliberal prescription imposes a systematic attack on the social rights of workers and users of SUAS. Within the power correlations and in the clash between the current MDSA and the states of the federation, a federative proposal for the implementation of the CapacitaSUAS program arises, which places this initiative as fundamental to the strategy of organizing and planning training and Program. However, the PNEP implementation faces the structural conditions of work flexibility, outsourcing and the establishment of labor relations based on precarious ties, high turnover that impacts the program and the provision of services and socio-welfare benefits, in a scenario of growing Precarious conditions of work for all workers.

NORMAS EDITORIAIS

A revista *SER Social* destina-se à publicação de trabalhos científicos sobre assuntos atuais e relevantes no âmbito do Serviço Social, da Política Social, áreas afins e suas relações interdisciplinares. Cada edição focaliza uma unidade temática, previamente definida pelo Colegiado da Pós-Graduação em Política Social do SER/IH/UnB, tendo em vista sua importância dentro do contexto social contemporâneo.

Os trabalhos submetidos à publicação deverão ser inéditos, não sendo permitida sua apresentação simultânea a outro periódico, tanto do texto, quanto de figuras e tabelas.

Todos os direitos editoriais são reservados à revista *SER Social*. Nenhuma parte das publicações pode ser reproduzida, estocada por qualquer sistema ou transmitida por quaisquer meios ou formas existentes ou que venham a ser criados, sem prévia permissão por escrito da Comissão Editorial, ou sem constar o crédito de referência, de acordo com as leis de direitos autorais vigentes no Brasil.

Quando do encaminhamento do artigo, o/s autor/es deverá/ão assinar e enviar a Declaração de Responsabilidade e a Transferência de Direitos Autorais (ver modelos em <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social> ou <<http://www.unb.br/ih/dss>>).

Os trabalhos submetidos à publicação serão analisados por pares, membros do Conselho Editorial Científico, ou pareceristas *ad hoc*, os quais arbitrarão sobre a conveniência, ou não, de sua aceitação, e poderão sugerir ao/s autor/es reformulações, ou adaptações às normas editoriais. A decisão final sobre a publicação dos trabalhos recebidos será da Comissão Editorial, com base no programa editorial da revista. Durante a análise serão verificados rigor, clareza e precisão quanto à produção científica, à redação, ao conteúdo e à probidade ético-teórica. As eventuais modificações de estrutura e conteúdo serão acordadas com o/s autor/es. Não serão admitidos acréscimos ou alterações ao texto, após sua avaliação e aceitação final. A Comissão Editorial assegura o anonimato para o/s autor/es no processo de avaliação, como também assegura aos avaliadores o sigilo de sua participação, permitindo liberdade para julgamentos e avaliações.

Todos os trabalhos resultantes de pesquisa ou relato de experiência, que envolverem sujeitos humanos terão sua publicação condicionada ao cumprimento dos princípios éticos, que deverá ser claramente descrito no último parágrafo da seção Metodologia do artigo. Deverão indicar se os procedimentos respeitaram o constante na Declaração de Helsinki (1975, revisada em 1983). Os trabalhos de autores brasileiros deverão, ainda, indicar respeito às Resoluções do Conselho Nacional de Saúde n. 196, de 10/10/96 e n. 251, de 07/08/97, e apresentar o parecer do Comitê de Ética da instituição de origem do/s autor/es.

Os autores devem informar a existência de conflitos de interesses (financeiros ou de outra ordem) que possam ter influenciado o seu trabalho. Portanto, precisam registrar no manuscrito todo o apoio institucional recebido e outras colaborações (financeiras ou pessoais) relacionadas ao estudo e/ou pesquisa realizados. O parecerista, por sua vez, deve comunicar à Comissão Editorial quaisquer conflitos de interesses que, em sua opinião, possam influenciar a sua avaliação do manuscrito (caso o identifique) e, quando couber, declarar-se impedido de analisá-lo.

Se os autores tiverem dúvida sobre o que pode constituir um potencial conflito de interesses, devem entrar em contato com a Comissão Editorial.

Excepcionalmente serão aceitos trabalhos já publicados (seja em versão impressa, seja virtual) desde que devidamente acompanhados da autorização escrita e assinada pelo autor e pelo Conselho Diretor do veículo no qual o trabalho tenha sido originalmente publicado.

A revista *SER Social* publica trabalhos nos idiomas Português, Espanhol, Inglês e Francês (estes dois últimos com versão simultânea em Português).

As opiniões e os conceitos emitidos nos trabalhos, assim como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade do/s autor/es, não refletindo necessariamente a posição da Comissão Editorial.

O encaminhamento de trabalhos à revista implicará aceitação, por parte do/s autor/es, das normas aqui expressas.

A revista *SER Social* não remunera o autor que tenha seu trabalho nela publicado, porém lhe enviará cinco exemplares da edição com seu texto publicado e, no caso de coautoria, seis exemplares.

Seções da publicação

Editorial: de responsabilidade do(s) editor(es). Este texto deve ter, no máximo, 3.500 caracteres.

Debate: encomendado pelo(s) editor(es). Trata-se de artigo pertinente ao tema central da revista, que receberá críticas/comentários assinados de até seis especialistas, também convidados, e poderá ter uma réplica do autor principal. O artigo deverá ter, no máximo, 40.000 caracteres e os textos dos debatedores e a réplica, no máximo, 10.000 caracteres cada um.

Artigos Temáticos: revisão crítica ou resultado de pesquisa de natureza empírica ou conceitual sobre o assunto do número temático. Os textos de pesquisa de natureza empírica não deverão ultrapassar 40.000 caracteres e, os de revisão, 50.000 caracteres.

Artigos de Temas Livres: produção intelectual não incluída no tema central da revista, mas pertinente ou afim à área da política social. O número máximo de caracteres é o mesmo dos artigos temáticos, ou seja, 40.000 caracteres.

*Ensaio*s: constituem matéria de caráter opinativo e/ou análise que contribua com a reflexão e o aprofundamento de questões relacionadas ao tema desenvolvido na edição, com, no máximo, 30.000 caracteres.

Resenhas: análise crítica de livro relacionado ao campo temático da revista, publicado nos últimos dois anos, com, no máximo, 10.000 caracteres. O/s autor/es deve/m encaminhar à Secretaria da Revista uma reprodução de alta definição da capa do livro resenhado.

Entrevistas: diálogos com pesquisadores/as de referência com, no máximo, 20.000 caracteres.

Notas prévias: registros com indicação de resultados parciais ou desenhos metodológicos de pesquisas empíricas com, no máximo, 7.000 caracteres.

Cartas: crítica a artigo publicado em número anterior da revista, ou nota curta tratando criticamente de situações emergentes no campo temático da revista (máximo de 7.000 caracteres).

Resumos de Teses / Dissertações: Dissertações: defendidas no Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB no semestre anterior à sua publicação na revista, com, no máximo, 5.000 caracteres.

Observação: o limite máximo de caracteres especificado em cada seção inclui texto e bibliografia (com espaços). O resumo/abstract e as ilustrações (figuras e quadros) são considerados à parte.

Mais informações sobre a apresentação dos manuscritos devem ser consultadas em <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social>.

Apresentação de manuscritos

O processo editorial só terá início se o encaminhamento do manuscrito obedecer às condições abaixo. Caso contrário, o manuscrito será devolvido para adequação às normas, inclusão de carta ou outros documentos.

Todo e qualquer encaminhamento à revista deverá ser precedida de uma carta do autor principal, na qual explicita a intenção de submissão ou resubmissão do trabalho para publicação.

Esta carta deverá vir antes da folha de rosto identificada.

– A contagem dos caracteres inclui desenhos, figuras, tabelas, fotos e referências. Se forem utilizadas fotos de pessoas, mesmo não identificadas, devem vir acompanhadas da permissão por escrito dessas pessoas e da cessão de direitos autorais do autor da fotografia. Para utilização de fotos de populações em situação de vulnerabilidade, deve, ainda, ser respeitada a legislação vigente.

– Deverão ser entregues no original, com cabeçalho (se for o caso), créditos e legendas, figuras, tabelas e fotos bem nítidas, em alta definição e somente em preto e branco. Se as ilustrações enviadas já tiverem sido publicadas, mencionar a fonte e apresentar a permissão para reprodução.

Os trabalhos deverão ser entregues rigorosamente revisados, conforme as normas ortográficas e gramaticais vigentes.

Os trabalhos devem seguir os critérios da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

– Para o envio de trabalhos, é necessário:

- 1) Carta de Encaminhamento;
- 2) Declaração de Responsabilidade;
- 3) Transferência de Direitos Autorais.

OBS: Os arquivos com os trabalhos podem ser enviados por correio eletrônico, sendo que os três primeiros itens (carta de encaminhamento, declaração de responsabilidade e transferência de direitos autorais) devem ser enviados assinados e em PDF para o email da revista. Em caso de impossibilidade de envio em PDF, o(a) autor(a) poderá remeter os três itens por correio postal ou por fax, assinados, e em CD/DVD com arquivos de imagens e ilustrações.

Deve ser utilizado o Editor Word for Windows, seguindo a configuração: fonte Times New Roman, tamanho 12, papel tamanho A-4, espaço interlinear de 1,5 cm, todas as margens com 2,5 cm.

Ordem de apresentação

Nome completo do(s) autor(es), formação profissional, títulos acadêmicos, cargos e nome da instituição a qual está(ão) vinculado(s), endereço profissional completo, telefone e e-mail, em folha separada do corpo do artigo.

- Título e resumo no idioma do respectivo artigo.
 - 1) O título deverá ter, no máximo, 12 palavras.
 - 2) O resumo deverá ser informativo, com 140-150 palavras e com três a cinco palavras-chave, descritivas do foco do trabalho.
 - 3) Título, resumo e palavras-chave em inglês.

Padronização bibliográfica

Citações conforme a NBR-10520, de agosto de 2002, com especial atenção para:

- As citações devem ser indicadas no texto pelo sistema de chamada autor-data.

Citação de até três linhas: dentro do corpo do texto, entre aspas, fonte igual à do texto.

Citação de mais de três linhas: fora do corpo do texto, fonte 10, recuada para a linha do parágrafo, sem aspas (ou qualquer outro destaque), espaçamento interlinear simples, margem direita igual à do texto.

Nome do autor da obra, para os dois casos acima:

1º) no corpo do texto (grafia normal para nomes próprios). Exemplo: Segundo Mota (1997, p. 87), “O conhecimento acadêmico [...]”;

2º) entre parênteses, em caixa alta. Exemplo: “O conhecimento acadêmico [...]”. (MOTA, 1997, p. 87).

Referências: conforme a NBR 6023, de agosto de 2002, indicando-se somente os documentos efetivamente citados no trabalho.

Envio dos textos:

Pelo correio eletrônico: sersocial@unb.br

Pelo sítio: <http://seetbce.unb.br/index.php/SER_Social>

Pelo correio postal:

Programa de Pós-Graduação em Política Social.

Endereço: Departamento de Serviço Social – Gleba A – ICC
Centro Mezanino – B1-432 – Campus Universitário Darcy Ribeiro
Brasília – DF – Brasil CEP: 70.910-900

CONSULTORES *AD HOC*

Adriana Aparecida Dragone Silveira – Universidade Federal do Paraná (UFPR). Departamento de Planejamento e Administração Escolar.

Adriana Clemente – Universidad de Buenos Aires (UBA). Facultad de Ciencias Sociales.

Andrea Mathes Faustino – Universidade de Brasília (UnB). Departamento de Enfermagem.

Andréa Pacheco de Mesquita – Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Departamento de Serviço Social.

Ângela Maria Freire de Lima e Souza – Universidade Federal da Bahia (UFBA). Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher.

Camila Cardoso de Mello Prando – Universidade de Brasília (UnB). Faculdade de Direito.

Carolina Cássia Batista Santos – Universidade de Brasília (UnB). Departamento de Serviço Social.

Cassia Maria Carloto – Universidade Estadual de Londrina (UEL). Departamento de Serviço Social.

Cristiane Fernández – Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Departamento de Serviço Social.

Denise Bomtempo Birche de Carvalho – Universidade de Brasília (UnB). Departamento de Serviço Social.

Edilane Bertelli – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Departamento de Serviço Social.

Eliana Bolorino Canteiro Martins – Universidade Estadual de São Paulo (UNESP). Campus Franca/SP.

Fabricia da Hora Pereira – Universidade Paulista (UNIP)
Campus-DF. Departamento de Serviço Social.

Givânia Maria da Silva – Instituto Nacional de Colonização e
Reforma Agrária (INCRA).

Ivete Simionatto – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Departamento de Serviço Social.

Jacqueline Domiense Almeida de Souza – Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB).

Janaiky Pereira Almeida – Universidade Federal Rural do Semiárido.
Licenciatura de Campo.

José Vieira de Sousa – Universidade de Brasília (UnB). Faculdade de
Educação.

Jurilza Barros de Mendonça – Núcleo de Estudos e Pesquisas em
Política Social da Universidade de Brasília (NEPPOS).

Keli Regina Dal Prá – Universidade Federal de Santa Catarina –
UFSC. Departamento de Serviço Social.

Liliane Moser – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Departamento de Serviço Social.

Lívia Barbosa Pereira – Universidade de Brasília (UnB).
Departamento de Serviço Social.

Lucélia Luiz Pereira – Universidade de Brasília (UnB). Departamento
de Serviço Social.

Marcela Soares – Universidade Federal Fluminense (UFF).
Departamento de Serviço Social.

Márcia dos Santos Macedo – Universidade Federal da Bahia (UFBA).
Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo.

Marlene Teixeira Rodrigues – Universidade de Brasília (UnB).
Departamento de Serviço Social.

Marly de Jesus Sá Dias – Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Departamento de Serviço Social.

Monica Cecilia Girolami – Universidad Católica del Uruguay. Facultad de Ciencias Sociales.

Ney Luiz Teixeira de Almeida – Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Faculdade de Serviço Social.

Nora Goren – Universidad Nacional de José Clemente Paz. Instituto de Estudios Sociales en Contextos de Desigualdades.

Potyara Amazoneida Pereira – Universidade de Brasília (UnB). Departamento de Serviço Social.

Priscilla Maia de Andrade – Universidade de Brasília (UnB). Departamento de Serviço Social.

Rafaela Cyrino Peralva Dias – Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Instituto de Ciências Sociais.

Reginaldo Guiraldelli – Universidade de Brasília (UnB). Departamento de Serviço Social.

René Mendes – Associação Brasileira de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (ABRASTT).

Rosa Helena Stein – Universidade de Brasília (UnB). Departamento de Serviço Social.

Sandra Oliveira Teixeira – Universidade de Brasília (UnB). Departamento de Serviço Social.

Silvina Julia Fernandez – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Faculdade de Educação.

Wanderson Flor do Nascimento – Universidade de Brasília (UnB). Departamento de Filosofia.